

CLASSIFICAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL



CLASSIFICAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL

MATOSINHOS

Proposta de Classificação como Monumento de Interesse Municipal

Titan do Molhe Sul	11
Estação de Caminhos de Ferro de Leixões	11
Piscina Municipal de Matosinhos	12
Edifício dos Paços do Concelho e Palacete do Visconde de Trevões	13
Palacete da Família Costa Braga	13
Casa do Conde de São Salvador de Matosinhos	14
Antigo Edifício dos Paços do Concelho de 1860	14
Antigo Edifício dos Paços do Concelho de 1920	15
Palacete à Rua do Godinho com Rua do Conde de Alto Mearim	15
Hotel Porto Mar	16
Antiga Biblioteca Municipal	16
Palacete da Fundação Gramacho	17
Palacete da Família Begonha	17
Teatro Constantino Nery	18

Proposta de Classificação como Conjunto de Interesse Municipal

Bairro do Tarrafal	21
Bairro dos Pescadores	22
Bairro de Carcavelos – SAAL	23
Bairro da Cruz de Pau – SAAL	23
Casas de Mar	25
Conjunto de Sete Casas à Rua Brito Capelo	26
Conjunto de Cinco Casas à Rua Roberto Ivens	26

Proposta de Classificação como Sítio de Interesse Municipal

Bouças / Sítio Arqueológico do Mosteiro de Bouças – Núcleo Medieval	27
---	----

Processo de Classificação de âmbito Municipal a decorrer

Conjunto de Quatro Casas de Álvaro Siza em Matosinhos	29
Casa da família Siza Vieira – Casa da Arquitetura	30
Casa do Ribeirinho	30
Palacete do Godinho	30
Casa de Eduardo de Sousa Guimarães	31

Classificação de âmbito Nacional

Padrão do Bom Jesus de Matosinhos – Monumento Nacional	
Igreja paroquial de Matosinhos, incluindo o seu recheio – Imóvel de Interesse Público	
Edifício da Real Companhia Vinícola – Monumento Nacional	

CLASSIFICAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL

Mercado Municipal de Matosinhos – Monumento de Interesse Público

Classificação de âmbito Municipal

Fábrica de Conservas Pinhais & C.ª Lda.

LEÇA DA PALMEIRA

Proposta de Classificação como Monumento de Interesse Municipal

Antiga Gare de Passageiros do Porto de Leixões 34

“Marégrafo” – Antigo Posto Telegráfico e Semafórico de Leixões 34

Titan do Molhe Norte 35

Casa da Rua da Alegria 35

Clube de Leça 36

Casa na Rua Fresca com Cruzeiro embutido no muro – Solar das Suecas 36

Casa de Augusto Cardia Pires 37

Casa de Fernando Pinto de Oliveira – Casa na Rua Direita 37

Casa da Congosta do Abade 38

Farol de Leça da Palmeira 38

Proposta de Classificação como Conjunto de Interesse Municipal

Quinta da Conceição 39

Gonçalves 40

Passos de Leça da Palmeira 40

Armazéns da APDL 41

Edifícios Industriais – conjunto constituído pela Fábrica de Conservas Ramirez, JAS (Antiga Fábrica de Conservas EFEL – Empresa Fabril Exportadora L.ª) e Moraes (Antiga Fábrica de Conservas Estrela do Sul) 41

Proposta de Classificação como Sítio de Interesse Municipal

Boa Nova 43

Processo de Classificação de âmbito Municipal a decorrer

Casa de Santiago 44

Classificação de âmbito Nacional

Piscinas de Marés de Leça da Palmeira – Monumento Nacional

Casa de Chá da Boa Nova – Monumento Nacional

Forte de Leça da Palmeira, também conhecido por “Castelo de Matosinhos” – Imóvel de Interesse Público

Ponte de Guifões – Imóvel de Interesse Público

SÃO MAMEDE DE INFESTA

Proposta de Classificação como Monumento de Interesse Municipal

Quinta do Dourado ou Quinta de Santo António	47
Casa Marques Pinto	48
Quinta da Amieira	48
Casa do Castelo	50
Estação de Caminhos de Ferro de São Mamede de Infesta	50
Cruzeiro do Largo da Ermida	51
Cruzeiro do Adro da Igreja	51

Proposta de Classificação como Conjunto de Interesse Municipal

Bairro da Caixa de Previdência da Indústria Têxtil	52
Lugar do Telheiro	54
Lugar do Seixo	55
Lugar de Moalde	58

Proposta de Classificação como Sítio de Interesse Municipal

Moalde	60
--------------	----

Classificação de âmbito Nacional

Casa-Museu Abel Salazar – Em vias de classificação	
--	--

SENHORA DA HORA

Proposta de Classificação como Monumento de Interesse Municipal

Quinta de S. Gens	64
Quinta de Lavadores	65
Fábrica de Moagem da Senhora da Hora	66
Palacete dos Plácidos	66
Casa Etelvina	67
Casa das Máquinas e Chaminé da EFANOR	68
Estação de Caminhos de Ferro da Senhora da Hora	69
Fonte das Sete Bicas	69
Oratório da Rua do Senhor	71

Proposta de Classificação como Conjunto de Interesse Municipal

Casa dos Symington – Conjunto de três casas e jardim voltadas à Estrada Exterior da Circunvalação e à Rua Dr. Eduardo Torres	72
Casas do Arquiteto Rolando Torgo	72

Processo de Classificação de âmbito Municipal a decorrer

Casa Ferreira da Costa – Miranda Santos	74
---	----

CLASSIFICAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL

PERAFITA

Proposta de Classificação como Monumento de Interesse Municipal

Obelisco da Memória	79
Casa e Capela de São Gonçalo	80
Fábrica de Conservas Selene	82
Casa do Maceda	83
Casa Quintino	84
Casa com Jardim à Rua José Joaquim de Andrade	86

Proposta de Classificação como Conjunto de Interesse Municipal

Lugar do Cabo do Mundo	88
Lugar de Joane / Vinha da Bouça	90

Proposta de Classificação como Sítio de Interesse Municipal

Montedouro	95
Madoufe	102

Processo de Classificação de âmbito Municipal a decorrer

Casa Galante	108
--------------------	-----

Classificação de âmbito Nacional

Duas sepulturas abertas na rocha granítica – Interesse Municipal	
--	--

LAVRA

Proposta de Classificação como Monumento de Interesse Municipal

Casa dos Silva	114
Casa de Fernando Aroso	116
Casa à Rua Doutor José Domingues dos Santos	118
Palácio	119
Casa e Capela do Senhor Moreira	122

Proposta de Classificação como Conjunto de Interesse Municipal

Parque de Campismo de Angeiras	124
Casas de Aprestos da Praia de Angeiras	127
Associação de Moradores da Praia de Angeiras	130
Lugar de Angeiras	132
Lugar de Antela	135
Lugar do Paiço	137
Lugar de Cabanelas	140
Lugar de Avilhoso	142
Lugar de Pampelido Novo	144

Proposta de Classificação como Sítio de Interesse Municipal

Sítio da Praia de Angeiras e Fontão	146
---	-----

Processo de Classificação de âmbito Municipal a decorrer

Casa do Moleiro	154
-----------------------	-----

Classificação de âmbito Nacional

Conjunto de tanques cavados nos rochedos da Praia de Angeiras – Monumento Nacional	
--	--

SANTA CRUZ DO BISPO

Proposta de Classificação como Monumento de Interesse Municipal

Moinho da Quinta do Monte de Leça	160
---	-----

Proposta de Classificação como Conjunto de Interesse Municipal

Conjunto Arquitetónico e Paisagístico da Quinta de Santa Cruz do Bispo	162
Conjunto do Monte de São Brás, constituído pela Capela de São Sebastião, Capela de Nossa Senhora do Livramento e São Brás, Homem da Maça e Seu Bicho	169
Lugar da Telheira	173
Lugar do Barreiro	175
Lugar da Aldeia de Baixo / Cancelinha	176
Largo da Viscondessa	179
Lugar de Aguiar	180
Lugar do Mirão	182
Lugar de Souto da Portela	183

Classificação de âmbito Nacional

Conjunto de elementos arquitectónicos delineados por Nazoni que ainda existem na Quinta de Santa Cruz do Bispo, nomeadamente a portada principal – Imóvel de Interesse Público	
Ponte do Carro – Imóvel de Interesse Público	

CUSTÓIAS

Proposta de Classificação como Monumento de Interesse Municipal

Casa de Sam Thiago ou Casa dos Pestanas	188
Casa do Major ou Casa dos Leões	188
Marco das Terras do Couto – Carvalhas	191
Marco das Terras do Couto – Sobreiro	191

Proposta de Classificação como Conjunto de Interesse Municipal

Meio Casal de Custóias	193
Lugar de Esposade	195

Classificação de âmbito Nacional

Ponte Medieval de D. Goimil – Imóvel de Interesse Público	201
---	-----

LEÇA DO BALIO

Proposta de Classificação como Monumento de Interesse Municipal

Quinta da Ponte da Pedra	201
Quinta do Souto	203
Estação de Caminhos de Ferro de Leça do Balio	204
Antiga Fábrica de Tecidos de Seda Lionesa, Lda.	206
Cruzeiro e Zimbório do Araújo	216
Cruzeiro do Padrão da Légua	217
Ponte de Moreira	217
Ponte de Ronfos / de Barreiro / da Azenha	219
Ponte da Pedra	221

Proposta de Classificação como Conjunto de Interesse Municipal

Lugar do Araújo	223
Lugar do Santeiro	226
Monte da Fontoura / Campo de Santana	229
Lugar de Recarei de Cima	231

Classificação de âmbito Nacional

Mosteiro de Leça do Balio, compreendendo a lâmina sepulcral de bronze – Monumento Nacional	
Cruzeiro de Leça do Balio – Monumento Nacional	
Quinta do Chantre, com todo o conjunto de edificações, nomeadamente a casa, a capela, os chafarizes do terreiro, a janela do jardim e a portada – Imóvel de Interesse Público	
Quinta de Fafiães, com todo o conjunto de edificações, mormente a casa, a capela e o tanque – Imóvel de Interesse Público	
Casa de Recarei, incluindo os jardins do século XVII e os elementos escultóricos atribuídos a Nicolau Nasoni – Imóvel de Interesse Público	
Ermida de São Félix – Imóvel de Interesse Municipal	
Ponte Medieval de D. Goimil – Imóvel de Interesse Público	

Classificação de âmbito Municipal

Complexo Conventual do Mosteiro de Leça do Balio, atual Quinta do Mosteiro	
Casa da Quinta do Gestal	

GUIFÕES

Proposta de Classificação como Monumento de Interesse Municipal

Casa de Passos Manuel	235
-----------------------------	-----

Proposta de Classificação como Conjunto de Interesse Municipal

Conjunto em Monte Castelo	236
Conjunto em Monte de Xisto	236
Lugar de Gatões	239

Classificação de âmbito Nacional

Castro do Monte Castelo de Guifões – Imóvel de Interesse Público	
Ponte de Guifões – Imóvel de Interesse Público	
Ponte do Carro – Imóvel de Interesse Concelhio	

MATOSINHOS

Proposta de Classificação como Monumento de Interesse Municipal

Titan do Molhe Sul

Estação de Caminhos de Ferro de Leixões

Piscina Municipal de Matosinhos

Edifício dos Paços do Concelho e Palacete do Visconde de Trevões

Palacete da Família Costa Braga

Casa do Conde de São Salvador de Matosinhos

Antigo Edifício dos Paços do Concelho de 1860

Antigo Edifício dos Paços do Concelho de 1920

Palacete à Rua do Godinho com Rua do Conde de Alto Mearim

Hotel Porto Mar

Antiga Biblioteca Municipal

Palacete da Fundação Gramacho

Palacete da Família Begonha

Teatro Constantino Nery

Proposta de Classificação como Conjunto de Interesse Municipal

Bairro do Tarrafal

Bairro dos Pescadores

Bairro de Carcavelos – SAAL

Bairro da Cruz de Pau – SAAL

Casas de Mar

Conjunto de Sete Casas à Rua Brito Capelo

Conjunto de Cinco Casas à Rua Roberto Ivens

Proposta de Classificação como Sítio de Interesse Municipal

Bouças / Sítio Arqueológico do Mosteiro de Bouças – Núcleo Medieval

Processo de Classificação de âmbito Municipal a decorrer

Conjunto de Quatro Casas de Álvaro Siza em Matosinhos

Casa da família Siza Vieira – Casa da Arquitetura

Casa do Ribeirinho

Palacete do Godinho

Casa de Eduardo de Sousa Guimarães

CLASSIFICAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL

Classificação de âmbito Nacional

Padrão do Bom Jesus de Matosinhos – Monumento Nacional

Igreja paroquial de Matosinhos, incluindo o seu recheio – Imóvel de Interesse Público

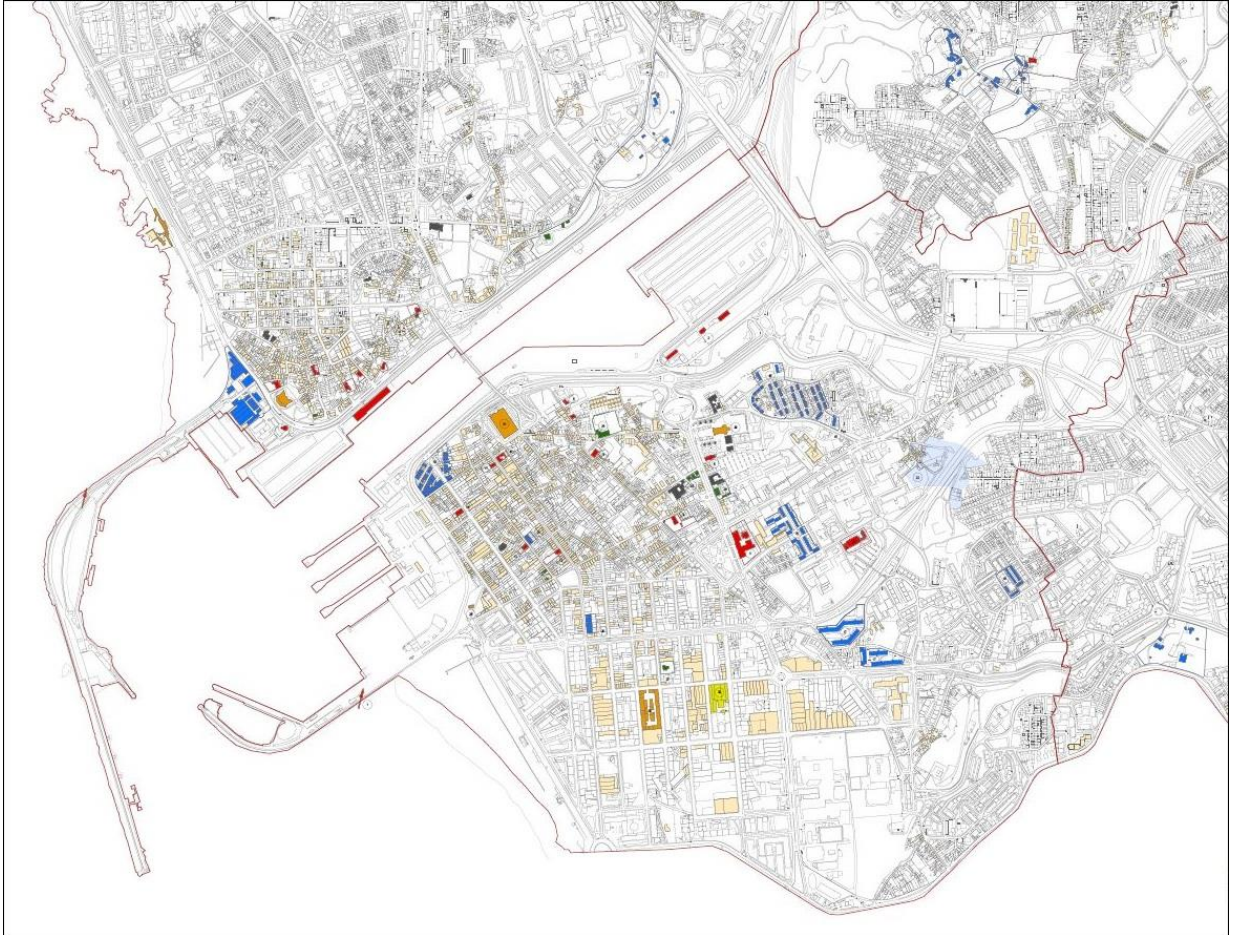
Edifício da Real Companhia Vinícola – Monumento Nacional

Mercado Municipal de Matosinhos – Monumento de Interesse Público

Classificação de âmbito Municipal

Fábrica de Conservas Pinhais & C.^a Lda.

CLASSIFICAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL



PROPOSTA DE CLASSIFICAÇÃO COMO MONUMENTO DE INTERESSE MUNICIPAL

Titan do Molhe Sul

Estamos em presença de uma estrutura única no mundo, já considerada viável para classificação mundial como International Mechanical Engineering Historic Landmark. Constitui um exemplo notável da maquinaria do ferro, sendo símbolo da história de Matosinhos e parte fundamental da sua imagem na orla costeira.

Atualmente o Titan do Molhe Sul encontra-se em reconstrução.



Estação de Caminhos de Ferro de Leixões

A estação de Leixões está inserida na área do Porto Leixões. Integrada na linha da cintura ou circunvalação de Leixões, foi inaugurada a 17 de setembro de 1938, pelo Presidente da Câmara Dr. Fernando Aroso. Este edifício, dos inícios do século XX, enquadra o programa de desenvolvimento dos caminhos-de-ferro portugueses, uma vez que a tipologia é comum de Norte a Sul. Os painéis de azulejos, noutras estações, obedecem a uma determinada policromia e são essencialmente temáticos, transmitindo a cor e a beleza do rústico. Relativamente aos painéis da Estação de Leixões, apresentam um programa muito simplista, salientando-se na fachada norte e poente, pequenos painéis em cerâmica, com motivos florais, alusivos aos prémios granjeados nos concursos “estações floridas”. A fachada voltada à linha, ao nível do rés-do-chão, possui um revestimento de azulejo interessante.





Piscina Municipal de Matosinhos

O edifício da Piscina Municipal de Matosinhos é da autoria do arquiteto Pedro Ramalho. Foi mandado construir em 1975 pelo presidente da Câmara, Mário Maia, tendo a obra sido concluída em 1979. O local onde foi construída a piscina, corresponde ao povoado romano, designado como Monte das Pombas; não só esta área bem como toda a envolvente, incluindo a área onde estão implantadas as escolas e o edifício da junta. Foi restaurado e ampliado em 2008-2009 no mandato do presidente Dr. Guilherme Pinto. É um exemplar marcante na história recente da arquitetura portuguesa e no conjunto da obra do autor. Surge em resposta à presença de escolas nas proximidades, sendo que em 1978 a maior parte dos serviços públicos de Matosinhos se encontravam na baixa de Matosinhos, ao longo e nas imediações da Rua de Brito Capelo.

O edifício associa a simplicidade de recursos a uma grande autenticidade, explorando muito a utilização da topografia e da paisagem. Na relação do edifício com o lugar é também legível a inspiração da obra de Alvar Aalto. Pelo despacho n.º 85/GP/05, de 29-09-2005 do presidente do então IPPAR, foi determinada a abertura do procedimento de classificação do imóvel. O procedimento encontra-se caducado.



Edifício dos Paços do Concelho e Palacete do Visconde de Trevões

O edifício dos Paços do Concelho, inaugurado a 8 de dezembro de 1987, é um emblemático exemplo da arquitetura contemporânea portuguesa cuja singularidade tem sobressaído e constituído uma fonte de admiração aqui e além-fronteiras. Na conceção do novo edifício dos Paços do Concelho, projetado pelo Arquiteto Alcino Soutinho, foi desde o concurso público, considerada a integração do Palacete de Visconde de Trevões. Considerando a estreita interação entre os dois volumes, entende-se que constituem um mesmo edifício, pelo que se propõe a classificação como tal.



Palacete da Família Costa Braga

Trata-se de um dos três exemplares de Casas de Brasileiro em Matosinhos (juntamente com a Casa do Godinho e o Palacete de Visconde de Trevões), referenciados no livro Conhecer para Preservar - Casas de Brasileiro, de José Carlos Loureiro, Patrícia Mota Santos e Paula Torres Peixoto. O Asilo de Nossa Senhora da Conceição, fundado a 1 de janeiro de 1896, transitou em 1918 para a Casa Costa Braga, sendo vendido por um valor muito simbólico por D. Ana Emília Maia dos Reis Costa Braga. O edifício foi alvo de remodelações e ampliações com o objetivo de aumentar a capacidade de internamentos.



Casa do Conde de São Salvador de Matosinhos

Memória de João José dos Reis, o segundo Conde de São Salvador de Matosinhos, e testemunho do desenvolvimento de Matosinhos no século XIX. Com traços de uma arquitetura neoclássica portuguesa, simples, simétrica, apresenta a decoração característica da arquitetura das Casas de Brasileiro. Pelo valor da memória do seu proprietário e pela singularidade da sua arquitetura considera-se um edifício de classificação prioritária, tendo em conta o estado de degradação em que se encontra e o risco da sua perda.



Antigo Edifício dos Paços do Concelho de 1860

No Alvará Régio da rainha D. Maria II, de 1853, consta que foram elevadas as freguesias de Leça da Palmeira e Matosinhos à categoria de Vila e a sede do concelho transferida da Vila da Senhora da Hora para Matosinhos. Uma vez que os serviços da câmara se encontravam dispersos, como o Cartório da Câmara e as diversas repartições da mesma, foi necessário construir o edifício que albergasse os mesmos. Assim, foram instalados neste edifício os primeiros Paços do Concelho de Matosinhos. Foi neste edifício proclamada a 07 de Outubro de 1910 a República Portuguesa pelo Dr. Afonso Cordeiro. Admitimos a possibilidade de ali ter funcionado, a partir de 1918, a primeira Junta de freguesia de Matosinhos, uma vez que os serviços camarários passaram a funcionar no atual edifício – CMJNS, na Rua Conde Alto Mearim, entre 1918 e 1934, tendo sido então transferidos para o edifício na Rua Brito Capelo.



Antigo Edifício dos Paços do Concelho de 1920

Edifício dos finais do século XIX, sede do Município entre 1918 e 1934. No princípio do século foi residência do juiz Dinis de Carvalho da Confraria do Bom Jesus de Matosinhos. Após a proclamação da República, e por questões relacionadas com a conjuntura do momento, a igreja foi encerrada e impedida da prática dos serviços religiosos. Perante o facto, o Juiz da Santa Casa, de imediato colocou à disposição a sua residência para a realização das práticas de culto, tendo sido a partir daí realizados, no átrio deste edifício, casamentos e batizados. Para além destas atividades, foram instalados aqui, os Serviços Municipalizados de Água e Eletricidade e a Escola Superior de Arte e Design. Em 1994, a Câmara de Matosinhos, como forma de reconhecimento pelo trabalho de investigação realizado por Joaquim Neves dos Santos (nas componentes arqueológica, histórica, etnográfica), deliberou, a 6 de novembro, que o edifício se designaria Centro Municipal Joaquim Neves dos Santos, tendo aí estado instalado o Gabinete Municipal de Arqueologia e História, desde 1992 até 1999.



Palacete à Rua do Godinho com Rua do Conde de Alto Mearim

Palacete de arquitetura civil neoclássica, destaca-se pelo seu porte e preservação sem qualquer nível de descaracterização das suas estruturas originais, nomeadamente o jardim e casa de fresco. Esta última, pela sua localização, transforma o encontro dos muros da propriedade, voltados respetivamente à Rua do Conde Alto Mearim e à Rua do Godinho, em acontecimento arquitetónico e urbanístico. Pela sua elevada qualidade arquitetónica é considerado como um edifício prioritário a classificar.



Hotel Porto Mar

O Hotel Porto Mar foi fundado em 1946 pelo industrial Edmundo Alves Ferreira. Antes da construção deste hotel, para a qual foi emitida pela Câmara Municipal de Matosinhos a Licença de Construção n.º 641 de 30/08/1945, o espaço foi ocupado pelo edifício do luxuoso Hotel Central, decorado ao estilo Belle Époque, que lhe conferia grande beleza decorativa e arquitetónica. O hotel, com projeto da autoria da ARS ARQUITETOS - Cunha Leão, Morais Soares, Fortunato Cabral - é uma referência na história da arquitetura portuguesa.



Antiga Biblioteca Municipal

A Rua de Brito Capelo começa por ser estrada municipal macadamizada - Estrada Foz / Leça da Palmeira (1865-1870). Recebe a Linha Marginal – Companhia Carril Americano do Porto à Foz e Matosinhos, com tração a muar, em 1872. A tração animal é substituída pelo carro elétrico em 1898. Esta rua denominou-se inicialmente Rua do Juncal de Cima por ter sido aberta e implantada sobre a área de juncal que precedia o areal.

O edifício que albergou a antiga biblioteca municipal é um exemplar marcante das casas apalaçadas de uma burguesia endinheirada que se fixou nessa época nesta rua bem infraestruturada.

A Antiga Biblioteca Municipal foi criada a 1 de Março de 1943, e instalada na rua Brito Capelo, 168, sob a orientação do Professor Abílio Augusto Ferreira da Costa Brochado, tendo sido remodelada entre 1946 e Julho de 1952. Desenvolveram-se ali diversas atividades culturais como: conferências, exposições, etc. No início do século XXI é instalada neste edifício, a Universidade Sénior Florbela Espanca e ainda uma escola Profissional - EPROMAT.



Palacete da Fundação Gramacho

O terreno no qual se encontra instalada a Fundação Gramacho tem frente para a Rua de Brito Capelo e para a Rua de Roberto Ivens. A Rua de Roberto Ivens foi inicialmente denominada como Rua do Juncal de Baixo. Esta rua acompanhou a história da Rua de Brito Capelo, denominada, pelas razões atrás citadas, Rua de Juncal de Cima. Tal como esta, foi percorrida pelo Americano, tendo a linha tido, neste arruamento, o seu “término”. Sabe-se que em 1891 a Câmara mandou pavimentar esta rua, entre a Rua de Santos Reis (atual Tomás Ribeiro) e a Rua do Conde de S. Salvador. A Rua Roberto Ivens reforça o eixo criado pela Rua de Brito Capelo e acompanhando-a no seu papel de estruturante.

O edifício e jardins da Fundação Gramacho é um exemplar marcante das casas apalaçadas de uma burguesia endinheirada que se fixou nessa época no local, tendo frente para os dois arruamentos.



Palacete da Família Begonha

À semelhança do Palacete da Fundação Gramacho, a Casa da Família Begonha é um exemplar marcante das casas apalaçadas de uma burguesia endinheirada que se fixou nessa época no local.

A casa sofreu obras de adaptação e nela funciona atualmente o CAT – Centro de Apoio a Toxicodependentes sendo que, pelo menos no que diz respeito à sua imagem de rua, o “palacete” não foi descaracterizado.



Teatro Constantino Nery

Edifício de planta retangular alongada, de dois pisos no corpo principal e de um piso nas extremidades. Volumes articulados, com coberturas em telhado diferenciadas, de três águas no corpo principal e de duas águas sobre o corpo mais elevado nas traseiras, correspondente ao espaço da teia. Fachada principal simétrica, orientada a N., com pilastras nos extremos, é subdividida em cinco corpos através de pilastras em cantaria (rusticada no piso térreo), sendo os corpos dos extremos de piso único, com uma porta de arco de volta perfeita, encimadas por balaustrada em cantaria. O corpo central subdividido em três panos, correspondente à sala de espetáculo, foyer e salão apresenta-se modulado por vãos alinhados, separados por registo horizontal saliente encimado por balaustrada em cantaria intercalada por medalhões, com portas no piso térreo e vãos agrupados dois a dois no piso superior. Estes são encimados por frontões curvos abatidos e os centrais por um frontão triangular interrompido. O corpo central em cantaria lavrada, apresenta uma varanda ligeiramente saliente sobre dois vãos de arco pleno, com balaustrada profusamente decorada com frisos de motivos geométricos. Coroamento da fachada constituído por forte entablamento em cantaria lavrada com cornija decorada com almofadas salientes. A cornija ao centro eleva-se num espaldar semi circular com frisos ladeada nas extremidades por urnas.

Esta construção foi realizada por iniciativa de Emílio José Ló Ferreira, 1º Visconde de Trevões; 1906; 10 Junho – inauguração; 2; Novembro - aqui se faz as primeiras exhibições cinematográficas em Matosinhos; 1907, 22 de Setembro - passa a dedicar-se regularmente à exibição de películas cinematográficas em alternância com as representações teatrais, sendo criada uma sala específica para projetar filmes, chamada Cynematógrafo Deslumbrante; 1909, 12 Agosto – Ló Ferreira, recebe por alvará o título de Visconde de Trevões; 1910 - é criada uma sala de cinema no Casino de Matosinhos por Eduardo Belluga; 1929 - Construído o cinema de S. Mamede; 1937 - o Teatro Constantino Nery, lança o primeiro cinema ao ar livre nos jardins da confraria do Senhor de Matosinhos; 1942 - morre o Visconde de Trevões, na sua Quinta de Almodena, em Trás-os-Montes; Anos 60 - a firma proprietária continua a ser Sousa & Filho, Ld.ª 1960 / 1970 - decadência generalizada dos cinemas de Matosinhos; 1970 década de - inicia-se a decadência da sala, sendo posteriormente encerrada; 1980, década de - a Firma Sopete adquire o edifício para instalar uma sala de bingo; 2000 - o prédio é comprado pela Câmara Municipal de Matosinhos (CMM) à Firma Sopete.



PROPOSTA DE CLASSIFICAÇÃO COMO CONJUNTO DE INTERESSE MUNICIPAL

Na 1ª fase do trabalho a CPAH aventou a possibilidade de estender a sua proposta final de classificação a casos de unidades residenciais destinadas ao alojamento social.

Apontou então o caso de 4 conjuntos que, na sua perspetiva, mereceriam ser classificados como Conjuntos de Interesse Municipal.

São eles:

O Bairro dos Pescadores (1ª fase), o Bairro do Tarrafal (Rua de Goa, Rua de Damão e Rua Augusto Gomes), o Conjunto SAAL de Carcavelos e o Conjunto SAAL da Cruz de Pau.

O desenvolvimento do trabalho, nesta segunda fase, veio confirmar a importância dessa classificação, por razões que se prendem com o interesse que estes “casos” têm a nível urbanístico e arquitetónico, mas também social.

Estes bairros foram construídos em dois tempos distintos: os primeiros nas décadas de 50 e 60 do século passado, em plena ditadura, e os outros dois já em período democrático, logo após o 25 de Abril.

O contexto político e económico que enquadrava os dois primeiros não podia ser mais distinto do dos dois últimos, e marcou certamente muito as opções que ainda hoje conseguimos “interpretar” no seu desenho e até na escolha das localizações.

O Bairro dos Pescadores foi construído no âmbito do programa criado pela Junta Central das Casas de Pescadores, que administrava o Fundo Comum das Casas de Pescadores. Esta “associação” prosseguia objetivos simultaneamente corporativos e mutualistas. Este programa terá começado a ser implementado na Nazaré, Peniche e Vila do Conde, e destinava-se ao alojamento das famílias dos pescadores de longo curso, que trabalhavam na faina do bacalhau, e depois estendeu-se a muitas outras comunidades piscatórias, com frotas pesqueiras mais locais. O Bairro do Tarrafal terá sido promovido pela Federação das Caixas de Previdência, a exemplo do que aconteceu nos mais diversos municípios, seguindo modelos muito semelhantes. Os bairros de Carcavelos e da Cruz de Pau constituíram experiências partilhadas diretamente entre a administração central (FFH) e as populações locais (representadas por Comissões de Moradores democraticamente eleitas), em pleno PREC, no quadro do inovador e revolucionário programa SAAL (Serviço Ambulatório de Apoio Local), criado por Nuno Portas, então Secretário de Estado da Habitação.

Quer uns, quer outros, separados por escassas décadas e vividos em contextos políticos simétricos, destinavam-se a alojar famílias das classes mais desfavorecidas, do proletariado urbano e dos pescadores, que conseguiam assim alternativas ao alojamento precário, em bairros de barracas, que grassavam cada vez mais nas periferias metropolitanas.

Trata-se de conjuntos urbanos com uma grande unidade morfológica, que ainda hoje possuem uma imagem muito forte e singular, uma identidade muito própria, pese embora terem sido “apanhados” pela mancha da cidade que no entanto se estendeu na sua direção.

Originariamente esta unidade estendia-se naturalmente à vertente social, pois as famílias que ocupavam essas casas viviam do mar ou da indústria, trabalhavam nos mesmos sectores de atividade, possuíam uma escolaridade

semelhante, empregos mal remunerados e famílias numerosas. Essa identidade transformava estes bairros numa espécie de redutos onde viviam, em relações de grande proximidade urbana, complementaridade familiar e muitas vezes também funcional, agregados numerosos que tinham tido, pela primeira vez nas suas vidas, oportunidade de viver em casas novas, salubres e construídas a pensar em si, num território que muito embora não fosse propriamente central não era nenhum arredor desqualificado...

É assim para nós muito curioso ver como a cidade, que sofreu as mais radicais transformações nestes últimos 70 anos, e que se descentrou do lado poente para o lado nascente, e da cota do mar para a cota alta, não logrou dissipar, nem sequer fazer estremecer a unidade destes conjuntos, sendo que eles permanecem “legíveis” e muito facilmente identificáveis no tecido urbano, unidos ainda pela mesma força e pela mesma imagem que tinham quando foram construídos.

Só uma tenaz personalidade os fez sobreviver praticamente ilesos em termos urbanísticos e deixar a sua imagem arquitetónica praticamente incólume a todas as investidas e a todos os formalismos...

Talvez apenas o bairro do SAAL da Cruz de Pau tenha sofrido mais com a passagem do tempo. Julgamos, no entanto, que esse fenómeno talvez possa atribuir-se ao facto de essas casas terem sido projetadas e construídas num modelo mais convencional, com um desenho menos distintivo, que as tornou mais “dissolúveis” na envolvente.

Breves notas sobre estes 4 conjuntos

Bairro do Tarrafal

Este Bairro foi implantado para fazer tecido urbano...

Ao contrário do Bairro dos Pescadores, que se desenrola em círculos no cabeço onde foi implantado, como que querendo ao mesmo tempo participar da malha urbana e fugir dela, e ficar tranquilamente a viver à sua ilharga, este Bairro “rasga” literalmente o cadastro e dispõe os edifícios de uma forma claramente urbana, seguindo uma matriz de composição geométrica, axial, ortogonal, onde um subtil desalinhamento, horizontal e vertical, dos edifícios vai desenhando o espaço exterior, definindo também uma hierarquia para esse espaço.

A verdade é que foi tão determinante a sua implantação para a configuração do espaço urbano que todos os edifícios que foram construídos em seu redor, incluindo a Câmara Municipal (edifício dos Serviços Técnicos), e a Biblioteca Florbela Espanca, sobretudo esta última, ajustaram-se ao desenho dos seus arruamentos e dos seus passeios e incorporaram o Bairro de uma forma totalmente pacífica.

Os edifícios – 16 módulos – têm uma arquitetura depurada, que segue um modelo usado pelo “Estado Novo” para a habitação de promoção pública, um modelo repetido em muitos outros locais neste mesmo período. Têm rés do chão elevado, dois ou três andares, implantam-se à face da rua e têm pequenos logradouros no tardo.

As suas fachadas são rebocadas, tendo um embasamento singelo em alvenaria de granito, com pequenos vãos de ventilação do pavimento, sendo o principal elemento de composição dos alçados voltados à rua um “pano” de parede, em alvenaria aparente de granito, que marca de forma expressiva as entradas do prédio, no qual pontuam umas janelas escotilha que servem para iluminar e ventilar as caixas de escada.



Bairro dos Pescadores

O núcleo do Bairro dos Pescadores para a qual é proposta a classificação como Conjunto de interesse Municipal corresponde à fase mais antiga do bairro, que foi inaugurada em junho de 1949.

Caracteriza-se por três tipos de construções:

Um primeiro grupo de construções plurifamiliares, com dois pisos, pousadas sobre uma espécie de embasamento em alvenaria aparente de granito, sobre o qual se elevam muros de vedação em alvenaria rebocada. Estes edifícios têm como principal característica o facto de o andar superior ser servido por uma galeria porticada, com arcos de volta inteira, que protege as entradas das casas ao nível do rés do chão. Este tipo de edifícios localiza-se junto dos espaços públicos e dos equipamentos, sendo que a sua implantação é muito importante para a conformação desses espaços.

Um segundo tipo de construções, também plurifamiliares, igualmente com dois pisos, em bandas mais extensas ou menos extensas, que podem ir de 3 a 6 módulos, igualmente pousadas sobre um embasamento idêntico, separadas do espaço público por uma área semi-privada, uma espécie de plataforma / logradouro, através da qual se faz a transição de cotas entre a rua e a entrada da casa.

Por último um terceiro tipo de construções, mais convencionais, também de rés do chão e andar, geminadas ou em bandas de três, implantadas à face, e de cota, com o espaço público. Estas casas têm apenas logradouro posterior. A característica urbanística mais importante desta parte do Bairro dos Pescadores é o facto de as construções se disporem muito “cuidadosamente” no espaço público, haver uma clara hierarquização desse espaço e constituírem um todo harmonioso, com uma escala que é simultaneamente urbana e ao mesmo tempo confortável para a circulação dos peões e para a partilha desse espaço que, sendo público, é relativamente entendido como um espaço “reservado” àquele conjunto de fogos.

Vamos tentar descobrir, com o evoluir do trabalho, o porquê de estas casas estarem sobrelevadas relativamente ao espaço exterior e serem dele separadas por um pequeno muro inclinado que faz lembrar os muros das fortalezas que por toda a costa portuguesa foram construídas. Porque a verdade é que estas casas (à exceção do último grupo), estão todas debruadas por estes muros, que podem ter uma altura média de um metro, mas cuja existência não é em caso algum justificada por uma necessidade topográfica, sendo apenas um dispositivo formal.



Bairro de Carcavelos – SAAL

O Bairro SAAL de Carcavelos tem 5 edifícios de habitação plurifamiliar que se implantaram numa área que hoje é central na cidade, mas que, quando foram construídos, não tinha a “exposição” que passou a ter depois da abertura do prolongamento da Avenida da República.

Adotaram uma escala e um modelo arquitetónico e urbanístico pouco utilizado pelo programa SAAL.

Trata-se de longos edifícios, que tanto se estruturam ao longo de arruamentos consolidados, como é o caso do edifício que se implantou ao longo da Avenida Garcia de Arosa, como “serpenteiam” no solo desenhando eles próprios o espaço público. Formam um conjunto muito interessante, com muita unidade e muita personalidade, mas que, não obstante essa sua característica, foram muito bem absorvidos pela malha urbana.

Têm uma característica muito curiosa e peculiar: têm fachadas muito diferentes, quase opostas, no que ao desenho e aos materiais diz respeito, uma de desenho muito tradicional, ameno, convencional, e uma outra brutalista, crua e austera, de marcação claramente horizontal, com longas galerias em betão aparente, onde pontuam uns elementos protuberantes que correspondem às caixas de escadas. Os edifícios voltam ao espaço público uma ou outra fachada, um ou outro desenho, indiferentes ao “choque” que sobre o espaço público possam causar. Formam um conjunto muito interessante e , depois de tudo isto, estranhamente coeso...

**Bairro da Cruz de Pau – SAAL**

Este conjunto formado por 5 edifícios, ao qual se associou um equipamento de apoio (Creche e Jardim de Infância, que neste momento se encontra desativado), é aquele que corresponde mais à imagem morfológica e tipológica dos conjuntos promovidos no âmbito do programa SAAL, pelo menos no que diz respeito à obra executada na área Metropolitana do Porto.

Trata-se de bandas de casas unifamiliares, de rés do chão e andar, com logradouros privativos, (algumas delas com logradouros fronteiros, e no tardo), que de algum modo reproduziam muito a imagem dos loteamentos da classe média, ou média baixa, em que cada família sabia qual era a sua casa e onde começava a do vizinho, em bandas em que esse seccionamento não era aparente, pelo exterior.

Duas das bandas deste conjunto, as mais a nascente, implantaram-se “costas com costas”, com os logradouros respetivos separados por um pequeno caminho pedonal, modelo que veio mais tarde a ser repetido em vários

CLASSIFICAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL

empreendimentos cooperativos, como foi o caso dos conjuntos da Sache e da Cooperativa Lar do Trabalhador, tanto em Leça como nas Azenhas de Cima.

Este foi, dos três empreendimentos do SAAL que foram construídos em Matosinhos, aquele que pior resistiu à passagem do tempo e a proposta de classificação suscitou alguma hesitação, tendo em conta a situação em que se encontra este conjunto.

As casas estão muito desfiguradas, foram individualizadas “à força” à custa de painéis de azulejos que se sobrepuseram às suas fachadas rebocadas, os seus logradouros estão peçados de anexos construídos com materiais pouco consistentes, alguns dos anexos foram transformados em segundas habitações, ou criados corpos supletivos que os ligaram volumetricamente à construção principal, fazendo desaparecer as características de umas e de outras construções.

No entanto, sabendo como o processo SAAL foi uma experiência muito interessante e invulgar, no que ao alojamento social diz respeito, e sabendo também que através do SAAL se ensaiou um modo de “democracia participada”, em que os futuros utentes tiveram oportunidade de intervir na conceção do programa daquilo que viriam a ser as suas futuras habitações, pensamos que a classificação deste conjunto pode ser o primeiro passo para transformar este bairro num “caso de estudo” e suscitar um projeto de intervenção municipal que de algum modo reponha na sua versão originária.



Casas de Mar

O conjunto constituído por uma seleção de edifícios localizados na Rua de São Sebastião, Rua do Sul e Rua do Conde de São Salvador, é parte indelével da identidade de Matosinhos. O conjunto constitui-se por quarteirões formados por fiadas de edifícios, muitos destes com frentes para os dois arruamentos paralelos. Trata-se de uma morfologia que carece de estudo aprofundado para se perceber a sua relação com as atividades marítimas, que está presente nas casas de mar de Angeiras e nos quarteirões da Nazaré.

A importância da salvaguarda da autenticidade deste conjunto urbano é fundamental, especialmente em tempos em que o interesse turístico e económico aumenta, pelo que se considera prioritária a classificação como conjunto de interesse municipal.



Conjunto de Sete Casas à Rua Brito Capelo

Inicialmente designada por Rua do Juncal de Cima, a Rua Brito Capelo viria a transformar-se num eixo estruturante de Matosinhos. Preenchida por palacetes, comércio, serviços e infraestruturas, foi o local para onde o Comendador Ferreira de Matos encomendou estas sete casas, que hoje se destacam enquanto conjunto pela sua homogeneidade e como exemplar da arquitetura residencial corrente do início do século XX. A importância de salvaguardar o seu valor de conjunto e de impedir a descaracterização do mesmo através de alterações pontuais justifica a prioridade de classificação como conjunto de interesse municipal.



Conjunto de Cinco Casas à Rua Roberto Ivens

Este conjunto de casas é testemunho da importância urbana da Rua de Roberto Ivens, para a caracterização da qual tem uma importância relevante. É de uma arquitetura de inspiração balnear, presente em todo o litoral norte do país, podendo ser encontrados exemplares semelhantes na Foz e áreas vizinhas, na cidade do Porto.



PROPOSTA DE CLASSIFICAÇÃO COMO SÍTIO DE INTERESSE MUNICIPAL

Bouças / Sítio Arqueológico do Mosteiro de Bouças – Núcleo Medieval

Este sítio foi registado na Carta Arqueológica do Concelho com o Código Inventário – 1248 | Nº Carto. 48. Localiza-se num vale encaixado entre os lugares de Sendim e Carcavelos.

O lugar de Bouças correspondeu ao primeiro núcleo medieval do Julgado de Bouças que se desenvolveu à volta de um edifício religioso, referido na documentação mediévia e que perdura na microtoponímia até aos nossos dias, na designada rua do Convento. Da estrutura monástica, sobreviveram alguns vestígios visíveis, como o muro de alvenaria com “45 metros de comprimento por 1.80m de largura”, que segundo Cerqueira Pinto “será a parede norte da igreja parochial ou do mosteiro de Bouças”.

O estudo realizado por Ricardo Teixeira em 2009, refere achados casuais de ossadas, moedas e objetos religiosos encontrados no local, próximo do extenso e denso muro associado ao mosteiro, compreendendo várias fases construtivas, algumas com características pós-medievais.

Segundo a documentação medieval este espaço conventual foi doado ao bispo do Porto, D. Hugo no ano de 1120. Posteriormente, o Convento de Bouças foi doado a Dona Mafalda em 1196 e reconfirmada a doação em 1209 pelo rei D. Sancho I.

Segundo a investigadora Maria Alice Alegria, esta doação teve objetivos estratégicos, uma vez que o rei entendeu que o Mosteiro de Bouças reunia as condições para implementar uma casa monástica para profissão de mulheres da família real. Acrescenta ainda a catedrática, que em Portugal não existia qualquer instituição com esse fim. São muitos os registos que documentam a presença da rainha Dona Mafalda no Convento, para além da grande reforma operada pela mesma, após o seu regresso a Portugal.

Pelo documento da Portugaliæ Monumenta Historica - Inquisitiones, Inquirições de El-Rei D. Afonso III, relativamente ao Mosteiro de Bouças, supõe-se que após a morte da rainha, passou a exercer funções de igreja paroquial. O documento regista os sete lugares que constituem a paróquia, verificando-se que Matosinhos ocupa um lugar cimeiro, distinguindo-se pelo aumento demográfico representado por 175 habitantes, seguindo-se-lhe o lugar mais povoado o de Sendim com 105 habitantes, e Real e Lavadores com 85.

Este aumento demográfico, pressupõe a deslocação de pessoas para zonas próximas do mar e do rio potenciando desta forma o desenvolvimento, o que não se tinha verificado anteriormente devido às incursões que atacavam a costa e punham em perigo as populações.

Servindo então a igreja do Mosteiro como paroquial dos lugares de Carcavelos, Lavadores, Linhares, Matosinhos, Pinheiro, Real e Sendim, subentende-se, pelo povoamento, que os lugares com mais potencialidades de crescimento eram Matosinhos e Sendim, próximos do mar e do rio, e que pelas características morfológicas, Matosinhos reunia as melhores condições para a implantação da sucessora de Bouças.

De facto, o mosteiro deve ter exercido uma forte influência local, atendendo à longevidade do topónimo, perpetuado como lugar de Bouças e mais tarde inscrito na toponímia como Rua de Bouças de Cima e Rua de Bouças de Baixo,

CLASSIFICAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL

que pela área deveria corresponder à zona envolvente do Mosteiro na qual estariam incluídas as casas de Dona Mafalda.

Em 1305 o extinto Mosteiro de Bouças ganha novo padroado. D. Geraldo Domingues, bispo do Porto, que o recebe do rei D. Dinis. Esta doação não é feita à autoridade eclesiástica, mas sim à pessoa de D. Geraldo, que veio a ser sepultado na capela-mor da Igreja de Bouças, tendo sido trasladado para a nova igreja em 1550.

Em 1542, D. João III, anexou o padroado de Bouças à Universidade de Coimbra, que se passou a designar igreja do Crucifixo de Bouças.

PROCESSO DE CLASSIFICAÇÃO DE ÂMBITO MUNICIPAL A DECORRER

Conjunto de Quatro Casas de Álvaro Siza em Matosinhos

Proposta de classificação como Conjunto de Interesse Municipal, com procedimento em curso. À semelhança de outras obras de autoria do Arquiteto Álvaro Siza no concelho que ainda não estão abrangidas por qualquer tipo de classificação, considerou-se que a classificação do conjunto de Quatro Casas de Álvaro Siza em Matosinhos como prioritária, pelo seu interesse na história da arquitetura portuguesa, pelo seu espaço na obra do Arquiteto Álvaro Siza e, também, pela sua localização central em Matosinhos.

**Casa da família Siza Vieira – Casa da Arquitetura**

A Casa Roberto Ivens faz parte das instalações da Casa da Arquitetura, tendo sido adquirida pelo município em 2007. A casa datada do século XIX, era propriedade e residência da família do Arquiteto Álvaro Siza Vieira, tendo por este sido remodelada em 1961. Aquando da sua aquisição pela Câmara Municipal, a casa foi sujeita a obras de reduzida monta, orientadas pelo Arquiteto Siza, acolhendo entre 2009 e 2017 as atividades da Casa da Arquitetura, com espaços de trabalho, biblioteca, sala de exposições, arquivo e uma pequena loja. Foi um espaço de experimentação e investigação para Álvaro Siza e uma peça fundamental para o estudo da sua obra, pelo que se considera um edifício de classificação prioritária. Tem o procedimento de Classificação em curso.



Casa do Ribeirinho

Pelo seu destaque na malha urbana do que foi o desenvolvimento de Matosinhos do Século XVIII e pelo seu interesse arquitetónico e histórico, considerou-se a Casa do Ribeirinho como um imóvel de classificação prioritária. O edifício e seus jardins encontram-se profundamente enraizados na identidade de Matosinhos. A Casa do Ribeirinho foi imóvel de acompanhamento aquando da decisão de estabelecer uma ZEP para a Igreja do Bom-Jesus de Matosinhos.

Tem o procedimento de classificação em curso, como Monumento de Interesse Municipal.



Palacete do Godinho

Adquirido pelo município, foi construído por António Godinho da Silva, uma personalidade notável de Matosinhos do Século XIX. O Palacete do Godinho, de arquitetura civil neoclássica, insere-se na tipologia da Casa de Brasileiro. Com uma localização privilegiada, encima a Rua do Godinho e tem uma presença preponderante na Avenida de Dom Afonso Henriques. Entre 1997 e 2011, o palacete foi alvo de obras de restauro e conservação, da autoria de Álvaro Siza. Atualmente acolhe as instalações municipais da Casa da Juventude. A sua qualidade arquitetónica e o seu porte urbano imponente tornam-no um imóvel de classificação prioritária.



Casa de Eduardo de Sousa Guimarães

O Palacete à Rua Mouzinho de Albuquerque foi um imóvel sempre presente em todas as cartas e propostas de salvaguarda ou classificação, sendo esta última a única forma definitiva de impedir a sua descaracterização ou eventual demolição. Com a alteração de propriedade e as primeiras intervenções realizadas pelos novos proprietários, agudizou-se a importância de priorizar a sua classificação.



LEÇA DA PALMEIRA

Proposta de Classificação como Monumento de Interesse Municipal

Antiga Gare de Passageiros do Porto de Leixões

“Marégrafo” – Antigo Posto Telegráfico e Semafórico de Leixões

Titan do Molhe Norte *(a decidir em concertação com a APDL)

Casa da Rua da Alegria

Clube de Leça

Casa na Rua Fresca com Cruzeiro embutido no muro – Solar das Suecas

Casa de Augusto Cardia Pires

Casa de Fernando Pinto de Oliveira – Casa na Rua Direita

Casa da Congosta do Abade

Farol de Leça da Palmeira

Proposta de Classificação como Conjunto de Interesse Municipal

Quinta da Conceição

Gonçalves

Passos de Leça da Palmeira

Armazéns da APDL

Edifícios Industriais – conjunto constituído pela Fábrica de Conservas Ramirez, JAS (Antiga Fábrica de Conservas

EFEL – Empresa Fabril Exportadora L.^a) e Moraes (Antiga Fábrica de Conservas Estrela do Sul)

Proposta de Classificação como Sítio de Interesse Municipal

Boa Nova

Processo de Classificação de âmbito Municipal a decorrer

Casa de Santiago

Classificação de âmbito Nacional

Piscinas de Marés de Leça da Palmeira – Monumento Nacional

Casa de Chá da Boa Nova – Monumento Nacional

Forte de Leça da Palmeira, também conhecido por “Castelo de Matosinhos” – Imóvel de Interesse Público

Ponte de Guifões – Imóvel de Interesse Público

CLASSIFICAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL



PROPOSTA DE CLASSIFICAÇÃO COMO MONUMENTO DE INTERESSE MUNICIPAL

Antiga Gare de Passageiros do Porto de Leixões

A Antiga Gare de Passageiros é um edifício construído em 1955, da autoria do Arquiteto Francisco Figueiredo (Tito Figueiredo), com a colaboração do Arquiteto Fernando Távora. Integrado nas outras construções portuárias, destaca-se pela sua qualidade arquitetónica na notável interação entre a espacialidade interior e a conceção da estrutura em madeira do edifício. A esta interação é acrescentada a deslumbrante relação interior/ exterior.



“Marégrafo” – Antigo Posto Telegráfico e Semaforico de Leixões

Edifício construído em 1891, de planta octogonal, com três pisos, inserido na zona envolvente ao Forte de Nossa Senhora das Neves e ao Porto de Leixões. Funcionava como elemento de sinalização para a entrada e saída de navios. Trata-se de um edifício simbólico na atividade do Porto de Leixões com um valor preponderante na paisagem que o envolve. Atualmente alberga os serviços da Direção de Exploração Operacional Portuária da APDL - Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, SA.



Titan do Molhe Norte

Considerou-se pertinente a sua classificação (a posteriormente concertar com a APDL) como forma de pôr na ordem do dia a sua reconstrução. Estamos em presença de uma estrutura única no mundo, já considerada viável para classificação mundial como International Mechanical Engineering Historic Landmark. Constitui um exemplo notável da maquinaria do ferro, sendo símbolo da história de Matosinhos e parte fundamental da sua imagem na orla costeira.



Casa da Rua da Alegria

Esta casa pertenceu aos familiares do Conde de Leça, José Leite Nogueira Pinto. No Século XVIII, de acordo com a descrição das Memórias Paroquiais, Leça da Palmeira tinha fundamentalmente catorze ruas, entre as quais a Rua do Matinho (para a qual a Casa na Rua da Alegria tem a sua frente mais extensa) e que era o essencial da ocupação urbana de Leça da Palmeira entre os séculos XVI e XX. A construção do Porto de Leixões e as demais remodelações que dele advieram, implicaram a perda de uma parte significativa desta malha urbana e suas construções. A Casa na Rua da Alegria assume uma particular importância na manutenção da memória deste núcleo de desenvolvimento de Leça da Palmeira, por o edifício não apresentar sinais de descaracterização evidentes. Para além do seu valor arquitetónico, adossado à casa está um dos doze Passos da Paixão de Cristo, que integrava o antigo percurso da procissão dos Passos.



Clube de Leça

Esta casa é um exemplar muito interessante da arquitetura própria das estâncias de veraneio associadas aos meios urbanos do litoral do país. O clube de Leça ocupa esta casa desde 1918.

O Club de Leça foi fundado no ano de 1884, tendo a sua sede na Rua do Arnado. Passou desde então por diversos locais. Marcando entre todos os clubes de praias nortenhas um lugar incontestável, quer pela classe burguesa que então o frequentava, mas também pelo elenco de festas que realizava. De salientar a presença naquele local de alguns nomes artísticos consagrados como a violoncelista Guilhermina Suggia e o pianista e compositor Óscar da Silva.



Casa na Rua Fresca com Cruzeiro embutido no muro – Solar das Suecas

Localizada no Centro Histórico de Leça da Palmeira. Construção do século XVIII. Nesta casa viveu o Dr. António Pinto de Oliveira da Rocha Leite, que nasceu em Leça da Palmeira a 15 de agosto 1896 e faleceu a 9 de setembro de 1973. No muro desta estrutura habitacional encontra-se incrustado um cruzeiro do século XVIII, no qual se identifica uma data de 17..., sendo que desconhecemos, até ao presente, a sua proveniência. A casa tem uma importância relevante na Rua Fresca e é testemunho do prestígio de Leça da Palmeira já no século XVIII.



Casa de Augusto Cardia Pires

A casa é um exemplar muito interessante da arquitetura própria das estâncias de veraneio associadas aos meios urbanos do litoral do país. Nesta casa viveu o Dr. Augusto Cardia Pires. O ilustre leceiro, nasceu em Leça da Palmeira a 23 de dezembro de 1872. Formou-se em medicina na extinta Escola Médico-Cirúrgica do Porto. Desempenhou um papel de relevo na sociedade Matosinhense. Para além do clínico brilhante, foi chefe dos Serviços de Cirurgia Geral e Ginecologia do Hospital de Matosinhos, guarda-mor de saúde em Leixões e presidente da Comissão de Turismo, assim como presidente da Comissão Central de Assistência aos Pobres. Exerceu diversas funções na Sociedade Humanitária dos Bombeiros Voluntários. Fundou o Dispensário de Assistência Nacional aos Tuberculosos. Publicou em 1900 um tratado sobre terapêutica Moderna. Para além destas atividades e ainda como jornalista, dirigiu o semanário regional O Monitor. O seu nome consta da toponímia de Leça da Palmeira.

**Casa de Fernando Pinto de Oliveira – Casa na Rua Direita**

A casa é de boa traça e interesse arquitetónico e desempenha um papel urbano muito importante em termos de coesão e identidade. Viveu nesta casa o Eng.º. Fernando Pinto de Oliveira, neto da proprietária Dona Cacilda da Rocha Leite e de Bento Vieira Ferraz de Araújo antigos proprietários deste imóvel. O Eng.º Pinto de Oliveira exerceu o cargo de Presidente da Câmara Municipal de Matosinhos entre 1958 a 1970, período em que fomentou a realização de obras que marcaram para sempre a identidade do concelho.



Casa da Congosta do Abade

Neste edifício foi instalada a Clínica de Leça, localizada no Largo da Congosta do Abade. Já pertenceu à família de João Rumsey Nicolau de Almeida, conhecido como o Pim, filho de António Nicolau de Almeida e de D. Ilda Rumsey. Muito embora se trate de uma construção do século XIX, tem alguns elementos que nos fazem pensar estar em presença de uma pré-existência anterior a esse século. Regista atualmente algumas marcas que terão sido provocadas por alterações urbanísticas ocorridas nos inícios e meados do século XX, certamente relacionadas com a alteração à rede viária envolvente e com o Porto de Leixões, cuja construção se tinha iniciado nos finais do século XIX. Muito perto desta Casa “deparamo-nos” com a Capela da Senhora da Piedade ou do Espírito Santo, referida em 1676 no livro de registo das visitas.



Farol de Leça da Palmeira

Até 1916 este litoral era conhecido pela “Costa Negra”. Desde 1866 que se debatia a necessidade dum farol para auxiliar a navegação. Entre 1916 e 1919 funcionou o farolim da Boa Nova, junto à capela da Boa Nova, que foi abandonado pela sua insuficiente iluminação. Ainda existem os vestígios da sua base. O farol da Boa Nova, com 46 metros de altura, e cuja obra foi dirigida pelo Engº José Joaquim Peres, entrou em funcionamento em 15 de dezembro de 1926, funcionando até à década de 60 com iluminação a petróleo, tendo sido posteriormente eletrificado.



PROPOSTA DE CLASSIFICAÇÃO COMO CONJUNTO DE INTERESSE MUNICIPAL

Quinta da Conceição

O Parque Municipal da Quinta da Conceição, esteve em vias de classificação de âmbito nacional desde 2004, por decisão do então, IPPAR. Esse procedimento de classificação foi arquivado pela DGPC em 2012.

A Quinta da Conceição era uma propriedade particular que a Câmara de Matosinhos decidiu transformar em parque público. O parque urbano que conhecemos hoje, resultado da intervenção de Fernando Távora e do arquiteto paisagista Ilídio de Araújo, manteve elementos, tanto do Convento de Nossa Senhora da Conceição (instalado no local no século XV), como da propriedade particular pré-existente – a avenida, a capela, o claustro, tanques, caminhos, vegetação, muros de suporte. O Pavilhão de Ténis (de Fernando Távora) e a Piscina (de Álvaro Siza) pontuam o espaço e apresentam-se como imagem da discussão arquitetónica da época, da integração da arquitetura moderna com a tradição. Nas suas diversas valências, o valor histórico e arquitetónico faz deste conjunto uma prioridade no processo de classificação



Gonçaves

Nas Inquirições do século XIII, Gonçaves fazia parte do Julgado da Maia e já se contavam aqui localizados dezoito casais, tornando-o o lugar mais povoado de toda essa área. O conjunto de Gonçaves é um exemplar da ocupação rural, com casais, no noroeste português. É constituído por uma intrincada malha de Casas de Lavoura, onde sobressaem sobretudo edifícios do século XIX, assentes numa estrutura que facilmente se pode perceber ser muito mais antiga, como aliás os documentos das Inquirições comprovam. Apesar de a este território já ter sido subtraída uma importante porção hoje ocupada por algumas infraestruturas que se desenvolveram junto deste núcleo, Gonçaves é ainda assim um conjunto coeso que, pela sua extensão, pelas estruturas que o constituem e pela sua longa história, importa preservar, considerando-se por tudo isso uma prioridade na classificação como conjunto de interesse municipal.



Passos de Leça da Palmeira



Armazéns da APDL

Conjunto urbano localizado na Avenida Antunes Guimarães, constituído por 6 edifícios destinados a equipamento, no caso, a instalações do Porto de Leixões. Foi construído no século XX e destaca-se pelo seu interesse arquitetónico. O conjunto sofreu recentemente obras de requalificação, com projetos da autoria do Arquiteto Álvaro Siza e do Arquiteto Adalberto Dias.



Edifícios Industriais – conjunto constituído pela Fábrica de Conservas Ramirez, JAS (Antiga Fábrica de Conservas EFEL – Empresa Fabril Exportadora L.ª) e Moraes (Antiga Fábrica de Conservas Estrela do Sul)

Proposta de classificação como Conjunto de Interesse Municipal aprovada em reunião alargada. Trata-se de um conjunto industrial que testemunha a deslocação das fábricas de conservas da área de Matosinhos-Sul para localizações a norte da ocupação urbana de Leça da Palmeira, como alternativa de proximidade do Porto de Leixões. As fábricas têm interesse para a história urbana de Matosinhos e apresentam um desenho cuidado, modernista, sendo a sua preservação compatível com o PDM, que define a área da localização do conjunto como “Área de atividades económicas “

- Fábrica de Conservas Ramirez: Edifício construído em 1945 para instalação da Fábrica de Conservas Ramirez & C.ª, Lda., ao abrigo da licença de construção n.º 405, de 25 de maio de 1945, em resultado do processo n.º 71/ 1945; posteriormente foi emitida a licença n.º 468, de 28 de abril de 1948.

- Moraes (Antiga Fábrica de Conservas Estrela do Sul): Edifício construído em 1945 para instalação da “Fábrica de Conservas Estrela do Sul”, da firma Francisco Alves & Filhos, Lda., ao abrigo da licença de construção n.º 546, de 28 de julho de 1945, em resultado do processo n.º 831/ 1945. Obteve a licença de utilização n.º 204, em 4 de dezembro de 1946. O prédio foi adquirido pela empresa A J Gonçalves de Moraes SA, em 1980, tendo desde então sido utilizado para a sua atividade como transitária, com transportes e serviços associados.

- JAS (antiga Fábrica de Conservas EFEL – Empresa Fabril Exportadora Ld.ª): A Fábrica de Conservas EFEL laborou durante as décadas de 1950 e 1960 e encerrou em 12 de agosto de 1971. Os projetos de licenciamento encontrados nos arquivos datam de 1972 e 1973, requeridos por “Santos e Barreto Lda.”, e terão servido para a instalação da fábrica de indústria metalo-mecânica JAS, conhecida marca de torneiras, que encerrou há vários

CLASSIFICAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL

anos. Foi recentemente muito descaracterizada, pelo que será avaliada posteriormente a sua inclusão neste conjunto.



PROPOSTA DE CLASSIFICAÇÃO COMO SÍTIO DE INTERESSE MUNICIPAL

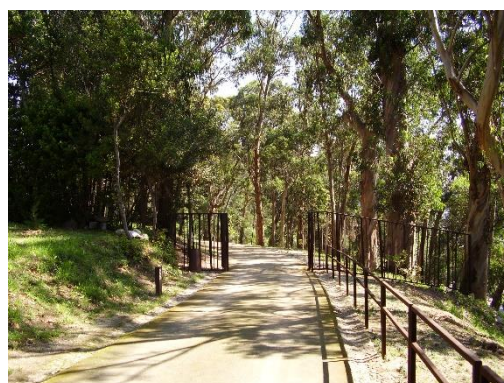
Boa Nova

Os vestígios e os documentos revelam nesta área uma ocupação desde a Pré-História. De salientar as Insculturas referidas por Martins Sarmento no século XIX, correspondendo a lugar sagrado e localizadas junto ao monumento dedicado a António Nobre.

PROCESSO DE CLASSIFICAÇÃO DE ÂMBITO MUNICIPAL A DECORRER

Casa de Santiago

No espaço anteriormente ocupado pela Quinta de Vila Franca, foi construída, em 1896, a residência da família Santiago de Carvalho. O projeto de arquitetura e decoração da habitação é de autoria de Nicola Bigaglia. Este arquiteto italiano, nascido em Veneza, foi autor de vários edifícios notáveis espalhados por todo o país, dentre os quais se destaca o Palácio Lima Mayer, na Rua do Salitre em Lisboa, de 1899, onde está atualmente instalado o Consulado de Espanha, obra a que foi atribuído o Prémio Valmor, em 1902. No jardim deste palácio estabeleceu-se o Parque Mayer, em 1921. Nicola Bigaglia foi também autor de uma intervenção no Palace Hotel do Buçaco. O edifício viria a ser adquirido pela APDL, em 1954, aos descendentes da família Santiago de Carvalho. Em 1968 a C.M. Matosinhos compra a quinta à APDL e só em 1996, após a realização de obras de restauro dirigidas pelo Arq.º Fernando Távora, segundo projeto seu, iniciado em 1981, a Casa de Santiago renasce como museu municipal. Em 2009 o museu reabre ao público, ao fim de cerca de dois anos de obras de renovação e requalificação. A Quinta de Santiago destaca-se pela sua arquitetura eclética, tanto exterior como interior, uma arquitetura extraordinariamente cuidada e detalhada até ao mais ínfimo pormenor. É também de relevar a qualidade paisagística do complexo da quinta.



SÃO MAMEDE DE INFESTA

Proposta de Classificação como Monumento de Interesse Municipal

Quinta do Dourado ou Quinta de Santo António

Casa Marques Pinto

Quinta da Amieira

Casa do Castelo

Estação de Caminhos de Ferro de São Mamede de Infesta

Cruzeiro do Largo da Ermida

Cruzeiro do Adro da Igreja

Proposta de Classificação como Conjunto de Interesse Municipal

Bairro da Caixa de Previdência da Indústria Têxtil

Lugar do Telheiro

Lugar do Seixo

Lugar de Moalde

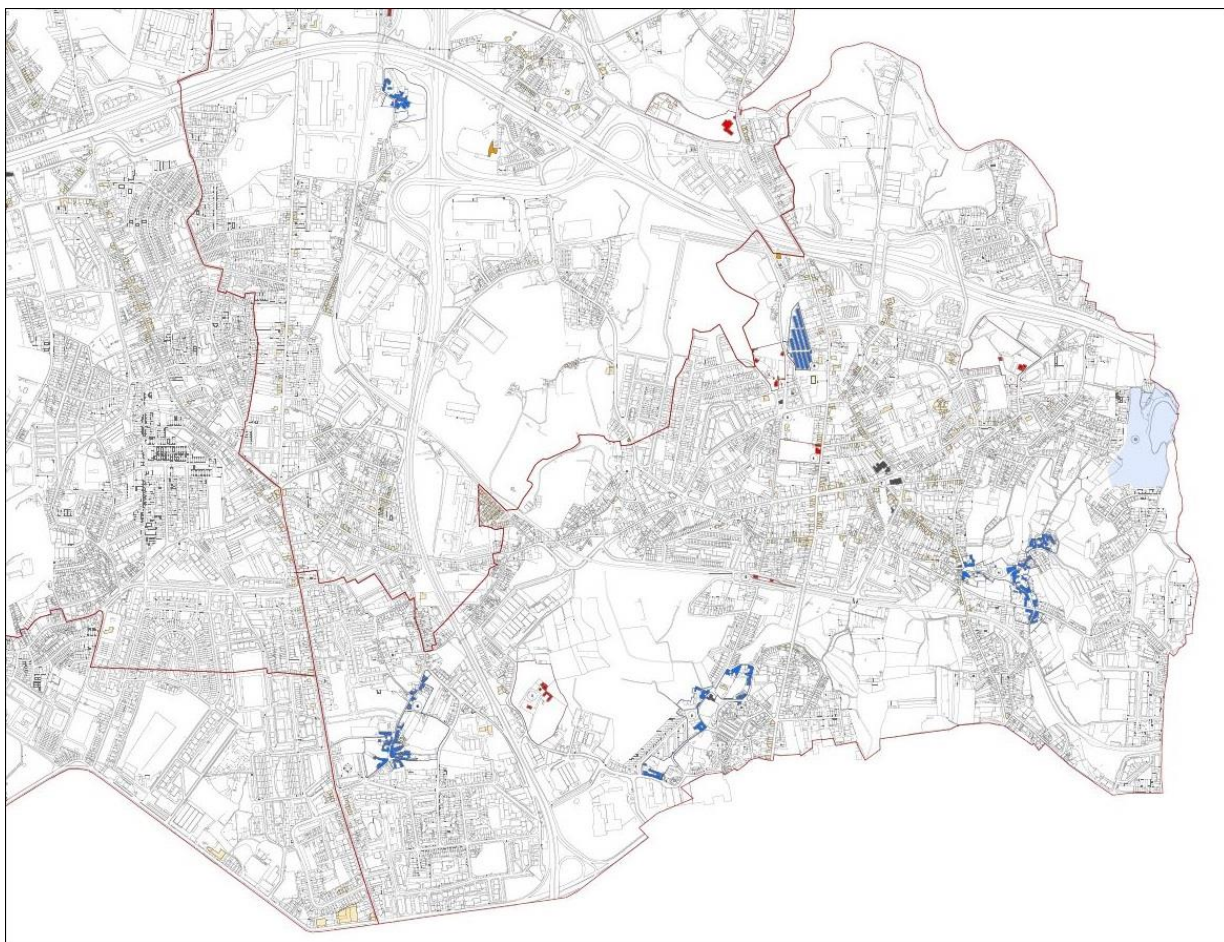
Proposta de Classificação como Sítio de Interesse Municipal

Moalde

Classificação de âmbito Nacional

Casa-Museu Abel Salazar – Em vias de classificação

CLASSIFICAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL



PROPOSTA DE CLASSIFICAÇÃO COMO MONUMENTO DE INTERESSE MUNICIPAL

Quinta do Dourado ou Quinta de Santo António

Situada no antigo lugar da Igreja Velha, esta casa senhorial dos finais do século XIX, inícios do XX, tem uma arquitetura se assemelha a de uma casa nobre, inserida num jardim onde existem ainda outras construções, como as casas do caseiro, a eira de pedra e uma cortinha de lavradio. Para além destes elementos, ainda se destaca pela sua função e importância a capela de S. Cristóvão edificada no século XVIII.

O portão apresenta características monumentais e é encimado por um nicho onde está “albergada” uma imagem de Santo António.

Segundo as referências documentais, pensamos estar em presença do local onde terá existido a primitiva igreja de S. Mamede. O livro das visitas refere em 1662, “...que faça de novo a porta principal e que cae e reboque a Igreja e fação o Caminho do passadoiro da laranjeira com sua escada de pedra comprida...”. Perante estes registos documentais, pensamos estar em presença de um sítio com importantíssimas potencialidades arqueológicas, atendendo a que no espaço envolvente da capela terá existido este templo. Um outro dado a considerar é que até 1885 os enterramentos eram feitos no interior ou à volta da estrutura religiosa, uma vez que até ao século XIX não havia cemitérios e os enterramentos eram feitos em redor dos templos (igrejas ou capelas).

A Quinta do Dourado compreendia os terrenos da antiga Quinta de Honório de Lima, hoje Parque Público de S. Mamede.

Boaventura da Costa Dourado, natural do Porto, um brasileiro de “torna-viagem” foi proprietário desta quinta, tendo nela residido e sido sepultado no altar-mor da capela.

Esta Quinta consta do PDM e da Carta Arqueológica do Concelho (correspondente ao nº14127, dessa carta), devido à existência dos dois espaços religiosos acima referidos.



Casa Marques Pinto

Conhecida localmente como a quinta do Marques Pinto, este edifício reproduz com fidelidade os estereótipos da Casa de Brasileiro, sendo o melhor exemplar deste modelo existente no Concelho. Localizada no antigo lugar da Ermida, nas proximidades da capela da Ermida ou da Senhora da Conceição.

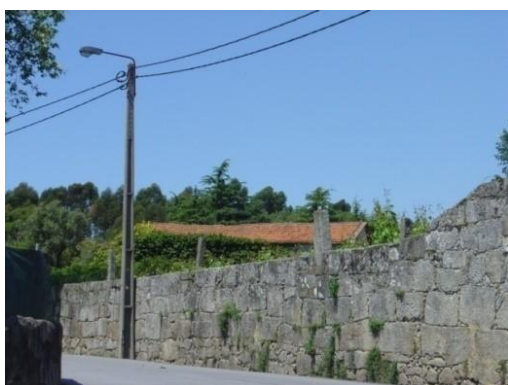
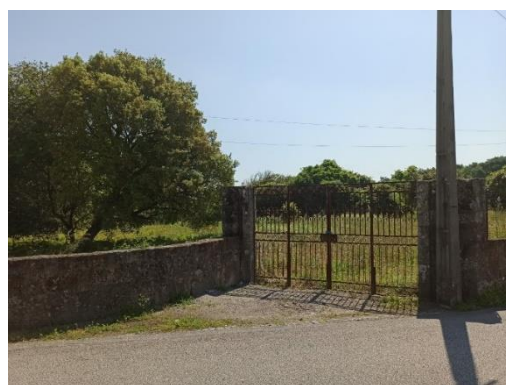
Encontra-se em excelente estado de conservação e a sua imagem foi integralmente preservada, tanto no que diz respeito ao seu desenho, como relativamente aos materiais que originariamente foram utilizados na sua construção, sendo a silhueta e as características desta casa muitos importantes para a identidade do Largo da Ermida.



Quinta da Amieira

A Quinta da Amieira localizada no antigo lugar do Tronco, atual Rua do Tronco, foi construída em 1808. Tem uma capela – capela de N.ª. S.ª. da Conceição e ainda duas casas imponentes, duas construções nobres com três andares, que formam um conjunto com outras construções menores, como a casa dos caseiros, os palheiros, os abrigos para animais (aidos), todas elas implantadas em redor de pátios. Tem ainda uma importante área destinada à exploração agrícola, assim como pomares, minas de água, tanques etc., estando tudo cercado por um muro alto que a esconde da estrada...

CLASSIFICAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL



Casa do Castelo

Esta casa com dimensões e “porte” de palacete, com características arquitetónicas do século XIX, embora apresente elementos ecléticos que poderemos considerar serôdios, tem um papel marcante na caracterização da Rua de Godinho de Faria, papel esse que é reforçado pelos muros e jardins. Acolhe atualmente a Casa do Castelo, unidade de cuidados continuados e paliativos pediátricos.



Estação de Caminhos de Ferro de São Mamede de Infesta

A estação de S. Mamede de Infesta, localiza-se na Rua da Estação, cujo topónimo provém da existência deste edifício que foi inaugurado, assim como a linha da Cintura ou Circunvalação de Leixões, a 17 de setembro de 1938. Além desta estação, esta linha tem ainda as estações de Leça do Balio e de Leixões. Na sua inauguração esteve presente o Presidente da Câmara, Dr. Fernando Aroso. Este edifício, dos inícios do século XIX, integra-se no programa de desenvolvimento dos caminhos-de-ferro portugueses, que se caracteriza por uma tipologia de construções que é comum, de norte a sul do país. Os painéis de azulejos das estações obedecem a uma policromia e são essencialmente temáticos, transmitindo a cor e a beleza do rústico. Relativamente aos painéis da estação de S. Mamede foram pintados pelo diretor artístico da Fábrica de Constância - fundada em Lisboa em 1836 - Leopoldo Battistini.



Cruzeiro do Largo da Ermida

O Cruzeiro, datado do século XVII, estava inserido no muro de uma residência na Rua da Conceição, perto do Largo da Ermida e da Rua de Sá e Melo e apresenta uma inscrição “Bendito e Louvado seja o Santíssimo Sacramento”, com a representação de uma custódia. Por aqui passava a via romana Olisipo Bracara Augusta. A este traçado antigo sobrepõe-se um traçado medieval, perpetuado ainda na toponímia como Estrada Velha. Este velho caminho foi, e é ainda hoje, parte do caminho de peregrinação a Santiago.

O Cruzeiro foi alvo de conservação e restauro, integrado nas obras de requalificação promovidas pela Câmara de Matosinhos no Largo da Ermida, em 2019/2020.



Cruzeiro do Adro da Igreja

O cruzeiro de 1780 é de composição neoclássica e é composto por dois corpos distintos, um fuste canelado e um capitel decorado com folhas de acanto, ambos encimados por um Cristo na cruz. Foi transferido da sua localização originária, na Avenida do Conde, para o adro da Igreja Paroquial.



PROPOSTA DE CLASSIFICAÇÃO COMO CONJUNTO DE INTERESSE MUNICIPAL

Bairro da Caixa de Previdência da Indústria Têxtil

Bairro Caixa Têxtil - 1951

Construído /Alterado (em processo de reabilitação por parte da Câmara Municipal da Matosinhos)

O Bairro resulta da encomenda da Caixa Sindical da Previdência da Indústria Têxtil para habitação dos funcionários da indústria localizada nas proximidades, na zona de São Mamede Infesta, no limite entre o Porto e a Maia. Este projeto encontra-se inserido no programa nacional de “Habitações Económicas” promovido pela Federação de Caixas de Previdência que decorreu entre 1947 e 1972. A sua existência deve-se ainda em parte ao desenvolvimento do setor têxtil nessa época e à necessidade de atrair trabalhadores para o setor garantindo condições para a sua permanência junto dos edifícios fabris com vista a melhorar também o seu desempenho laboral.

O projeto original previa um conjunto de três equipamentos de uso comum aos moradores que conformariam o limite noroeste do terreno: tratava-se de um pequeno edifício de comércio, um parque infantil e um lavadouro comunitário que viria a ser o único concretizado. Com cerca de 155 fogos no total, as suas tipologias variam entre o T2, T3 duplex e T4 com dois tipos de acessos, em galeria ou direto, podendo ser de nível ou através de escada. As ruas principais que estruturam a implantação do Bairro seguem o declive do terreno, sendo rematadas a Norte por um espaço ajardinado e pela paisagem em vale com alcance visual até à zona da Maia.

Os fogos estão orientados a nascente-poente e organizam-se em bandas no correr dos arruamentos, acompanhando a inclinação do terreno através de sucessivos desníveis entre os fogos, resolvidos pela opção de um acesso apropriada a cada caso. Estas bandas são formadas por módulos de quatro fogos distribuídos em dois pisos. A transição entre a rua e o acesso às habitações faz-se através de um espaço intermédio e exterior, sendo que no piso térreo este é apenas delimitado por pequenas diferenças de cota no pavimento e muros baixos em pedra, por vezes ajardinado, conformando uma possibilidade de extensão do espaço e das atividades domésticas. Os fogos são de dimensões mínimas, organizados numa largura de apenas 6 metros, mas dispoendo sempre de duas frentes, pelo que os espaços são francamente iluminados e as áreas aproveitadas ao máximo através de transições diretas entre as divisões, sem lugar para espaços de distribuição. Em termos de áreas o modelo mais representativo corresponde ao T2 que dispõe de 33,35m² composto por dois quartos de 16,25m², uma sala de estar 11,70m², uma cozinha de 3,70m² e um quarto de banho de 1,70m².

O sistema construtivo usado é porticado em betão armado, as paredes simples e a cobertura plana é revestida com chapa ondulada e zincada. A estrutura é assim intencionalmente visível e saliente nos alçados, formando, juntamente com a demarcação do pórtico da entrada e as duas faixas horizontais de enquadramento das janelas, uma grelha branca saliente presente em todas as habitações, contrastando com a policromia de tons pastel dos panos mais recuados de cada habitação. As caixilharias de madeira pintada assim como as portadas das janelas que correm numa calha saliente pontuam todo o conjunto.

Os fogos permaneceram quase na sua totalidade habitados, tendo sido progressivamente apropriados pelos moradores que introduziram várias modificações e ampliações de carácter informal. Encontra-se desde 2007 em fase de reabilitação, pela primeira vez desde a sua construção, em 1951, nas habitações camarárias que temporariamente estejam desocupadas. Os espaços exteriores, inicialmente projetados valorizando a continuidade entre a rua e as habitações, são os que registam a alteração mais visível atualmente.

Este conjunto integra o Guia da Arquitetura Moderna e foi apresentado como caso de estudo no International Association for Housing (IAHS) em 2012 em Istambul pelo arquiteto João Ascensão e engenheiro Vítor Abrantes com o título original «Social Housing Rehabilitation of Portuguese Modern Movement and the Quarter of Bairro da Caixa Têxtil», subordinado ao tema geral da edição Visions for the Future of Housing: Mega Cities.

NOTAS BIOGRÁFICAS do Arquiteto Germano de Castro Pinheiro (1913-1992)

Germano de Castro Pinheiro foi um arquiteto português natural da Figueira da Foz onde nasceu a 10 de Abril de 1913. Formou-se em arquitetura no ano de 1943 pela Escola Superior de Belas Artes do Porto, após a obtenção do seu diploma académico estabeleceu escritório no Porto e morada em Vila do Conde onde faleceu a 3 de Agosto de 1992 aos setenta e nove anos de idade.

Enquanto arquiteto reuniu, ao longo de mais de cinquenta anos de exercício da profissão, um conjunto assinalável de obra construída fundamentalmente na região do litoral Norte de Portugal.

A sua obra está publicada na Revista Arquitetura¹ fazendo capa e um artigo em 1958 e foi referida no Guia de Arquitetura Moderna do Porto² editado em 2002. É do nosso conhecimento que se encontra em preparação uma monografia sobre a obra deste arquiteto, por se considerar relevante no panorama arquitetónico português um conjunto arquitetónico formado por cerca de duzentos projetos, tanto pela ponte que estabelece com o contexto histórico em que foi produzido como pelo valor arquitetónico próprio e intemporal de certos projetos que nele se destacam.



Lugar do Telheiro

Este conjunto do Telheiro que nesta fase acrescentamos à proposta, já esteve cartografado numa parte fase anterior do trabalho e até estava, à data, dividido em dois núcleos que agora entendemos unificar.

Trata-se de um lugar com alguma simbologia, sobretudo religiosa, associada à história da passagem de Santo António por aquele local, na sua viagem de Coimbra a Santiago de Compostela.

Diz a lenda que o povo local, tendo-se apercebido da presença daquele que todos conhecemos como Santo António, entendeu construir, de uma *assentada*, um telheiro para abrigar tão ilustre personalidade. Daí o nome que ficou na toponímia do local e que deu nome à Capela que foi edificada no centro deste lugar, e que ainda hoje é um local de culto e de visita.

Este local tem ainda hoje alguns sinais da sua estrutura marcadamente rural, e é ainda possível encontrar aqui alguns dos exemplares contruídos das antigas estruturas de exploração da terra, casas agrícolas imponentes, prolongadas por muros em alvenaria seca de granito, com longos cobertos e longos telhados que abrigavam as alfaias, os animais e o produto terra. A exploração agrícola destes terrenos está parcialmente desativada, não fosse a pressão imobiliária que se produziu nas últimas décadas sobre estes solos, que se estendiam em contínuo até à Veiga de Picoutos.

A sua contiguidade com o Porto trouxe para as imediações deste conjunto ocupações industriais de grandes dimensões, que se sobrepuseram aos limites administrativos dos dois concelhos, e que até certo ponto fizeram com que estas construções resistissem em “nichos”, umas moles imensas, algumas ainda em exploração, outras devolutas e já a ameaçar ruína.

Não sendo esperavel que a exploração agrícola seja retomada por estas paragens poderão no entanto estas construções que sobreviveram ser reaproveitadas e reutilizadas, em sede de programas urbanísticos mais polifuncionais, que certamente o poderão fazer sem no entanto atentar contra a qualidade do edificado e com o interesse patrimonial destas construções que nos parece evidente, e incontornável.



Lugar do Seixo

Proposto para classificação como conjunto de interesse municipal o lugar do Seixo, constitui um agrupamento de casais de lavoura próprio do tipo de povoamento rural do noroeste português que Orlando Ribeiro classifica de “disperso e disseminado”. Segundo o mesmo, “Os termos da dispersão consistem no casal de lavoura (habitação e anexos), no grupo de poucas habitações ou no lugar de poucos moradores, com as casas frouxamente agrupadas, e campos, prados e arvoredos insinuados entre elas. Cada uma se abre para o terreno de cultura, a sua bouça ou pinhal. A vizinhança atenua-se, a família explora a seu talante as leiras que lhe pertencem, a intimidade é maior entre a casa e o campo do que entre aquela e a próxima.”

É necessário imaginar-se um recuo ao início do século XX ou ao século XIX, quando era rodeado de campos e de quintas, para termos a percepção do lugar do Seixo nesses termos. O lugar do Seixo constitui um testemunho do tipo de ocupação descrito, num espaço outrora rural e agora absorvido pela urbanização. Por ser uma referência na história do território, é de interesse relevante a sua preservação.

Para além do interesse morfológico do conjunto, é de ressaltar o de cada um dos imóveis que o compõem. Não obstante as ações de descaracterização que os danificaram do ponto de vista patrimonial, constituem exemplares de casa de lavoura que Ernesto Veiga de Oliveira e Fernando Galhano tratam no seu estudo “Alguns elementos das casas de Matosinhos, Maia e Vila do Conde”, do qual se transcreve um excerto.

“Um tipo de casa de lavoura muito corrente na região litoral entre o Douro e o Ave – de resto frequente também em outras áreas do País, especialmente no Noroeste, e ocorrendo tanto nos aglomerados urbanos, como isolada no meio da respectiva unidade agrícola, mas, em ambos os casos, à face de um qualquer caminho publico ou particular – rua, estrada ou quelha –, é um edifício de arquitectura singela e lisa, em linhas horizontais, de planta rectangular e telhado regular de quatro águas, composto de rés-do-chão e andar, tendo no térreo as lojas e outras dependências de arrecadação relacionadas com a agricultura, e no andar sobrado a parte de habitação. Estas casas são geralmente de granito, rebocado e caiado, não raro com as cornijas, cunhais e molduras de janelas e portas em cantaria lavrada, mostrando na fachada principal, que dá para o caminho, uma simples fiada de janelas ao nível do andar (por vezes com uma ou várias pequenas varandas de permeio), e exíguos rasgos, postigos ou frestas, no rés-do-chão. O acesso de fora fez-se sempre e exclusivamente por um largo portal de serviço, previsto nomeadamente para a entrada de carros de bois, rasgado quer na própria fachada da casa, quer, quando ele existe (o que é muito frequente), num coberto anexo e contíguo; no primeiro caso, aquele portal abre para um quinteiro ou terreiro situado nas traseiras da casa, através de uma passagem larga por baixo do andar, cujo soalho fica à vista sobre o seu forte travejamento, e a qual é já um recinto de arrumos; no segundo caso, o portal abre directamente para o coberto, que antecede imediatamente o quinteiro das traseiras. À porta de entrada da habitação propriamente dita nunca dá para o caminho: fica nessas traseiras, por vezes no rés-do-chão, abrindo para o mencionado quinteiro, outras já no andar, ascendendo-se nesse caso a ela por uma escadaria exterior ou interior, que parte do mesmo quinteiro. E em torno deste quinteiro, distribuem-se sem ordem uniforme, outras dependências da lavoura: arrecadações, aidos e cortes de gado, pocilgas ou galinheiros, eiras e casas da eira, «cabanas» de palha milha para os animais, medas, o poço, etc.

Dentro do tipo exterior assim descrito, estas casas, interiormente, não obedecem a um plano regular e único, que permita uma definição concisa. Mas, em conjunto, elas apresentam, com maior ou menor frequência, certos elementos especiais, alguns dos quais se podem considerar típicos da região, e que, embora não coexistam em casa uma delas, se acham disseminados por toda a área, uns numas casas, outros noutras, e até em casas de tipos diversos do que acabamos de descrever.”

Se atentarmos nas referências remotas da sua história, constatamos que o lugar do Seixo é referido nas Inquirições de 1258, integrando a Paróquia de Ramalde. Nesta vila existiam 10 casais e todos pertença do rei. Entre 1230 e 1835 pertenceu ao Julgado de Bouças, e a partir desta data, e com a abertura da Estrada Exterior da Circunvalação, passa para os domínios do Porto.

KARRARIA ANTIQUA ou “Carraria - Uma estrada carraria era assim uma estrada especialmente vocacionada para a trânsito de carros. Esta estrada tinha o mesmo percurso da Via Bracara/Olisipo até á Porta do Olival, e também tinha, o mesmo percurso da Via Véteris até ao cruzamento do Padrão da Légua. “...Temos por certo que tanto a Karraria Antiqua como a via Vetera eram estradas romanas, de relativa importância. Ambas serviam as numerosas vilas da região litoral, e ambas ficavam na raiz e sob a protecção dos vários castros que defendiam outrora o território entre o Leça e o Ave...”

Vinda do Porto (da zona da Arrábida) esta estrada entraria em Matosinhos na zona do Monte dos Burgos, nos limites de S. Mamede Infesta, pelo antigo lugar do Seixo e prossegue pela Rua Central do Seixo. Apesar de todo o desenvolvimento urbanístico, ainda se consegue distinguir na malha urbana os traços delineados em tempos mediévi­cos. Para além de uma casa de 1787 e de alguns casebres que nos fazem recordar pequenos núcleos rurais, nada mais existe. O caminho prossegue desembocando na Rua Monte da Mina em direção ao cruzamento do Padrão da Légua, topónimo alusivo à existência de um marco miliário entretanto desaparecido; aqui toca nos limites da Freguesia de Leça do Balio, seguindo como Karraria por Recarei em direção à Ponte de Ronfos, Azenha ou Barreiros, de fundação romana. Do Padrão da Légua, prossegue como Vetera pela Rua da Fonte Velha em direção à Ponte Goimil, construída no século XIII.



CLASSIFICAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL



Lugar de Moalde

Proposto para classificação como conjunto de interesse municipal o lugar de Moalde, constitui um agrupamento de casais de lavoura próprio do tipo de povoamento rural do noroeste português que Orlando Ribeiro classifica de “disperso e disseminado”. Segundo o mesmo, “Os termos da dispersão consistem no casal de lavoura (habitação e anexos), no grupo de poucas habitações ou no lugar de poucos moradores, com as casas frouxamente agrupadas, e campos, prados e arvoredos insinuados entre elas. Cada uma se abre para o terreno de cultura, a sua bouça ou pinhal.”

Detendo este lugar de Moalde um conjunto até considerável de casas, não são em número suficiente para que se possa chamar de aglomerado. Por outro lado, verifica-se alguma falta de coesão para que possa ser considerado como tal, com a constatação das situações de dispersão que Orlando Ribeiro descreve nestes termos: “A vizinhança atenua-se, a família explora a seu talante as leiras que lhe pertencem, a intimidade é maior entre a casa e o campo do que entre aquela e a próxima.” Como assentamento, o lugar de Moalde constitui um testemunho do tipo de povoamento rural do noroeste português, mais precisamente o tipo de lugar rural comum na região litoral entre o Douro e o Ave. Por ser uma referência na história do território, é de interesse relevante a sua preservação.

Para além do interesse morfológico do conjunto, é de ressaltar o de cada um dos imóveis que o compõem. Não obstante as ações de descaracterização que os danificaram do ponto de vista patrimonial, constituem exemplares de casa de lavoura que Ernesto Veiga de Oliveira e Fernando Galhano tratam no seu estudo “Alguns elementos das casas de Matosinhos, Maia e Vila do Conde”, do qual se transcreve um excerto.

“Um tipo de casa de lavoura muito corrente na região litoral entre o Douro e o Ave – de resto frequente também em outras áreas do País, especialmente no Noroeste, e ocorrendo tanto nos aglomerados urbanos, como isolada no meio da respectiva unidade agrícola, mas, em ambos os casos, à face de um qualquer caminho publico ou particular – rua, estrada ou quelha –, é um edifício de arquitectura singela e lisa, em linhas horizontais, de planta rectangular e telhado regular de quatro águas (Fig. 1), composto de rés-do-chão e andar, tendo no térreo as lojas e outras dependências de arrecadação relacionadas com a agricultura, e no andar sobrado a parte de habitação. Estas casas são geralmente de granito, rebocado e caiado, não raro com as cornijas, cunhais e molduras de janelas e portas em cantaria lavrada, mostrando na fachada principal, que dá para o caminho, uma simples fiada de janelas ao nível do andar (por vezes com uma ou várias pequenas varandas de permeio), e exíguos rasgos, postigos ou frestas, no rés-do-chão. O acesso de fora fez-se sempre e exclusivamente por um largo portal de serviço, previsto nomeadamente para a entrada de carros de bois, rasgado quer na própria fachada da casa, quer, quando ele existe (o que é muito frequente), num coberto anexo e contíguo; no primeiro caso, aquele portal abre para um quinteiro ou terreiro situado nas traseiras da casa, através de uma passagem larga por baixo do andar, cujo soalho fica à vista sobre o seu forte travejamento, e a qual é já um recinto de arrumos; no segundo caso, o portal abre directamente para o coberto, que antecede imediatamente o quinteiro das traseiras. À porta de entrada da habitação propriamente dita nunca dá para o caminho: fica nessas traseiras, por vezes no rés-do-chão, abrindo para o mencionado quinteiro, outras já no andar, ascendendo-se nesse caso a ela por uma escadaria exterior ou interior, que parte do mesmo quinteiro. E em torno deste quinteiro, distribuem-se sem ordem uniforme, outras dependências da lavoura:

CLASSIFICAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL

arrecadações, aidos e cortes de gado, pocilgas ou galinheiros, eiras e casas da eira, «cabanas» de palha milha para os animais, medas, o poço, etc.

Dentro do tipo exterior assim descrito, estas casas, interiormente, não obedecem a um plano regular e único, que permita uma definição concisa. Mas, em conjunto, elas apresentam, com maior ou menor frequência, certos elementos especiais, alguns dos quais se podem considerar típicos da região, e que, embora não coexistam em casa uma delas, se acham disseminados por toda a área, uns numas casas, outros noutras, e até em casas de tipos diversos do que acabamos de descrever.”



PROPOSTA DE CLASSIFICAÇÃO COMO SÍTIO DE INTERESSE MUNICIPAL

Moalde

Carlos Alberto Ferreira de Almeida no seu tratado sobre os caminhos antigos escreveu: esta estrada maior vinda de Olissipo, entraria no Porto pela Porta do Olival que ficaria entre a Torre dos Clérigos e a Cordoaria e daí dirigindo-se para Norte passaria não muito longe e a poente da Igreja de Paranhos e, que esta, já em terras Matosinhenses, passaria nas traseiras da atual igreja de S. Mamede. E, não muito longe daqui apareceu um marco miliário dedicado ao Imperador Adriano, a via desceria para a ponte da Pedra.

Para além deste registo, o lugar é muito mais antigo, os documentos registam essa veracidade, remontando a sua cronologia à Pré-História.

“... o tombo da Baliagem faz menção dum castro no Casal de Baixo desta Aldeia de Moalde...”

Segundo o inquérito de D. Afonso III, a Igreja de S. Mamede era composta apenas por dois lugares, S. Mamede e Moalde, sendo que Moalde era o lugar mais povoado, são vários os documentos que atestam esta veracidade “... doc. Do ano de 1013, 1113 e 1120, Moalde é concerteza o mais antigo logar e por muitos séculos foi o mais povoado desta freguesia. Numa doação de D. Unisco Mendes do ano 1021 ao Mosteiro da Vacariça “... entre as quaes vem mencionado a Igreja de S. Mamede de Moalde...”

Ainda neste inquérito é referido pela primeira vez a existência de uma Anta (monumento funerário) entre Asprela e Areosa “...E disse que o Senhor Rei tem uma mata que fica sob a anta...”. Segundo Joaquim Neves dos Santos este local não fica muito distante da Capela da Boa Fortuna também denominada como a capela do Senhor da Cruz das Almas, edificada nos finais do século XIX na Rua de Moalde onde outrora existiu um cruzeiro. Atendendo à documentação, património e toponímia, terá sido desde antanho um caminho que serviu as populações locais.

Através dos documentos aferimos que o primeiro foco populacional partiu de Moalde, num primeiro momento sinalizado pelas Antas, e no período seguinte pelo povoado, ou seja, o castro de Moalde, na envolveria do Monte dos Castros, como é referido ainda hoje.

Os documentos do século XI, registam a Igreja de S. Mamede de Moalde, cujos vestígios soterrados se localizam junto à Capela da Quinta do Dourado.

Moalde, foi um lugar importantíssimo ao longo da História, apresentando vários núcleos centrais, com ocupações pré-romanas, romanas e medievais, sendo que o lugar central se desenvolveu à volta da Igreja Velha. Passando esta centralidade para a Ermida, só no século XVIII é que o lugar central se desenvolveu com a construção da Igreja Matriz de S. Mamede de Infesta, no Monte de Enfesta ou da Conceição.

São vários os registos que atestam esta evolução que partiu de Moalde: para além dos referidos, por exemplo a Casa do Castelo, com uma inscrição de 1767, (mas deve ser muito mais antiga), no antigo lugar da Cruz, nas traseiras da atual igreja, ainda existe a Casa da Cruz, referida no século XVIII, a Quinta do Eirado, o meio casal das Laranjeiras, ambas perpetuadas na toponímia local, assim como a Quinta do Dourado com a Capela dedicada a S. Cristóvão.

No PDM e Carta Arqueológica constam os seguintes registos:

CLASSIFICAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL

Leiras d'Antas de Moalde - Cod. Inv. 14124

Castro de Moalde - Cod. Inv. 14125

Igreja Velha - Cod. Inv. 14126

Casa do Castelo - Cod. Inv. 14127

Capela da Ermida - Cod. Inv. 14128

SENHORA DA HORA

Proposta de Classificação como Monumento de Interesse Municipal

Quinta de S. Gens

Quinta de Lavadores

Fábrica de Moagem da Senhora da Hora

Palacete dos Plácidos

Casa Etelvina

Casa das Máquinas e Chaminé da EFANOR

Estação de Caminhos de Ferro da Senhora da Hora

Fonte das Sete Bicas

Oratório da Rua do Senhor

Proposta de Classificação como Conjunto de Interesse Municipal

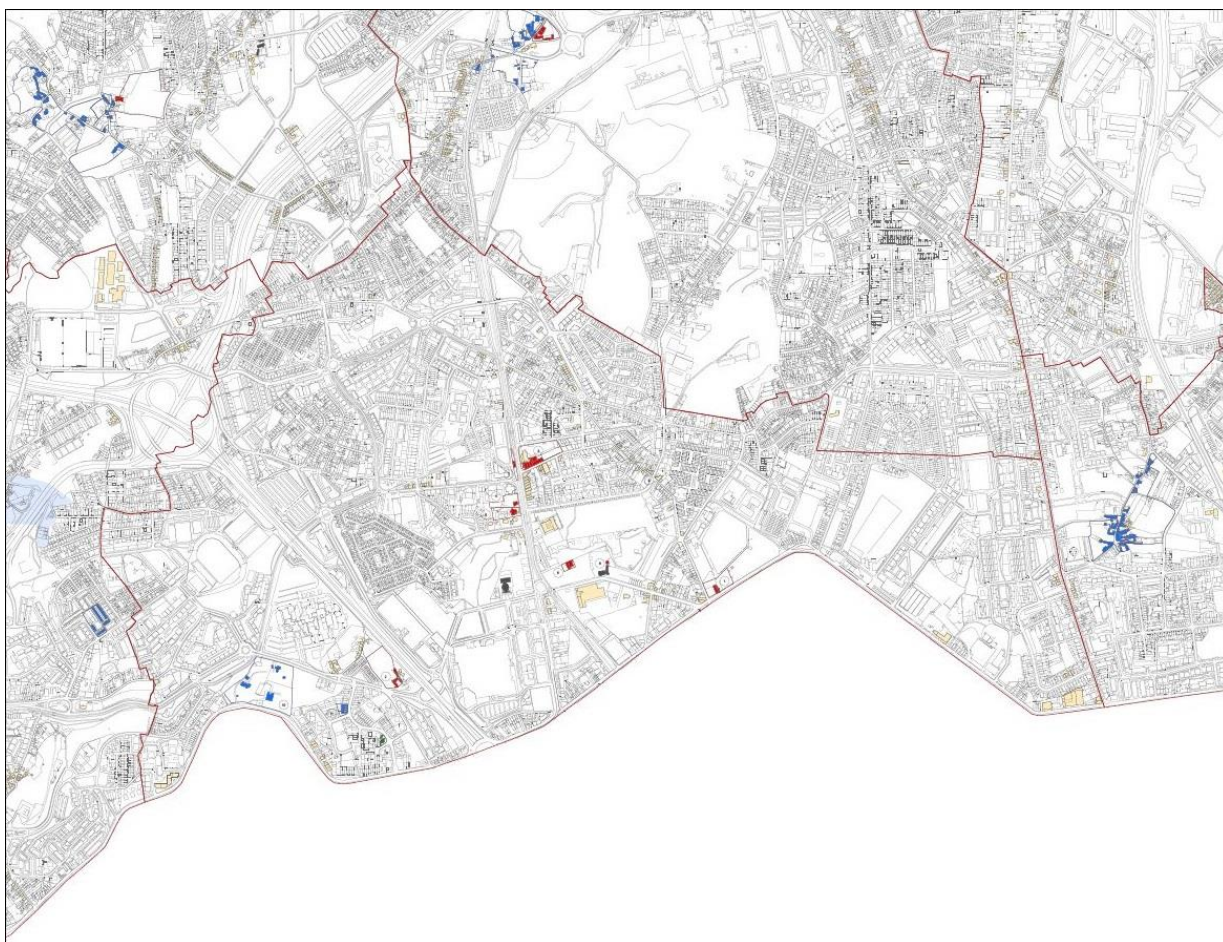
Casa dos Symington – Conjunto de três casas e jardim voltadas à Estrada Exterior da Circunvalação e à Rua Dr. Eduardo Torres

Casas do Arquiteto Rolando Torgo

Processo de Classificação de âmbito Municipal a decorrer

Casa Ferreira da Costa – Miranda Santos

CLASSIFICAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL



PROPOSTA DE CLASSIFICAÇÃO COMO MONUMENTO DE INTERESSE MUNICIPAL

Quinta de S. Gens

A Quinta de S. Gens foi edificada no antigo lugar do Viso, da Paróquia de Ramalde, próximo de um cabeço que terá funcionado como posto de vigia, e onde, na Idade Média, foi erguida uma ermida em honra de S. Gens, que veio a ser demolida no início do século XX.

Consta do PDM e da Carta Arqueológica com o nº14137. Sendo uma das quintas agrícolas e de recreio existentes na fronteira de Matosinhos com o Porto, abrangidas pelo regime de morgadio, o seu arranjo e enobrecimento é atribuído a Nicolau Nasoni, que terá sido também o autor dos projetos da Quinta da Prelada, da Quinta de Chantre, da Quinta dos Cónegos, da Quinta da Bonjóia, da Quinta de Santa Cruz da Maia, e ainda da Quinta da Ramalde. Terá sido durante a administração de D. Maria Leite (falecida em 1738), ou de seus filhos, que nas Quintas de Ramalde e de São Gens se realizaram as obras credivelmente delineadas por Nasoni, sendo notável a similitude entre ambas as casas. Na década de 1920, a Quinta de São Gens foi vendida a um brasileiro, que executou na casa diversas obras de remodelação, depois desta ter sido alvo de um incêndio. Em 1928, a Quinta foi adquirida pelo Estado para nela instalar a Estação Agrária do Douro Litoral, sendo hoje uma das quintas de apoio à ação da Direção Regional de Agricultura de Entre Douro e Minho.

O Imóvel esteve em vias de classificação, tendo o despacho de abertura de procedimento sido proferido a 14-04-2003 pelo vice-presidente do, então, IPPAR. O procedimento de classificação encontra-se caducado.



Quinta de Lavadores

A Quinta está integrada no que corresponde ao que resta da antiga “Quinta de Real de Cima”, sendo também conhecida popularmente pelo nome de “Casa do Inglês”. Trata-se duma construção cuja tipologia arquitetónica se enquadra na segunda metade do século XIX e possui uma capela, também de finais do século XIX, de invocação de Nossa Senhora da Assunção. Originalmente esta propriedade era de maior dimensão e estendia-se até à Rua de Real de Cima, ocupando os terrenos onde atualmente se situa o Parque de Real, a linha do Metro e o Hospital de Pedro Hispano.

A sua origem parece remontar aos meados do século XVIII, em que a cabeça da propriedade seria a casa com capela conhecida como Quinta de Monserrate, que é uma edificação dessa época e estaria por volta de 1740 na posse de André da Costa Ribeiro. Na segunda metade do século XIX aparecem já referências a duas propriedades distintas: a “Quinta de Carcavellos”, correspondente à casa e capela de Monserrate, então na posse de Carlota Emília Correia e, por outro lado, a “Quinta de Real de Cima”.

Desconhecemos a razão desta divisão, mas sabe-se que após a extinção dos morgadios, em 1834, que mantinham estas propriedades indivisas, muitas passaram a ser desanexadas por motivos de partilhas de herança. Em 1895 há referências a uma grande produção frutícola desta quinta, nomeadamente de laranjas, limões e limas. A configuração atual da casa e da capela corresponde a esta época.

Após o falecimento de Maria Lúcia Maciel Costa Ribeiro em 1966 todas estas propriedades foram legadas em testamento à Diocese do Porto.

Encontra-se registada no PDM, na Carta Arqueológica, correspondendo o nº1258 e é designada como Capela da Quinta de Real de Cima/Inglês.



Fábrica de Moagem da Senhora da Hora

A fábrica de moagem estabeleceu-se na Senhora da Hora, em 23 de julho de 1890, por iniciativa de Joaquim Pinto. Tinha então um carácter familiar e quando começou a funcionar trabalhava a vapor. Nessa altura também vendia ao público milho branco, milho amarelo e centeio, sendo que essa dimensão de venda ao público se manteve por muito tempo. Em fevereiro de 1900 chegavam à Estação da Senhora da Hora parte dos mecanismos de moagem destinados à (nova) fábrica que estava a ser construída próxima dos armazéns de cereais localizados junto à Estação. Assim, até 1905, a fábrica era ainda algo rudimentar e só nesse ano ficou completa a nova fábrica de moagem. Em 5 de Maio de 1920 passou a pertencer à Sociedade de Fomento Industrial Lda. Em 13 de Novembro de 1990 constituiu-se a “Germen - Moagem de Cereais S.A.”, que resultou da fusão de duas empresas congéneres, a Sociedade de Fomento Industrial Lda., da Senhora da Hora e a Companhia Aveirense de Moagens S.A. de Aveiro.



Palacete dos Plácidos

Palacete dos Plácidos - Casa onde Viveu Bernardino Machado

Situado na Avenida Fabril do Norte, nº725, ao lado da Vila Etelvina, encontra-se uma casa grande, apalaçada, de linhas sóbrias e requintadas, adquirida por Plácido Augusto Correia da Silva, casado com D. Rita Augusta Maria da Silva. Eram íntimos amigos de Bernardino Machado, que após o seu exílio em França, regressou a Portugal e morou seis meses nesta casa, na Senhora da Hora.

Bernardino Machado esteve duas vezes exilado: Entre 1917 e 1919 e entre 1927 e 1940.

“Entrou em Portugal em 28 de Junho de 1940, acompanhado de um grupo de exilados políticos, entre os quais Jaime Cortesão. O Governo, como punição ou por receio, fixa-lhe residência a norte do Douro.

Recolhe-se a Paredes de Coura e, mais tarde, aos arredores do Porto”.

Retira-se daqui que foi por esta altura que terá estado seis meses no Palacete dos Plácidos, na Senhora da Hora, até porque terá sido visitado pelo irmão de Jaime Cortesão, Armando Cortesão.

“Em 1944 é internado numa casa de saúde do Porto. Aí morre no dia 29 de Abril, vítima de pneumonia aguda, com 93 anos de idade.”

CLASSIFICAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL

Durante a estadia de Bernardino Machado naquela casa, o Palacete dos Plácidos foi frequentado pela elite intelectual republicana da época, que integrava escritores, músicos, atores e outros. Aqui se faziam tertúlias, chegando a juntar-se para jantar, vinte a trinta pessoas, que ficavam para a ceia quando o serão se alongava até alta madrugada, confeccionavam e serviam ao elenco intelectual e artístico, arroz de bacalhau e caldo verde. Segundo a neta do proprietário, D. Margarida Ferreira, um dos assíduos frequentadores era Armando Cortesão, irmão de Jaime Cortesão, que escreveu “Contos da Ditadura”, em que referencia os excelentes bolinhos de bacalhau que ali serviam....

Esta família e a da Vila Etelvina, republicanos de gema, não se relacionavam com os proprietários da Quinta de São Gens, por estes serem monárquicos. Manteve-se a casa na posse dos Plácidos durante três gerações, mudando de proprietário há relativamente pouco tempo.

(fonte “Fernandes, Ilda Amália. 1996. Senhora da Hora – Subsídio para a sua Monografia. Matosinhos: Contemporânea Editora pp.43-44”).

Para além da importância histórica, como “espaço testemunha” da presença de alguém que foi Presidente da República Portuguesa, é de assinalar o interesse arquitetónico e urbano desta casa. A casa encontra-se algo descaracterizada, mas em aspetos que nos parecem reversíveis. Está, contudo, bastante degradada por conta de abandono e vandalização a que foi votada nos últimos anos, pelo que nos parece urgente tomar uma medida no sentido da sua defesa. Tem características arquitetónicas do início do século XX. É de desenho austero e enxuto, ao contrário da casa vizinha, assumindo, contudo e em conjunto com o Palacete Etelvina, uma importância relevante na construção da identidade da Senhora da Hora, tendo em conta, até, a sua localização junto à linha da Metro, antiga linha de caminho de ferro.



Casa Etelvina

Também conhecida por “Palacete Sappage”, está situada na Avenida Fabril do Norte, nº 717.

Foi adquirida pela Câmara Municipal de Matosinhos, que a comprou a Maria Júlia Sappage, tendo sido posteriormente restaurada e entregue à freguesia da Senhora da Hora, para ser utilizada como Centro de Infância, Velhice e Ação Social. Foi mandada construir por Manuel da Silva Vaz, natural do Porto, casado com Francisca

CLASSIFICAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL

Maria da Silva, nascida na Senhora da Hora, e foi oficialmente inaugurada no dia do casamento de sua filha, Etelvina da Silva Vaz.

Trata-se de uma construção do primeiro quartel do século XX, é de conceção eclética, inspirada no estilo Arte Nova, que se caracteriza pelo geometrismo e decorativismo. Pela exuberância de elementos arquitetónicos e decorativos tem a aparência de uma Casa de Brasileiro.

mm



Casa das Máquinas e Chaminé da EFANOR

Trata-se de uma parte que restou do conjunto industrial antes ali existente. Hoje é um edifício em ruínas, mas em tempos, a EFANOR – Empresa Fabril do Norte- foi um marco na freguesia da Senhora da Hora. Fundada em 1904, esta fábrica têxtil, chegou a ter mais de três mil trabalhadores. Foi adquirida por Manuel Pinto de Azevedo, que introduziu nela toda uma série de grandes inovações. A unidade fabril, conhecida como “Fábrica dos Carrinhos”, por fabricar carrinhos de linha, fechou em 1994, tendo sido totalmente demolida em 2007. Assim, o único registo construído da memória da EFANOR que continua a subsistir é esta ruína da casa onde estavam instaladas as máquinas a vapor e a caldeira que forneciam a energia à fábrica, assim como a chaminé que a acompanha.



Estação de Caminhos de Ferro da Senhora da Hora

A estação ferroviária que se situa na Avenida Fabril do Norte, foi integrada desde 1875 na Linha do Porto à Póvoa. Alguns anos mais tarde vai ganhar uma elevada importância no aspeto ferroviário, ao transformar-se no entroncamento da Linha da Póvoa com a Linha de Famalicão, novo destino onde chegará a nova linha, em 1881. Em 1884 surge ainda uma nova linha, o Ramal de Matosinhos, que ligava as Pedreiras de S. Gens a Matosinhos para transporte da pedra usada na construção do porto artificial de Leixões; este ramal viria a ser utilizado para o transporte de passageiros até 1965. Já no século XXI, entre 2001 e 2002, a estação foi remodelada e tornou-se numa das principais estações do Metro do Porto; tendo no edifício principal sido colocada a Loja Andante.



Fonte das Sete Bicas

A Ermida com evocação à Nossa Senhora da Hora foi edificada no ano de 1514 nos limites dos montes do Viso, no lugar da Mãe d'Água, pelo marítimo Aleixo Francisco, natural de Matosinhos, sendo seu administrador até 1544. A partir de 1890 passou a exercer funções de Igreja Paroquial com a passagem da Senhora da Hora a paróquia. Nas traseiras encontra-se a Capela de Nossa Senhora da Penha, inserida numa área ajardinada. Para além destes imóveis com funções religiosas, existe ainda a Fonte das Sete Bicas, que foi transferida em 1893 do adro da igreja para junto da Quinta do Dr. Fiel Pereira de Almeida.

CLASSIFICAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL

A Alameda das Sete Bicas é referida nas memórias paroquiais de 1758, como um antigo local sagrado, e ali se concentraram três Capelas (Capela S. Bartolomeu, Capela Sra. da Hora e Capela da Senhora da Penha de França). Godinho Faria em 1899 faz referência a este local como sendo o terreiro onde decorriam as festas.

Nos dias da romaria da Senhora da Hora, que se realiza 40 dias após o domingo de Páscoa, diz a tradição que as raparigas casadoiras ali acorriam a beber desta água milagrosa para apressarem o casamento.

O topónimo das Sete Bicas, no lugar de Mãe d'Água, está relacionado com as diferentes nascentes ali existentes e ainda para alguns estudiosos, por ali terá aparecido a Virgem Maria, Nossa Senhora da Hora, ou seja, conhecida como a protetora nos partos difíceis. Segundo Godinho Faria, “ali, acorrem em demasiado número as mulheres que se encontram grávidas e que vão ali orar à virgem pelo seu bom sucesso”.

Segundo os registos escritos, parte do espólio litúrgico foi levado pelo exército francês aquando das Invasões Francesas, tendo sido devolvido apenas um pano de púlpito e um frontal do altar bordado a ouro.

O local é assinalado como uma área com potencialidades arqueológicas, sendo considerado como tal todo o perímetro do atual Parque das Sete Bicas, no qual está incluída a Capela de Nossa Senhora da Penha.

No PDM, na sua carta Arqueológica, os elementos atrás referidos estão referenciados do seguinte modo:

Cod. Inv. 14134 - Igreja Velha

Cod. Inv. 14135 - Ermida de S. Bartolomeu

Cod. Inv. 14136 - Capela da Senhora da Penha de França



Oratório da Rua do Senhor

O Oratório dedicado ao Senhor da Boa Morte é designado localmente como o Senhor de Bouças, e está inserido num nicho na confluência da Rua do Senhor com a Rua de Manuel Pinto de Azevedo. O material usado na construção foi o granito que neste momento se encontra caiado de branco. O nicho está protegido por um gradeamento e é representado por um Cristo Crucificado com uma inscrição JNRJ/Nosso Senhor da Boa Morte.



PROPOSTA DE CLASSIFICAÇÃO COMO CONJUNTO DE INTERESSE MUNICIPAL

Casa dos Symington – Conjunto de três casas e jardim voltadas à Estrada Exterior da Circunvalação e à Rua Dr. Eduardo Torres

Este constitui uma presença que marca a imagem da cidade e muito em especial a relação com a Circunvalação. Não existem dúvidas sobre o interesse ambiental do conjunto. A casa principal parece elegante e interessante no ecleticismo da sua linguagem arquitetónica.

Propõe-se que o processo de abertura do procedimento de classificação seja precedido de uma visita ao local.



Casas do Arquiteto Rolando Torgo

Rolando Torgo nasceu em Amarante em 1933 e faleceu em 2011. Como refere o Professor Domingos Tavares na revista Joelho, “Rolando Torgo tem uma excelente obra realizada, com vários prédios e residências unifamiliares nas encostas à vista de Amarante, debruçados sobre a magnífica paisagem do Rio Tâmega. Em todas elas a luxuriante vegetação domina as subtis paredes caiadas, cuidadosamente articuladas com a acidentada topografia. Exemplos de arquitectura discreta, diriam os teóricos do debate sobre o movimento moderno que é orgânica, porque camuflada no extenso verde duriense.”

Anabela Magalhães refere no seu Blog, sobre Rolando Torgo: “A sua arquitectura, ... é descomplicada, ponderada, racional, afectuosa, aconchegada, aberta, limpa, asseada, respeitadora, minimalista, cheia e calorosa... tudo isto e muito mais fundido em casas maravilhosas e fáceis de onde nem apetece arredar pé.”

Rolando Torgo foi autor do projeto SAAL em Francos, Porto.

Este conjunto de casas, foi projetado por Rolando Torgo em 1973-1974, destinado a um grupo de amigos: o próprio, o Arq. Rogério Cavaca, o Eng. Jorge Malta e o Arq. Guilherme... (?).

Integrou a exposição “Arquitectura Portuguesa Contemporânea, Anos Sessenta / Anos Oitenta”, na Fundação de Serralves, em 1991, programada por Fernando Pernes e organizada por Nuno Portas e Manuel Mendes.

Foi objeto de publicação na revista holandesa WONEN TABK, de novembro de 1983, dedicada à Arquitetura e Renovação Urbana em Portugal. No texto sobre este conjunto de casas é dito:

CLASSIFICAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL

“As casas têm uma grande privacidade para a rua, reforçada pela entrada localizada num pátio. A casa abre-se com janelas que correm de cima para baixo, tanto para o pátio quanto para o jardim. A escada aberta determina a amplitude do interior, enquanto uma forte relação entre interior e exterior também foi estabelecida.”



PROCESSO DE CLASSIFICAÇÃO DE ÂMBITO MUNICIPAL A DECORRER

Casa Ferreira da Costa – Miranda Santos

A Casa Ferreira da Silva / Miranda dos Santos, foi projetada pelo arquiteto Siza Vieira, em 1962, a pedido de uma escritora – Luísa Ferreira da Costa – com uma intenção de privacidade conciliada com a exposição urbana. Isto é, foi uma casa desenhada para ao mesmo tempo proteger o espaço interior, sem cortar de modo algum a sua ligação com a rua. Ao longo da sua vida, a casa sofreu mais algumas intervenções de Siza, nomeadamente na década de oitenta, com a introdução de dois espaços de garagem, e ainda umas intervenções posteriores, em 2000 e 2010, que nunca puseram em causa a sua unidade, nem a sua estrutura.

Destaca-se também que a intervenção do Arq.to Álvaro Siza foi muito para além da arquitetura, tendo grande parte do mobiliário sido desenhado por ele, que teve também uma ação muito autoral na decoração da casa. Esta circunstância, de o mesmo Arquiteto ter desenhado a casa e grande parte do seu recheio, e de o ter combinado de acordo com a sua vontade, tornou este projeto de Álvaro Siza numa obra global, com uma personalidade muito forte e muito própria, idêntica, neste aspeto, daquela que podemos encontrar também na Casa de Chá da Boa Nova.



PERAFITA

Proposta de Classificação como Monumento de Interesse Municipal

Obelisco da Memória

Casa e Capela de São Gonçalo

Fábrica de Conservas Selene

Casa do Maceda

Casa Quintino

Casa com Jardim à Rua José Joaquim de Andrade

Proposta de Classificação como Conjunto de Interesse Municipal

Lugar do Cabo do Mundo

Lugar de Joane / Vinha da Louça

Proposta de Classificação como Sítio de Interesse Municipal

Montedouro

Madoufe

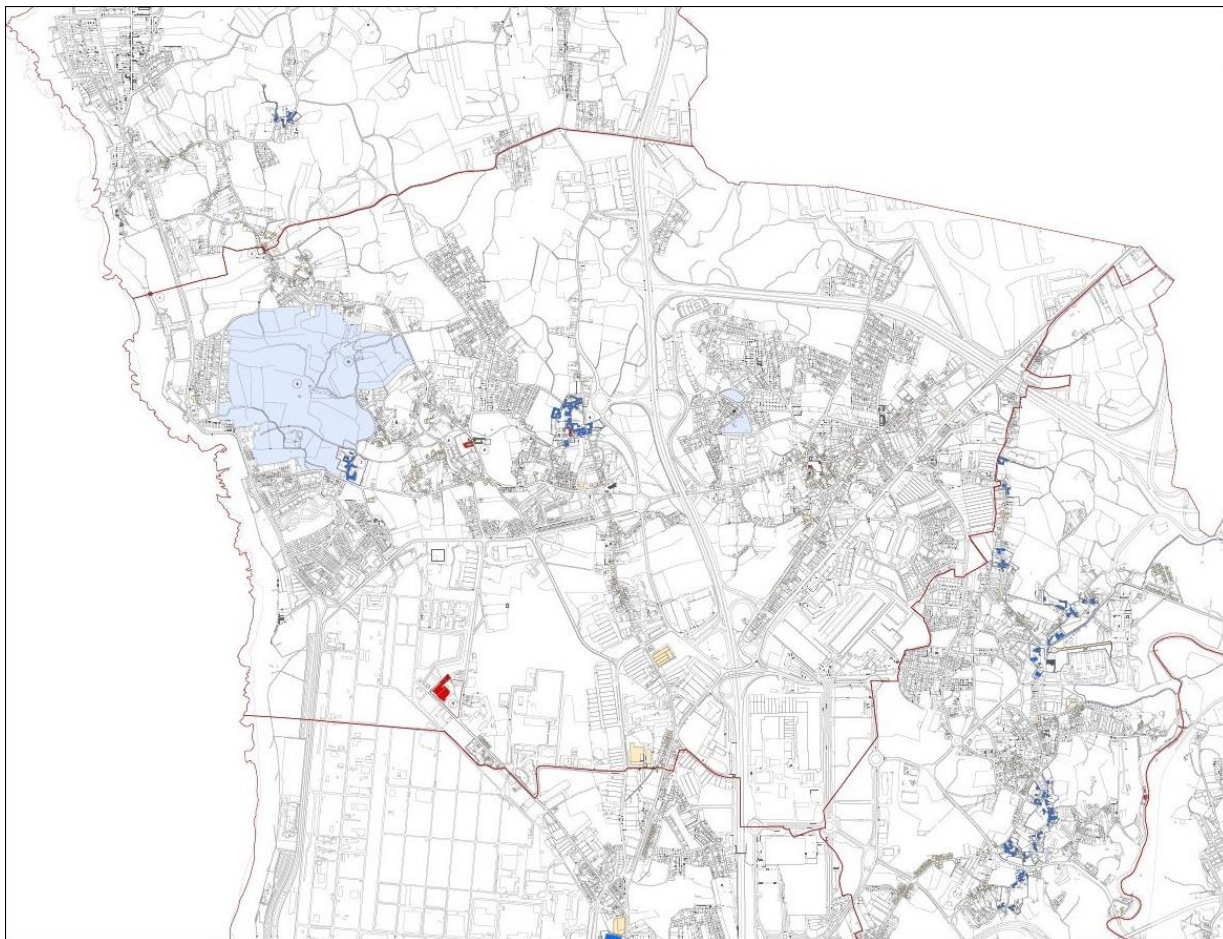
Processo de Classificação de âmbito Municipal a decorrer

Casa Galante

Classificação de âmbito Nacional

Duas sepulturas abertas na rocha granítica – Interesse Municipal

CLASSIFICAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL



Perafita

Pedrafitas - expressão que significa dólmen. Os documentos medievais citam no ano de 959 a villa de Petra Ficta. Mas os vestígios mais antigos identificados até ao momento localizam-se no limite desta freguesia com Leça da Palmeira (Zona da Petrogal) e correspondem à presença de comunidades do paleolítico inferior (800-200 mil anos). Para além destes existiu uma ocupação muito acentuada entre o Neolítico e o Calcolítico (entre 4 a 2mil a.c.), assinalada por pequenas comunidades agro-pastoris que na passagem do nomadismo à sedentarização se fixaram aqui nesta zona. Aliás esta é freguesia do concelho com mais registos de monumentos megalíticos, ou seja, antas, mamoaes ou dolmens. Documentos medievais citam estes monumentos nos lugares de Montedouro, Lumbelo, próximo do ribeiro da Montagaia, Brio, onde foi implantada a fábrica a Jomar, e ainda em Madoufe. Referem que estes monumentos apresentavam uma tipologia marcante, ou seja, eram dolmens de corredor, representativos de uma sociedade que caminhava para a sua hierarquização. Aos lugares de implantação destes monumentos estão associados também os seus povoados, construídos com materiais perecíveis. Com esta sedentarização surgiram os primeiros sinais de circulação, de caminhos, que ao longo dos séculos ganharam uma maior expressão.

Para o período pré-romano, designado como Idade do Ferro e Castrejo é referido nesta freguesia o Castro do Freixieiro, cujo topónimo foi perpetuado até à atualidade. Admitimos ainda a possibilidade da via romana que se dirigia para Vila do Conde passar nos limites deste sítio. Para além deste caminho romano, as materialidades encontradas até ao momento são muito pontuais, e foram encontradas e registadas em Montedouro e no campo do Cardeal na Vinha da Bouça.

Relativamente ao período medieval, balizado entre o século V e XV, são referidos os lugares de Montedouro, Madoufe e Bouça do Corgo.

No lugar de Pampelido encontra-se a necrópole de Montedouro, constituída por cinco sepulturas não-antropomórficas escavadas na rocha granítica em dois cabeços rochosos, próximos um do outro. Este cemitério está dividido em dois núcleos: o primeiro, no monte das Pedras, integra a sepultura rupestre ovalada; o segundo, o monte da Parede, integra as restantes, sendo que duas delas se encontram no caminho de terra batida.

Segundo Neves dos Santos, ficam situadas nas bouças de Paredes, entre os lugares de Montedouro e Pampelido Velho. São vários os sepulcros abertos na rocha firme e dispersos por todo o outeiro. Alguns já foram destruídos pelos montantes que extraíram a pedra para a construção do Porto de Leixões. As sepulturas que constituem esta necrópole enquadram-se entre os séculos VII e XI.

Para o século XI é referida a Mota de Adaulf ou Madoufe

Trata-se claramente de um monte artificial, constituído por pedra e terra, formando um pequeno morro, elevando-se entre 5 e 7 metros em relação aos terrenos agricultados voltados a poente. Admite-se estar em presença de uma pequena fortificação do início do século XI. A sua construção parece dever-se não às populações residentes, mas sim, a um senhor local – Adaulf – tendo como objetivos a proteção e controlo dos seus pertences localizados numa zona litoral muito vulnerável à ameaça de investidas normandas e muçulmanas que então ocorreram.

As Inquirições de 1258 registam como pertença da Igreja de Perafita, do termo da Maia, a vila que se chama de Joane de Baixo (com seis casais) - Julgado de Bouças. No mesmo censo é citado que à Igreja pertencem a vila de

CLASSIFICAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL

Perafita, Freixieiro, JAM (Joane de Cima) e Pampelidinho (actual Pampelido) do Mosteiro de Moreira, cujos lugares, denominados como vilas, se agruparam em torno de Perafita por aí existir esta estrutura religiosa.

As Memórias Paroquiais de 1758 registam cinco aldeias: Perafita, Freixieiro, Goarda, Cabo do Mundo e Pampelido, sendo que a igreja se encontra separada de povoação, com um total de 100 fogos habitados por 420 adultos e 40 crianças.

Ref's Monografia de Godinho Faria – 1899

Perafita, Vinha da Bouça, Jam de Cima, Guarda, Montedouro, Cabo do Mundo, Pampelido, Freixieiro, Viso, Gandra, Igreja e os casais de Caibros, Corguinha, Bugalheira e Moinhos.

Censos de 1940

Aldeia Nova não habitado); Almeiriga (8 F); Barroca (29 F); Bugalheira-não habitado; Cabo do Mundo (78F); casais de Caibros – não habitado; Corguinha-não habitado; Crasto (17F); Facho (6 F) Freixieiro(33F); Gandara (70 F); Guarda (49F); Igreja (37 F); Jam de Cima (13F); Moínhos- não habitado; Montedouro (55 F); Outeiro-não habitado; Padrão (25F); Pampelido (36F); Perafita (40F); Poupas (143F); Telheira (20F); Viso (26F).

PROPOSTA DE CLASSIFICAÇÃO COMO MONUMENTO DE INTERESSE MUNICIPAL

Obelisco da Memória

A 8 de julho de 1832, na Praia da Memória localizada em Arnosa do Pampelido, entre as freguesias de Perafita e de Lavra, dava-se o acontecimento que iria alterar decisivamente o curso da história e marcar o início do fim do absolutismo em Portugal. Organizada a partir da ilha Terceira nos Açores uma esquadra comandada por D. Pedro IV e com um exército de 7 500 homens, repartido por algumas dezenas de navios, desembarca nesta praia. Entre os soldados que compunham este exército vinham também algumas figuras que mais tarde se notabilizariam na cultura nacional, como Almeida Garrett e Alexandre Herculano. A escolha deste local apanhou de surpresa o exército miguelista uma vez que, esperando um ataque contra Lisboa, a defesa da costa Norte tinha sido desguarnecida. A indicação desta praia terá sido fornecida por um dos soldados, Francisco José da Silva, que era natural de Paço (Lavra).

Após o desembarque, que durou cerca de 30 horas, o exército miguelista do Visconde de Santa Marta realiza um recuo estratégico. O exército liberal aproveita para, com uma coluna, ocupar os castelos de Leça, do Queijo e de S. João da Foz, enquanto uma segunda coluna, com D. Pedro e o Estado-Maior se dirigem a Pedras Rubras. No dia seguinte, a 9 de julho a coluna chega a Custóias onde D. Pedro dará nova audiência e “beija-mão”, no Largo do Souto. A coluna seguirá, então, através da estrada do Padrão da Légua rumo ao Porto, acampando junto ao lugar do Carvalhido (por isso atualmente designado Praça do Exército Libertador).

Assinalando o local do desembarque foi erguido, por iniciativa de António José de Ávila e subscrição pública, um obelisco destinado a perpetuar a memória deste acontecimento. A primeira pedra foi lançada a 1 de dezembro de 1840 e na cerimónia esteve presente a Rainha D. Maria II, assim como diversos veteranos do “Exército Libertador”. No entanto só cerca de 24 anos mais tarde foi concluído, tendo sido declarado monumento nacional em 1880. Na sua base pode-se ler a proclamação que D. Pedro IV fez aos soldados antes do desembarque:

Soldados! Aquelas praias são as do malfadado Portugal: ali vossos pais, mães, filhos, esposas, parentes e amigos suspiram pela vossa vinda e confiam nos vossos sentimentos, valor e generosidade. Vós vindes trazer a paz a uma nação inteira, e a guerra somente a um governo hipócrita, despótico e usurpador. A empresa é toda de glória; a causa justa e nobre; a vitória certa. (...) Ali tendes a pátria que vos chama.



Casa e Capela de São Gonçalo

No antigo lugar de Pampelido, hoje Rua 9 de Julho, e nos limites de Lavra com Perafita foi edificada uma capela particular de invocação a S. Gonçalo, anexa a uma residência. Atualmente encontra-se em ruína profunda, desconhecendo-se também o paradeiro da imagem de S. Gonçalo. Pertence a José Ramos Faria e segundo informações do mesmo, está na família há mais de 100 anos.

Este lugar e outros de Perafita ficavam distantes da igreja paroquial, à semelhança de tantos outros locais, e a edificação desta capela pode estar relacionada com as orientações das Constituições Synodales do Bispado do Porto, de D. João de Sousa, de 1687, a qual regista este propósito pastoral: "quando algu,~ s fregueses estiverem muito afastados da Igreja Parochial ... [ordenamos] que ao menos ouçaõ Missa todo o anno, ou parte d'elle em outras Igrejas mais visinhas, ou que lhes administrem nellas alguns Sacramentos, e vaõ receber os outros a suas parochias; ou nos tais lugares, e povoações se edifiquem Ermidas ... e se fação, quanto for possível, perto dos caminhos, e estradas, e com janelas, ou frestas de grades de ferro pera, os que passarem, poder fazer oração nellas.

No século XVI, São Gonçalo tornou-se rapidamente o patrono dos caminhanes em geral e dos peregrinos em particular, uma verdadeira "devoção paralela" dos caminhos jacobeus portugueses, razão pela qual encontramos as imagens de ambos lado a lado (de S. Gonçalo e de Santiago), como é o exemplo da paroquial de Santiago de Custóias. Encontramos ainda a devoção a S. Gonçalo em Perafita (igreja paroquial) e Leça da Palmeira.

Nesta Capela realizava-se a romaria no mês de janeiro dedicada a S. Gonçalo, com cerimónia religiosa, a habitual missa solene e sermão, prosseguida do arraial. À festa acorriam os melhores cantadores e cantadeiras da região com as cantigas da chula ao desafio ao som das violas.

Aquando de uma visita ao local, José Ramos Faria referiu que a residência contígua esteve ligada ao desembarque de D. Pedro IV a 8 de julho de 1832 na antiga Praia dos Ladrões, atual Memória. Nesse percurso passaram certamente por esta estrada prosseguindo pelo caminho do Frascal, como referem ainda hoje os anciãos locais.

Registada no PDM e Carta Arqueológica com o nº1392.

Casa de porte nobre com capela anexa. Pela sua antiguidade, autenticidade e valor histórico, considerando-se uma prioridade na classificação como monumento de interesse municipal.

Analisando a cartografia e “voando” sobre este lugar percebe-se muito bem o “peso” que esta capela tem neste lugar, e como está adossada, ou mais do que adossada, encravada, numa construção mais alta que se dispõe ao longo da estrada como um barco ao qual foi cortada a proa, essa sim, arruinada mas mesmo assim proeminente. A capela tem a fachada e a cobertura mais ou menos intocadas e olhando para ela percebe-se que o tempo a foi “enterrando” relativamente à rua, pelo que as dimensões do alçado principal já não serão, por essa razão, as originárias. Por detrás de ambas as construções há uma propriedade perfeitamente confinada, também ela em estado de total abandono. As construções em causa, pese embora a situação de abandono e degradação em que se encontram, possuem, uma e outra, condições para serem recuperadas, pois as paredes estruturais mantêm-se (teimosamente) em pé.

CLASSIFICAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL

Constituem um ponto de estrangulamento na via, pelo que convém, no nosso entendimento, afastar o mais possível a “tentação” de as demolir para conseguir um perfil homogéneo e desimpedido da estrada que até, à custa disso, poderia ficar com menos um estrangulamento e menos uma curva. Ganhava a estrada, mas perder-se-ia um manancial histórico que estas duas construções encerram. Podia eliminar-se uma curva da estrada, mas perder-se-ia um “troço” da história deste lugar.

BIBLIOGRAFIA

BENTO, Jorge - Capelas de Leça da Palmeira, Leça da Palmeira: Junta de Freguesia, 1993, p.40

<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/2907.pdf> (Revista da Faculdade de Letras CIÊNCIAS E TÉCNICAS DO PATRIMÓNIO Porto, 2003I Série vol. 2, pp. 81-94

DIAS, Maria Piedade, SOUSA, Dulce Fonseca, (1997) Inventário do Património Arquitectónico Religioso do Concelho de Matosinhos, p. 68

GOMES, António J. (2010) Viver em Matosinhos, 1850.1910, p. 179



Fábrica de Conservas Selene

A empresa Fábrica de Conservas Selene, Lda., foi fundada em 1952, por Jaime da Silva Serrano (também conhecido por Jaime Serrano Júnior), tendo sido seu gerente António da Silva Serrano.

Desconhece-se o processo inicial de licenciamento do edifício, localizado na Rua de Almeiriga, nº 1192, em Perafita, tendo sido localizados dois processos relativos à realização de obras nas instalações da fábrica, posteriores, que passamos a descrever.

O processo de licenciamento da Câmara Municipal de Matosinhos n.º 139 de 1953, relativo à construção de três pequenas habitações nas traseiras da fábrica, do qual resultou a emissão das licenças n.º 48, 49 e 50, em 28 de janeiro de 1953, em nome de Fábrica de Conservas Selene, Lda., de Jaime Serrano Júnior. Deste processo resultou também a emissão das licenças de utilização n.º 180, 181 e 182, emitidas em 5 de agosto de 1953.

O processo de licenciamento da Câmara Municipal de Matosinhos n.º 13 de 1956, relativo a uma alteração e ampliação da área de escritório, com projeto e responsabilidade pela obra do arquiteto António Soares Carneiro Júnior, do qual resultou a emissão da licença n.º 136, emitida em 10 de abril de 1956, em nome de Fábrica de Conservas Selene, Lda., de Jaime Serrano Júnior. Deste processo resultou também a emissão da licença de utilização n.º 193, emitida em 5 de agosto de 1961.

À semelhança do conjunto constituído pela Fábrica de Conservas Ramirez; antiga Fábrica de Conservas EFEL – Empresa Fabril Exportadora Lda.) e, antiga Fábrica de Conservas Estrela do Sul), trata-se de uma instalação industrial que testemunha a deslocação das fábricas de conservas da área de Matosinhos Sul para localizações a norte da ocupação urbana de Leça da Palmeira, como alternativa de proximidade do Porto de Leixões.

O Edifício da Antiga Fábrica de Conservas Selene é um testemunho relevante na história urbana de Matosinhos e apresenta um desenho cuidado, modernista, sendo, igualmente, a sua preservação compatível com o PDM, que define a área da localização do conjunto como “Área de atividades económicas”.



Casa do Maceda

A Casa do Maceda insere-se num conjunto de casas agrícolas que curiosamente se mantêm em funcionamento enquanto tal e no entorno das quais, mais próximo ou mais lato, estão os campos aos quais elas dão apoio e exploração.

Muito embora muitas destas casas tenham sido objeto de intervenções mais recentes, mantêm-se ainda com forte personalidade plástica e urbanística e sobretudo muito agarradas aos caminhos que as contornam (ficando-se sempre um pouco com a dúvida de o que é que contorna o quê...).

São “moles” consistentes-massas enormes de construções gigantescas e maciças-que definem o espaço público e que conjugam entre si funcionalidades diversas como o habitar, o alojamento dos animais, o depósito de rações e produtos da terra, ou ainda os abrigos das alfaias que ainda hoje continuam a complementar a função habitacional. Nestes conjuntos, muitas vezes voltados sobre si próprios, em redor de “pequenas praças” interiorizadas, vive-se, trabalha-se e acautela-se o futuro, em verdadeiras unidades que são simultaneamente locais de alojamento e de trabalho. Locais polivalentes, ligados ao centro e à Igreja, primeiro por veredas e depois por caminhos, por onde circulam as pessoas, os animais, as alfaias e os produtos, caminhos muitas vezes muito tortuosos por onde tudo chega e sai, sem grande hierarquia viária nem muitas infraestruturas.

A proximidade entre estes conjuntos não era casual-eles complementavam-se entre si e davam desse modo escala àquela economia onde eram estrategicamente complementares entre si.

O núcleo onde se integra a Casa do Maceda é um exemplo particularmente resistente.

Esta casa, de função marcadamente habitacional, tem uma conformação muito regular, nada orgânica, é um paralelepípedo com um desenho muito sóbrio e ao mesmo tempo muito cuidado, e está em bom estado de conservação. Tem uma fachada nobre, voltada à rua, de composição simétrica, com vãos debruados a granito, e tem um lambrim que faz jogo com as padeiras das janelas e da porta. Esta fachada tem a escala e a dignidade de uma casa de lavoura de acento marcadamente urbano e é até inesperadamente estilizada e rica, tendo em conta que se desenvolve ao longo de um caminho muito rústico e funcional. No entanto tem uma implantação “axial” relativamente à ligação à estrada da igreja, sendo que algumas das casas mais ricas deste conjunto se implantam também, de um e do outro lado dessa rua de ligação à estrada que vai para o centro da freguesia, reforçando a dimensão de centralidade urbana que esta casa convoca para este lugar. Tem uma cornija de granito aparelhado e um telhado debruado a telhão em 3 das 4 fachadas, o que é um sinal particular de riqueza neste tipo de casas.

Pelo papel excecional que esta casa tem neste conjunto, pela forma como se manteve (aparentemente) inalterada, pela sobriedade do seu porte e do seu desenho e ainda pela sua localização, julgamos que se justifica uma “distinção” relativamente a ela pelo que se sugere a sua classificação como Monumento de Interesse Municipal.



Casa Quintino, na rua 9 de julho

A Casa Quintino integra uma propriedade agrícola com forte presença no lugar que é conhecido por Jame de Cima. A propriedade é testemunho da importância que a lavoura teve no passado enquanto atividade económica e como estruturante da vida em sociedade nesta região litoral entre Douro e Ave, constituindo as Terras da Maia.

As partes que compõem a casa e as características dos campos que a rodeiam testemunham um passado não muito distante, evidenciando a forma de estar no mundo rural da região Noroeste do País. Uma realidade determinada pelo modo de trabalhar a terra, de criar os animais e de os utilizar como força de trabalho, que apresenta características gerais comuns, embora com matizes diferentes conforme as sub-regiões. Uma realidade identificável, de vida em família e de relações em comunidade, em especial na paróquia.

A casa, tal como se encontra atualmente, dá-nos a perceção das diferentes intervenções sofridas ao longo da sua história, sendo o seu carácter multifacetado o aspeto mais marcante e diferenciador. Tem situações muito semelhantes às da casa vizinha, defronte, a Casa Galante, como sejam:

- a) O espaço de quinteiro alongado;
- b) O corpo principal, à face da rua, com acesso direto desta, com espaços de habitação no rés-do-chão, situações não comuns às casas de lavoura da região, o que denota alguma preocupação de diferenciação.
- c) O acesso direto por portão ao espaço de quinteiro e não, como acontece na generalidade das casas de lavoura da região, por um portal rasgado na fachada da casa ou num coberto anexo contíguo.

De acordo com a informação dos proprietários, o volume anterior e mais alto do corpo da casa junto à rua corresponderá à reconstrução de uma casa que foi demolida em Leça da Palmeira, aquando das obras do porto de Leixões e preparação da construção da ponte móvel. É notória alguma incongruência entre esse volume e o volume posterior contíguo, que é visivelmente mais antigo e de menor escala.

A abertura de um troço da Rua 9 de Julho, a norte da casa, eliminou a casa da eira e a eira que aí existiam, e que ainda aparecem na cartografia da Câmara Municipal de 1944-1952. Esses espaços funcionais terão passado a ocupar a ala norte, que encerra o quinteiro da casa, que foi significativamente ampliada à largura, e que corresponde a um amplo coberto. A eira passou a ocupar um espaço entre o espigueiro existente a norte da casa, que prevaleceu,

CLASSIFICAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL

e o corpo principal da casa. No topo nascente do coberto, já junto ao corpo principal da casa, localiza-se o portal de acesso direto à cortinha que se estende para norte.

Na ala sul que envolve o espaço de quinteiro, localizam-se os aidos do gado, em grande número, o que denota a pujança da atividade da casa no passado.

O espigueiro, a norte da casa, é em tudo semelhante ao espigueiro da Casa Galante vizinha: com paredes em ripado de madeira e cobertura em telha.

A casa, sendo muito eclética, tem uma estrutura espacial comum às casas de lavoura da região e tem um papel singular na caracterização do lugar, em conjunto com a Casa Galante, defronte.

A sua classificação como monumento de interesse municipal deverá abranger a área de cortinha, sem prejuízo da sua utilização nos termos do PDM, sendo que integra a Reserva Agrícola Nacional.



Casa com Jardim à Rua José Joaquim de Andrade

Esta casa, que se implanta num lugar muito antigo de Perafita, onde estão referenciados alguns dos vestígios mais remotos do povoamento deste lugar, é uma construção que merece todas as medidas de preservação e salvaguarda que estão à nossa mão.

Trata-se de uma magnífica casa de 4 frentes, com um enorme jardim, que ocupa meio quarteirão e que volta três das suas 4 frentes aos arruamentos envolventes, dois deles principais e um deles muito secundário e local.

Aproveita da localização num gaveto de 2 arruamentos estruturantes da freguesia e parece não ter até agora sido prejudicada, nem atingida, pelo seu traçado.

Esta casa está implantada junto a um eixo estruturante da antiga freguesia de Perafita, que faz atualmente a ligação da Avenida Mário Brito (ou ainda, mais para nascente, da Rua do Chouso) ao mar, que atravessa, no sentido nascente/poente, toda a freguesia.

De um e do outro lado deste eixo viário estruturante, que tem quase sempre as características de estrada, mas nalguns pontos também de rua, ou a partir dele, tanto para norte como para sul, estrutura-se longitudinalmente a ocupação mais antiga da freguesia.

Nas Rua Oriental/ Rua Ocidental suportam-se todos os principais equipamentos dos quais podemos destacar a Igreja Paroquial e a Junta de Freguesia.

E em redor deles, na forma de anéis concêntricos ou numa estrutura mais axial, foram-se implantando, e crescendo, as novas construções, de génese mista e com funcionalidades também mistas, pese embora predominem os usos residenciais.

O desenvolvimento mais recente reforçou ainda a importância deste eixo transversal, mas muitas vezes num “modo” pouco programado, mais espontâneo do que desenhado, com construções de morfotipologias diversas, todas elas muito decorrentes e condicionadas pelo cadastro fundiário, de génese ainda marcadamente rústica.

É possível ver aqui a estrada, que de um momento para outro, ali à frente, passa a rua, e que volta, pouco depois, a ser estrada, com edifícios de escalas, volumetrias e cérceas muito distintas, que compõem um todo pouco homogéneo, mas funcional.

É neste contexto urbano, diverso, um pouco “caótico” e muito pouco hierarquizado, que sobressai a imponência sobranceira desta casa, construída num modelo totalmente urbano, onde quase não são encontradas outras funcionalidades que não as residenciais, pese embora ter umas construções anexas que com o corpo principal se articulam, mas que têm uma escala e uma implantação que facilmente fazem entender a sua função (apenas) complementar e acessória.

Esta casa grande, de desenho e porte sóbrio, é acompanhada por um grande jardim, cuja vedação se debruça sobre o gaveto e a deixa entrever, sem a esconder, um jardim de recreio e de acompanhamento, que seguiu certamente o modelo de um jardim romântico, com caminhos, sebes de buxo e árvores de fruto e de sombra. Esta vedação tem um desenho muito cuidado na parte do gaveto, e no troço imediatamente a seguir ao gaveto, onde poderá ter havido até um pequeno pavilhão de sombra/belvedere, mas depois passa a ser uma vedação mais rústica e opaca, reservando o jardim das vistas externas.... Esta casa, de geometria estrita, paralelepípedica, com dois

CLASSIFICAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL

pisos e um telhado donde sobressai uma imponente mansarda, está em bom estado de conservação e não apresenta sinais de adulteração.

Poderia ter sido construída noutra sítio, tem um porte que só por si o suportaria e a faria sobressair como aqui sobressai, mas só se fazem casas destas em lugares importantes e com história. Como este.



PROPOSTA DE CLASSIFICAÇÃO COMO CONJUNTO DE INTERESSE MUNICIPAL

Lugar do Cabo do Mundo

É uma das cinco aldeias referidas nas Memória Paroquiais de 1758, que se desenvolveu nas fraldas do Montedouro. É também um dos acessos a Montedouro, cuja ocupação remonta à Pré-História, de acordo com os achados arqueológicos. No período medieval desempenhou um papel importante, testemunhado pela Necrópole Medieval que perdurou até aos nossos dias.

O Conjunto do Cabo do Mundo é constituído por três casas agrícolas que, mais uma vez, estão implantadas muito próximas umas das outras, estando duas delas em bom estado de conservação e uma delas emparedada e em pré-ruína.

Muito embora estejam muito perto do mar, num ponto relativamente alto, já muito próximo da ocupação balnear, estas casas ainda têm em seu redor vastos campos agrícolas que se mantêm em exploração, mas neste troço mais ocidental da rua Ocidental já são as últimas....

São contíguas dos limites do Sítio Arqueológico do Montedouro, do qual muito pouco chegou até nós, e é curioso verificar como estas três casas se mantiveram incólumes à passagem do tempo e ao desenvolvimento urbanístico existente, a sul e a poente, de cariz marcadamente urbano, desenvolvimento urbanístico que bordejou as instalações da refinaria da Petrogal, e onde a Refinaria ocupa um lugar muito excecional e proeminente.

O conjunto formado por estas três casas, implantadas na parte inferior de um cabeço que tem, não obstante o referido, uma grande qualidade ambiental e paisagística, funcionam como um “ponto de portagem” para quem mergulha no contínuo agrícola que se desenvolve para norte, uma extensa mancha verde apenas atravessada por veredas sinuosas que ligam os lugares, sulcos ténues, por onde circulam as alfaias e os produtos.

Estas três casas, de boa traça, simultaneamente sóbrias e rústicas, espalharam-se pelo terreno de forma desafogada, sem poupar nas áreas, e organizam-se, como as outras que já descrevemos, em torno de uma área central, um pátio, para o qual se voltam também as construções de apoio. São construções que têm na sua arquitetura e no seu desenho marcas muito evidentes da sua funcionalidade, enquanto espaços de trabalho, de armazenagem de produtos, de guarda de animais e de alfaias, e onde acessoriamente também se vive, ou se não se vive, onde ainda hoje se pode viver....

São verdadeiros redutos do “modo de vida rural”, refúgios resistentes à expansão urbanística, exemplos a defender e a preservar. São construções que, até na forma como foram implantadas, na periferia das propriedades, se transformaram em símbolos resistentes, troços convexos de muralhas, inexpugnáveis, onde se continua a produzir aquilo que se come....

Faz por isso para nós todo o sentido salvaguardar estas construções, defendendo-as da demolição e da ruína, tanto mais quando se quer manter este território onde elas estão integradas como território onde a exploração agrícola e florestal é uma opção estratégica primordial, vertida de forma bem clara para os instrumentos de gestão territorial.

CLASSIFICAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL



Lugar de Joane / Vinha da Bouça

Jam/Joane é referido nas inquirições de 1258, como sendo a única vila de Perafita que pertencia ao Julgado de Bouças. O lugar da Vinha da Bouça pertence a Joane. Aquando da regularização do Ribeiro de Joane, foram encontrados no campo do Cardeal várias tipologias de materiais que apontam para uma cronologia que se enquadra na Pré-História recente e romanização.

Através de uma análise espacial, apuramos que os vestígios encontrados até ao momento, à exceção do Castro de Freixeiro, se centralizam em áreas muito próximas de Montedouro, Lumbelo, Campo dos Castros, Sepulturas do Corgo e da Vinha da Bouça. A distância ao centro religioso também é relativamente diminuta. Segundo Horácio Marçal, a igreja foi levantada entre os séculos X e XI pelo domini, ou então, por um grupo de lavradores.

Pelos indicadores que foi possível recolher colocamos a hipótese de que este sítio possa ter correspondido a um casal, sendo que na envolvente deste existe este topónimo-Rua dos Casais.

Neste lugar antigo e central de Perafita, junto ao Ribeiro de Joane, as casas têm uma unidade tipológica e morfológica muito grande e constituem um conjunto excecionalmente coeso e singular.

Muito embora se desenvolvam, na sua maioria, a poente da Rua Silva Aroso, e muito embora seja também muito fácil descortinar quais são os territórios de cada uma delas, a verdade é que se desenvolvem todas em redor umas das outras, como se fossem complementares entre si e como se houvesse um ligante (centrípeto...) que as atraísse todas àquele lugar. Analisando a cartografia deste conjunto, e a implantação de cada umas das casas agrícolas em particular, poderíamos praticamente assegurar que estas casas foram todas edificadas num período de tempo muito estrito, que são contemporâneas umas das outras, e que seguiram modelos muito semelhantes.

Mas na realidade não foi bem assim. Há registos na mão de alguns dos proprietários atuais dessas casas que referem que elas podem ter começado a implantar-se no local em finais do século XVIII (1796), e que foram sendo paulatinamente construídas, com conformações próximas das que hoje têm, até aos finais do século XIX. Algumas foram até contruídas, ou intervencionadas, no início do século XX, tal como testemunham as inscrições gravadas nas padieiras das suas portas carrais. Teriam na sua base núcleos familiares fundadores, ou ramos próximos da mesma família, e a relação que se estabelecia entre elas era muito mais do que a relação de vizinhança. Os agregados, além de ligados por laços familiares e de sangue, tinham também algum tipo de tutela uns sobre os outros, que nalguns casos se estendia curiosamente à vertente moral. A proximidade entre as casas facilitava esse controlo e havia casos em que os “irmãos” do mesmo braço familiar eram deserdados pelos seus “pares” quando não estavam à altura de representar, ou defender, o bom nome da Família.

Há quem ainda hoje lhe chame o “Lugar de Perafita” e reclame para este sítio esse nome. Nos apelidos mais antigos encontramos os Aroso, os Branqueta, os Maceda, os Cardeal, sendo que há quem explique que os Aroso começaram por ser Arosa e que tiveram origem galega, mais concretamente nas Rias Baixas, na Ria de Arosa, e no seu conhecido porto- Vila García de Arosa.

CLASSIFICAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL

As casas ainda hoje permanecem ligadas por laços familiares, cada vez mais longínquos, mas que continuam a dar àquele lugar um cunho de uma pequena urbe que manteve a sua marca identitária. As casas deste conjunto parecem concorrer entre si através da dimensão dos seus corpos principais, dos seus pátios ou dos anexos agrícolas que as acompanham. Ou então, não podendo concorrer ao nível das dimensões, terão apostado na sofisticação e na elaboração do seu desenho, ou na marca mais urbana das suas fachadas e dos seus telhados, que lhes permitiram alcançar um estatuto especial. Pode ver-se, percorrendo as veredas deste núcleo, que as casas apresentam linguagens diferentes, sendo umas delas totalmente rústicas, rudes e funcionais, com paredes em alvenaria de granito aparente, quase sempre com as juntas tomadas. Outras, com paredes igualmente toscas, mas já rebocadas, mais desempenadas, o que lhes dá uma aparência de uma construção mais cuidada, e finalmente outras, como as Casa do Maceda, que tem nas suas fachadas a marca de um desenho mais depurado de acento claramente urbano.

Continuam a ter, ainda hoje, grandes áreas agrícolas a si associadas, algumas contíguas e outras mais afastadas, exploradas quase sempre por terceiros, mas que continuam a justificar a existência destas casas enquanto redutos resistentes do *ADN* rural da freguesia de Perafita.



CLASSIFICAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL



CLASSIFICAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL



CLASSIFICAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL



Montedouro

FICHA DO PROCEDIMENTO DE CLASSIFICAÇÃO DE BENS IMÓVEIS

1. IDENTIFICAÇÃO Sítio de Montedouro

1.1. Património Arquitetónico ☐ Património Arqueológico ☒ Património Misto ☐

1.2. Designação/Nome: Sítio de Montedouro

1.2.1. Outras Designações: Campo das Antinhas

1.3. Processo de Obras: (Caso exista)

1.3.1. Número do Processo de Obras:

1.3.2. Identificação do Requerente:

1.3.3. Identificação do Arquiteto / Técnico responsável:

1.3.4. Identificação do responsável pelo betão armado:

1.3.5. Identificação de outros técnicos:

1.3.6. Número de licença:

1.4. Local/Endereço:

1.4.1. Localidade:

1.4.2. Freguesia: União Lavra Santa Cruz do Bispo e Perafita

1.4.3. Concelho: Matosinhos.

1.4.4. Distrito: Porto.

1.5. Código Nacional de Sítio (CNS): (No caso de se tratar de património arqueológico) N.º 781

2. CARACTERIZAÇÃO

2.1. Função Original:

2.1.2. Função Atual:

2.2. Grupo Tipológico:

2.2.1. Subtipo:

2.3. Enquadramento:

2.4. Descrição Geral:

2.5. Estado de Conservação:

	Muito Bom	Bom	Razoável	Mau	Ruína
Paredes					
Pavimentos					
Coberturas					
Outros					

2.6. Estado de Descaracterização:

	Muito Bom	Bom	Razoável	Mau	Ruína
Paredes					
Pavimentos					
Coberturas					
Outros					

2.7. Espólio:

2.7.1. Depositário do espólio/materiais: Gabinete Municipal de Arqueologia e História de Matosinhos

3. SITUAÇÃO DA PROPRIEDADE (obrigatório apenas quando o proponente for o proprietário)

3.1. Proprietário:

3.1.1. Endereço:

3.2. Artigo Matricial:

4. OBSERVAÇÕES

4.1. Intervenções previstas:

4.2. Pessoas/entidades que possam dar informações:

4.3. Restrições à divulgação da informação:

5. OUTRAS PROTECÇÕES (caso existam)

5.1. Classificação -

IIM pelo Dec. nº735/74-DG nº297 de 21/12/1974.

5.2. ZEP ou ZGP**5.3. Instrumentos de gestão territorial**

Dec-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, alterado e republicado pelo Dec-Lei n.º 310/03, de 10 de dezembro

6. CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICO-ARTÍSTICA**6.1. Época(s) construtiva(s):****6.2. Síntese histórica:**

O sítio designado como Montedouro, pertence à união de freguesias de Lavra, Santa Cruz do Bispo e Perafita. É circundado a nascente e a norte pela Rua 9 de Julho, a poente pela Rua do Facho e a sul pelo Beco do Cabo do Mundo e é conhecido localmente como o lugar das mouras encantadas, mas também como o campo das Antinhas. Vários investigadores registaram o sítio; “...Referidas por Joaquim Neves dos Santos e recolhido o topónimo “Antinhas”, anteriormente por Martins Sarmiento e mais tarde referido também por Mendes Corrêa. De notar que no Museu do Instituto de Antropologia Dr. Mendes Corrêa (Fac de Ciências do Porto) existem 7 fragmentos cerâmicos e um fragmento ósseo provenientes das “antas de Perafita – Bouças – Matosinhos”, “exploradas em 29.5.1901” por Ricardo Severo (inf. de Bacelar Gonçalves). Comprova-se assim a existência de mamoa megalíticas nesta freguesia, ...” Através dos registos dos materiais encontrados o sítio foi sinalizado e registado em 1901. Nas várias prospeções ao local e nas sondagens realizadas em 1996 e em 2009, foram recolhidos materiais, quer à superfície quer nos trabalhos arqueológicos, que apontam para uma cronologia integrada na Pré-História recente, romana e medieval. Para além destas evidências, foi redescoberta por Rocha Peixoto, nos finais do século XIX inícios do XX, a necrópole de Montedouro, constituída atualmente por cinco sepulturas cavadas na rocha que apresentam uma cronologia balizada entre o século VII e XI. As sepulturas registadas com o nº1 e 2, estão classificadas como I.I.M, pelo Dec. nº735/74-DG nº297 de 21/12/1974.

Este cemitério está dividido em dois núcleos: o primeiro, no monte das Pedras, integra a sepultura rupestre ovalada nº1, o segundo integra as restantes no monte da Parede, sendo que duas delas encontram – se no caminho de terra batida. As sepulturas 3,4 e 5 não foram alvo de classificação. Este sítio foi registado na Carta Arqueológica do Concelho com os Cod. Inv. – 1381 | Nº Carto. 81, 1382 | Nº Carto. 82 e 1383 | Nº Carto. 83.

7. CARACTERIZAÇÃO ARQUITECTÓNICA**8. CARACTERIZAÇÃO ARQUEOLÓGICA**

8.1. Tipo de sítio: Antas/ Povoado e sepulturas cavadas na rocha

8.2. Período cronológico: pré-história recente e medieval

9. BIBLIOGRAFIA

Matosinhos em Textos Medievais (1978) Prefácio de António J. Gomes, Matosinhos: Biblioteca Municipal de Matosinhos.

PIRES, Conceição (2006) – *Joaquim Neves dos Santos o amor pelo Passado*, Matosinhos, Edição Edium Editores, p. 63

BATATA, Carlos (2009) – *Sondagens arqueológicas em Pampelido/ sepultura 1 de Montedouro (CNS783) (Perafit)* no âmbito da empreitada de construção do ramal de Leça – TRP (Relatório Final), Ozecarus, Serviços Arqueológicos, Lda

FELGUEIRAS, Guilherme (1958) – *Monografia de Matosinhos*, Matosinhos: C.M. Matosinhos, p.12-13.

BARROCA, Mário Jorge (1987) – *Necrópoles e Sepulturas Medievais de Entre-Douro-e-Minho (sécs V a XV)*, dissertação apresentada na FLUP policopiada, p. 158-159.

FERNANDES, A. de Almeida (1997) – *Paróquias Suevas e Dioceses Visigóticas*, Arouca, 1 edição, p 145.

BARROCA, Mário Jorge (1987) – *Necrópoles e Sepulturas Medievais de Entre-Douro-e-Minho (sécs V a XV)*, dissertação apresentada na FLUP policopiada, p. 140.

BENCATEL, Diana Ornellas (2009) – *Sarcófagos e sepulturas medievais (Maia e Matosinhos): análise tipológica e cronológica* in “Revista Portuguesa de Arqueologia”, Vol.12, Nº. 2, disponível em [<http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3839695>

PIRES, Conceição (2012) – Contributos para o estudo do povoamento do concelho de Matosinhos da pré-história ao século VIII- Dissertação de Mestrado, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto (policopiado)

BETTENCOURT, Ana, (2010) – “O Rio da Memória - Arqueologia no Território do Leça”, capítulo II - *Comunidades Pré-Históricas da Bacia do Leça*, Edição da Câmara Municipal de Matosinhos

BARROCA, Mário Jorge (2010) “O Rio da Memória - Arqueologia no Território do Leça”, capítulo II - *Comunidades Pré-Históricas da Bacia do Leça*, Edição da Câmara Municipal de Matosinhos

PIRES, Conceição (2017) -*Matosinhos do paleolítico ao século X*, Vol. I Coleção de Estudos Matosinhenses, Matosinhos, Seda Publicações.

Carta Arqueológica de Matosinhos (2016)

10. ELEMENTOS CARTOGRÁFICOS E FOTOGRÁFICOS (anexos)

Planta de localização com o imóvel assinalado

Escala: 1:2000 ☐ 1:5000 ☐ 1:25000 ☐

Documentação fotográfica

Interior ☐ Exterior ☐ Envolvente ☐

X	Y	Z	Datum	Projeção

Longitude	Latitude	Altitude	Datum	Projeção
8° 42' 44" W	41° 13' 50" N	25m	x	

11. EDIÇÃO

11.1 Data de edição:

11.1.2. Identificação do autor:

11.2 Data de edição:

11.2.2. Identificação do autor:

OBSERVAÇÕES:

Sepultura 1 – Monte das Pedras

Altitude – 25m

Longitude – 8° 42' 40.57" W

Latitude – 41° 13' 43.77" N



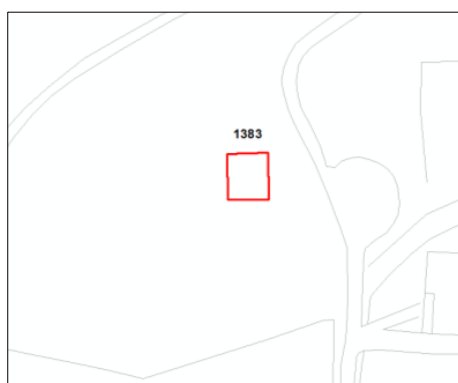
Sepultura 2 – Monte da Parede (Bouça da Parede)

Altitude – 25m

Longitude – 8° 42' 39.44" W

Latitude – 41° 13' 47.69" N

CLASSIFICAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL

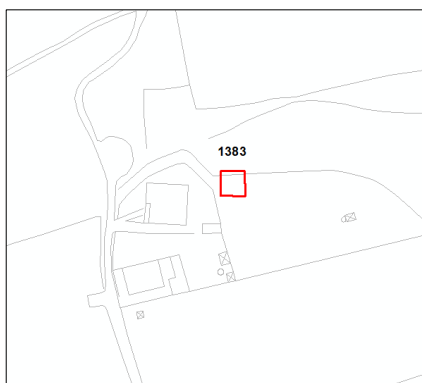


As coordenadas das sepulturas 3, 4 e 5 correspondem a um ponto intermédio junto às três sepulturas uma vez que se localizam muito próximas.

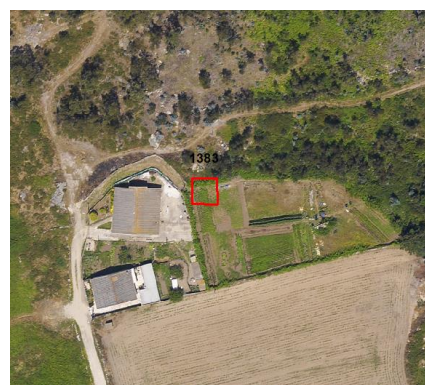
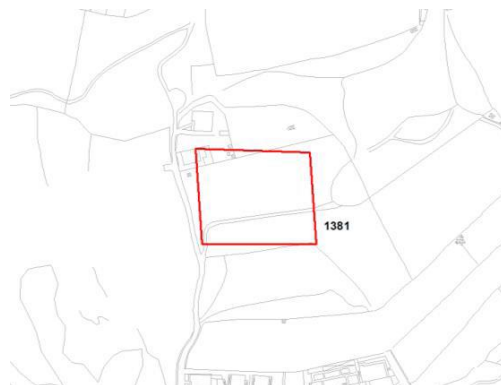
Altitude – 25m

Longitude – 8° 42' 40.58" W

Latitude – 41° 23' 47.77" N



CLASSIFICAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL



Espólio:



Madoufe

FICHA DO PROCEDIMENTO DE CLASSIFICAÇÃO DE BENS IMÓVEIS

1. IDENTIFICAÇÃO Sítio de Madoufe

1.1. Património Arquitetónico ☐ Património Arqueológico ☒ Património Misto ☐

1.2. Designação/Nome: Sítio de Madoufe

1.2.1. Outras Designações: Mamoas de Adaulfi (Leiras das Mamoas-Madoufe)

1.3. Processo de Obras: (Caso exista)

1.3.1. Número do Processo de Obras:

1.3.2. Identificação do Requerente:

1.3.3. Identificação do Arquiteto / Técnico responsável:

1.3.4. Identificação do responsável pelo betão armado:

1.3.5. Identificação de outros técnicos:

1.3.6. Número de licença:

1.4. Local/Endereço: Travessa das Devesas

1.4.1. Localidade: Perafita

1.4.2. Freguesia: União Lavra, Perafita e Santa Cruz do Bispo

1.4.3. Concelho: Matosinhos.

1.4.4. Distrito: Porto.

1.5. Código Nacional de Sítio (CNS): (No caso de se tratar de património arqueológico) N.º 3271

2. CARACTERIZAÇÃO

2.1. Função Original: Devocional

2.1.2. Função Atual:

2.2. Grupo Tipológico:

2.2.1. Subtipo:

2.3. Enquadramento:

2.4. Descrição Geral:

2.5. Estado de Conservação:

	Muito Bom	Bom	Razoável	Mau	Ruína
Paredes					
Pavimentos					
Coberturas					
Outros					

2.6. Estado de Descaracterização:

	Muito Bom	Bom	Razoável	Mau	Ruína
Paredes					
Pavimentos					
Coberturas					
Outros					

2.7. Espólio: fragmentos cerâmicos

2.7.1. Depositário do espólio/materiais: Gabinete Municipal de Arqueologia e História de Matosinhos

3. SITUAÇÃO DA PROPRIEDADE (obrigatório apenas quando o proponente for o proprietário)

3.1. Proprietário:

3.1.1. Endereço:

3.2. Artigo Matricial:

4. OBSERVAÇÕES

4.1. Intervenções previstas:

4.2. Pessoas/entidades que possam dar informações:

4.3. Restrições à divulgação da informação:

5. OUTRAS PROTECÇÕES (caso existam)

5.1. Classificação

5.2. ZEP ou ZGP

5.3. Instrumentos de gestão territorial

Dec-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, alterado e republicado pelo Dec-Lei n.º 310/03, de 10 de dezembro

6. CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICO-ARTÍSTICA

6.1. Época(s) construtiva(s):

6.2. Síntese histórica:

Um documento do Cartório do Mosteiro de Moreira referente à venda de um terreno no ano de 1038 refere que a herdade se situava em Aduffe “...*subtus mamola de Aduffi*...”. Diferentes autores já tinham alertado para o facto de em documentos relativos à freguesia de Perafita, em vez das habituais expressões “*subtus mons*” ou “*subtus castro*” relativas a castelos, surgir a referência “*subtus mamola de Aduffi*”. A expressão “*mamola de Aduffi*”, durante muito tempo foi associada à presença dum monumento megalítico pré-histórico (mamoia). No entanto, de acordo com Mário Barroca, investigador de Arqueologia Medieval, a expressão do documento “*subtus mamola de Aduffi*” indicaria uma relação de dependência territorial relativa a um centro de poder o que, nessa época, representaria a existência dum castelo ou fortificação. De acordo com o mesmo investigador o termo “*mamola*” remeteria para uma construção artificial, feita com terra e pequenas pedras, cujo resultado seria a construção duma colina cónica onde se implantaria uma fortificação em madeira. Estas fortificações, muito abundantes na Inglaterra, França e Espanha, mas quase desconhecidas em Portugal, datam, em geral, do séc. X e XI e são designadas de “*Motas*”.

Trata-se claramente de um monte artificial, constituído por pedra e terra, formando um pequeno morro, elevando-se entre 5 e 7 metros em relação aos terrenos agricultados voltados a poente. Admite-se estar em presença de uma pequena fortificação do início do século XI. A sua construção parece dever-se não às populações residentes, mas sim, a um senhor local – Aduff – tendo como objetivos a proteção e controlo dos seus pertences localizados numa zona litoral muito vulnerável à ameaça de investidas normandas e muçulmanas que então ocorreram.

No local foi recolhido um fragmento dum bordo de cerâmica manual pré-histórica, talvez vindo das proximidades, pelo que não é assim de descartar a possível presença nas imediações dum povoado pré-histórico.

Para além desta estrutura medieval, foi registada por Joaquim Neves dos Santos a existência de uma mamoia que ficava situada à distância de 1000 m a norte do Castro de Freixieiro, localizado nas imediações da Travessa do Castro. Era um dólmen de corredor com *lage e mámoia*. Porém, já em 1959, se encontrava destruído pelos pedreiros montantes. Numa das prospeções realizadas ao local concluímos que sobrevive ainda na microtoponímia “*leiras das mamoas*”, tradicionalmente conhecidas como *mamoia de fora* e *mamoia de dentro*.

Através da documentação, dos achados e da investigação realizada, o sítio designado como Madoufe apresenta uma barra cronológica balizada entre o neolítico e a Idade do Bronze.

7. CARACTERIZAÇÃO ARQUITECTÓNICA**8. CARACTERIZAÇÃO ARQUEOLÓGICA**

Sítio de Madoufe - Designado na Carta Arqueológica do Concelho de Matosinhos como Mámoas de Aduffi (Leiras das Mamoas-Madoufe) e com o Cod. Inv. – 1384 | N° Carto. 84, localizado nas proximidades da escola EB2 - Rua das Devesas, Perafita.

8.1. Tipo de sítio: Mamoa / Povoado / Mota

8.2. Período cronológico: pré-história recente e medieval

9. BIBLIOGRAFIA

Matosinhos em Textos Medievais (1978) Prefácio de António J. Gomes, Matosinhos: Biblioteca Municipal de Matosinhos, p.28.

JORGE, Vítor Oliveira (1982) – *Megalitismo do Norte de Portugal: o distrito do Porto. Os monumentos e a sua problemática no contexto europeu*, 2 vols, Dissertação de Doutoramento apresentada à FLUP, Porto, p. 493-494.

SANTOS, Joaquim Neves dos (1959) – *A Torre de Linhares Na Época Romana*, Edição do Autor, p. 60.

SANTOS, Joaquim Neves dos (1961) – *Altar com covinhas no Castro de Guifões*, Edição do Autor, p. 8.

PIRES, Conceição (2006) – *Joaquim Neves dos Santos o amor pelo Passado*, Matosinhos, Edição Edium Editores, p. 63.

PIRES, Conceição (2012) – Contributos para o estudo do povoamento do concelho de Matosinhos da pré-história ao século VIII- Dissertação de Mestrado, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto (policopiado)

PIRES, Conceição (2017) - *Matosinhos do paleolítico ao século X*, Vol. I Colecção de Estudos Matosinhenses, Matosinhos, Seda Publicações.

JORGE, Vítor Oliveira (1982) – *Megalitismo do Norte de Portugal: o distrito do Porto. Os monumentos e a sua problemática no contexto europeu*, 2 vols, Dissertação de Doutoramento apresentada à FLUP, Porto, p. 493-494.

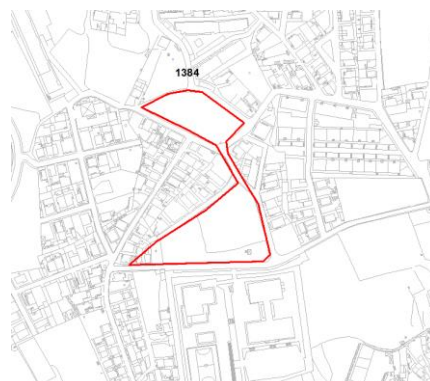
BARROCA, Mário (1991) – *Do Castelo da Reconquista ao Castelo Românico*, Porugália, Vol. XI-XIII, FLUP, p:99.

BETTENCOURT, Ana, (2010) – “O Rio da Memória - Arqueologia no Território do Leça”, capítulo II - *Comunidades Pré-Históricas da Bacia do Leça*, Edição da Câmara Municipal de Matosinhos, p.38.

Carta Arqueológica de Matosinhos (2016)

10. ELEMENTOS CARTOGRÁFICOS E FOTOGRÁFICOS (anexos)

Planta de localização com o imóvel assinalado

Escala: 1:2000 ☐ 1:5000 ☐ 1:25000 ☐**Documentação fotográfica**Interior ☐ Exterior ☐ Envolvente ☐

X	Y	Z	Datum	Projeção

Longitude	Latitude	Altitude	Datum	Projeção
8° 41' 27.53" W	41° 13' 41" 95	50	x	
8° 41' 25.91" W	41° 13' 37.36" W	53	x	

11. EDIÇÃO

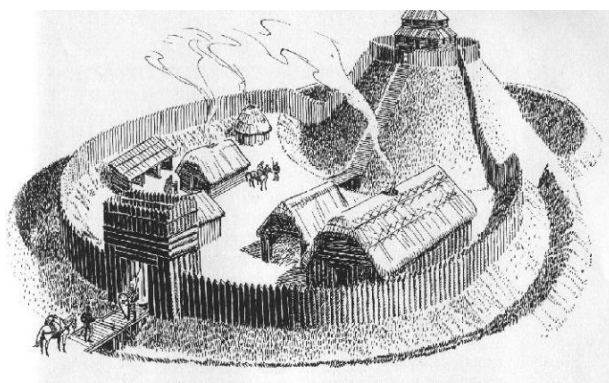
11.1 Data de edição:

11.1.2. Identificação do autor:

11.2 Data de edição:

11.2.2. Identificação do autor:

CLASSIFICAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL



PROCESSO DE CLASSIFICAÇÃO DE ÂMBITO MUNICIPAL A DECORRER

Casa Galante

A Casa Galante é uma propriedade que testemunha a importância da família Galante em Perafita, da qual se regista uma casa com frente para a rua de José Joaquim de Andrade, n.ºs 117 e 137 (Quinta do Galante) e uma outra casa, com frentes para a rua José Joaquim de Andrade e rua Oriental, esta última marcadamente residencial. Têm em comum o facto de terem sido construídas por elementos fundadores da família Galante, com proventos da sua ida para o Brasil.

A Casa Galante, na Rua 9 de Julho, em Perafita é uma casa com características do século XIX, mas que terá sido erguida sobre outra edificação mais antiga aí existente. Em reunião com o Sr. José Pinto Ferreira, marido da proprietária, foi-nos transmitido por este a antiguidade da propriedade.

A casa não possui as características de uma casa de lavoura comum na região litoral entre o Douro e o Ave. De facto, possui uma organização espacial de conjunto em tudo semelhante ao que podemos encontrar nessas casas de lavoura. A casa localiza-se à face da rua, mas em lugar do acesso ao quinteiro se fazer por um largo portal rasgado na fachada da casa ou, por vezes num coberto anexo contíguo, ele processa-se por um portão em ferro forjado, com ombreiras encimadas por elementos ornamentais em cantaria, entre a casa e um anexo a sul.

O portão abre sobre um pequeno pátio entre o corpo da casa e o anexo a sul, dando acesso ao quinteiro na área central. Este é limitado, a sul, pelo corpo térreo alongado do anexo, onde se localizam os aidos para o gado, a adega e o palheiro que ocupa uma área de coberto no topo nascente. A norte do quinteiro, desenvolve um segundo corpo térreo, onde se localiza: a cozinha, junto ao corpo da casa, arrecadações, pocilga e galinheiros. Este corpo é continuado pelo corpo da casa da eira (de dimensão muito considerável), existindo entre ambos um portão de acesso à cortinha, a norte.

A cortinha é vasta sendo atravessada pela Ribeira de Joane (hoje com as suas águas condicionadas por muros de betão). Do lado norte da Ribeira implantavam-se dois moinhos de água, hoje em ruínas.

O quinteiro é encerrado a nascente por uma eira de grande dimensão de cota superior à do quinteiro, existindo um espigueiro de paredes em ripado de madeira e cobertura em telha entre a eira e o quinteiro.

A casa tem uma escada exterior de acesso direto ao andar, na fachada posterior, nascente. Tem também um acesso direto a partir da rua por uma porta no centro da fachada.

Todo o conjunto é de grande elegância quer nos elementos que o compõem, quer na geometria do traçado que os liga.

A Casa da Família Galante na Rua de 9 de Julho, constitui um exemplar híbrido de estrutura residencial e agrícola. Uma casa que ostenta elementos que pretendem evidenciar nobreza e prosperidade, mas ao mesmo tempo celebra o gosto pelo mundo rural e pela atividade agrícola. Existem algumas casas com estas características neste território que hoje corresponde aos concelhos da Maia, Matosinhos e Vila do Conde. Nas proximidades encontramos, para além das já referidas da família Galante, numerosas casas semelhantes, integrando propriedades de dimensão variada, destacando-se neste género a Casa dos Silva, em Antela, Lavra.

CLASSIFICAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL

A classificação como monumento de interesse municipal deverá abranger a área de cortinha e os moinhos, sem prejuízo da utilização dos terrenos nos termos do PDM, sendo que integram a Reserva Agrícola Nacional e constituem, em parte significativa, Leito de Cheia.



LAVRA

Proposta de Classificação como Monumento de Interesse Municipal

Casa dos Silva

Casa de Fernando Aroso

Casa à Rua Doutor José Domingues dos Santos

Palácio

Casa e Capela do Senhor Moreira

Proposta de Classificação como Conjunto de Interesse Municipal

Parque de Campismo de Angeiras

Casas de Aprestos da Praia de Angeiras

Associação de Moradores da Praia de Angeiras

Lugar de Angeiras

Lugar de Antela

Lugar do Paiço

Lugar de Cabanelas

Lugar de Avilhoso

Lugar de Pampelido Novo

Proposta de Classificação como Sítio de Interesse Municipal

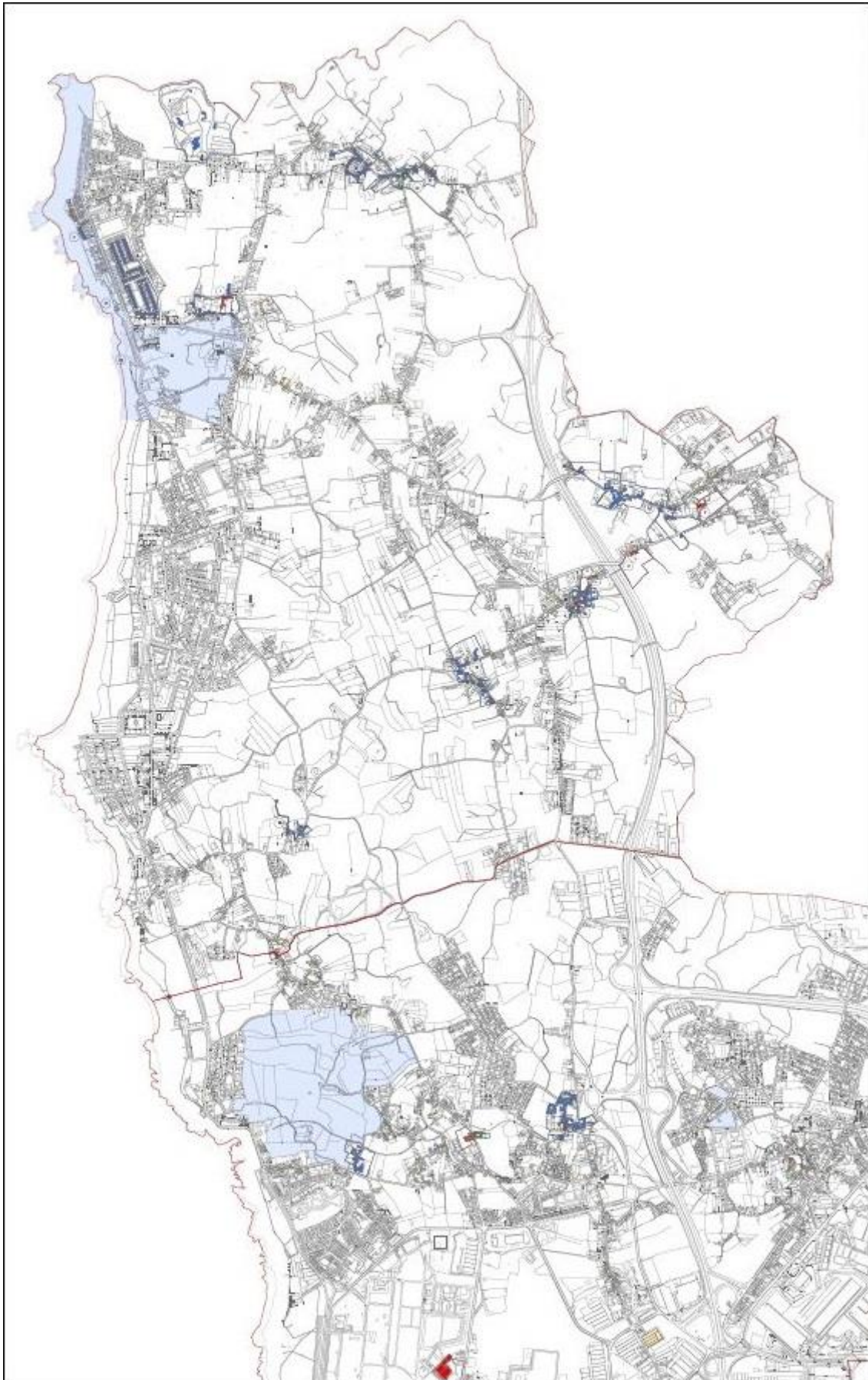
Sítio da Praia de Angeiras e Fontão

Processo de Classificação de âmbito Municipal a decorrer

Casa do Moleiro

Classificação de âmbito Nacional

Conjunto de tanques cavados nos rochedos da Praia de Angeiras – Monumento Nacional



Lavra

Os vestígios mais antigos encontrados nesta freguesia remontam ao Paleolítico Médio, convencionalmente datado entre 200 mil e 40 mil a.C.

Mas as marcas, as evidências, da presença humana ao longo da Pré-História recente, testadas pela presença de monumentos megalíticos, como o de Antela e na Bouça das Porreiras, remetem esta ocupação para o período Neolítico. Para além destas, existem evidências materiais da presença de um povoado da Idade do Bronze Médio, com mais de 1 hectare de extensão, ocupando o topo e as vertentes Sul e Oeste/traseiras da igreja, confirmado, quer pelos achados encontrados, quer pelas análises de Carbono 14 realizadas em Compostela.

Para o período castrejo, que vai desde o séc. V a. C. ao I século d. C, foi identificado o Castro de Angeiras.

Mas a presença de vestígios romanos é muito acentuada, desde os tanques romanos, a uma possível necrópole (rua de Morouços), uma vila romana, localizada entre as traseiras da Igreja e os tanques romanos.

Para a alta Idade Média, considerada a partir do século V, Lavra continua a florescer em ocupação, são encontrados muitos vestígios e registos escritos, referindo a existência de uma oficina onde foi cunhada moeda no século VI, encontrando-se ainda outras referências importantes, tais como a existência de um Mosteiro entre os séculos VIII e XI. As evidências revelaram a presença de uma sepultura de pedras avulsas datada entre o sec. VIII/IX.

Relativamente à igreja paroquial de S. Salvador de Lavra os registos citam que “da primitiva igreja, pré-românica ou românica, fala-nos o tombo das herdades e propriedades relativos a Lavra de 1544 no qual relata que “... uma casa de lavoura - pegada com galilé da igreja...”, por onde pudemos assim confirmar a sua antiguidade. A edificação atual remonta ao séc. XVIII. Através de um documento inscrito no Livro das Visitações de 1721, ficou registado que o visitador ordenou a construção de uma nova igreja.

Através dos achados arqueológicos e da documentação, avaliamos a evolução da ocupação nesta freguesia, sendo os mais antigos vestígios da Pré-História antiga os identificados na Praia da Forcada. Para a Pré-História recente, os artefactos e os registos escritos centram-se na Forcada, Antela, traseiras da Igreja de S. Salvador de Lavra, Porreiras e Paço.

Os lugares povoados durante a Idade do Ferro, Romanização e Idade Média, ou seja, entre o século V a.C., ao século X, foram Angeiras, Praia de Angeiras e o centro de Lavra. Pelos achados verificamos que entre a Rua do Fontão, Rua de Antela, Rua de Morouços e a Praia até ao limite com o rio Onda, estão os locais de ocupação durante quase cinco séculos.

Os registos das Inquirições levadas a cabo no reino em 1258, revelaram que pertenciam à Igreja de Lavra, os lugares de Lavra com 24 casais; o lugar de Angeiras ou Angeses com 18 casais; Cabanelas com 21 casais e que no limite deste existe o lugar de Avilhosos com 4 casais e metade das terras pertenciam ao rei; Casal com seis casais; Onda, com sete casais, Paço com 8 casais; Pampelido, que corresponde a Pampelido Novo, com 10 casais e meio, e Calvelhe com sete casais.

Chegamos, através deste registo, à evolução do povoamento, verificando a ocupação contínua de alguns lugares e outros que surgiram de novo.

CLASSIFICAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL

Em 1689 o Prontuário das Terras de Portugal, cita que a freguesia de Laura/Lavra tem as aldeias de Antela, Angeiras, Paiço, Cabanelas, Avilhos, Pampelido e Lavra, não existindo ainda a aldeia da Praia de Angeiras.

Pelos registos das Memórias Paroquiais de 1758, aferimos que existiam nesta freguesia 7 aldeias, Pampelido, Avilhos, Paiço, Lavra e Antela, sendo Angeiras o lugar mais povoado, seguido de Cabanelas. Verificamos que desapareceram os lugares do Casal, Calvelhe e Onda.

Dos registos monográficos de 1899 feitos por Godinho Faria constam os seguintes lugares:

Lavra; Pampelido; Avilhos; Cabanelas, Paiço, Antela, Angeiras, Forcada e Certagem (praias).

Censos de 1940

Angeiras – 126 fogos – população - 690

Antela – 103 fogos – 503 - população

Avilhos – 56 fogos - 298 - população

Cabanelas – 125 fogos – 615 – população

Casal não estava habitado

Certagem praia - não habitado

Cruz de Paranhos - não habitado

Forcada - não habitado

Gândara - não habitado

Lavra – 22 fogos - População 152

Paiço – 158 fogos – População 703

Pampelido – 70 fogos- População 355

Praia de Angeiras – 93 fogos- População 415

PROPOSTA DE CLASSIFICAÇÃO COMO MONUMENTO DE INTERESSE MUNICIPAL

Casa dos Silva

A Casa dos Silva em Antela, localiza-se entre a Rua de Morouços e a Rua da Antela, numa zona periférica à villa romana do Fontão de Lavra. Na Rua de Morouços, para a qual tem frente, foram encontrados vestígios arqueológicos dessa época, com a identificação de uma sepultura romana, o que sustenta a possibilidade de lá ter existido uma necrópole deste período. Já o lugar da Antela, diminutivo de anta - remetendo para uma ocupação pré-histórica - é identificado como tal, desde o Tombo de 1544, altura em que a aldeia de Lavra se divide em duas – Lavra e Antela.

A norte e a sul a Casa dos Silva é delimitada respetivamente pela Rua de Morouços e pela Rua da Antela, constituindo-se como um das mais significativas propriedades daquela área. Na sua frente mais preponderante, para a Rua de Morouços, a Casa dos Silva mostra claramente a sua dupla apetência para estrutura agrícola e residencial, característica que se vai repetindo e cruzando no interior da propriedade. As tipologias dos corpos que compõem a casa associam-na à produção agrícola, caracterizada pelo trabalho da terra e o uso dos animais como força de trabalho, mas a nobreza da zona de habitação - engrandecida com dinheiros do Brasil - denota a vontade de afirmar a sua escala superior.

O corpo de habitação é soberano no conjunto. O acesso ao seu interior é feito por uma escada no topo deste corpo, com um pequeno varandim de cantaria trabalhada virado para a Rua de Morouços. A simetria da fachada voltada ao exterior, na sua sucessão de janelas e janelas de sacada é replicada na fachada interior. Nela podemos adivinhar que as divisões mais importantes e provavelmente de âmbito social da habitação se localizam no primeiro piso. Seria comum numa casa de lavoura que o piso térreo fosse ocupado por arrecadações e despensas, mas nesta, essas funções têm lugar em corpos anexos à casa. Aqui, o piso térreo tem funções ligadas diretamente à logística da habitação, com aberturas generosas e comunicação em ambas as fachadas.

Justaposto ao corpo da habitação, outro de igual volume se segue, mas desta vez de carácter eminentemente agrícola. Para o exterior, os vãos são contidos e as maiores aberturas correspondem aos portões de acesso ao (anterior) quinteiro, com um portal de arco e cantaria cuidada e um outro, de formas e carácter funcional, de ligação ao primeiro corpo de aidos - um edifício de dois pisos, cuja implantação ocupa quase metade da profundidade da propriedade. Através dele executavam-se os trabalhos agrícolas, guardavam-se alfaías, mantinham-se animais e acondicionavam-se produtos. De forma perpendicular ao referido corpo, surge a casa da eira e respetiva eira, implantada de forma a beneficiar da melhor orientação solar. Em conjugação, as estruturas descritas anteriormente conformam um espaço em “u” na zona correspondente ao quinteiro, que é atualmente um jardim com um lago, palmeiras e uma frondosa vegetação que se descola da imagem rural da casa.

Pela face voltada à Rua da Antela, os muros da Casa dos Silva abrem-se em duas janelas talhadas no muro sobre a rua e um grande portão, que no interior da propriedade cria um caminho que a divide longitudinalmente. Numa delas, e no seguimento do complexo agrícola, há ainda uma vasta horta. A outra, que termina num grande lajeado de granito junto à habitação, é o remanescente do cultivo e da exploração agrícola da casa.

CLASSIFICAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL

A Casa dos Silva, é uma casa com características do século XIX, que juntamente com o resto das dependências que compõe a sua propriedade tem uma presença distintiva conferida pela sua escala, pelo equilíbrio da conjugação entre função residencial e agrícola, mas sobretudo pelos elementos construtivos que evidenciam a sua nobreza e prosperidade. É parte de um complexo, cujo interesse individual de classificação é evidente, mas tem também um valor identitário local, no lugar da Antela, que não pode deixar de ser mencionado, conferindo uma pertinência adicional à sua classificação enquanto monumento de interesse municipal.



Casa de Fernando Aroso

Nesta casa viveu o Dr. Fernando Aroso (N. 01-4-1891 / F. 27-01-1958), médico, que teve as funções de Presidente da Câmara Municipal de Matosinhos durante 24 anos (1935/1958). Realizou diversas obras de enorme amplitude e projeção, tais como o Mercado Municipal e as inerentes à ampliação do Porto de Leixões.

A Casa de Fernando Aroso, corresponde ao tipo de casa de lavoura que apresenta elementos arquitetónicos presentes nas construções do litoral, entre o Douro e Ave.

Estes são edifícios de arquitetura simples e lisa, de linhas horizontais, de planta retangular e telhado regular de quatro águas, compostos de r/c e andar. A casa, na zona térrea, é dedicada a pequenos espaços de arrecadação relacionados com a atividade agrícola, armazenamento e lagar. O piso superior é destinado à habitação. Os materiais usados são geralmente o granito e as paredes são caiadas de branco. Normalmente apresentam uma entrada ampla e rasgada em arco, ou não, para possibilitar a entrada dos carros puxados por animais de carga. Nas traseiras da mesma desenvolve-se o quinteiro e em torno deste distribuem-se outras dependências da lavoura como: aidos, e cortes de animais, pocilgas e galinheiros, eiras e casas da eira, cabanas de palha, medas e poço. Entre elas vão surgindo pequenos traços arquitetónicos mais ricos ou menos, sempre de acordo com a estirpe do seu proprietário.

Esta casa encontra-se construída no interior da propriedade, afastada do arruamento cerca de 50m, ficando entre este e a construção, o terreno agrícola, que tem vindo a servir de sustento às várias gerações.

Esta casa é constituída por 3 corpos de planta retangular, sendo o seu corpo central constituído por r/c e andar destinado a habitação, com o acesso a ser feito através de uma escadaria de espelho em granito. No corpo do lado esquerdo, com rés do chão elevado, desenvolve-se a habitação, e na meia cave situa-se a zona do lagar e outros espaços usados para armazenamento.

O corpo direito de rés do chão, com um pé direito mais elevado, é usado como arrecadação da recolha do cultivo, bem como das alfaías agrícolas. Este último corpo apresenta, no seu conjunto, um desenho mais pobre que se reflete ao nível das proporções dos vãos, da ausência de molduras em granito, bem como na falta do embasamento em granito.

Na parte posterior da casa existe uma eira sobrelevada, com pequenas construções em seu redor, tais como galinheiros e coelheiras, arrecadações de forragem e um poço.

Na parte posterior do terreno, existe uma outra entrada para a propriedade, feita através de um caminho particular, que conduz à rua do Alvito.

A casa ao longo dos tempos foi tendo por parte dos proprietários obras de manutenção que retiraram alguma da sua dignidade, nomeadamente pela substituição das caixilharias originais, em madeira, por caixilharias em alumínio anodizado e da justaposição nos pavimentos de soalho originais, de material cerâmico nas zonas íntimas da casa. Embora estas intervenções descaracterizem a essência original da casa, é de considerar a sua classificação dada a sua reversibilidade, bem como o valor arquitetónico e histórico do objeto em causa.

CLASSIFICAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL



Casa à Rua Doutor José Domingues dos Santos

Casa agrícola burguesa, inserida à face da rua Dr. José Domingues dos Santos, em bom estado de conservação e composta por um corpo principal, de rés-do-chão, e andar e de um outro contíguo, de apenas rés do chão, que se desenvolve (paralelamente) ao longo deste arruamento, e que serviria de apoio à atividade agrícola.

A construção principal apresenta embasamento, cornija, molduras das janelas e portas em granito. Os vãos das janelas são encerrados por caixilharias em madeira, com bandeira superior, apresentando-se em bom estado de conservação.

As cornijas da fachada são trabalhadas com traços simples, sendo que junto à cobertura suportam um telhão de grandes dimensões. Os cunhais são talhados com pedra de granito com cerca de 30cm de largura.

Na fachada voltada ao arruamento surge ao nível do 1.º andar uma sacada ornamentada por uma guarda de ferro forjado, correspondendo a esta, uma porta de bandeira com alizar e entablamento em granito.

O muro de vedação da propriedade é em granito e apresenta um portão de grandes dimensões em ferro forjado, ladeado por ombreiras em granito e por onde era feita a entrada de veículos animais e agrícolas.

Contígua e colada à casa principal, desenvolve-se uma construção de apenas rés do chão, de planta retangular, com uma segunda entrada para veículos, e que serviria de arrecadação ao produto do cultivo, bem como de arrecadação às alfaías agrícolas, que apresenta um traçado mais singelo.

As coberturas de toda a construção em telha de barro, são de 4 águas na zona de 2 pisos, e de 2 águas no edifício de apenas rés do chão.

A casa encontra-se em bom estado de conservação, sem indícios de alterações originais e está integrada numa vasta área verde de terrenos agrícolas.



Palácio

Esta casa é um exemplar “insólito”, tanto em termos urbanísticos, como arquitetónicos, razão pela qual consideramos muito importante (e muito urgente, também) classificá-la, tanto mais que nos últimos anos entrou num processo de acelerada degradação.

Foi edificada, ao que sabemos, no final do século XIX (em 1889, de acordo com a inscrição existente na padieira da sua porta), com uma conformação adaptada ao cadastro do terreno que vai muito para além daquilo que seria expectável.

Observando os limites da propriedade verifica-se que a frente da casa é constituída por um corpo muito estreito, com cerca de três metros de largura, com apenas r/c e andar, tão estreito que apenas cabe nessa frente uma porta, no piso térreo, e uma varanda, no andar, que ocupam a frente na totalidade. Na lateral dessa estreitíssima frente voltada à rua existem duas empenas cegas, uma totalmente lateral e outra paralela à rua, que fazem a transição para o corpo da casa propriamente dita.

Este corpo da construção principal ocupa todo o terreno, neste extremo nascente da propriedade, e tem uma implantação em forma de quadrilátero irregular, em que nenhum dos lados, ou dos ângulos, é igual. Sobre esse quadrilátero eleva-se um corpo paralelepípedo com três pisos, cujas fachadas são fortemente recortadas por vãos de idêntico desenho e dimensão, que ocupam cerca de metade da sua superfície. Este corpo paralelepípedo é rematado por um torreão, com a altura correspondente a um piso, de planta octagonal, que acrescentado aos 4 pisos inferiores faz com que a construção aparente ser uma pequena “torre”, com fachadas voltadas em todas as direções. Como um farol...

O que parece poder concluir-se é que este terreno tinha no seu topo nascente apenas uma pequena frente e quem desenhou esta casa fez questão de a colocar aqui, provavelmente na expectativa de que viesse mais tarde a ser incorporado nesta propriedade um terreno de forma triangular que tem, esse sim, uma frente extensa para a rua, frente essa que falta a esta casa...

Este “pequeno palácio”, desenhado assim, de fora para dentro, e para que pudesse ser visto de todo os lados em redor, não tem, na realidade, frente, e está implantado num extremo de um terreno que neste sítio tem apenas uma escassa área comunicante com o arruamento.

Consta no local que desentendimentos familiares estiveram na base da implantação caprichosa da casa neste lugar, e que se esperava que o tempo lhe viesse a dar uma frente que à data em que foi construída não tinha. Por isso tem, pelo menos nesta parte, este aspeto inacabado. Cento e trinta anos depois podemos testemunhar quão otimista e irrealista era essa expectativa...

O corpo da casa, em elevação, era tão importante para a sua leitura na paisagem que nada foi investido no desenho do seu rés do chão, que foi “desenhado” como se de uma prancheta se tratasse, uma prancheta onde se pousa uma maquete de uma pequena torre....

O volume com pouco mais de três metros de largura e dois pisos de altura que se abre para a rua é todo em cantaria de granito e tem um desenho muito cuidado que se pode considerar de inspiração barroca. Esta situação, de uma casa que era para ser vista de todo o lado, mas que não tinha frente para a rua, é tão estranha quanto o facto de

CLASSIFICAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL

no extremo oposto da propriedade – do lado poente – haver um jardim com uma enorme frente onde se localiza um portão a partir do qual também se pode chegar à casa, atravessando o logradouro. Por isso é surpreendente que a casa tenha sido colocada naquele lugar sendo que muito dificilmente se descortina o porquê de os “arquitetos” que a desenharam a terem colocado num 2º plano, quando aparentemente tinham tido a oportunidade de aproveitar a frente do jardim para a implantar de forma muito menos comprometida...

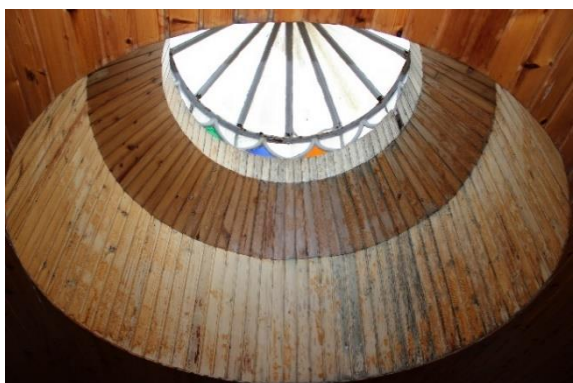
Esta casa, para além destes aspetos de natureza urbanística que são curiosos, e até certo ponto inexplicáveis, tem ainda a singularidade da sua composição ser marcadamente eclética, o seu estilo ser um compósito de estilos e a sua proeminência volumétrica ser inesperada, sobretudo em contexto rural.

Na visita feita à casa recentemente pudemos ver como está a entrar em acelerada decomposição, constatar como a fragilidade da sua estrutura em madeira é preocupante, e como o seu interior está a ser desmontado e vandalizado. As suas paredes, interiores e exteriores, que são em fasquio, estão também muito degradadas, e a construção já não está na vertical perfeita. As caixilharias em madeira dos vãos dos andares inferiores, de desenho simples, mostram já algum empeno estrutural e as janelas do torreão, de desenho mais fino e com vidros coloridos, acompanham o empeno da construção, no seu todo. Muito embora a verticalidade da construção esteja já atingida, cremos que é possível o seu endireitamento e a sua “reaprumagem,” caso seja rápida a intervenção.

Esta casa, que seguiu um modelo único e irrepetido, e que tem detalhes de grande valor plástico, pelo menos no que ao território do concelho diz respeito, marca, no horizonte, a entrada em Matosinhos e está há mais de cem anos associada à sua paisagem. Por todas estas razões e para que nela permaneça, é que é proposta a sua classificação como Monumento de Interesse Municipal.



CLASSIFICAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL



Casa e Capela do Senhor Moreira

A Casa e Capela do Senhor Moreira são um ponto central no lugar de Cabanelas. Sobressaindo pelas suas fachadas de cantarias distintivas e enquanto forte referência identitária local, importam preservar através da classificação enquanto monumento de interesse municipal.

O lugar e a ocupação de Cabanelas aparecem referidos em diversos documentos desde as Inquirições do século XIII tendo, na sua evolução ao longo dos tempos, o traçado correspondente à Rua Dr. José Domingues dos Santos como espinha dorsal. A Casa e Capela do Senhor Moreira, voltadas para este arruamento, parecem contribuir para sua definição e conformação do seu espaço público, o que reforça a ideia de que o edifício de construção de características do século XVIII possa ter uma génese anterior.

Em 1862 foi edificada a Capela das Almas, com as pedras provenientes da antiga Capela da Brévia. Na referência a esta construção, identifica-se a edificação da capela num espaço contíguo à Casa do Milheiro, pelo que esta poderia ser a anterior designação desta casa, associada possivelmente ao seu antigo proprietário.

A Capela tem um pano de fachada único, simétrico, rasgado ao centro por um portal encimado por volutas, óculos laterais ao portal e um grande óculo central no tímpano. A Capela tem dimensões modestas, com nave única, retangular e uma pequena sacristia na área posterior. No interior, uma porta do lado direito do retábulo, dá acesso à sacristia. Embora privada, os seus proprietários concedem o uso da capela ao público, incorporando a vida do lugar de Cabanelas para o culto e uso como espaço de Capela Mortuária.

Na face voltada à Rua Dr. José Domingos dos Santos, a Casa do Senhor Moreira apresenta-se como uma casa agrícola com uma certa nobreza transmitida pelo trabalho cuidado de cantarias, que não se reflete de igual forma no tratamento dos vãos das faces interiores ou no resto do complexo da propriedade. No entanto, a fachada principal, com uma sucessão de vãos de cantaria trabalhada que reforçam a sua extensão, tem como elemento principal o portão de acesso ao piso térreo – um portão de arco abatido ladeado por pilastras.

No seu corpo principal, a Casa do Senhor Moreira tem o primeiro piso como espaço destinado à habitação e o piso térreo já ligado à logística de funcionamento do complexo agrícola que a casa integra, com pequenos rasgos horizontais na fachada principal, com um espaço aberto de colunatas já em direta comunicação com o quinteiro.

Como que conformando um gaveto, outra ala da casa desenvolve-se voltada à Travessa de Cabanelas, com construções térreas com portal de serviço, de acesso ao quinteiro e compondo uma sucessão de espaços destinados a arrecadações e aidos. Os dois corpos formam um “u” que delimita o quinteiro central. Separados por uma sucessão de degraus está uma grande eira rematada a norte por uma série de construções nas quais poderia estar integrada a Casa da Eira, mas que atualmente parecem ter sido convertidas em habitações independentes, embora comunicantes com o mesmo espaço interior. A sudeste um portão faz a ligação para um extenso terreno de cultivo que se prolonga até à A28.

O conjunto da fachada principal da Casa do Senhor Moreira e a sua Capela das Almas são indubitavelmente elementos identitários do lugar de Cabanelas, mas é também preponderante para o lugar o seu papel agregador de outras casas de vocação agrícola de menor escala que se implantaram ao seu redor, confirmando o seu papel interveniente na génese do aglomerado de Cabanelas.

CLASSIFICAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL



PROPOSTA DE CLASSIFICAÇÃO COMO CONJUNTO DE INTERESSE MUNICIPAL

Parque de Campismo de Angeiras

O Parque de Campismo de Angeiras com uma área aproximada de 9ha, foi oficialmente inaugurado a 1 de julho de 1962 e situa-se no lugar de Calvelhe, tendo como limites a norte o rio Onda, a nascente e a poente terrenos de cultivo e a Sul a Rua de Angeiras.

Deve-se a ideia da construção deste equipamento em finais dos anos 50, ao então edil Fernando Pinto de Oliveira, tendo o projeto do mesmo sido entregue ao Arq.º municipal Albano Moura.

De referir que o parque teve no ano de 1969 obras de ampliação e beneficiação, nomeadamente com a construção de um parque desportivo e da piscina.

Segundo a sua Memória Descritiva e Justificativa, do seu programa constava “a intenção de fazer o arranjo dos caminhos existentes e da construção de outros que se julgassem necessários para a ligação dos diversos elementos do Parque, a construção de um prédio destinado aos Serviços Administrativos, receção, controle, restaurante, bar e esplanada, outro para a habitação do guarda e um terceiro destinado à cantina e armazém. Prevista, era também a construção de pavilhões para a instalação de balneários, sanitários, cozinhas e lava-louças, tanques e fornos-crematórios, e ainda a construção de um dispositivo de poço para a captação de água. Para a segunda fase ficariam a construir uma zona desportiva com piscina e campo de jogos. O revestimento vegetal seria inteiramente mantido, criando-se novos maciços julgados necessários, de forma a aumentar o valor paisagístico”.

Na sua conceção e posterior construção, foi notória a preocupação em manter tanto quanto possível a morfologia e topografia do local, uma vez que o terreno apresentava diversos desníveis, caminhos de pé-posto, bem como uma enorme mancha arbórea de pinheiros, levando a que os edifícios projetados para o local, pudessem ser moldados e adaptados às características do terreno.

As construções, de vincado desenho modernista, seguiram a chamada “Escola do Porto”, da qual o Arq. Fernando Távora foi um dos grandes mentores.

As construções apresentam-se ora com superfícies amplamente envidraçadas, ora com pequenos rasgos ao longo das fachadas, refletindo o grau de abertura ou encerramento de luz pretendido aos espaços a tratar. As coberturas compostas de telha de barro de duas águas e que se estendem para além do plano das fachadas, são apoiadas por uma métrica de pilares em granito e que deixam em algumas delas transparecer para o seu exterior, a estrutura da cobertura em madeira, criando no observador um jogo cénico estrutural entre as mesmas e as vigotas.

O desenho dos elementos estruturais das coberturas, dos vãos, os pavimentos em mosaico hidráulico, o uso de betão e do granito, bem como o uso de grandes superfícies envidraçadas nas zonas de contemplação, em contraponto com outras mais contidas, para as zonas intimistas, dão aos edifícios, conjuntamente com todo o espaço natural, uma harmonia e diálogo constante ao longo de todo o parque, o que faz com que estejamos perante um dos melhores exemplos de integração de um equipamento de apoio ao movimento campista a nível nacional.

A zona desportiva situada na parte norte do parque, apresenta-se neste momento a necessitar de obras de requalificação, sendo também feita por aí a ligação direta, através de um passadiço à praia norte de Angeiras.

CLASSIFICAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL

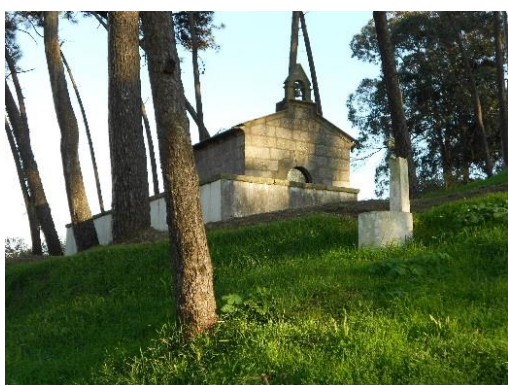
As construções constam de uma portaria de entrada, sendo que imediatamente a seguir surge um edifício térreo onde se encontra a receção e o restaurante, bem como espaço de comércio.

Mais para a zona central do Parque, temos dois edifícios de apoio aos campistas, que são os balneários, instalações sanitárias, lavagem de louça e tratamento de roupas.

Já muito próximo do limite norte do parque existe uma capela que se encontra em estado razoável de manutenção. Desta forma foi consensual em reunião alargada, que este conjunto, quer pela qualidade intrínseca do seu desenho, quer pela moldura paisagística, fosse proposto para classificação como conjunto de interesse municipal.



CLASSIFICAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL



Casas de Aprestos da Praia de Angeiras

Este sítio integra a Zona Arqueológica de Lavra assim designada na Carta Arqueológica do Concelho de Matosinhos e registado com os: Cod. Inv. – 1393 |Praia da Forcada, Cod.Inv. 1397, no qual estão inseridos, para além de outros vestígios, os 22 tanques/cetárias classificados como Monumento Nacional, em 1974, através do D.L. nº 251 de 3 de Junho de 1970 - Grupos: A – 16; B - 2; C – 3; D – 1, com o Código Nacional de Sítio (CNS) nº 778. No local existe ainda um piso de seixos e 10 tanques romanos.

No estudo monográfico de 1943 realizado pelo pároco da freguesia, foi registado o seguinte: quando procediam à construção de pequenas habitações na “... Praia de Angeiras apareceram, soterradas na areia, umas como que eiras, feitas de barros e burgos...”. Esta descrição corresponde ao piso de seixos identificado posteriormente.

As construções em questão encontram-se numa zona com potencialidades arqueológicas, ou seja, no limite dos tanques classificados como Monumentos Nacionais

Os estudos sobre as primeiras comunidades piscatórias identificam características comuns como a disposição dos aglomerados e formas de associação dos edifícios, os diferentes tipos de construção ou o uso de materiais específicos. A observação de aspetos intrínsecos da sua história, revelam-nos a comunidade, a terra e o mar, onde se situam, tecendo uma identidade baseada no fator comum do trabalho. Assim, as construções populares são testemunho da adequação às condições socioculturais e geofísicas particulares e comuns de cada local. A sua expressão construtiva singela, simultaneamente complexa e banal, exemplo de um sistema derivado diretamente de uma prática piscatória e de uma prática de viver em conjunto. O uso dos espaços nas comunidades piscatórias deriva diretamente do uso comunitário dos recursos naturais subjacentes à captura do pescado. O trabalho do pescador é feito em articulação com os seus pares, numa organização que se replica na vida em comunidade.

Estas comunidades traduzem-se em assentamentos territoriais, que se multiplicam e amarram ao longo da costa em estruturas construtivas sucessivamente mais resistentes e vocacionadas para persistir ao longo do tempo, materializando na construção a cooperação comunitária essencial para fazer face à carência de meios e à dureza da atividade da faina. As primeiras construções dos pescadores estavam, desta forma, estreitamente relacionadas com a condição da faina e resultavam da necessidade de abrigo – em primeiro lugar, dos próprios pescadores e das suas artes, e posteriormente, das suas famílias.

Contudo, reconhece-se não ser possível estabelecer uma tipologia na génese da casa piscatória ou da casa de aprestos, uma vez que este tipo de construções, além de responder às necessidades específicas, com os materiais locais, respeita de igual modo as características da arquitetura rural da zona onde se encontra. Porém, configuram-se na maior parte das vezes de menor qualidade, em função da fraca capacidade económica deste grupo social.

Tradicionalmente o pescador percorria a costa em busca de um pesqueiro favorável, abrigava-se na praia debaixo dos barcos e regressava à casa de família no fim-de-semana. A reutilização da madeira que dava à costa terá possibilitado a construção de casas-abrigo elementares, de formas simples, quadrangulares, cobertas com ramagem. Destes, faziam parte os agricultores-pescadores, que faziam da pesca um trabalho sazonal e fixavam as suas construções com materiais precários.

A poucos metros das Casas de Aprestos, enterrada sob as areias da Praia de Angeiras, encontra-se uma significativa estação arqueológica, da época da romanização. Um exemplar da arquitetura industrial romana, constituída por um conjunto de 22 tanques ou cetárias da época do Baixo Imperio Romano (século IV-V). Estes tanques destinavam-se à salga de peixe ou produção de outros tipos de conserva de peixe, como o garum. Os tanques artificiais, com pavimento de seixos e barro, construídos com lajes graníticas e delimitados por muretes, destinavam-se à seca do pescado e à extração de sal. Não obstante a pesca poder estar compreendida enquanto atividade sazonal, o interesse piscatório desta zona fazia parte de uma tradição milenar.

Desta forma, as construções piscatórias elementares tinham, antes de mais, a função de abrigo e proteção contra os efeitos adversos do clima, longe de qualquer preocupação de conforto ou separação funcional do trabalho. A simplicidade proporcionava por um lado, a maior rapidez de execução e manutenção, e por outro lado, não exigia grandes recursos, quer de matéria prima, quer de mão de obra. O resultado permitia uma otimização de meios, essencial num sistema de escassez.

As edificações primitivas, ao serem consequência da ação de pessoas comuns e da sua comunidade, distinguem-se como representações da cultura popular. Tal poderá resultar do facto destas comunidades serem heterogéneas, não tendo na sua base qualquer outra tradição senão a arte da pesca. Tudo nos conduz para o resultado de uma adaptação às condições de vida comuns através da construção de edifícios muito semelhantes na forma da cobertura, na área utilizável, na dimensão e número de vãos, e na resposta à necessidade de proteção à exposição ao clima e ao mar.

A norte do Douro, as construções de madeira, compostas por barracas de habitação temporária para pescadores, com o passar do tempo, foram-se transformando em habitações permanentes, substituindo-se o material de construção de madeira para pedra.

Assim, as primeiras edificações dos pescadores eram inicialmente simples barracas ou casinhas térreas, construídas em madeira fundamentalmente enquanto abrigo para as aparelhagens profissionais. A maior parte destas construções não tinham janelas, na sua fachada a única abertura que se encontrava era uma porta de postigo. Eram edifícios sem soalho e de telha-vã, sem chaminé. Quando além de espaço de armazém o edifício também tinha função habitacional, o piso térreo era um local destinado ao armazenamento de utensílios de pesca – uma única divisão onde se desenvolviam os trabalhos relativos a atividade piscatória, como a preparação das redes, etc. A partir do rés-do-chão fazia-se o acesso ao piso superior onde se encontravam os habituais compartimentos de habitação, na maior parte das vezes com um quarto único que abrigava toda a família ou grupo de pesca. Os telhados eram de duas águas, geralmente muito inclinados, numa primeira fase cobertos de colmo ou estorno e posteriormente de telha.

Estas casas mediam cerca de 5 a 6 metros de frente, por 10 a 12 de fundo e a parede da frente pouco passava dos 2 metros de altura. Quanto à sua estrutura, as paredes eram realizadas em alvenaria de granito, com cerca de 60 cm de espessura, rebocadas com pouco cuidado e caiadas, tanto no exterior como no interior, destacando-se as suas fachadas pelas suas pinturas de cores variadas.

CLASSIFICAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL

No início do século XX, com o desenvolvimento do turismo litoral, a apropriação das casas de habitação e casas de aprestos dos pescadores como alojamento, começa a deixar marcas do que pode ser uma descaracterização iminentemente pitoresca. Embora num ritmo menos acelerado, a zona piscatória de Lavra não passou ao lado desta tendência.

As Casas de Aprestos da Praia de Angeiras apresentam-se como um aglomerado coeso, elemento identitário e fator conservador e agregador da unidade da comunidade em que se insere. Constituem um testemunho e memória de uma das diferentes fases de evolução da muito extensa história piscatória local, motivo pelo qual se propõe a sua classificação enquanto conjunto de interesse municipal.

BIBLIOGRAFIA

Souto, Henrique. Comunidades de Pesca Artesanal em Portugal

Llano, P. (1981). Arquitectura Popular en Galicia. Santiago de Compostela: Colexio Oficial de Arquitectos de Galicia

Oliveira, E., & Galhano, F. (1992). Arquitectura Tradicional Portuguesa. Lisboa: Publicações Dom Quixote



Associação de Moradores da Praia de Angeiras

CONJUNTO DE HABITAÇÕES DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA PRAIA DE ANGEIRAS,
PROJETO INTEGRADO NO PROCESSO SAAL, SERVIÇO DE APOIO AMBULATORIO LOCAL.

Autores dos projetos: Arq.º Adalberto Gonçalves Dias e Arq.º António Rocha Gonçalves Dias.

Brigada Técnica: Maria A. Pereira, António Vieira, José Prata e Pedro Branco.

Início da operação: fevereiro de 1976.

Constituição da Associação de Moradores, em 19 de julho de 1976. Publicação dos estatutos no Diário da República III Série, número 227, de 27 de setembro de 1976.

1. DESCRIÇÃO

No concelho de Matosinhos foram registados quatro projetos do Processo SAAL: Angeiras, de Adalberto Gonçalves Dias e António Dias; Carcavelos, de Joaquim Bento Lousan; Cruz do Pau, de Maria Fernanda Seixas, e Ilhas de Leça, de António Dias.

“Em Angeiras, uma operação tardia, mas extensa, os fogos são (...) em banda de um só piso, com duas águas que convergem para o interior do lote. O ritmo é enriquecido pela posição lateral das entradas, principal e de serviço. Os agrupamentos simétricos destas últimas geram uma interessante e controlada relação de permeabilidade para o interior dos lotes.” ¹

O projeto do conjunto habitacional da Associação de Moradores da Praia de Angeiras foi desenhado sobre a estrutura do Plano de Pormenor dos Núcleos Urbanos de Angeiras, Agudela e Marreco, elaborado por Arménio Losa para a Câmara Municipal de Matosinhos.

Este projeto SAAL seria inicialmente mais ambicioso prevendo, segundo informação consultada², a construção de cerca de 300 fogos. O projeto, executado, definiu a construção de noventa fogos numa primeira fase, e mais trinta e um em segunda fase.

2. RETIRAM-SE DA MEMÓRIA DESCRITIVA DO PROJETO DE EXECUÇÃO DO CONJUNTO HABITACIONAL AS SEGUINTE INFORMAÇÕES.

2.1. O terreno destinado à construção das habitações encontrava-se, então, limitado a poente pela Avenida da Praia de Angeiras, a sul pela Rua de Antela, a nascente por uma via definida em Plano de Urbanização e, a norte, pela Rua de Angeiras. O projeto previa a ocupação parcial do terreno com construções, acrescentando a esta ocupação a implementação de moradias geminadas nas suas faixas marginais, a sul e poente. Previa, ainda, a localização do centro comercial e cultural do aglomerado populacional e de um infantário.

2.2. Após os inquéritos, então realizados e a deliberação tomada pela Associação de Moradores, foi fixada a seguinte tipologia para os noventa fogos constantes da 1ª fase: T2 – 14 fogos; T3 – 69 fogos; T4 – 7 fogos. Para os trinta e um fogos da segunda fase seriam: T2 – 3 fogos; T3 – 26 fogos; T4 – 2 fogos.

2.3. As habitações desenvolvem-se num só piso, tendo o seu dimensionamento sido condicionado a um módulo de 2,80 metros, módulo esse que fixou ao mesmo tempo a frente dos talhões. Os lotes teriam as dimensões de 11,20

x 24,00 metros para os fogos T2 e T3 e de 14,00 x 24,00 metros para os fogos T4. Foi convicção dos arquitetos autores do projeto que a solução de um só piso, além de ser aquela que melhor se adaptava aos hábitos de vida da população a alojar, parecia ser a que melhor satisfaz as características do local, permitindo uma perfeita integração urbana e paisagística. No estudo do projeto das habitações foi adotada uma solução de planta, articulada por forma a permitir a construção em ala contínua, mas mantendo ao mesmo tempo as características de construções geminadas. Foi estudado um esquema de planta idêntico para os três tipos de habitação, com a mesma articulação das diferentes zonas de cada uma das habitações, variando apenas o dimensionamento e número dos compartimentos.

2.4. As habitações de tipo T2 ocupam dois módulos de frente e a profundidade de 11.50. A entrada principal, localizada lateralmente, abre sobre um vestíbulo que estabelece a ligação com a zona dos quartos (dois) e quarto de banho, com sala comum e cozinha. Os tipos T3 e T4 têm, mais um módulo de frente, os primeiros, e dois, os segundos, variando apenas no número de quartos (3 e 4, respetivamente). Além dos compartimentos referidos, em todas as habitações, foi previsto um anexo destinado à lavandaria e abrigo ou arrecadação para apetrechos de pesca ou garagem. Este anexo ocupa o espaço de um módulo nos logradouros laterais dos lotes permitindo um acesso independente à zona de serviço e logradouro posterior das habitações.

2.5. Sob o ponto de vista construtivo o projeto previa:

- A adoção de um sistema misto, com utilização de betão armado em pilares e blocos de cimento como elementos de suporte. As fundações executadas em pedra. As paredes exteriores duplas e, tal como as divisórias interiores, construídas em tijolo vazado.
- O pavimento, em betonilha, revestido a tacos de pinho tratado, nas salas e quartos, e a mosaico hidráulico nas cozinhas e banhos. As lajes de teto aligeiradas e a cobertura em telhado suportado por uma estrutura em madeira.
- Todas as superfícies das paredes rebocadas e pintadas, com exceção cozinhas e instalações sanitárias, onde seria empregue azulejo até à altura de 2.00 metros.
- As esquadrias, tanto interiores, como exteriores, executadas em madeira.

BIBLIOGRAFIA

BANDEIRINHA, José António, O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2007, p. 245.





Lugar de Angeiras

O Lugar de Angeiras de Cima constitui o maior agrupamento de casas de lavoura existente no território do Concelho. As casas distribuem-se ao longo de uma ligação forte, de orientação nascente-poente, vinda do lugar de Aveleda, próximo, já no concelho de Vila do Conde, e acabando na Praia de Angeiras. Esta ligação nascente-poente desenvolve-se de forma aproximadamente paralela ao leito do Rio Onda, seguindo-o à distância de campos cultivados e áreas arborizadas. O lugar de Angeiras caracteriza-se por constituir um aglomerado de casas de lavoura, com uma coesão relativa, rodeado de áreas agricultadas extensas, hoje mais voltadas para o sustento da atividade pecuária.

A ligação para sul far-se-ia por dois caminhos rurais: um, mais a nascente, que hoje constitui a Rua da Cruz, ligando a Cabanelas e, outro, mais a poente, que hoje corresponde à Rua Padre António Francisco Ramos, ligando a Antela e à Igreja Paroquial.

A principal ligação de Angeiras de Cima para norte, fazia-se através do caminho para Aveleda e a partir deste lugar seguia para Labruge. As ligações mais locais, para os lugares mais próximos, a norte do Rio Onda, já no concelho de Vila do Conde, far-se-ia mais remotamente pelo caminho que hoje é denominado de Rua do Carvalho e, depois, de forma hoje mais consolidada, pela Rua do Moinho do Sol Posto.

O Lugar de Angeiras de Cima caracterizou-se por uma forte ligação ao mar, próximo, com o exercício das atividades agro-marítimas, utilizando o mar como complemento da agricultura. Estas atividades consistiam na apanha do sargaço e do caranguejo pequeno (mexoalho), para criação de matéria orgânica para adubo das terras, atividade exercida essencialmente no Verão, acompanhada de alguma pesca à linha.

Apoiaram esta atividade as casas de mar para guardar barcos e apetrechos para o trabalho de apanha do sargaço e do mexoalho, muitas delas transformadas em habitações de férias a partir dos anos sessenta do século XX.

A importância do Lugar de Angeiras de Cima deve-se ao número e à qualidade das casas de lavoura que o constituem, bem como à particularidade da sua ligação ao mar. A classificação do lugar como conjunto de interesse municipal, constituirá um estímulo para a preservação das casas de lavoura que o conformam, sendo que algumas destas sofreram já intervenções descuidadas, que resultaram em descaracterizações com alguma relevância. Correspondem a belos exemplares das casas de lavoura da região litoral entre o Douro e o Ave, que se designa de Terras da Maia.

É necessário valorizar o espaço comum, público, com intervenções atentas aos valores patrimoniais presentes, garantindo a preservação da morfologia do lugar. É também importante a valorização dos antigos caminhos de ligação com os lugares próximos, que se reportou neste texto, e dos testemunhos das atividades agro-marítimas exercidas no passado.

Angeiras, designado também como Angeses

Durante muito tempo Angeiras e a Praia de Angeiras formavam uma só aldeia, referida em 1258 como tendo 18 casais. A Praia onde antigamente desembarcavam e embarcavam os barcos designava-se como Forcada. Portanto esta aldeia é de formação recente. Existiam nesta apenas a casa do guarda fiscal e a casa para guardar os barcos. Nesta aldeia de Angeiras de Cima, a povoação é muito mais antiga e são bem evidentes os traços de ruralidade.

A atual Rua do Carvalho, na bifurcação com a Rua de Angeiras, foi o lugar onde edificaram, no século XVIII, as Alminhas de Angeiras. Assenta num traçado muito antigo que fazia a ligação para Vila de Conde, pela antiga ponte de Calvelhe, caminho usado, talvez, no acesso ao Castro de Angeiras. Esta estrada antiga caiu em desuso, talvez nos finais do século XIX inícios do XX, após a abertura da Rua do Sol-Posto e a construção da nova ponte sobre o rio Onda, em 1905.

Nos censos de 1940 registam 126 fogos e uma população com 690 habitantes. Nestes censos também se assinala que a praia da Certagem e da Forcada não era habitada.

CLASSIFICAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL



Lugar de Antela

Antela é o diminutivo de Anta. A aldeia de Antela só é referida no Tombo de 1544, o local onde se encontra a Igreja Paroquial é designado como Antela a partir desta data, após a divisão da aldeia de Lavra em duas (Antela e Lavra). Aquilo que designamos como “Lugar de Antela”, em termos da proposta de classificação como Conjunto de Interesse Municipal, localiza-se a norte poente do Centro Cívico da antiga freguesia de Lavra, muito perto da Igreja Paroquial, da Junta de Freguesia, e da Praça que foi recentemente intervencionada.

É um “quase quarteirão” constituído por várias propriedades onde estão implantadas 4 importantes casas agrícolas, em contexto urbano.

São, tal como outras que descrevemos em Lavra e Perafita, casas imponentes que se mantiveram até aos dias de hoje a funcionar, com maiores ou menores alterações, e nas quais é ainda possível vislumbrar os sinais de um passado próspero ligado à exploração do solo e à criação de animais, um passado do qual estas casas na realidade ainda não abdicaram, não obstante a sua invejável localização no centro da freguesia, se vistas as coisas apenas numa perspetiva estritamente imobiliária....

Antes pelo contrário. Algumas destas casas adaptaram a sua imagem a um contexto (mais) urbano e central que passaram a ter, “modernizaram-se”, refinaram (nem sempre no bom sentido...) a sua imagem exterior, mas continuam hoje a ser espécimes relevantes de casas agrícolas de proeminentes dimensões, rodeadas por anexos que funcionalmente as complementam, e que permitem que mantenham a funcionalidade para a qual foram edificadas.

Claro que ficarem no centro da terra teve um preço – o preço de deixar de haver continuidade e contiguidade cadastral com os terrenos que estão sob a sua tutela e exploração. Mas se virmos o território onde estão implantadas estas casas, tendo-as como centro da observação, podemos inferir que continuam a ter sob a sua alçada esta vastíssima manta de leiras e courelas, de maior ou menor dimensão, que se mantêm em exploração entre o mar e a A28, num contínuo verde onde se produzem sobretudo forragens.

Além de não se terem deixado “intimidar” pelo crescimento urbano, pelo contrário estas casas curiosamente atraíram para junto de si instalações complementares – lojas de materiais agrícolas e alfaías - com as quais passaram a interagir num esquema de proximidade, dando a garantia que não abdicarão, umas e outras – num futuro próximo, pelo menos – do seu contributo para o tecido empresarial e produtivo local.

Estas casas mantêm, ao nível morfotipológico, as características dos conjuntos rurais. Mas neste caso integrados numa conformação claramente urbana.

Sob o ponto de vista arquitetónico caracterizam-se por serem constituídas por vários corpos alongados, adossados a muros ou interrompendo esses muros, cobertos por telhados em telha, suportados por estruturas em madeira, sendo que os pisos térreos são ocupados pelos animais e pelas alfaías, ou no armazenamento dos produtos da terra, e os andares são ocupados pela habitação.

As fachadas voltadas à rua, sobretudo essas, fazem transparecer muito bem essa dupla funcionalidade. Ao nível do rés do chão os vãos são mais rasgados do que abertos, pequenos e funcionais, tipo frestas; ao nível do andar, pelo contrário, são francos e comunicantes com o exterior. Pequenos miradouros sobre a vida urbana....

CLASSIFICAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL

Se espreitarmos para os terrenos que ficam escondidos pelas casas e pelos muros, muros altos que as separam também umas das outras, poderemos ver que os pátios destas casas estão cheios de construções, de silos, alguns a céu aberto, de anexos, de pequenas hortas, de estufas, de poços, espaços marcadamente de trabalho e de fabrico e de preparação da função agrícola. Não há desperdício de solo. Tudo é aproveitado.

Alguns destes abrigos foram intervencionados sem grande critério plástico e incluem materiais que não são consentâneos com a imponência, mais rude ou mais requintada, destas moles erguidas em pedra.



Lugar do Paiço

Os censos de 1940 indicam que nessa época o lugar era constituído por 158 fogos, com uma população de 703 pessoas, o que representava o lugar mais populoso da freguesia de Lavra.

Este lugar é o que territorialmente se apresenta mais a este da freguesia de Lavra, fazendo fronteira com o concelho da Maia, sendo atravessado longitudinalmente por uma via com perfil de rua e que em tempos teria tido um papel estruturante para o crescimento do lugar e que hoje conduz ao centro nevrálgico de Lavra, ou seja, ao lugar do Fontão.

De cariz vincadamente agropecuário, o lugar é constituído aos dias de hoje, por inúmeros exemplos de casas de lavoura, umas com explorações ativas e outras já votadas ao abandono, abandono esse que pode estar associado à maior dificuldade de encontrar mão-de-obra no sector, ao facto de as gerações familiares mais recentes não pretenderem continuar com a atividade por manterem outras atividades profissionais fora do setor primário, ou mesmo devido à dificuldade de adaptar as explorações a uma legislação mais rigorosa, saída no início do séc. XXI, no que toca às condições para a exploração deste tipo de atividade.

Olhando para este lugar, podemos dizer que ele ficou bastante circunscrito nos seus limites por uma série de infraestruturas que foram sendo implantadas na envolvente, tal como a construção, em 1945, em terrenos vizinhos, mas já no concelho da Maia, do Aeroporto de Pedras Rubras (atual aeroporto Francisco Sá Carneiro), cuja pista foi aumentada, em 1975, bem como pela construção do terminal de carga, em meados dos anos 80.

A construção da A28, a oeste deste lugar, e que se constitui como que um eixo estrutural da Região Norte Litoral, bem como a construção a norte de uma área industrial de armazenagem e logística, veio tornar o lugar num “um enclave”, em resultado da fragmentação do território, retirando-lhe muita da pujança que teve em tempo mais remoto.

Assiste-se assim a um processo corrosivo, de destruição e desprendimento das formas do passado, e ao aparecimento de uma paisagem industrial (incluindo aqui o sector agrícola) inconstante e descaracterizada. Pode-se dizer que se está perante uma paisagem “quimera”, isto é, uma paisagem fruto de uma vontade, mas de composição desequilibrada, onde os elementos se apresentam “soltos” numa matriz una.

Pese embora todos estes condicionalismos atrás referidos, ainda é possível ver algumas explorações agropecuárias em funcionamento, ocupando as frentes das explorações com as suas casas de lavoura, apresentando nas suas fachadas as portas carrais (carrais?) que conduziam os animais aos seus aidos e estábulos, que se desenvolvem à volta de um quinteiro interior, localizado na parte posterior, imediatamente a seguir à construção principal.

Imediatamente atrás das construções, que servem de abrigo e exploração animal, surgem os terrenos, que são usados na cultura do milho de silagem e de azevém, que servem de forragem à alimentação dos animais, sendo que o seu acondicionamento é feito através de silos metálicos.

De salientar que no seio de todo este ambiente rural, surge uma propriedade encravada no meio destas construções, que teve como seu proprietário originário, um industrial vila-condense.

CLASSIFICAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL

Essa construção, que é denominada por “Casa da Salvadorinha”, é uma construção de traço vincadamente mais nobre e cuidado, nomeadamente ao nível da entrada, que é encimada por uma cruz assente num pedestal em granito, que nos conduz a um frugal jardim de estilo romântico.

Por todas estas razões e para que não permaneça apenas pela memória, é que é proposta a sua classificação como Conjunto de Interesse Municipal.



CLASSIFICAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL



Lugar de Cabanelas

Pelos diversos vestígios encontrados sabemos que a ocupação do território correspondente à antiga freguesia de Lavra remonta a vários milhares de anos. O lugar de Cabanelas é já mencionado em 1258, quando os registos das Inquirições levadas a cabo no reino, assinalam a existência em Cabanelas de 21 casais, pertencentes a herdeiros e protegidos de D. Egídio Martins, que as usavam para cultivo próprio e para arrendamento. Também através das Inquirições, que dizem que no limite de Cabanelas surgia o lugar de Avilhosos, podemos perceber a antiguidade da ligação e contiguidade dos dois lugares.

Cabanelas volta a ser citado no Prontuário das Terras de Portugal de 1689 e nos registos das Memórias Paroquiais de 1758, onde é tido como a segunda (à época) aldeia mais povoada, depois de Angeiras.

Nos Registos Monográficos de 1899 feitos por Godinho de Faria, Cabanelas consta novamente como um dos mais significativos lugares de Lavra, e nos Censos de 1940 verificamos neste local a existência de 125 fogos com 615 habitantes.

O espaço que compõe o proposto conjunto do Lugar de Cabanelas desenvolve-se ao longo da Rua Dr. José Domingues dos Santos – traçado que provavelmente já existia desde o século XIII fazendo a ligação entre os lugares de Avilhosos, Cabanelas e Paço. Tal continuidade apenas foi interrompida no final do século XX com a construção da atual A28. Em torno deste arruamento, localizam-se cerca de treze propriedades com construções de características que vão desde o século XVIII (podendo ter origens anteriores) até ao século XX, demonstrando o interesse e a pertinência da ocupação deste lugar ao longo do tempo.

No caso dos edifícios mais recentes, destaca-se o edifício proposto a classificação enquanto monumento de interesse municipal, O Palácio, uma construção de 1889, que pela sua localização e morfologia se apresenta como um edifício identitário e caracterizador do Lugar de Cabanelas.

Assinala-se também a Casa do Senhor Moreira e sua capela, Capela das Almas, igualmente propostas para classificação enquanto monumento de interesse municipal, que se destacam pelas suas fachadas com cantarias especialmente cuidadas, criando um espaço diferenciado no traçado da Rua Dr. José Domingues dos Santos e desempenhando funções comunitárias, por ser a Capela das Almas, embora privada, de uso público, enquanto Capela Mortuária local.

A maioria das restantes construções deixam transparecer o ambiente rural e dedicado à atividade agrícola, composto por casas com dependências características das casas de lavoura, com portais de acesso ao quinteiro, eiras de proporções modestas, algumas com pequenas casas de eira ou sequeiros, aidos para animais e arrecadações. Trata-se de construções orgânicas onde os compartimentos de habitação diferenciam-se sobretudo pela sua localização ao nível do primeiro piso. Deste conjunto apenas dois edifícios parecem ter fundamentalmente a função de habitação, ainda assim marcadamente inseridos num ambiente de apoio à atividade agrícola.

O lugar de Cabanelas conserva uma unicidade orgânica muito interessante, distinguindo-se relativamente a outros lugares de Lavra, pelo seu cariz mais agrícola e menos ligado à pecuária. Apresenta uma morfologia coesa e agregada ao eixo principal do lugar que importa preservar por meio da classificação enquanto conjunto de interesse municipal.

CLASSIFICAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL



Lugar de Avilhosos

O lugar de Avilhosos era também designado como Abeloso.

Referido também em 1758 e em 1899. Nos Censos registavam 56 fogos, com uma população de 298 pessoas.

O Lugar de Avilhosos é, em termos da proposta de classificação, um caso um pouco à parte.

Aquilo que mais justifica a proposta de classificação como Conjunto de Interesse Municipal tem a ver com questões de ordem urbanística, muito mais do que com questões relacionadas com aspetos arquitetónicos e patrimoniais estritos.

Percebe-se, ao percorrer este lugar, como ele tem geograficamente uma importância central, junto ao cruzamento de dois eixos viários, um de orientação norte sul, e outro nascente poente, e como as suas casas, estendendo-se brevemente por esses quatro braços de estrada, conformam o espaço público desenhando uma pequena praça, e definem, ao fazê-lo, o centro da terra. Sente-se, desde esse Largo que este cruzamento desenha, que o tempo nesta terra parou... e que ela também parou no tempo, depois de este sítio ter tido, talvez há décadas, uma importância estruturante no tecido da freguesia de Lavra.

A ponte da Rua Dr. José Domingues dos Santos e a “meio caminho” entre esta rua e a costa, este lugar estranhamente esmoreceu, pese embora a importância que esses dois eixos têm na freguesia. Este núcleo é claramente uma pequena amostra da “cidade” que ficou esquecida no meio dos campos. Tão escondida quanto no Verão ficam os caminhos que atravessam este território, bordejados pelos campos de milho por detrás dos quais se esconde a paisagem.

No entanto sente-se que nestas construções a vida ainda permanece, ainda resiste, uma vida de trabalho já quase só associada à agricultura e aos animais, ocupando apenas velhas construções, pois nada neste centro da terra foi construído de novo...

A Ramirez, a sul, e a Ágrima, a ponte, são duas novas esperanças para este lugar que alojou já força de trabalho das unidades industriais que nos arredores deste pequeno centro em tempos estiveram localizadas – a Jomar, a Soplasnor, e até a Facar.

A proposta de classificação de Avilhosos como Conjunto, na sua qualidade de Lugar que ainda hoje integra a rede policêntrica do território de Matosinhos, pode ser uma oportunidade para este sítio, em termos de futuro. Há aqui muitas construções devolutas, outras em riscos de o ficarem, tão poucas aparentam ser as suas condições de habitabilidade e utilização. As construções estão entregues à sua sorte, ou melhor, à falta dela.... É evidente que não são feitos pelos seus proprietários quaisquer investimentos na sua requalificação, nem sequer na sua conservação. Parecem esperar apenas por ficarem devolutas para se desmoronarem, como este lugar aparentemente se desmoronou nestes últimos 50 anos. cremos, pois, que se deveriam implementar medidas de apoio à reabilitação deste lugar antigo da freguesia, não numa perspetiva de expansão imobiliária corrente, mas sim um esforço na sua consolidação na “ordem urbanística” contemporânea, medidas que contrariassem o seu eventual apagamento e trouxessem de novo a esta terra a vida que já teve.

CLASSIFICAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL

Recolhidos testemunhos locais pudemos perceber que há uma série de famílias que aqui sempre viveram - os Maraus, os Carriço, os Viúva, os Ferrinhas, os Valério, os Seabra, os Lopes, entre outras - que não aceitariam a “desurbanização” deste sítio. Criar uma ARU poderia ajudá-los a resistir a essa aparente fatalidade....

Este Lugar não apareceu agora no meio dos campos de milho. Antes pelo contrário, já há três séculos aparecia em registos documentais, e nessa altura viviam ali cerca de 60 famílias e 300 pessoas.



Lugar de Pampelido Novo

O lugar de Pampelido era formado por 13 casais. Nove pertenciam ao rei e estavam despovoados, os restantes 4 pertenciam a D. Teresa Martins, sendo que nesses não entrava mordomo porque eram honrados. Pelos Censos de 1940 aferimos que apresenta uma população de 350 habitantes com 70 fogos, o que indicia um povoamento disperso.

O lugar de Pampelido Novo, o último Conjunto que consta da proposta de classificação, no que à antiga freguesia de Lavra diz respeito, confirma, já muito próximo da costa, que há um eixo de orientação nordeste/sudoeste -- que começa no Paço e se estende até ao Padrão da Memória -- ao longo do qual podemos encontrar tudo o que o tempo “guardou” para que chegasse aos nossos dias.

É, nessas construções, nesses nacos de espaço público, nesses lugares de culto e nesses marcos da vida civil e comunitária que, olhando para a carta, vemos a evolução de Matosinhos e a sua história, uma história que não devemos, nem podemos, apagar.

É para eles que temos de definir regras, mais estritas ou menos severas, para que não percam a unidade que ainda hoje os caracteriza, e na qual assenta, e que justifica, a proposta de classificação.

O facto de estes lugares, de estes conjuntos e de estas casas estarem numa linha que liga o nascente à costa nada tem de coincidência.

Foi de facto a partir de eixos como este que se estruturou a ocupação humana e que a partir dela se organizou o território. Um território que neste caso quase exclusivamente se destina à exploração agrícola do solo.

Pampelido Novo é um conjunto residual de 5 grandes casas agrícolas, de significativo valor plástico e arquitetónico, ao qual se “acrescentaram” algumas construções novas, algumas delas totalmente desinteressantes, como é o caso dos anexos agrícolas que foram contruídos para apoiar as 5 “casas mãe”. Ou ainda algumas novas habitações que se vieram juntar a elas, no desenho das quais se sente um desejo mimético de integração no existente. Mal sucedido, por sinal...

Este núcleo implantou-se, como aliás é corrente neste tipo de casas, de forma muito concentrada, sobre uma curva da estrada, um cotovelo apertado, que a partir daí passou a ser o centro do lugar. Disputam entre si a escassa frente que têm para o arruamento e irradiam para o interior como uma estrela.

Algumas têm um desenho mais sofisticado, sobretudo nas suas fachadas principais, e sem esconderem as funções que abrigam, foram ao longo do tempo sofrendo alterações que as modernizaram e as tornaram mais consentâneas com a sua localização central. Deixaram entre si espaços que foram integrados na utilização pública e com isso ganharam sobre esses espaços maior visibilidade e relevância. Revestiram os seus extensos e lineares panos de fachada com azulejos, distinguiram os seus pisos térreos dos outros através de lambrins aparelhados ou rebocados, e diferenciaram os pisos entre si através da ênfase que deram às caixilharias dos vãos dos andares superiores.

Outras são de desenho mais cru e aguentaram pior a passagem do tempo.

CLASSIFICAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL

Estão, estas 5 casas, no centro de um extenso contínuo verde, sobretudo agrícola, mas onde ainda há algumas manchas florestadas com expressão. São, nesse contínuo verde, o “centro de comando”, e situadas como estão num ponto alto, além dos campos de cultivo, pode também, das suas janelas, ver-se o mar.

São provavelmente contemporâneas tardias do “outro” Pampelido, que seria o “Velho” que já não chegou a tempo desta proposta de classificação patrimonial....



PROPOSTA DE CLASSIFICAÇÃO COMO SÍTIO DE INTERESSE MUNICIPAL

Sítio da Praia de Angeiras e Fontão

Este sítio integra a Zona Arqueológica de Lavra assim designada na Carta Arqueológica do Concelho de Matosinhos e registado com os: Cod. Inv. – 1393 |Praia da Forcada, Cod.Inv. 1397, no qual estão inseridos, para além de outros vestígios, os 22 tanques/cetárias classificados como Monumento Nacional, em 1974, através do D.L. nº 251 de 3 de Junho de 1970 - Grupos: A – 16; B - 2; C – 3; D – 1, com o Código Nacional de Sítio (CNS) nº 778.

No ano de 1983 foram identificados 4 tanques que integram o grupo E, e ainda o piso de seixos que foi usado para produzir sal. Em 1991 novos 4 tanques são descobertos e designados como grupo F. Entre 1991/1992 são encontrados no grupo A mais dois tanques, perfazendo um total de 10 tanques, que não se encontram classificados até ao presente.

O piso de seixos identificado em 1983 foi intervencionado em 2008, mas existem fortes probabilidades de se encontrarem mais pisos semelhantes nesta área, atendendo aos registos escritos encontrados, por exemplo, no estudo monográfico de 1943 realizado pelo pároco da freguesia, onde vem registado o seguinte: “... Praia de Angeiras apareceram, soterradas na areia, umas como que eiras, feitas de barros e burgos...”. Isabel Figueiral, reforça esta possibilidade aferindo, aquando a intervenção que realizou no piso em 1983, que não corresponde às descrições referidas anteriormente. Mas os vestígios de antiguidade deste sítio são muito mais antigos e ocupam uma área bastante extensa. Os resultados obtidos nos trabalhos de campo trouxeram novos conhecimentos sobre a ocupação humana em Lavra, cujas cronologias se enquadram entre a pré-história antiga e pré-história recente, nomeadamente um terraço Eemiano que corresponde a um período interglaciário, antes da glaciação do Wurm, no qual foram encontrados, entre outros materiais líticos, um núcleo discoide sobre seixo rolado em quartzito com evidentes vestígios de talhe. Ainda nestas sondagens realizadas em 2008, no âmbito do projeto de Plano de Ordenamento da Orla Costeira, foram encontrados material lítico e fragmentos cerâmicos de fabrico manual “Tipo Penha” pertencentes ao mesmo vaso, cuja tipologia se enquadra no Calcolítico. Foram ainda recolhidos escassos fragmentos de cerâmica de fabrico manual que, pelas suas particularidades, nos levam a considerar que se enquadram na Idade do Bronze.

Integram ainda este sítio os vestígios cartografados na Carta Arqueológica com os nºs: Cod. Inv.–1394-Mamoia de Antela; Cod. Inv.– 1395, -Fontão-Povoado; Cod. Inv.–1396 -Vila romana de Fontão de Antela ou Fontão dos Mouros, Cod. Inv.1398- Sepultura de Morouços-Cod.Inv. 1399 –Sepultura em Pedras Avulsas; Cod. Inv.-13100-Mosteiro de Lavra /Sarcófago; Cod. Inv.–13101 - Igreja Paroquial de S. Salvador de Lavra.

Para além destas evidências, os documentos referem no século IX uma estrada antiga, que partia de Lordelo do Ouro, rumava por Ramalde em direção à foz do rio Leça, seguindo em direção a Lavra, passando o rio Onda que prosseguia em direção a Vila do Conde.

FICHA DO PROCEDIMENTO DE CLASSIFICAÇÃO DE BENS IMÓVEIS

1. IDENTIFICAÇÃO

Sítio da Praia de Angeiras

1.1. Património Arquitetónico ☐ Património Arqueológico ☒ Património Misto ☐

1.2. Designação/Nome: Sítio da Praia de Angeiras

1.2.1. Outras Designações:

1.3. Processo de Obras: (Caso exista)

1.3.1. Número do Processo de Obras:

1.3.2. Identificação do Requerente:

1.3.3. Identificação do Arquiteto / Técnico responsável:

1.3.4. Identificação do responsável pelo betão armado:

1.3.5. Identificação de outros técnicos:

1.3.6. Número de licença:

1.4. Local/Endereço:

1.4.1. Localidade:

1.4.2. Freguesia: União Lavra, Perafita e Santa Cruz do Bispo

1.4.3. Concelho: Matosinhos.

1.4.4. Distrito: Porto.

1.5. Código Nacional de Sítio (CNS): (No caso de se tratar de património arqueológico) CNS - 778

2. CARACTERIZAÇÃO

2.1. Função Original:

2.1.2. Função Atual:

2.2. Grupo Tipológico:

2.2.1. Subtipo:

2.3. Enquadramento:

2.4. Descrição Geral:

2.5. Estado de Conservação:

	Muito Bom	Bom	Razoável	Mau	Ruína
Paredes					
Pavimentos					
Coberturas					
Outros					

2.6. Estado de Descaracterização:

	Muito Bom	Bom	Razoável	Mau	Ruína
Paredes					
Pavimentos					
Coberturas					
Outros					

2.7. Espólio:

2.7.1. Depósito do espólio/materiais: Gabinete de Arqueologia Municipal de Matosinhos

3. SITUAÇÃO DA PROPRIEDADE (obrigatório apenas quando o proponente for o proprietário)**3.1. Proprietário:****3.1.1. Endereço:****3.2. Artigo Matricial:****4. OBSERVAÇÕES****4.1. Intervenções previstas:****4.2. Pessoas/entidades que possam dar informações:****4.3. Restrições à divulgação da informação:****5. OUTRAS PROTECÇÕES** (caso existam)**5.1. Classificação**

Monumento Nacional em 1974, através do D.L. nº 251 de 3 de Junho de 1970 - Grupos: A – 16; B - 2; C – 3; D – 1, um total de 22 tanques.

5.2. ZEP ou ZGP**5.3. Instrumentos de gestão territorial**

Dec-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, alterado e republicado pelo Dec-Lei n.º 310/03, de 10 de dezembro)

6. CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICO-ARTÍSTICA**6.1. Época(s) construtiva(s):**

6.2. Síntese histórica:

Este sítio integra a Zona Arqueológica de Lavra assim designada na Carta Arqueológica do Concelho de Matosinhos e registado com os: Cod. Inv. – 1393 | Nº Carto. 93 e 1397 | Nº Carto. 97, no qual estão inseridos, para além de outros vestígios, os 22 tanques/cetárias classificados como Monumento Nacional, Nacional em 1974, através do D.L. nº 251 de 3 de junho de 1970 - Grupos: A – 16; B - 2; C – 3; D – 1, com o Código Nacional de Sítio (CNS) nº 778.

No ano de 1983 foram identificados 4 tanques que integram o grupo E, e ainda o piso de seixos que foi usado para produzir sal. Em 1991 novos 4 tanques são descobertos e designados como grupo F. Entre 1991/1992 são encontrados no grupo A mais dois tanques, perfazendo um total de **10 tanques, que não se encontram classificados até ao presente.**

O piso de seixos identificado em 1983 foi intervencionado em 2008, mas existem fortes probabilidades de se encontrarem mais pisos semelhantes nesta área, atendendo aos registos escritos encontrados, nomeadamente no estudo monográfico de 1943 realizado pelo pároco da freguesia onde é registado o seguinte: “... Praia de Angeiras apareceram, soterradas na areia, umas como que eiras, feitas de barros e burgos...”. Isabel Figueiral, reforça esta possibilidade, aferindo aquando da intervenção que realizou no piso em 1983, que não corresponde às descrições referidas anteriormente. Mas os vestígios de antiguidade deste sítio são muito mais antigos e ocupam uma área bastante extensa. Os resultados obtidos nos trabalhos de campo trouxeram novos conhecimentos sobre a ocupação humana em Lavra, cujas cronologias se enquadram entre a pré-história antiga e a pré-história recente, nomeadamente, um terraço Eemiano (Esta classificação foi transmitida verbalmente pela Profª Assunção Araújo da FLUP) que corresponde a um período interglaciário, antes da glaciação do Wurm, no qual foram encontrados, entre outros materiais líticos, um núcleo discoide sobre seixo rolado em quartzito com evidentes vestígios de talhe. Ainda nestas sondagens realizadas em 2008 no âmbito do projeto de Plano de Ordenamento da Orla Costeira, foram encontrados material lítico e fragmentos cerâmicos de fabrico manual “Tipo Penha” pertencentes ao mesmo vaso, cuja tipologia se enquadra no Calcolítico. Foram ainda recolhidos escassos fragmentos de cerâmica de fabrico manual que, pelas suas particularidades nos levam a considerar que se enquadram no período da Idade do Bronze. Estamos em presença de um sítio, cujos vestígios se encontram cobertos pelo manto de areia, mas que indiciam a ocupação desde o Paleolítico médio até à Idade Média. Como já foi referido anteriormente, está inserido numa zona arqueológica, cujos vestígios identificados foram registados na Carta Arqueológica com os nºs: Cod. Inv. – 1394 | Nº Carto. 94-Mamoia de Antela; Cod. Inv. – 1395 | Nº Carto. 95-Fontão-Povoado; Cod. Inv. – 1396 | Nº Carto. 96-Fontão de Antela ou Fontão dos Mouros, vila romana; Cod. Inv. – 1398 | Nº Carto. 98-sepultura de Morouços; Cod. Inv. – 1399 | Nº Carto. 99-Sepultura em Pedras Avulsas; Cod. Inv. – 13100 | Nº Carto. 100-Mosteiro de Lavra /Sarcófago; Cod. Inv. – 13101 | Nº Carto. 101 - Igreja Paroquial de S. Salvador de Lavra.

7. CARACTERIZAÇÃO ARQUITECTÓNICA

8. CARACTERIZAÇÃO ARQUEOLÓGICA

“... apareceu também um tanque de granito, que estava coberto com grande altura de areia em 1900...”

Os tanques escavados nos afloramentos rochosos da Praia de Angeiras são postos a descoberto em setembro de 1965 pela ação do mar. Segundo Lanhas e D. Domingos localizam-se nos penedos da Borrenta, o maior grupo (A-16 tanques)²; uns apresentam-se bem conservados, outros destruídos parcialmente devido à erosão. No grupo (B, 2), na Pedra da Frieira, a cerca de 80 metros a Norte do primeiro grupo, aparece um tanque bem definido. Perto deste um outro, talvez sobre a areia. A cerca de 40 metros, para Nordeste, situam-se quatro tanques considerados como o grupo (C, 3). Para Norte deste, cerca de 24 metros nos penedos da Frieira, regista-se outro tanque, quadrado, medindo 1,40 metros de lado, sendo o grupo (D, 1), 3 classificados como Monumento Nacional em 1970. *“soterradas na areia, umas como que eiras, feitas de barros e burgos...”* Segundo Isabel Figueiral, o local intervencionado na escavação de 1983 não corresponde ao mesmo local descrito pelo Pároco de Lavra. Esta evidência revela que teriam existido, ou existem, mais estruturas na zona litoral de Lavra. Um novo dado surge no ano de 1979 acerca destes vestígios. O comércio do Porto assinala a descoberta, feita pelo Cabo do Mar de um piso de seixos com uma extensão de 5 metros. Uma outra informação sobre o mesmo assunto chega agora através de um Lavrense que há alguns anos, aquando da exploração de areia na zona, tinha posto a descoberto “caminhos romanos” junto ao local em estudo (escavação de 1983), tendo sido depois entulhado para facilitar o acesso das camionetas que faziam o transporte de areia. A convite dos arqueólogos de campo, o Arqtº. Fernando Lanhas visita o local, frisando o facto de ter localizado junto ao conjunto (A) uma feira de seixos que se destacava do areal. Um outro facto curioso é revelado por uma das sargaceiras de Vila do Conde que se dedicava à apanha do sargaço na Praia de Angeiras, referindo que a avó lhe contara que aqueles tanques eram utilizados pelos mouros para salga do bacalhau.

No piso era produzido o sal e os tanques eram usados na fabricação da salga (salmoura), ou mesmo *garum*, colocando algumas dúvidas sobre esta produção de pasta de peixe.

Os trabalhos de 2008 revelaram que as dimensões da estrutura com 20,75 m de comprimento e 9 m de largura, intervencionada em 1983, se mantêm atualmente.¹⁰ O piso é formado por diferentes seixos rolados, não obedecendo a nenhum padrão tipo. Os seixos, dispostos sob a forma mais larga, assentam num sedimento barrento, usado para facilitar a sua fixação no terreno. Quase toda a estrutura se encontra ladeada por pequenas lajes fincadas, exceto dos lados Sul e Oeste. Os investigadores apontam uma cronologia para o complexo industrial balizada entre os séculos III e IV d. C. aguardando, desde 1983, por novos estudos.

O sítio, independentemente da sua classificação, integra uma APA. Como já referimos 22 destes tanques foram classificados como Monumento Nacional, correspondem aos Grupos: A – 16; B - 2; C – 3; D – 1, um total de 22 tanques, em 1974, através do D.L. nº 251 de 3 de Junho de 1970.

A classificar como MIM, os grupos:

E – 4 (1983);

F – 4 – (1991)

A – 2 – (1991/92)

Piso de Seixos – 1983

8.1. Tipo de sítio: complexo Industrial

8.2. Período cronológico: Pré-história /romano

9. BIBLIOGRAFIA

RAMOS, António Francisco (1943) – *Lavra - Apontamentos para a sua Monografia*, Editado pela Livraria Simões Lopes, p. 68.

BETTENCOURT, Ana, (2010) – “O Rio da Memória – Arqueologia no Território do Leça”, capítulo II – *Comunidades Pré-Históricas da Bacia do Leça*, Ed. da Câmara Municipal de Matosinhos (no prelo), p. 35.

FONSECA, Vítor e TEXEIRA, Ricardo; FONSECA, Jorge; PIEDADE, Marta; PIRES, Conceição e VARELA, José Manuel (2011) *Intervenção Arqueológica - Requalificação da Orla Costeira de Matosinhos*, Relatório Final, Empresa Arqueologia e Património - Ricardo Teixeira & Vítor Fonseca, Arqueologia Lda.

SILVA, Fernando Augusto P. da; FIGUEIRAL, Isabel (1986) – *Escavações arqueológicas em Lavra: as salinas romanas medievais da praia de Angeiras*, In Separata do Boletim da Biblioteca Pública Municipal de Matosinhos, Nº 30.

SANTOS, Joaquim Neves (1963) – *Temas Regionais de Arqueologia E Etnografia II, Um Mosaico Romano de Lavra – Matosinhos*, Edição do Autor, p. 11-13. SANTOS, Joaquim Neves dos (1959) – *A Torre de Linhares Na Época Romana*, Edição do Autor, p. 50.

PIRES, Conceição (2006) – *Joaquim Neves dos Santos o amor pelo Passado*, Matosinhos, Edição Edium Editores, p. 55-105.

PIRES, Conceição (2012) – Contributos para o estudo do povoamento do concelho de Matosinhos da pré-história ao século VIII- Dissertação de Mestrado, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto (policopiado)

PIRES, Conceição (2017) -*Matosinhos do paleolítico ao século X*, Vol. I Colecção de Estudos Matosinhenses, Matosinhos, Seda Publicações

LANHAS, Fernando e BRANDÃO, D. Domingos (s/data) – *Inventário de Objectos e Lugares com interesse Arqueológico*, Separata da “Revista de Etnografia”, Nº24, Museu de Etnografia e História, Junta Distrital do Porto, p. 15-23.

AREZES, Andreia (2009) - *Relatório final de trabalhos arqueológicos - Travessa do Fontão – Lavra*, Perennia Monumenta, Serviços Técnicos de Arqueologia Lda, p. 29-30.

SILVA, Armando Coelho Ferreira da e MOREIRA, Álvaro de Brito (2010) – “O Rio da Memória – Arqueologia do Território do Leça”, Cap. IV – *A Romanização do Vale do Leça* e Cap. III – *Proto-História no Vale do Leça*, Matosinhos: Edição da Câmara Municipal de Matosinhos, p. 136.

SANTOS, Joaquim Neves (1963) – *Temas Regionais de Arqueologia E Etnografia II, Um Mosaico Romano de Lavra – Matosinhos*, Edição do CLETO, Joel (1995/6) *MATESINUS – Revista de Arqueologia, História e Património de Matosinhos* nº ½ Ed. Câmara Municipal de Matosinhos. p. 33-34

LOPES, Manuel Domingos da Silva (1981-1988) – *A Luzita da Minha Candeia*, Volume I, Editorial de «O Futuro», p. 211-212 Autor), p. 11-13.

SILVA, Fernando Augusto P. da; FIGUEIRAL, Isabel (1986) – *Escavações arqueológicas em Lavra: as salinas romanas medievais da praia de Angeiras*, In Separata do Boletim da Biblioteca Pública Municipal de Matosinhos, Nº 30, p. 166.

Carta Arqueológica de Matosinhos (2016)

10. ELEMENTOS CARTOGRÁFICOS E FOTOGRÁFICOS (anexos)

Planta de localização com o imóvel assinalado

Escala: 1:2000 ☐ 1:5000 ☐ 1:25000 ☐

Documentação fotográfica

Interior ☐ Exterior ☐ Envolvente ☐

X	Y	Z	Datum	Projeção

Longitude	Latitude	Altitude	Datum	Projeção
8° 43' 29.`` W	41° 15' 38.50`` N	4m	x	
8° 43' 30.30`` W	41° 15' 49`` N	4m		

11. EDIÇÃO

11.1 Data de edição:

11.1.2. Identificação do autor:

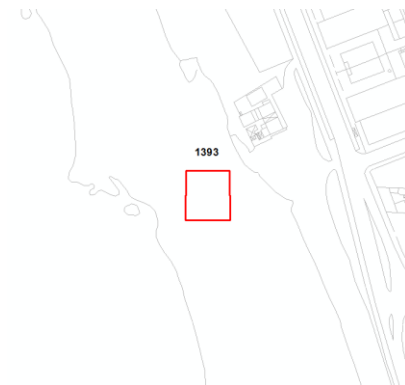
11.2 Data de edição:

11.2.2. Identificação do autor:

FOTOGRAFIAS



CLASSIFICAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL



Casa do Moleiro

A casa é um belo exemplar de casa de lavoura, com as características próprias deste tipo de casa, muito comum numa vasta região entre o Douro e o Ave, como sejam:

A sobriedade dos elementos que a compõem; a localização dos compartimentos de habitação no andar, com exceção da cozinha que se localiza no rés-do-chão; o piso térreo reservado às áreas de trabalho com o espaço livre de quinteiro central, em torno deste distribuem-se outras dependências da lavoura, como sejam, os aidos para o gado, as pocilgas, os galinheiros, as arrecadações diversas, a eira e a casa da eira, a cabana de palha do milho, medas de mato e poço.

Graças à sua localização, a casa é uma referência importante nos antigos eixos direcionais nascente/ poente e norte/ sul, de ligação, respetivamente, entre Angeiras e Aveleda e entre Angeiras e Labruge. Tem alguns traços arquitetónicos ricos e fecha, por nascente, o antigo casal de Angeiras.

Estende ao longo da Rua 3 de Maio um corpo com dois pisos. O topo poente deste corpo constitui fachada voltada à Rua da Cruz; o topo nascente, continua-se por um corpo mais baixo, de dois pisos, que resolve a transição de cotas entre o quinteiro da casa e a Rua 3 de Maio. A fachada principal é a da Rua 3 de Maio, na qual se abre o portal retangular de acesso ao quinteiro, que apresenta uma inscrição na padieira com a data de 1902. Esta data corresponderá à da realização de obras relevantes, que terão dado à casa a feição que hoje apresenta.

Do corpo com dois pisos descrito, voltado a norte, partem duas alas com um piso, com áreas de coberto e áreas encerradas: uma, a poente, que confina com a Rua da Cruz, desenvolvendo-se ao longo desta e, outra, a nascente, paralela à primeira, confinante com a propriedade vizinha a nascente. Os três corpos delimitam o quinteiro central. A ala nascente é continuada pelo conjunto da eira e da casa da eira. A sul deste conjunto em forma de U, com o quinteiro ao centro, estende-se a cortinha limitada a nascente pela Rua da Cruz, a sul, por um caminho, designado por Rua de Cima. Esta cortinha prolonga-se para nascente. Nela foi construída uma vacaria, edificação de natureza bastante descuidada.

A casa tem a particularidade de ser uma casa de gaveto (Rua da Cruz, a poente, e Rua 3 de Maio, a norte). Celebra a situação de gaveto com um pequeno plano que marca o encontro do alinhamento da fachada voltada à Rua da Cruz com o da fachada voltada à Rua 3 de Maio, no qual se inscreve uma janela de sacada protegida por um varandim, no andar, alinhada com uma porta de acesso direto à habitação, no rés-do-chão. A esta porta foi acrescentada uma outra, idêntica, na fachada de dois pisos voltada à Rua da Cruz.

No corpo de um piso voltada à Rua da Cruz, abre-se também um portal de serviço que dá para a área de coberto deste corpo e daqui ao espaço livre de quinteiro.

A escadaria de acesso à habitação no andar parte do quinteiro (como é comum nestas casas), junto ao limite nascente da ala confinante com a Rua da Cruz, acedendo ao andar na zona média do mesmo.

CLASSIFICAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL

A casa apresenta alguns elementos de descaracterização que deverão ser substituídos, como sejam, as caixilharias em alumínio lacado na fachada voltada à Rua da Cruz e na janela de sacada do plano que marca o gaveto, bem como, na fachada do andar voltada ao quinteiro.

Também as construções correspondentes à vacaria deverão ser demolidas.

A classificação deverá abranger a área de cortinha, sem prejuízo da sua eventual ocupação com construção, nos termos do PDM.



SANTA CRUZ DO BISPO

Proposta de Classificação como Monumento de Interesse Municipal

Moinho da Quinta do Monte de Leça

Proposta de Classificação como Conjunto de Interesse Municipal

Conjunto Arquitetónico e Paisagístico da Quinta de Santa Cruz do Bispo

Conjunto do Monte de São Brás, constituído pela Capela de São Sebastião, Capela de Nossa Senhora do Livramento e São Brás, Homem da Maça e Seu Bicho

Lugar da Telheira

Lugar do Barreiro

Lugar da Aldeia de Baixo / Cancelinha

Lugar de Aguiar

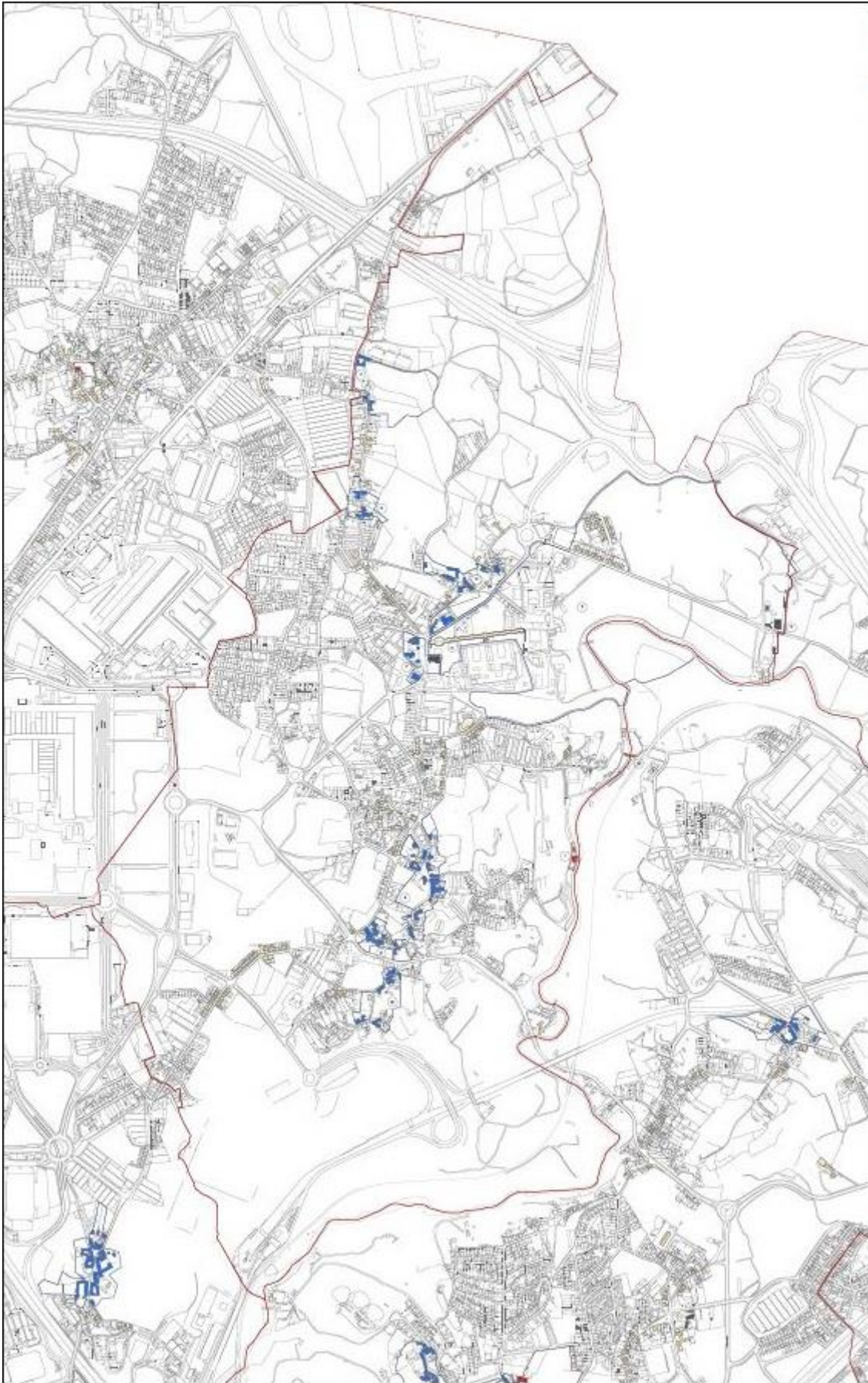
Lugar do Mirão

Lugar de Souto da Portela

Classificação de âmbito Nacional

Conjunto de elementos arquitectónicos delineados por Nazoni que ainda existem na Quinta de Santa Cruz do Bispo, nomeadamente a portada principal – Imóvel de Interesse Público

Ponte do Carro – Imóvel de Interesse Público



Santa Cruz do Bispo

Santa Cruz, de Trás Leça, Riba-Leça ou Santa Cruz do Bispo, pertencia às Terras da Maia. Só após a abolição dos Julgados, em 1895, passou a pertencer ao Concelho de Bouças, e mais tarde, a partir de 1909 ao Concelho de Matosinhos. Os vestígios arqueológicos encontrados à superfície no Monte S. Brás registam a presença humana nesta área geográfica na Pré-História antiga (800 e 10 mil anos).

As referências documentais citam a presença de monumentos megalíticos, designados como Antas, Antinhas e Mamoas, em Aguiar, Portela e Cancelinha.

Aquando da construção de uma habitação na Rua da Aldeia de Baixo, foram descobertos alguns artefactos, como um machado polido com algumas marcas nas duas faces, apresentando sinais de desgaste contínuo, o que indicia a sua utilização intensa, e ainda onze fragmentos de cerâmica comum e uma cronologia pré-histórica e romana.

No século XI, eram diminutos os centros urbanos. A população estava predominantemente fixada em áreas rurais, nas villae, inicialmente pertencentes a um único proprietário. Ainda permanecia a forma de ocupação do solo do tempo dos romanos. Mas o aumento populacional que se verificou entre os séculos XI e XIII, e as sucessivas partilhas por herança, levaram ao desmembramento progressivo das vilas em parcelas menores. Os antigos proprietários conservaram frequentemente uma grande parte desses bens (que incluíam a residência principal, as casa dos trabalhadores, os estábulos e celeiros e, por vezes, a igreja), e dividiram o resto em partes menores, os designados casais, cada um dos quais suficiente para garantir a sobrevivência de uma família e que, por sua vez, se subdividiam em parcelas mais pequenas – campos, cortinhas, leiras, etc.

As paróquias dos nossos dias abrangem praticamente o mesmo espaço de 1258. Verificamos que cada uma delas corresponde às atuais freguesias, tendo estas sido a célula base da sociedade civil.

Segundo as inquirições de 1258 a paróquia de Santa Cruz deveria ter um só lugar... veio o senhor rei D. Afonso, o velho, àquele lugar e deu aquele casal no lugar de Aguiar à igreja do dito lugar por oferta”. Após a doação da quinta pela Infanta D. Mafalda à Sé do Porto, o Bispo era o grande proprietário destas terras. Aferimos que ao longo de 12 anos foi comprando muitas terras, aumentando assim o património do bispado do Porto. Para além do casal do rei, a Ordem do Hospital possuía 6 casais e o Mosteiro do Freixo, apenas 1 casal.

No século XVI, o bispo do Porto dá início às obras na quinta, e esta extensa propriedade rural, com 36 ha, pertença da Sé do Porto, passa a denominar-se Santa Cruz do Bispo em meados do século XVI, estando na posse da igreja até 1910, altura em que foi confiscada pelo Estado, encontrando-se sob a alçada do Ministério da Justiça e Agricultura, voltando de novo para a alçada do Ministério da Justiça.

Os registos de 1623 fazem referência à população existente que contava com 163 adultos e 32 menores.

Através da leitura das Memórias Paroquiais de 1758, verificamos que fazem referência a três aldeias de Santa Cruz, Barreiro (corresponde à atual Rua do Chouso) e Aguiar, fazendo ainda também referência a vários moinhos, a uma Ponte Medieval e a uma ponte de padieira, localizada junto aos Moinhos do Moleiro da Silva.

No trabalho monográfico de Godinho Faria de 1899, faz-se referência aos lugares de Santa Cruz, Gandra, Barreiro, Cancelinha, Santo Isidoro, Aguiar, Mirão, Mont’Ávó e Monte dos Outeiros.

Através dos Censos de 1940 aferimos a evolução do povoamento, pois este registo permite retirar dados sobre a densidade populacional tais como:

Aguiar (37F); Aldeia de Baixo (24F); Barreiro (35F); Cancelinha (6F); Chouso (10F); Gândara (9); Igreja (10F); Largo da Viscondessa (11); Mirão (23F); Mont'Avó (37F); Monte do Carro (23F); Padrão (13F); Pedra Redonda (9F); Ponte do Carro (Não habitado); Portela (17F); Rua de Trás (14F); Santa Cruz (12F); Santo Isidoro (34F); Souto (10F); Telheira (21F); Vinha (5F).

Através da leitura dos vários documentos identificamos que alguns dos locais foram sempre ocupados, e outros surgiram de novo. Aferimos também que os antigos lugares se encontram registados na toponímia local, preservando e perpetuando, desta forma, a memória local.

Traçados viários:

Caminhos primitivos para os lugares de Aguiar e Portela; caminho que passava no Castro de Esposade, descia em direção ao rio Leça, atravessava o mesmo na Ponte da Pinguela, circundava o Monte de S. Brás e descia em direção à Aldeia de Baixo, continuando até ao lugar de Barreiros, prosseguindo para Perafita, passando na base do Castro de Freixeiro. Este era o único caminho que ligava Santa Cruz às freguesias de Perafita e Freixeiro.

Um outro caminho, fazendo ligação por Gatões, passava na Ponte do Carro e desembocava nas proximidades da Capela de Stº Isidoro, continuando pela Rua de Trás e prosseguindo por Perafita.

Da Ponte do Castro de Guifões saía um caminho pela Fonte da Muda que ligava à Rua Monte Godim, prosseguindo para Perafita e para Lavra. Deste saía um ramal em direção a Santa Cruz, um caminho paralelo à atual Rua João Gonçalves Zarco.

O antigo Lugar do Barreiro, é referido nos registos paroquiais de 1758 como sendo uma aldeia, no qual os seus limites ficariam na direção da atual Casa da Juventude, uma vez que ali se encontrava o cruzeiro do século XVIII, situado no término da aldeia de Baixo com o lugar de Barreiro, e que corresponde, na atualidade, à Rua do Chouso prolongando-se até ao Largo da Viscondessa.

PROPOSTA DE CLASSIFICAÇÃO COMO MONUMENTO DE INTERESSE MUNICIPAL

Moinho da Quinta do Monte de Leça

Os Moinhos da Quinta do Monte de Leça constituem uma estrutura musealizada dentro de uma propriedade de habitação privada, que é a Quinta do Monte de Leça. Implantados num espaço de qualidade paisagística e ambiental excecional, o complexo constituído pelos moinhos e pela casa do moleiro assume uma particular importância, pelo cuidado que foi investido na sua preservação e na conservação das suas características originais, constituindo-se um exemplar único para a manutenção da memória do que eram estas estruturas que se repetem inúmeras vezes, em particular, ao longo do Rio Leça.

Os Moinhos da Quinta do Monte de Leça constituem um complexo arquitetónico composto por uma habitação e uma casa com doze moinhos, situada a nascente, e um anexo, a norte.

O edifício da habitação é constituído por piso destinado a habitação, piso térreo e cave. As pilastras, juntamente com o lintel da porta da cave, manifestam o cuidado posto no trabalho de cantarias. No arco abatido do lintel, está marcada a data de 1856, ano provável de construção deste complexo. As divisões destinadas as habitações compreendem cozinha, dois quartos, sala de jantar e quarto de banho. A cave, em lajeado ciclópico de granito, comunica, através de uma escada de madeira, com a cozinha, e diretamente com todos os moinhos. Do ponto de vista etnológico, a cave é o espaço onde podemos encontrar várias peças de uso quotidiano e funcional dos moinhos.

A maioria dos moinhos está adossada à habitação do lado leste, numa cota bastante inferior. As suas paredes são de alvenaria muito irregular e num estado amorfo. No alçado sul podemos encontrar a data de 1823, demonstrando a sua precedência face à habitação. Esta data pode referir-se à construção de três dos moinhos do complexo ou, quem sabe, até mesmo à sua reconstrução.

O facto de se tratar de um exemplar único, onde a conservação da memória do que foram os moinhos localizados ao longo das margens do Rio Leça permanece intacta, é motivo pelo que se propõe a sua classificação como monumento de interesse municipal.



CLASSIFICAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL



PROPOSTA DE CLASSIFICAÇÃO COMO CONJUNTO DE INTERESSE MUNICIPAL

Conjunto Arquitetónico e Paisagístico da Quinta de Santa Cruz do Bispo

Este conjunto arquitetónico e paisagístico tem a sua origem no século XIII, com a doação dos terrenos efetuado pela Infanta D. Mafalda, filha de D. Sancho I, à Sé do Porto.

Os terrenos ficaram então na posse da Sé no Porto e, volvidos três séculos, no bispado de D. Rodrigo Pinheiro (1552-1572), a propriedade foi transformada numa imensa quinta de recreio, estância de veraneio, lugar de repouso e de reflexão, que este bispo realizou para si e para os bispos que lhe sucedessem. De carácter humanista, este bispo atraiu para a quinta estudiosos, poetas e artistas do tempo, que a transformaram em local de produção e troca de conhecimento, de reconhecida relevância.

Entre 1741 e 1752, sofreu obras importantes com projeto e orientação do Arquiteto Nicolau Nasoni, por encomenda do bispo D. Frei José de Santa Maria de Évora, numa intervenção incompleta devido ao falecimento deste em 1752. No tempo de D. João V, este bispo foi embaixador em Roma, sendo uma figura erudita, tendo recomendado mestres escultores para as obras do Palácio e Convento de Mafra. Com a intervenção de Nicolau Nasoni a Quinta foi renovada com portais e eixos de feição barroca e, embora a intervenção tenha ficado incompleta, ela marcou de forma determinante a imagem da Quinta.

Em 1901, foi projetada a Estrada Municipal do Padrão da Légua à Freguesia de Santa Cruz do Bispo por Esposade de Cima, tendo a sua construção incorporado um eixo interno da Quinta que ligava a Casa às capelas de São Brás e de São Sebastião.

A Quinta havia passado por décadas de abandono e foi em 1910 tornada propriedade do Estado. Em 1913, verificou-se a instalação na Quinta do Posto Agrário do Minho Litoral, sob a alçada do então Ministério do Fomento, tendo sido realizados trabalhos de restauro e reabilitação.

Em 1939, já sob a tutela do Ministério da Justiça, foi nela instalada a Colónia Penal, tendo sido então construído o Pavilhão Prisional, que atualmente alberga a Clínica de Psiquiatria e de Saúde Mental e algumas outras dependências. A designação de Colónia Penal foi substituída devido a classificação do estabelecimento como estabelecimento prisional central, sendo agora designado de Estabelecimento Prisional de Santa Cruz do Bispo, com o DL 265/79, de 1 de agosto e com o DL 98/81, de 22 de janeiro.

A área que se pretende classificar é a área que se encontra atualmente delimitada como integrante do Estabelecimento Prisional de Santa Cruz do Bispo Masculino e Clínica de Psiquiatria e Saúde Mental, com gestão do Ministério da Justiça. Trata-se de uma vasta área com uma área superior a 40 hectares, percorrida na sua zona central pelo Rio Leça que aí faz uma curva muito pronunciada.

Possui terrenos cultivados e áreas arborizadas e nele se encontram implantados os diversos edifícios, pavilhões e anexos que compõem a parte edificada do estabelecimento prisional.

A Quinta possui muitos elementos dispersos do que resta da quinta do bispado, encontrando classificados como Imóvel de Interesse Público (Decreto n.º 129/77, DR, I Série, n.º 226, de 29-09-1977) os elementos delineados por Nicolau Nasoni, nomeadamente a Portada Principal, voltada ao Largo da Viscondessa. Subsistem fontanários,

escadarias, muros e bancos, diversos elementos escultóricos, a alameda que parte do Portada Principal e conduz ao que resta do antigo Palácio D. Mafalda e seus jardins. Este edifício sofreu uma remodelação profunda efetuada pela DGEMN (Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais) no segundo quartel do século XX, da qual resultou a sua configuração atual, muito distinta da anterior a essa intervenção.

A classificação do Conjunto Arquitetónico e Paisagístico da Quinta de Santa Cruz do Bispo como Conjunto de Interesse Municipal, traduzirá o reconhecimento do seu valor cultural e da relevante importância deste conjunto na história da região norte do país e, em particular, na região do Porto.

Quinta de Santa Cruz

São vários os documentos do século XII que fazem referência a Santa Cruz. Pelos mesmos aferimos que estas terras pertenciam à coroa. Um documento de 1180, reinado de D. Afonso Henriques, faz alusão à doação de uma herdade aos frades da Ermida de Santa Cruz. Uma provisão do rei D. Afonso II menciona que os foros devem corresponder aos mesmos usados no tempo d'El-Rei seu pai. Segundo Godinho de Faria, estes devem corresponder aos únicos documentos que mostram a existência do mosteiro, ao qual foi atribuída Carta de Couto.

No século XIII, a Infanta D. Mafalda faz a doação desta quinta ao Bispo do Porto.

A Quinta de Santa Cruz do Bispo foi construída entre 1563 e 1568. Segundo Faria e Sousa, a propriedade era rodeada por cinco ermidas, erguidas em cinco montes que dominavam o vale do Leça: Nossa Senhora da Guia, Santo Isidoro e SS. Cosme e Damião, S. Brás, S. Sebastião e Horto de Cristo erguida para nascente, mas no interior dos limites da quinta. A villa era cercada por um muro ameado, cuja muralha era rasgada por três entradas principais. No início do século XX comunicavam com o Monte pela atual Rua de S. Brás através da Rua da Quinta, ostentando na entrada um pórtico com as armas de Fonseca e Évora. A entrada principal, voltada a NO, comunicava com o cruzeiro quinhentista através da Rua do Padrão.

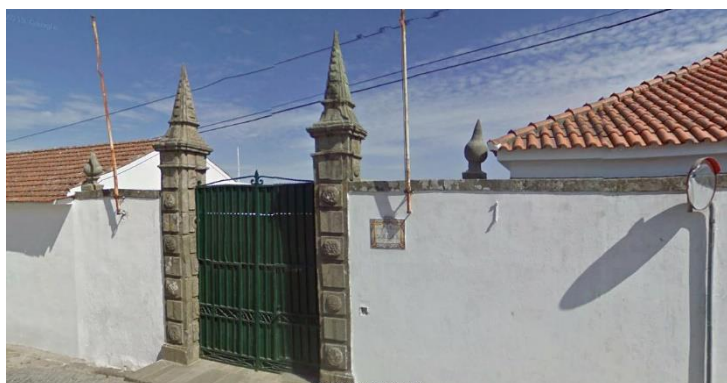
Para além dos diversos arranjos paisagísticos, existiram várias capelas cujos vestígios resistiram até aos nossos dias, entre eles muitos elementos da capela dos Anjos, na alameda dos Anjos, e ainda a dos Arcanjos S. Miguel, S. Rafael e S. Gabriel.

Godinho Faria refere a existência de sete fontes na Quinta do Bispo (Terreiro, da pedreira, nova, aveleira, souto e arcas das Fontes) «... focinho de porco, nome porque é conhecido um velho carvalho já meio carcumido, situado à beira do Rio Leça no ponto onde terminavam las acalles e las fuentes.», a fonte da serpente e a fonte do labirinto. E, ainda a fonte da mina, nas proximidades da Alameda dos Anjos e da Igreja de Santa Cruz. Esta fonte com elementos arquitetónicos riquíssimos deve remontar ao século XVIII, mais propriamente entre 1741 e 1752, o arqº. Italiano Nicolau Nasoni vai realizar grandes obras na área do Porto e Matosinhos. E, em 1737 é o responsável por uma série de intervenções na quinta, por encomenda do bispo José da Fonseca e Évora, nomeadamente a entrada barroca voltada para o Largo da Viscondessa ou da Igreja.

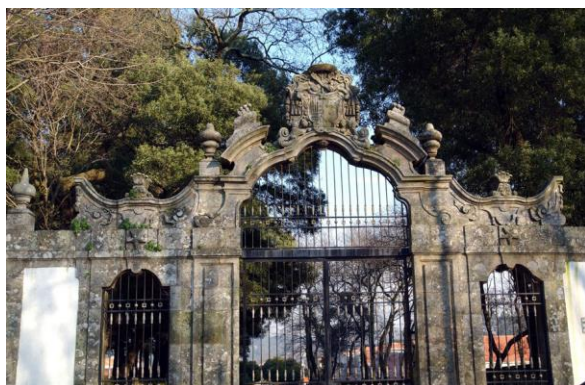
Classificado IIP. Dec nº 129/77 de 29 de Setembro de 1977 DR. 226 - obra de Nasoni.

Registada na Carta Arqueológica com o Cod. Inv. – 13119

CLASSIFICAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL



Rua do Padrão desembocava no largo do Cruzeiro



Largo da Viscondessa – entrada principal da Rua dos Anjos - séc. XVIII



Edifício do século XVI / Área do claustro



CLASSIFICAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL



Palácio de D. Mafalda



Fonte da serpente – XVI

Fonte do triton com as armas do Bispo



CLASSIFICAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL



CLASSIFICAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL



CLASSIFICAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL



Conjunto do Monte de São Brás, constituído pela Capela de São Sebastião, Capela de Nossa Senhora do Livramento e São Brás, Homem da Maça e Seu Bicho

O conjunto que se pretende classificar apresenta uma estrutura arquitetónica com um traçado marcado pela presença de duas importantes capelas – a Capela de Nossa Senhora do Livramento e São Brás e a Capela de São Sebastião -, por uma escadaria e pela colocação no local da figura em granito conhecida pelo “Homem da Maça” e, junto à mesma, de uma escultura em granito representando um animal com a aparência de um leão. A Capela de Nossa Senhora do Livramento e São Brás tem ainda a Casa dos Milagres e pequenas habitações anexas.

Com a abertura da estrada municipal que atravessa o monte entre as duas capelas, a ligação entre ambas passou a fazer-se por uma ponte integrada num arranjo arquitetónico interessante que estrutura a utilização de todo o espaço, que tem o tratamento de parque público arborizado. O monte conta com várias espécies de árvores, nomeadamente carvalhos, sobreiros, plátanos, tílias, liquidâmbares, ulmeiros e pinheiros-bravos. Surgem também alguns arbustos e árvores pequenas com carácter ornamental, como é o caso do loureiro-cerejeira, do abrunheiro-dos-jardins e do bordo-negundo. O monte conta também com a presença dispensável de eucaliptos, mimosas e austrálias.

O conjunto que se pretende classificar no grau de Interesse municipal, esteve já em vias de classificação por proposta da, então, Direção Regional do Porto do IPPAR, de 18-03-2002, à qual se seguiu o despacho de abertura de 20-03-2002, do vice-presidente do IPPAR. O procedimento encontra-se caducado nos termos do artigo 78.º do Decreto-Lei n.º 309/ 2009, DR, 1.ª série, N.º 206 de 23-10-2009.

Esteve também em vias de classificação, mas em data já distante, a Capela de São Sebastião, como Valor Concelhio, por informação da extinta DGEMN (Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais) de 5-03-1941, ao que se seguiu o parecer concordante da JNE (Junta Nacional da Educação) de 10-07-1941 e o despacho de homologação de 11-07-1941.

Toda a área delimitada para classificação integrou a Quinta de Santa Cruz do Bispo. Contudo, a sua utilização como parque público autonomizou-a e conferiu-lhe um carácter muito próprio que nos parece ser de valorizar. A classificação deste conjunto, poderá contribuir para essa valorização e para a proteção, reabilitação e restauro adequados dos elementos arquitetónicos presentes no local.

O espaço tem inequivocamente grandes potencialidades para se transformar numa referência como parque público regional, com a presença próxima do Rio Leça, sendo de ponderar a inclusão dos Moinhos de São Brás e terrenos arborizados no parque e no conjunto a classificar, como forma de tornar clara a importância do Rio Leça como elemento essencial na formação e na própria existência deste conjunto.

Monte de S. Brás

O sítio outrora integrava o conjunto urbanístico da Quinta de Santa Cruz, denominado como Monte de S. Brás ou Homem da Massa, ou ainda Monte da Vela, assim denominado até finais do século XIX, que é sobranceiro ao curso do rio Leça, que neste local corre entre margens escarpadas.

As referências a este sítio são documentadas por Ruy de Serpa Pinto, referindo-se a um achado de “uma quartzite lascada”. Um outro investigador, Mendes Corrêa, faz alusão a um achado asturiense. Presume-se que os achados tenham sido recolhidos na base do monte. Registado na Carta Arqueológica com o Cod. Inv. – 13109.

No seu perímetro alberga a Ermida de S. Brás, também designada de Livramento e das Candeias, que já existia no século XVI, dedicada certamente a S. Brás. As Memórias Paroquiais referem que a relíquia do Santo teria sido trazida de Roma por D. Rodrigo Pinheiro em 1564. Esta relíquia encontra-se na igreja paroquial de Santa Cruz, e na base do relicário existe uma inscrição com o nome do bispo.

Esta Capela foi reedificada em 1880 pelos benfeitores, António Francisco Pereira e sua esposa, Viscondessa de Stª Cruz do Bispo. Em 1888 mandou a mesma senhora fazer o alargamento do seu adro, escadaria, Caza dos Milagres e pequenas habitações anexas. Registada na Carta Arqueológica com o Cod. Inv. – 13110.

A Ermida dedicada a S. Sebastião é uma construção do séc. XVI e está relacionada com o conjunto das edificações empreendidas por D. Rodrigo Pinheiro, o Bispo fundador da Quinta de Santa Cruz do Bispo.

Antes da abertura da estrada municipal, no início do século XX (Rua de S. Brás), a subida para o santuário fazia-se por um escadório. Hoje existe uma ponte moderna que liga os dois santuários.

Na base deste existiu uma fonte com uma inscrição que desapareceu aquando das obras realizadas na via. Foi neste local, junto a um poço, que foi encontrada a escultura em granito, designada como “homem da maçã”. Registada na Carta Arqueológica com o Cod. Inv. – 13110.



Monte S. Brás – Esculturas

São várias e distintas as referências a esta peça escultórica – Homem da Maça. Foi objeto de estudo por parte de alguns historiadores que vêm nessa escultura, figura masculina, com barba, esculpida em granito, vestida com um saio. Os membros inferiores e superiores encontram-se mutilados, pelo que não se conserva a “maça” que lhe dá o nome, com a figura de um animal, uma estátua dedicada a Hércules ou a S. Brás, uma figura de culto remoto, ou uma das esculturas encomendadas por D. Rodrigo Pinheiro. A escultura foi encontrada junto ao poço público existente na Rua de S. Brás, aberta no início do século XX, dentro do perímetro da Quinta, e no princípio do século foi transferida para o alto do Monte S. Brás. Existem diversas lendas relacionadas, quer com o Homem da Maça, quer com o S. Brás, santo que viveu entre os séculos III e IV.

Registada na Carta Arqueológica com o Cod. Inv. – 13112 | N° Carto. 112

CLASSIFICAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL



CLASSIFICAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL



Lugar da Telheira

O topónimo telheira, de significado ‘fábrica de telhas ou olaria’, provem presumivelmente da romanização, quando o desenvolvimento das indústrias promovido pela ocupação romana foi de tal forma significativo, que se enraizou, e chegou aos nossos dias através da toponímia.

Não havendo achados materiais que permitam ter mais certezas sobre a ocupação anterior na Telheira, conhecem-se várias centralidades pré-históricas muito próximas – a poente, o Castro do Freixeiro e a Sul, a ocupação pré-histórica e romana comprovada na zona da Aldeia de Baixo e Cancelinha através de vários tipos de achados destas eras. Também o conhecimento de caminhos primitivos muito próximos, permitem-nos especular sobre a antiguidade da ocupação da Telheira.

Adossado aos caminhos primitivos, o conjunto de edifícios que integra o Lugar da Telheira é constituído fundamentalmente por três casas de lavoura, espelho dos diferentes períodos de desenvolvimento e heterogeneidade morfológica que caracteriza este lugar. Percorrer o trajeto compreendido entre a Rua da Telheira e a Rua do Chouso, eixo do lugar proposto para conjunto de interesse municipal, é absorver o papel preponderante dos traçados viários na fixação da população e testemunhar as diferentes épocas cronológicas inscritas nas construções que o conformam.

Deste conjunto sobressaem então a Casa do Alferes, a Casa do Martins e a Casa n.º 739 da Rua do Chouso – todas partes de tipologias ligadas à atividade agrícola, mas sobretudo todas substancialmente diferentes e caracterizadoras dos cambiantes que constituem a identidade do lugar.

A Casa n.º 739 da Rua do Chouso será, pelas suas proporções - especificamente pelas proporções dos seus vãos - dos mais antigos edifícios da Rua do Chouso, no seu encontro com a Rua da Telheira e Rua Oriental. Apesar de não dispor nos limites da sua propriedade, dos habituais compartimentos ligados à atividade agrícola, apresenta a mesma linguagem no tratamento da fachada, nomeadamente através do usual portal de acesso ao quinteiro.

A Casa do Alferes, a mais a norte do conjunto, é um interessante complexo de casa de lavoura, que juntamente com os outros edifícios de aidos que o compõem, se volta para dentro de si mesmo, como que formando um grande pátio, que é o quinteiro. Os dois rasgos, quase axiais existentes, correspondem ao portão de acesso à propriedade pelo exterior e o portão de acesso aos extensos terrenos de cultivo. O corpo onde se localiza a habitação – no piso superior, sob um piso térreo de espaços para armazenamento e arrecadação – apresenta uma fachada de cantaria cuidada, que, no entanto, é ofuscada pela casa da eira. De fachada extensa, a casa da eira, salienta-se pela sua dimensão e pelo cuidado na sua construção, e pela invulgar fachada de soletos de ardósia em escama. A eira localiza-se a sul, sem o mesmo cuidado de integração no complexo da propriedade, assumindo a importância funcional desta situação. O mesmo verifica-se na localização da eira da Casa do Martins.

A Casa do Martins é caracterizada pela sobriedade da longa fachada de vãos a vários níveis, onde o portão de arco abatido se destaca pelo cuidado no trabalho de cantaria. Os compartimentos de habitação localizam-se a norte, no andar, tendo o piso térreo reservado a arrecadações e aidos que se desenvolvem em “u” em torno no quinteiro, em conjunto com os cobertos. O acesso à habitação, pelo quinteiro, é feito por um espaço de alpendre com uma escadaria de cantaria trabalhada. Ao portal da fachada em arco abatido, corresponde um outro arco de igual

CLASSIFICAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL

desenho e trabalho de cantaria, mas que vence um vão muito superior. A porção, a sul, da fachada voltada para a Rua do Chouso, corresponde à casa da eira, à qual se encontra adossada a eira respetiva. Em torno do quinteiro há outras construções de parca qualidade, junto às quais se abre um espaço para um portal de acesso aos vastos terrenos de cultivo.

Povoado por uma grande diversidade tipológica e cronológica das suas construções, o conjunto do Lugar da Telheira conserva já a memória de um território que se foi consolidando em torno dos caminhos primitivos, constituído por edifícios de habitação de pequena escala, e casas agrícolas, das quais não se adivinha a extensão dos seus terrenos de cultivo. Essa memória tem um forte valor identitário que importa preservar. Daí a proposta da sua classificação, enquanto conjunto de interesse municipal.



Lugar do Barreiro

As Memórias Paroquiais de 1758 fazem referência à existência de três aldeias em Santa Cruz do Bispo, entre as quais a aldeia de Barreiro, que confrontava com a Aldeia de Baixo e estendia-se até à atual Rua do Chouso – local onde se situam os edifícios que constituem o conjunto do lugar do Barreiro, cuja classificação enquanto conjunto de interesse municipal se vem propor.

Não obstante a importância da aldeia do Barreiro, de que os edifícios selecionados são memória, salienta-se o papel da Rua do Chouso como caminho primitivo de comunicação deste território, que se foi transformando ao longo tempo, sempre agregador de construções de diferentes tipologias e dimensões. Os seis edifícios que o integram remetem particularmente para o século XIX, contudo com características que denotam poder ter génese anterior – uma vez mais confirmada a pertinência e constante atualidade deste arruamento.

A casa no n.º 457 da Rua do Chouso salienta-se pela sua fachada longa, com janelas de cantaria decorada. Possui uma inscrição com a data de 1851, mas as suas proporções fazem especular que a sua génese seja mais antiga. No centro da fachada está o portão de acesso ao quinteiro e possui os tradicionais aidos e eira.

A casa no n.º 464 da Rua do Chouso é um edifício do século XIX, que apresenta mais semelhanças com uma habitação burguesa mais urbana do que seria de esperar em Santa Cruz do Bispo. Apesar de inesperado, tal facto revela mais uma vez a importância deste arruamento, que pode afinal ter características de centralidade e urbanidade não tão remotas, como a envolvente rural poderia não fazer prever.

A casa no n.º 395 da Rua do Chouso volta a remeter para um passado ligado à atividade agrícola, e para uma cronologia anterior ao século XIX, para cujas características construtivas mais evidentes parecem apontar. Não possui qualquer estrutura que a ligue às casas de lavoura, mas integra-se nesse ambiente. Pelo exterior, evidencia-se pelos múltiplos vãos nos dois pisos das fachadas voltadas à rua, mas no interior da propriedade o maior interesse está no acesso ao primeiro piso do edifício, feito por dois lanços de escadas, simétricos, um dos quais, de cantarias trabalhadas.

As casas n.º 398, 408 e 412 da Rua do Chouso refletem muito do que é este arruamento – integram-se num ambiente rural, mas têm as mesmas características de edifícios urbanos da época. Destaca-se que numa delas viveu, e teve oficina, o escultor Guilherme Thedim.

No conjunto do lugar do Barreiro encontram-se várias épocas e comprova-se como no seu desenvolvimento ao longo do tempo, a Rua do Chouso foi sempre estruturante. Aqui confluem ligações ancestrais, no seu encontro com a Rua de Trás. Simultaneamente, as propriedades com frente para este arruamento, têm a sua outra face confinante com a Rua da Cancelinha, local de ocupação com registos pré-históricos. Além da memória do lugar, a pertinência da classificação do conjunto está na preservação da coexistência de diferentes períodos da evolução no mesmo local, pelo que se propõe a classificação enquanto conjunto de interesse municipal.



Lugar da Aldeia de Baixo / Cancelinha

Os vestígios arqueológicos encontrados nesta área e a documentação, são indicadores da presença humana desde a pré-história ao período romano. Sinalizados na carta arqueológica com os nºs, Cod. Inv. – 13116 -Sítio da Aldeia de Baixo (achados de superfície), Cod. Inv. – 13118 | Igreja Velha (?) /Cruzeiro/sarcófago Cod. Inv. – 13115 – Cancelinha – Mamoa.

Fernando Lanhas, num dos seus trabalhos arqueológicos sobre a região do Porto e após diferentes prospeções realizadas no concelho, elaborou um mapa no qual registou os monumentos megalíticos. Neste assinalou a existência de uma mamoa na freguesia de Santa Cruz do Bispo. Pela sua localização estamos em crer que se situe numa zona plana entre o antigo lugar do Barreiro, atual Rua do Chouso e a Rua da Cancelinha. Para além das evidências arqueológicas, esta aldeia foi desenhando a sua importância ao longo dos séculos, crescendo à volta da igreja velha, cujas referências remontam ao século XII. A primitiva igreja de Santa Cruz, localizava-se na envolvente do cruzeiro quinhentista no largo da Rua da Aldeia de Baixo. Neste local foi descoberto um sarcófago que se encontra no interior da Quinta. No século XVIII foi edificada a atual Igreja da Exaltação da Cruz.

Este é um lugar repleto de história... lugar abraçado por vias interiores apertadas e esconsas que deixam transparecer toda uma malha viária antiga, onde as casas marginam diretamente os arruamentos e nos transportam a um passado longínquo.



A mole de casario deixa transparecer um crescimento e uma sedimentação orgânica, que se fez a partir de uma antiga igreja de nome de Santa Cruz, já desaparecida, e que ficaria hoje localizada na envolvente do cruzeiro existente no largo que confina com a Rua da Aldeia de Baixo.

Este lugar circunscreve-se a norte do Estabelecimento Prisional de Santa Cruz do Bispo, pelas Rua de São Brás, Rua D. Manuel Rodrigues Júnior, Rua da Cancelinha e Rua da Aldeia de Baixo e atentando às construções deste lugar, podemos destacar 2 antigas casas de lavoura de cariz mais nobre, que representariam famílias de um maior poder económico o que se poderá atestar não só pela sua volumetria, e área de terreno de cultivo que as circundam, mas também pelo seu desenho mais elaborado, nomeadamente através dos amplos vãos que as rasgam, bem como pelas cornijas e cunhais em granito, e ainda pelos embasamentos existentes à volta das mesmas. Uma delas desenvolve-se ao longo da Rua D. Manuel Rodrigues Júnior, estendendo-se os seus terrenos de cultivo até a Rua da Cancelinha, sendo que a outra se situa no gaveto da mesma rua, com a Rua da Aldeia de Baixo, e o seu terreno tem como limite a Rua de S. Brás.

Outra construção que se destaca neste lugar pelo seu desenho de cariz “Estado Novo”, é a Casa do Povo de Santa Cruz do Bispo, que foi fundada por iniciativa do Reverendo Padre António da Rocha Reis. Este edifício de planta térrea, foi construído em duas fases: a primeira, foi a construção da Sala de Espetáculos e Dependências Administrativas, tendo sido inaugurada a 06 de Abril de 1941 e a segunda a Creche que teve a sua inauguração a 06 de Fevereiro de 1949, à qual foi dado o nome de “Maria do Rosário” e que atualmente desenvolve três valências, que são as de creche, jardim de infância e ATL.

Estamos perante um lugar que se foi construindo ao longo dos tempos por camadas e que guardará o seu ADN, não apenas pelo que conseguimos visualizar, mas também pelo que guardará nas suas entranhas escondidas...

É por todo este património que se propõe a sua classificação, como conjunto de interesse municipal.



CLASSIFICAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL



Largo da Viscondessa

A configuração atual do Largo da Viscondessa (antigo Largo da Igreja), no centro de Santa Cruz do Bispo, corresponde na sua maior parte à ação benemerita e filantrópica de Maria Dias de Sousa, a Viscondessa de Santa Cruz do Bispo. Maria Dias de Sousa, nasceu em Santa Cruz do Bispo em 1816, tendo herdado em 1865 uma fortuna considerável por parte de seu tio, falecido no Brasil.

O largo é marcado por dois elementos arquitetónicos imponentes e monumentais, que ocupam o seu lado Nascente. Um deles é o portão barroco monumental da Quinta dos Bispos, desenhado por Nicolau Nasoni entre 1741 e 1752 e que ostenta o brasão do Bispo do Porto Frei José da Fonseca e Évora. Este portão é ladeado pela monumental fachada da Igreja Paroquial, ampliada e reconstruída entre 1756 e 1766, por iniciativa do Bispo do Porto D. António de Sousa.

No final do século XIX o lado Poente deste largo vai ser marcado pelas construções da iniciativa da Viscondessa de Santa Cruz, que lhe vão conferir a sua configuração atual. É o caso da construção das escolas da freguesia, para meninos e meninas, assim como da residência paroquial, que foram inauguradas em 4 de novembro de 1888. Foi também da sua iniciativa a reconstrução de uma pequena capela dedicada a Nossa Senhora da Guia de que ela era muito devota e que também foi benzida na mesma data da inauguração das escolas.

O Largo foi objeto de arranjo urbanístico realizado por iniciativa da Câmara Municipal, com projeto iniciado no ano de 2000, da autoria do Arquiteto João Carreira. A obra do largo estava em curso no ano 2007 tendo sido reforçado com um estudo de caracterização de fachadas realizado em 2008. Este arranjo urbanístico envolveu pavimentações, definição das circulações de pessoas e veículos, arborização e definição de espaços exteriores diferenciados. Esta diferenciação foi associada à variação das cotas no local e à relação dos diversos edifícios com o espaço público.

A definição do conjunto do Largo da Viscondessa -espaço público e edifícios que o conformam - e a sua classificação como de interesse municipal, estimulará intervenções qualificadas num espaço de centralidade, caracterizado pela presença de funções coletivas e equipamentos heterogéneos, e com grande relevância histórica.



Lugar de Aguiar

O lugar de Aguiar pertence a um agrupamento de três lugares contíguos, em Santa Cruz do Bispo. É o lugar mais a norte, ocupando o lugar do Mirão a zona central e o lugar do Souto da Portela o extremo sul deste grupo que se estende de norte para sul, numa extensão de pouco mais do que 650,00 metros.

O lugar de Aguiar estrutura-se ao longo da Rua de Aguiar, prolongando-se depois para norte por duas bifurcações: pela Rua do Talhinho, mais a nascente; pela Travessa de Aguiar, mais a poente. Assegura ainda ligações para nascente através da Rua Monte dos Outeiros.

Reconhecem-se na disposição do conjunto relações já muito antigas com os lugares mais a norte e, até, de contiguidade com o lugar de Monte Avó, a poente. A Rua de Gonçalves Zarco, estrada mais recente, cinge o conjunto por poente, apresentando-se completamente integrada na malha de lugares que solidarizou, constituindo no presente o elemento de estruturação mais forte.

O lugar de Aguiar compõe-se por um número significativo de antigas casas de lavoura. Talvez o aspeto mais interessante e diferenciador do conjunto seja a presença de uma praça central, limitada a sul pela Rua de Aguiar, mas para a qual confluem a Rua do Monte dos Outeiros a nascente e a Rua do Talhinho e a Travessa de Aguiar a norte. Constitui um espaço comum (que é público) de configuração triangular, cuja singularidade se poderá atribuir à espontaneidade da implantação das casas e dos diferentes eixos de circulação que estas conformam.

O lugar é testemunho de um mundo rural não muito distante, que carece do reconhecimento da sua importância como garante da identidade de Santa Cruz do Bispo, e do estabelecimento de relações equilibradas com ocupações contemporâneas.

A classificação deste lugar como conjunto poderá suscitar uma reflexão sobre a reabilitação das casas de lavoura e dos arruamentos antigos que as servem, no que respeita aos seus perfis e pavimentação, estimulando intervenções qualificadas.

Enquadramento Histórico

Ana Bettencourt, no âmbito de uma exposição realizada pela Câmara de Matosinhos sobre os territórios da bacia do rio Leça, aponta uma cronologia neolítica para a “mamoá do Souto de Aguiar”, registada na carta arqueológica com o nº Cod. Inv. – 13113, como Anta de Aguiar, que consta da base de dados do Endovélico com o CNS: 3209. Num artigo publicado por Rocha Peixoto na Portugália, em 1899, o investigador cita os vestígios encontrados no Souto de Aguiar: “... houvera outra lage, atualmente destruída, onde se erguia uma espécie de cabeça humana; e o mesmo informador aludiu a pedras com covinhas pelas proximidades. Parece que em Santa Cruz existem outras sepulturas abertas em rocha, algumas com a forma de cabeça... ”.

Estamos em presença de informações de épocas diferentes para o mesmo espaço, sinalizando um monumento megalítico, e possivelmente na envolvente algumas gravuras. Rocha Peixoto identifica talvez uma necrópole, quando refere várias sepulturas escavadas na rocha, ou seja, estamos em presença de vestígios do período medieval.

CLASSIFICAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL

Segundo as inquirições de 1258 “veio o senhor rei D. Afonso, o velho, àquele lugar e deu aquele casal no lugar de Aguiar à igreja do dito lugar por oferta...”.



Lugar do Mirão

O lugar do Mirão localiza-se entre o lugar de Aguiar, a norte, e o lugar do Souto da Portela, a sul, ocupando a área central deste agrupamento de lugares que se desenvolvem com orientação norte-sul, em resultado da orografia, acompanhando o Rio Leça próximo, a nascente. O desenvolvimento deste agrupamento de lugares é paralelo ao Rio Leça, formando um casario quase contínuo. Entre este casario – formado essencialmente por casas de lavoura, suas eiras e cortinhas – e o Rio Leça, estendiam-se campos e arvoredos, hoje em boa parte ocupados por construções e loteamentos de génese ilegal. Os moinhos que se instalaram junto ao Rio Leça na proximidade, nomeadamente os Moinhos da Quinta do Monte Leça e os Moinhos do Moleiro da Silva, terão sido, sem dúvida, parte integrante da vida destes lugares.

O lugar do Mirão é um pequeno lugar e, de entre os três considerados, é o de menor dimensão. A área a proteger deste lugar com a classificação de interesse municipal corresponde a um conjunto de casas rurais, que conformam percursos e dois largos exíguos, consolidando uma morfologia própria dos casais rurais desta região do país.

De entre os três lugares, o lugar do Mirão foi o mais fortemente afetado pela abertura de uma via de ligação a Guifões, construída no final do século XX, que no local tem a denominação de Rua de Teófilo Carvalho dos Santos, prolongando para poente com a designação de Rua do Professor José Francisco da Hora. Também parece ter sido o mais afetado pelo traçado da atual Rua de Gonçalves Zarco, sendo o lugar mais a poente e mais próximo dos terrenos agrícolas existentes que ficaram do outro lado dessa estrada municipal. Talvez em resultado destas alterações muito duras que sofreu, consideremos para o lugar do Mirão uma área a classificar muito circunscrita.

A classificação que se propõe deste conjunto, visa proteger os seus espaços públicos, outrora comunitários, e casas de diferentes portes, algumas de dimensões modestas, estimulando o aparecimento de intervenções que respeitem a morfologia do conjunto e as características arquitetónicas dos edifícios, permitindo, todavia, a prossecução dos necessários processos de transformação.



Lugar de Souto da Portela

O Souto da Portela constitui um lugar que sofreu uma expansão significativa na sua área poente, com ocupações heterogéneas, quer em termos de utilização, quer em termos tipológicos. Nele foi implantado o edifício da Escola Básica da Portela, na Rua da Portela, naves para armazéns e serviços com frentes para a Rua de Gonçalves Zarco e também para a Rua Comendador Magalhães Carneiro. Com frente para este último arruamento, foram ainda construídos dois edifícios de habitação coletiva. A área é ocupada com numerosas habitações unifamiliares, de diferentes épocas, algumas relativamente recentes (muitas resultantes de loteamentos de génese ilegal) e outras resultantes da ocupação mais ou menos contemporânea de estruturas antigas. Existe ainda um conjunto de casas antigas no troço poente da Rua Comendador Magalhães Carneiro, na sua frente sul, e no entroncamento desta com a Rua da Portela, com valor patrimonial e que foram objeto de registo no trabalho de inventário realizado.

O lugar confronta a sul com a recente instalação de um dos dois polos da Plataforma Logística do Porto de Leixões, o Polo 1, que ocupa uma área de 31 hectares.

O conjunto proposto para classificação abrange a ocupação estruturada pelo eixo norte-sul, correspondente ao troço nascente da Rua do Comendador Magalhães Carneiro em conjunto com a Rua do Souto. Abrange ainda a área nascente, de ocupação mais antiga, da Travessa do Souto.

A área norte do conjunto proposto compreende um conjunto de casas de lavoura e uma casa de habitação rural, mais pequena, voltada à Rua do Hospital, de grande interesse patrimonial.

A área sul do conjunto abrange três casas voltadas à Travessa do Souto – duas, do lado norte desta, de porte mediano e características híbridas, de habitação em meio rural e, outra, do lado sul, que terá correspondido a uma casa de lavoura de dimensões consideráveis. As duas primeiras casas encontram-se em mau estado de conservação. A casa de lavoura aparenta, no presente, ter uma utilização absolutamente negligente, com o quinteiro e cortinha antigos, peçados de construções abarracadas, com coberturas em chapa.

A classificação deste conjunto permitirá a proteção dos valores patrimoniais presentes nas casas de lavoura e demais edificações rurais existentes, bem como na morfologia deste lugar. Constituirá, também, um incentivo à procura de soluções que permitam valorizar a origem rural da ocupação desta área de Santa Cruz do Bispo e a importância da presença do Rio Leça. Sobretudo, poderá a classificação criar um contexto para a conciliação dessa realidade com as diferentes ocupações recentes a que se fez alusão.

O conjunto carece ainda de uma investigação das suas origens, tendo em conta a riqueza de informação que é revelada pela sua toponímia.

Informação Arqueológica

No lugar da Portela existem referências a vários monumentos megalíticos, Ana Bettencourt aponta uma cronologia neolítica para as “Antinhas do Monte da Portela”, cujo registo foi sinalizado na Carta Arqueológica com o Cod. Inv. – 13114.

Está documentado por Rocha Peixoto e Joaquim Neves dos Santos, um conjunto de sepulturas escavadas na rocha não antropomórficas. Esta necrópole está registada na Carta Arqueológica com o Cod. Inv. nº 13117 - Portela - Sepulturas Medievais (?) /Necrópole?

Perante as evidências apontamos para uma ocupação do lugar a partir do Neolítico.

BIBLIOGRAFIA

- MATESINUS IV - Revista de Arqueologia, História e Património de Matosinhos, (2000), edição da Câmara Municipal de Matosinhos
- FELGUEIRAS, Guilherme, (1958), Monografia de Matosinhos-Memórias Paroquiais
- FARIA, Godinho (1899) Concelho de Bouças
- PIRES, Maria da Conceição (2012) Tese de Mestrado apresentada à FLUP – Contributos para o estudo do povoamento do concelho de Matosinhos da Pré-História ao século VIII.
- Carta Arqueológica do Concelho de Matosinhos (2016)
- PIRES, Conceição (2018) Matosinhos, do Paleolítico ao século X
- BETTENCOURT, Ana, (2010) – “O Rio da Memória - Arqueologia no Território do Leça”, capítulo II - Comunidades Pré-Históricas da Bacia do Leça, Edição da Câmara Municipal de Matosinhos.
- LANHAS, Fernando (1969) – Cópia do mapa integrado no inventário de objetos e lugares com interesse arqueológico.
- SANTOS, Joaquim Neves dos, (1955) – Guifões Notas Arqueológicas, Históricas e Etnográficas, Vol. 1, Edição do Autor.
- PEIXOTO, Rocha (1905-1908) – Sepulturas abertas em rocha, Portugália, 2 (2), Porto, pp. 287-288.
- BARROCA, Mário Jorge (2010/2011) – Sepulturas escavadas na rocha de Entre Douro e Minho, in “Portvgalia”, Nova Série, vol. 31-32, Faculdade de Letras do Porto, p. 115-182.
- AFONSO, Ferrão José. Actas do 3º Congresso Casa Nobre - A VILLA DO BISPO DO PORTO D. RODRIGO PINHEIRO (1552-1572) EM SANTA CRUZ DE RIBA LEÇA.
- RODRIGUES, Sérgio Monteiro (2000) – A Pré-História Antiga da Região do Porto: síntese bibliográfica, In “Revista AI – Madan”, IIª série, n.º 9, p. 74.
- MOREIRA, Henrique (2000/2001) – Escavações no tempo em Santa Cruz do Bispo, Matosinhos, Arquivos Histórico Culturais de Matosinhos, nº. VI/VII. Edição do Fórum Matosinhense, p. 49-50.



CLASSIFICAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL



CUSTÓIAS

Proposta de Classificação como Monumento de Interesse Municipal

Casa de Sam Thiago ou Casa dos Pestanas

Casa do Major ou Casa dos Leões

Marco das Terras do Couto – Carvalhas

Marco das Terras do Couto – Sobreiro

Proposta de Classificação como Conjunto de Interesse Municipal

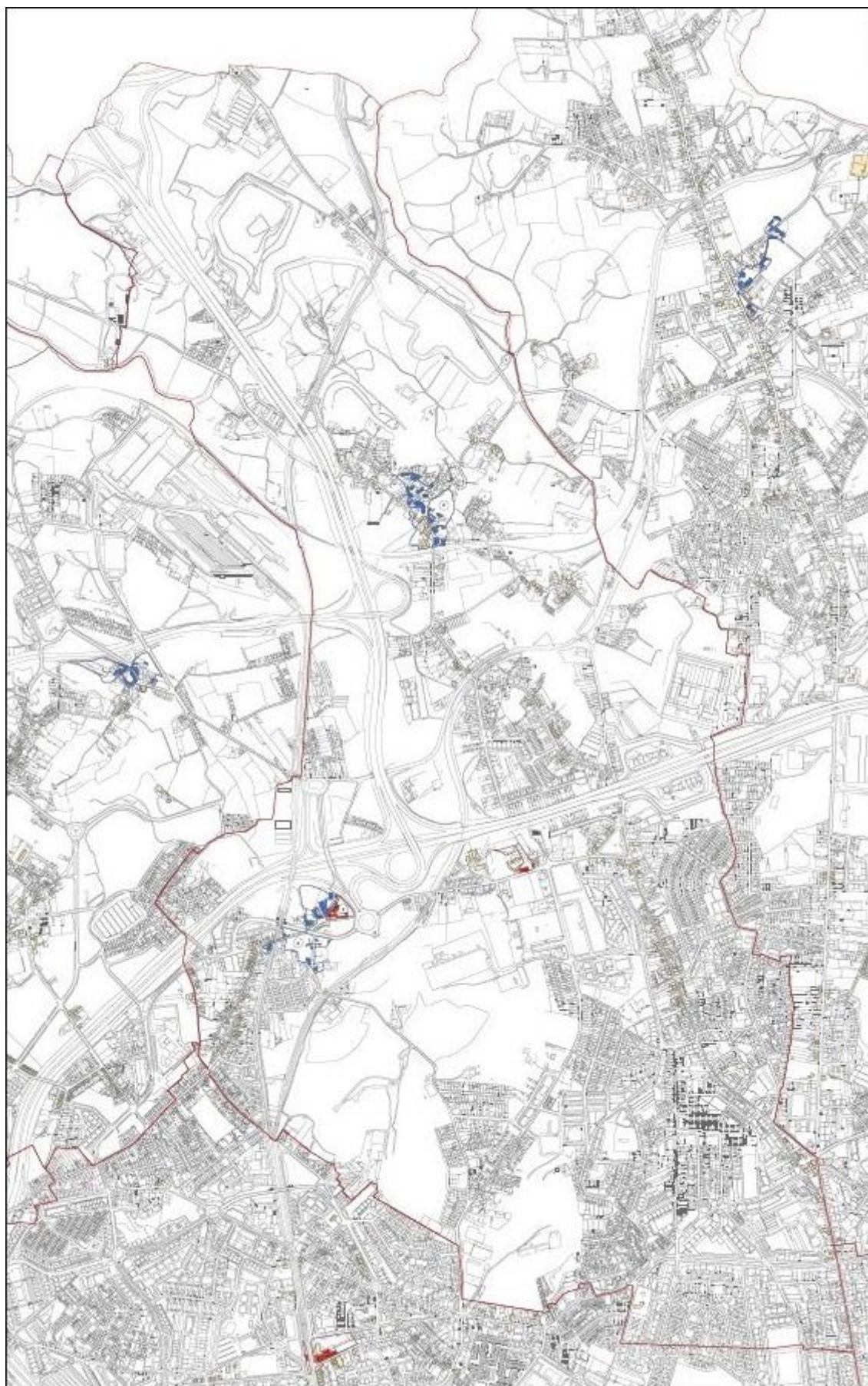
Meio Casal de Custóias

Lugar de Esposade

Classificação de âmbito Nacional

Ponte Medieval de D. Goimil – Imóvel de Interesse Público

CLASSIFICAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL



PROPOSTA DE CLASSIFICAÇÃO COMO MONUMENTO DE INTERESSE MUNICIPAL

Casa de Sam Thiago ou Casa dos Pestanas

A Casa de Sam Thiago, em Custóias, é um solar que data de meados do século XVII, que nasce a partir de uma propriedade pertencente ao Baliado de Leça do século XVI, uma grande propriedade rural da família Gonçalves Lopes. Aparece em 1717 na posse de João Dias da Silva. É um magnífico exemplo da arquitetura civil desde período. O conjunto arquitetónico é composto por belos jardins e possui uma casa senhorial com capela privada. Em 1804, ainda pertencia à família Gonçalves Lopes. No portão principal, encontra-se o brasão de armas, com as armas dos Lopes e as armas dos Silvas.

Durante o cerco do Porto, entre 1832 e 1833, o rei D. Miguel pernoitou na casa de Santiago, com as tropas absolutistas estacionadas nas redondezas. A propriedade foi vendida à família portuense Pestana da Silva em 1850, que ainda hoje a conserva.

**Casa do Major ou Casa dos Leões**

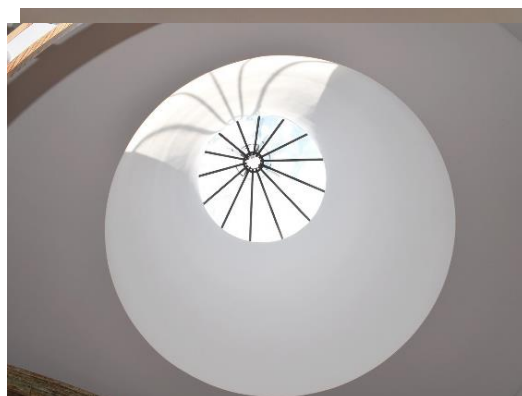
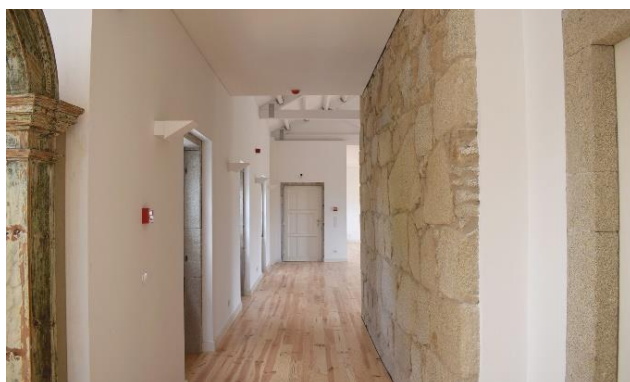
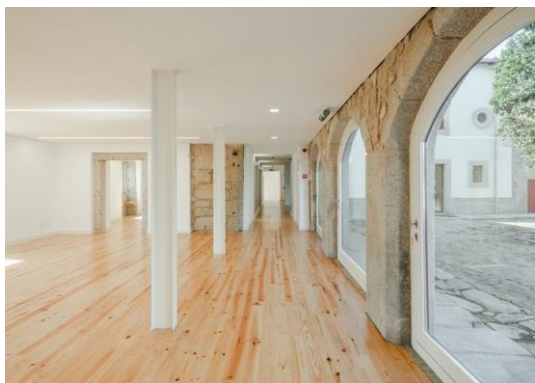
A “Casa do Major” ou “Casa dos Leões”, é uma propriedade muito antiga, cuja história se confunde com o lugar que hoje chamamos de Meio Casal de Custóias, sendo também um elemento chave enquanto património construído, para o conhecimento e compreensão da realidade geográfica, morfológica e social de Custóias.

O Meio Casal de Custóias era uma propriedade pertença da Baliagem (Couto da Ordem do Hospital): Retira-se do trabalho de Liliana Silva, A “Casa dos Leões” de Custóias: Um Breve Enquadramento Histórico-Cultural”(2018) que na renovação do Prazo de 1711, entre a Baliagem e Simoa da Conceição e seu marido o Alferes Manuel de Oliveira, esta família era já abastada e aquando da renovação do prazo em 1783, a casa não era já só uma Casa de Lavoura maiata e passara a ser uma casa aburguesada e imponente. Menciona-se então a “Casa da Torre”, edifício de habitação acrescentado à casa de habitação original, e a ampliação da casa da eira, elementos ainda hoje existentes.

Em 1865 a casa é descrita num testamento do Major António de Oliveira como “uma casa de dois pisos mais as casas altas e baixas da torre nova... com duas cozinhas...mais a casa chamada de escritório” o que revela uma realidade semelhante à que hoje encontramos.

CLASSIFICAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL

A Casa do Major ou “Casa dos Leões” (alcunha dado à casa pelos habitantes de Custóias, pelos dois leões de faiança do século XIX colocados no portão principal), é um belíssimo exemplar da arquitetura civil no contexto das antigas propriedades rurais inseridas nas antigas “Terras da Maia”. Recentemente têm nela sido realizadas obras de reabilitação criteriosas que têm resgatado a casa do estado de abandono a que esteve votada durante anos.





Marco das Terras do Couto – Carvalhas

O marco que se encontra no final da Rua das Carvalhas nos limites do concelho com a Maia, corresponde a um dos vários marcos de demarcações dos terrenos pertencentes às terras do Couto do Mosteiro de Leça do Balio, realizado em 1643.

De acordo com o levantamento efetuado por Boavida Faustino este marco deve estar in situ, trata-se de um marco em granito com forma paralelepípedica e as seguintes medidas: Alt.: 1.15 acima do solo. Larg. 34 cm. A cruz de Malta, gravada em relevo na face visível do marco apresenta um diâmetro de 29 cm.

A remarcação dos limites das terras Couto permitia identificar as terras e casais que estavam isentos de pagamento de diversos tributos que oneravam o povo e cujo privilégio lhes advinha do facto de serem caseiros da Ordem de Malta.

Cod. Inv. – | N° Carto.

Designação: Marco das Terras do Couto de Leça do Balio

Lugar: Rua das Carvalhas

Freguesia: Custóias

Concelho: Matosinhos

C.M.P. 1:25.000 folha n.º: 122

Coordenadas Geográficas (Datum WGS84):

Latitude: 41°13'34.57"N Longitude: 8°39'27.19"W Altitude: 50 m

Cronologia: Moderna (?)

Tipo de Sítio: Marco de propriedade

Estado de Conservação: razoável



Marco das Terras do Couto – Sobreiro

O marco das terras do Couto de Leça do Balio foi identificado no muro de uma habitação na Rua Cândido dos Reis, defronte das Alminhas da Fonte do Cuco, nas proximidades da Rua dos Mecos. Esta demarcação foi realizada em 1641 com o objetivo de assinalar os terrenos que pertenceram às Terras do Couto de Leça do Balio.

De acordo com o levantamento efetuado por Boavida Faustino este marco deve estar in situ, trata-se de um marco em granito com forma paralelepípedica com as seguintes medidas: Alt.: 1.74. Larg.: 40 cm. A cruz de Malta, gravada em relevo na face visível do marco apresenta um diâmetro 28 cm.

A remarcação dos limites das terras Couto permitia identificar as terras e casais que estavam isentos de pagamento de diversos tributos que oneravam o povo e cujo privilégio lhes advinha do facto de serem caseiros da Ordem de Malta.

CLASSIFICAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL

Cod. Inv. – | N° Carto.

Designação: Marco das Terras do Couto de Leça do Balio

Lugar: Rua Cândido dos Reis Freguesia: Custóias Concelho: Matosinhos

C.M.P. 1:25.000 folha n.º: 122

Coordenadas Geográficas (Datum WGS84):

Latitude: 41°11'44.76"N Longitude: 8°39'29.94"W Altitude: 84 m

Cronologia: Moderna (?)

Tipo de Sítio: Marco de propriedade

Estado de Conservação: razoável



PROPOSTA DE CLASSIFICAÇÃO COMO CONJUNTO DE INTERESSE MUNICIPAL

Meio Casal de Custóias

Os Casais e Meios Casais integravam propriedades de casas nobres ou de ordens religiosas. O Meio Casal de Custóias, pertencia à Baliagem (Couto da Ordem do Hospital). À semelhança de outras propriedades nas antigas “Terras da Maia”, o meio casal de Custóias era emprazado por um período de “três vidas”, renovando-se o Prazo por acordo entre as partes. Este regime de emprazamento vigorou da Idade Média até quase finais do século XIX. Sabe-se que aquando das inquirições de 1258, de D. Afonso III, existiam em Custóias 15 casais em Esposade de Cima (pertencentes à Honra e Ordem do Hospital), 5 casais em Esposade de Baixo (3 pertenciam à Honra e Ordem do Hospital e um ao Porto), 3 casais em Gondivinho (Ordem do Hospital) e 7 casais na aldeia e Paróquia de Custóias (pertencentes à Ordem do Hospital), sendo a maioria destes casais pertença exclusiva da Baliagem (Couto da Ordem do Hospital). O “meio casal de Custóias”, terá integrado um dos sete casais da aldeia de Custóias, referidos nas Inquirições de 1258.

No seu trabalho intitulado A “Casa dos Leões” de Custóias: Um Breve Enquadramento Histórico-Cultural”, 2018, Liliana Silva refere:

“Na nova “Carta de Prazo” de 1783 é descrito o “meio Casal de Custóias”, que o Alferes António de Oliveira herda dos seus pais como contendo “uma corrente de casas sobradadas e uma casa com torre com suas escadas de pedra com alpendre e portal, ladeada com suas casetas, lajes, escadas, eiras, lojas, palheiros, aidos para gado e animais, ramadas e vinhas, cortinha, águas de rega e pastos”. Para além da Casa de habitação são mencionados no mesmo Prazo um número considerável de terrenos que também estavam emprazados ao Alferes António de Oliveira e a Maria Rosa do Vale.”

Extintas as ordens religiosas em Portugal em 1834, e verificada a incorporação dos seus bens na Fazenda Nacional cessa a natureza de Prazo do Meio Casal de Custóias.

O lugar que atualmente chamamos de Meio Casal de Custóias compõe-se por sete antigas casas de lavoura, um moinho e uma fonte, elementos que se integram no conjunto a classificar. A abertura da Rua de Cândido dos Reis nos primeiros anos do século XX, alterou a realidade espacial do lugar. Sofreu na década de 2000 uma profunda alteração de contexto, com a construção da Autoestrada A4, nós rodoviários e restabelecimentos.

A classificação é de grande importância para a preservação das referências históricas de Custóias.



CLASSIFICAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL



Lugar de Esposade

Segundo os achados arqueológicos e os registos documentais, Esposade foi ocupado desde a Pré-História.

Em 1959, Joaquim Neves dos Santos sinalizou a Cista de Esposade, uma estrutura funerária da idade do bronze, localizada na base do Monte da Vela, no lugar de Esposade do Fundo e na base do que seria o Castro de Esposade. No final do século IV a.C. o Norte de Portugal era ocupado por aglomerados populacionais localizados no alto de elevações e escolhidos pelas suas boas condições naturais de defesa, rodeados por sistemas defensivos artificiais como fossos e muralhas – os castros. Em Custóias encontramos, desde muito cedo, referências à existência destas estruturas da idade do ferro nos lugares de Esposade e Matalto.

A partir do século I a.C. este território sofrerá profundas transformações com a sua integração no espaço cultural e económico do Império Romano, e local das habituais obras públicas e infraestruturas empreendidas neste período. Assim, por Custóias passava uma via romana de importância regional, a Via Vetris, construída na base do Castro de Esposade e assente num caminho mais antigo que transpunha o Rio Leça na Ponte Medieval de D. Goimil.

Segundo os registos de Neves dos Santos “A povoação de Esposade, não é mais do que uma antiga villa do tempo da dominação romana, a villa sposady que derivou do nome romano sposanda, conforme se pode verificar num pergaminho do antigo cartório de Moreira, citado por D. José de Cristo nos seus Miscelaneos (manuscrito nº 86 da Biblioteca Pública Municipal do Porto.”). Neves dos Santos sinalizou em 1959 em Esposade uma Torre, como sendo uma fortificação e ponto de apoio à penetração romana, que ficava situada na aldeia de Gondivinho, em Esposade de Cima

Aquando das Inquirições de 1258, a paróquia de Santiago de Custóias era composta de vários casais, dos quais se destacava a povoação de Esposade (com 15 casais pertencentes à Honra e Ordem do Hospital), a que se agregavam os lugares de Esposade de Baixo (com 5 casais, dos quais 4 da Honra e Ordem do Hospital e um de Mateus Barreiros do Porto), Gondivai (com 3 casais pertencentes à Honra e Ordem do Hospital), Gondivinho e Custóias.

Nas mesmas Inquirições referia-se que a Via Vetris continuava a ser a principal via de comunicação entre o Porto e a região da foz do Ave, tornando-se a partir do século X numa via privilegiada para um número cada vez mais significativo de peregrinos a caminho de Santiago de Compostela.

No Inquérito realizado em 1758, Santiago de Custoyas era apresentada novamente fazendo parte do Couto de Leça, onde habitariam 403 pessoas, divididas pelos lugares de Santiago, Esposade de Cima, Esposade de Fundo, Torre, Gondivinho e Custoyas.

Godinho Faria, escreve em 1899 que o Padre Carvalho da Costa, na sua Chorografia Portuguesa, refere que em Espezade de Cima havia a quinta de Espezade, solar desta família. Esta descrição faz alusão à Casa do Miguel, talvez no século XVII ou XVIII.

O lugar denominado Esposade é composto por nove antigas casas de lavoura, muitas construídas ou intervencionadas entre os séculos XVIII e XIX conforme as datas assinaladas nos seus portais. Entre estas destacam-se a Casa do Miguel, uma casa com a imagem Santo António, a Casa do Guito, a Casa da Padaria e a

CLASSIFICAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL

Casa do Funde de Vila que ao longo da Rua António José de Almeida confluem para a Capela de Nossa Senhora das Dores, edificada no cabeço do monte de Esposade e referida nas Memórias Paroquiais de 1758.

A sua classificação deste conjunto é de grande importância para a preservação das referências históricas de Custóias.

BIBLIOGRAFIA

LANHAS, Fernando (1969) – Cópia do mapa integrado no inventário de objetos e lugares com interesse arqueológico.

SANTOS, Joaquim Neves dos (1959) – A Torre de Linhares Na Época Romana, Edição do Autor.

PIRES, Conceição (2006) – Joaquim Neves dos Santos o amor pelo Passado, Matosinhos, Edição Edium Editores, p. 49.

PIRES, Maria da Conceição (2012) Tese de Mestrado apresentada à FLUP – Contributos para o estudo do povoamento do concelho de Matosinhos da Pré-História ao século VIII.

Santos, Joaquim Neves (1959) Guifões, Notas Arqueológicas e Etnográficas, Volume 2º p. 147

FELGUEIRAS, Guilherme (1958) – Monografia de Matosinhos, Matosinhos: C.M. Matosinhos, p. 811.

Santos, Joaquim Neves (1959) Guifões, Notas Arqueológicas e Etnográficas, Volume 2º p. 147

DIAS, Maria da Piedade e SOUSA, Orquidea Fonseca de, (1997) Inventário do Património Arquitectónico e Religioso de Matosinhos, Edição Camara Municipal de Matosinhos, p:120 e 121

Carta Arqueológica (2016)



CLASSIFICAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL



CLASSIFICAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL



LEÇA DO BALIO

Proposta de Classificação como Monumento de Interesse Municipal

Quinta da Ponte da Pedra

Quinta do Souto

Estação de Caminhos de Ferro de Leça do Balio

Antiga Fábrica de Tecidos de Seda Lionesa, Lda.

Cruzeiro e Zimbório do Araújo

Cruzeiro do Padrão da Légua

Ponte de Moreira

Ponte de Ronfos / de Barreiro / da Azenha

Ponte da Pedra

Proposta de Classificação como Conjunto de Interesse Municipal

Lugar do Araújo

Lugar do Santeiro

Monte da Fontoura / Campo de Santana

Lugar de Recarei de Cima

Classificação de âmbito Nacional

Mosteiro de Leça do Balio, compreendendo a lâmina sepulcral de bronze – Monumento Nacional

Cruzeiro de Leça do Balio – Monumento Nacional

Quinta do Chantre, com todo o conjunto de edificações, nomeadamente a casa, a capela, os chafarizes do terreiro, a janela do jardim e a portada – Imóvel de Interesse Público

Quinta de Fafiães, com todo o conjunto de edificações, mormente a casa, a capela e o tanque – Imóvel de Interesse Público

Casa de Recarei, incluindo os jardins do século XVII e os elementos escultóricos atribuídos a Nicolau Nasoni – Imóvel de Interesse Público

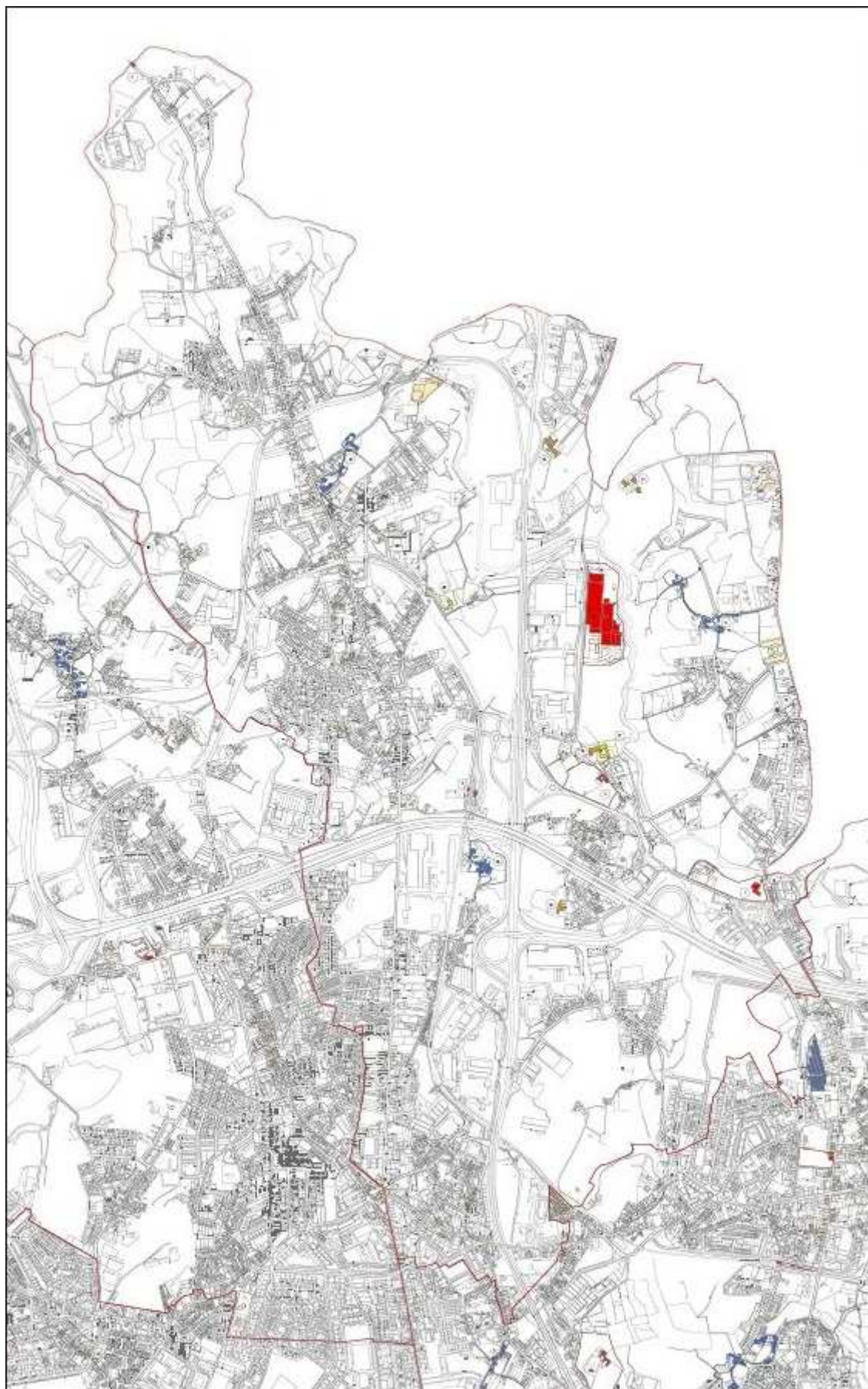
Ermida de São Félix – Imóvel de Interesse Municipal

Ponte Medieval de D. Goimil – Imóvel de Interesse Público

Classificação de âmbito Municipal

Complexo Conventual do Mosteiro de Leça do Balio, atual Quinta do Mosteiro

Casa da Quinta do Gestal



PROPOSTA DE CLASSIFICAÇÃO COMO MONUMENTO DE INTERESSE MUNICIPAL

Quinta da Ponte da Pedra

Importante exemplo de arquitetura civil barroca e neoclássica, construída na segunda metade do séc. XVIII e posteriormente ampliada no início do séc. XIX. Esta casa está ligada a alguns dos acontecimentos históricos do Cerco do Porto (1832-1833), nomeadamente a presença de D. Miguel neste local, que aqui residiu durante alguns meses.

A propriedade passou, no início do século XX, para o Estado que aqui instalou o Albergue Distrital de Mendicidade do Porto. Em 1968, houve a necessidade de alargamento destas instalações tendo-lhe sido anexado um outro terreno contíguo. Posteriormente e após o 25 de Abril, as instalações foram também utilizadas temporariamente pelo IARN – Instituto de Apoio ao Retorno de Nacionais.

É propriedade do Centro Regional de Segurança Social. Foi aprovado, por deliberação de Câmara de 3 de julho de 2000, um protocolo para cedência de uma parcela deste terreno para instalação de uma Comunidade Terapêutica do Serviço de Prevenção e Tratamento da Toxicodependência e que abrange um outro imóvel datado dos finais do séc. XIX existente na área desta quinta.

O seu estado de conservação é muito mau, necessitando de uma intervenção urgente.



CLASSIFICAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL



Quinta do Souto

A Quinta do Souto ocupa parte dos antigos Passais do Mosteiro de Leça do Balio. O lugar é designado por Lugar do Souto, por Godinho de Faria na sua Monographia do Concelho de Bouças, designação que inclui o local de implantação do próprio mosteiro.

Na sequência da extinção das ordens religiosas em Portugal, em 1834 e a incorporação dos seus bens na Fazenda Nacional, os terrenos do Passal que se estendiam até à Ponte da Pedra são vendidos em hasta pública em 1842.

A quinta forma-se como resultado dessas vendas. A casa primitiva da Quinta do Souto estava edificada junto à localização inicial do Cruzeiro (junto à atual "Casa das Iscas"). Existia um caminho de "pé posto" ao longo dos terrenos da quinta que fazia a ligação entre o local do Cruzeiro e o Mosteiro.

No início do século XX, com a abertura do arruamento de ligação da Ponte da Pedra ao Mosteiro a quinta fica com os seus terrenos divididos e a casa é demolida ao mesmo tempo que o cruzeiro muda para local próximo do Mosteiro.

Em consequência da abertura desse arruamento, o portal da casa é transferido para a localização atual e nasce a casa atual fruto da remodelação e ampliação de instalações agrícolas que aí se encontravam implantadas.

Compõem a Quinta do Souto, na sua forma atual, a casa e portal, que resultam de intervenções e elementos construídos dos séculos XIX e XX, e o terreno que os envolve. Para além do seu interesse arquitetónico, tem um importante papel na estruturação do contexto envolvente do Mosteiro de Leça do Balio, monumento nacional, integrando a sua Zona Especial de Proteção





Estação de Caminhos de Ferro de Leça do Balio

A Estação Ferroviária de Leça do Balio é uma interface ferroviária encerrada da Linha de Leixões. Fez parte desde o princípio do troço entre Leixões e Contumil, que entrou ao serviço em 18 de setembro de 1938. Não é utilizada por serviços de passageiros desde o dia 1 de fevereiro de 2011, data em que todos os serviços deste tipo foram suspensos na Linha de Leixões.

Em 1931, o empresário Waldemar Jara d'Orey conseguiu, por concurso público de 27 de janeiro, a empreitada de construção da Linha de Cintura do Porto, incluindo a via férrea de Contumil e Leixões, e a construção de todas as estações e apeadeiros, incluindo a de Leça do Balio. O conjunto desta estação incluía, entre outras infraestruturas,

CLASSIFICAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL

as vias, vedações, as plataformas, a calçada à portuguesa, e uma estrada de acesso. Também deveria ficar desde logo ligada à rede telefónica, para comunicar com as restantes estações da linha. Em finais de 1933 estavam quase terminadas as obras de uma casa de pessoal em Leça do Balio.

Na reunião de janeiro de 1934 da Comissão Administrativa do Fundo Especial de Caminhos de Ferro, foi aprovada a instalação de painéis de azulejos nos exteriores das estações de Leça do Balio e de São Mamede de Infesta.



Antiga Fábrica de Tecidos de Seda Lionesa, Lda.

Designação: Antiga Fábrica de Tecidos de Seda Lionesa, Lda., em Leça do Balio.

Localização: Rua da Lionesa, Leça do Balio.

Proprietário: Aposteriori Compra e Venda de Bens Moveis Imoveis, Lda.

Rua da Lionesa nº 446, Espaço Adm., 4465 – 671 Leça do Balio

Categoria: Conjunto.

Graduação do interesse cultural: Interesse municipal.

Autor do projeto: Arquiteto Agostinho Ferreira de Almeida, em colaboração com os Arquitetos Alfredo Rodrigues e Francisco Augusto Baptista.



2. CONTEXTUALIZAÇÃO

A Fábrica de Tecidos de Seda Lionesa instalou-se inicialmente na Rua de António Carneiro, n.º 302, na cidade do Porto, na década de 1930, pela iniciativa de Afonso César de Pádua Correia.

Este mesmo industrial veio a acumular a gestão desta fábrica com uma outra fábrica do setor têxtil, próxima do local da primeira, a “Calandra do Bonfim”, uma empresa existente desde meados do século XIX, que detinha grande prestígio, cujas instalações ocupavam terrenos entre a Rua do Bonfim e a Avenida de Camilo, na cidade do Porto. Em 1944, dá-se a fusão deste conjunto com outra unidade, a Fábrica de Tecidos de Fânzeres, em Gondomar, facto que originou a criação da sociedade por quotas “Fábrica de Tecidos de Seda Lionesa, Lda.”

A construção do complexo fabril em Leça do Bálío na proximidade do Mosteiro, iniciada em 1945-1946, levará à perda de importância progressiva das instalações da empresa na Rua de António Carneiro que cessarão a atividade na primeira metade da década de 1950.

O mesmo Afonso César Pádua Correia acompanhou a instalação e consolidação das instalações da Lionesa em Leça do Balio até 1959, ano em que viria a falecer em 16 de março.

A instalação da Fábrica de Tecidos Lionesa no local inscreveu-se num movimento de fixação de diversas unidades industriais em Leça do Balio. São exemplos dessa tendência a instalação próxima das seguintes unidades industriais:

- a) A Fábrica de Fiação e Tecidos da Ponte da Pedra em 1934;
- b) A NOVINCO, empresa de materiais de construção, com fabricação de placas de fibrocimento e fabrico de plásticos para as coberturas de edifícios industriais, que iniciou a sua atividade no ano de 1945;
- c) A Sociedade Portuguesa de Algodão, em 1940, na Rua de Sousa Prata;
- d) O complexo industrial de produção eletromecânica da EFACEC, empresa nascida na cidade do Porto, em 1948 (com outro nome) e que veio a fixar-se na Arroteia, em Leça do Balio, tendo as suas instalações fabris sido inauguradas a 23 de junho de 1952;
- e) A SEPSA/ SÉCHERON- Empresa Metalomecânica Pesada, que se instalou em Leça do Balio na década de 1950;
- f) A CUFP (que deu, posteriormente origem à Unicer e depois à Super Bock Group), e que entrou em funcionamento em março de 1964, em Leça do Balio.

A fixação de todas estas unidades industriais, de grande relevância para a economia portuguesa, em Leça do Balio, ficou a dever-se, em boa parte, às garantias dadas para o escoamento da produção e para a receção de matérias-primas e maquinaria, pela presença da linha de caminho de ferro de Leixões. Aprovada em 1905 e iniciadas as obras de construção em 1921, a Linha de Leixões foi inaugurada em 1938, passou a garantir o tráfego de mercadorias entre o Porto de Leixões e a Estação de Contumil.

A linha de caminho de ferro da Trindade-Senhora da Hora- Trofa/Guimarães, à margem da qual se instalou a EFANOR na Senhora da Hora, contribuiu também para a fixação de unidades industriais em Leça do Balio ao longo do seu percurso.

A construção da Via Norte, inaugurada em 3 de setembro de 1959, tendo à data como objetivo ser o primeiro troço da futura autoestrada entre o Porto e Braga, foi determinante na consolidação da atividade económica na sua área de influência. Estimulou quer o crescimento das unidades já instaladas, incluindo a Fábrica de Tecidos Lionesa, quer a implantação de novas unidades como a CUFP/ UNICER/ SUPER BOCK.

3. DESCRIÇÃO DO CONJUNTO A CLASSIFICAR

3.1. PROJETO ORIGINAL DE 1945 e 1946

Constituindo o processo n.º 107/ 1945 da Câmara Municipal de Matosinhos, foi apresentado pedido de licenciamento para a construção de um complexo industrial, em nome da empresa Fábrica de Tecidos de Seda Lionesa, Lda. em Caminho do Gaio, Leça do Balio.

Correspondeu ao projeto inicial, da autoria do arquiteto Agostinho Ferreira de Almeida em colaboração com os arquitetos Alfredo Rodrigues e Francisco Augusto Baptista. Previa o reperfilamento do arruamento de acesso, então designado como Caminho do Gaio (hoje Rua da Lionesa), que seguia paralelo ao leito do Rio Leça, a partir do

conjunto do mosteiro de Leça do Balio, para o atravessar a norte, quando este flete para poente. É nesta sua flexão para poente que o Rio Leça serve, nos dias de hoje, de limite a todo o complexo da Lionesa.

O projeto definiu um conjunto que se compunha pelos seguintes edifícios: dois blocos edificadas separados por um corredor central, coberto, que denominaremos, respetivamente, de Bloco Poente e de Bloco Nascente; um corpo pequeno (a Casa das Caldeiras), a norte do Bloco Nascente, com a respetiva Chaminé, junta; um bloco autónomo (o Edifício da Cantina, Creche e Balneário), a sul do Bloco Poente.

Este primeiro conjunto construído nos anos de 1945 e de 1946, corresponde à parte do complexo industrial que consideramos de mais relevante valor patrimonial.

3.1.1. BLOCO POENTE

É o bloco maior com 144,30 metros de comprimento por 40,90 metros de largura, de acordo com as cotas do projeto. Este bloco, foi projetado com um corpo de um só piso, em nave dupla, onde funcionavam a tecelagem e preparação, sendo completado por um corpo com dois pisos, no topo sul. Neste último, foram definidos dois acessos diretos do exterior, nos topos nascente e poente, associados a escadas de ligação dos dois pisos. O rés do chão deste corpo era ocupado com uma área de armazenagem geral, de acessórios e de fazendas que, através da escada no topo nascente, se prolongava para o andar, onde se localizava um armazém, que ocupava uma área significativa deste piso. A restante área do andar, com acesso direto pela escada no topo poente, era ocupada com o escritório da empresa, gabinetes de reuniões e de atendimento, lavabos e vestiários.

3.1.2. BLOCO NASCENTE

Este bloco, foi definido com desenvolvimento paralelo ao Bloco Poente, sendo mais curto (com 112,30 metros de comprimento), mas com largura igual (40,90 metros). Os blocos alinhavam as respetivas fachadas voltadas a sul. Este bloco compunha-se de um só piso em nave dupla, com a presença de um pátio descoberto na sua zona média. Ao contrário do que ficou delineado no Corpo Poente, em que a nave dupla cobria um único grande espaço de laboração, neste corpo nascente, as alas que formavam a nave dupla eram completamente separadas por uma parede contínua.

A ala mais a nascente, era ocupada em metade da sua área, a sul, com uma secção de Estamparia Manual e outra secção de Cozinha e Drogas. Na outra metade, a norte, era ocupada com a secção de Tinturaria, Lavagem de Tecidos e Estampados e Branqueação.

A ala mais a poente, era ocupada em metade da sua área, a sul, com uma secção de Estamparia Mecânica e Acabamentos dos Tecidos. Na outra metade, a norte, localizava-se uma secção de Gravura Mecânica e Manual e outra de Serralharia, Carpintaria e Montagem de Máquinas; voltada ao pátio descoberto, que se localizava nesta metade da ala, encontravam-se os sanitários, a Cabine Eléctrica, existindo ainda uma escada de acesso ao depósito da água que se elevava sobre a área ocupada pelos sanitários.

3.1.3. CASA DAS CALDEIRAS E CHAMINÉ

A Casa das Caldeiras, constituía um corpo autónomo, com as dimensões de 16,30 x 20,60 metros (de acordo com o projeto), alinhando a sua fachada norte com a fachada correspondente do Bloco Poente. Junto a este corpo ligeiramente a norte implantava-se a chaminé construída em alvenaria de tijolo, com 40 metros de altura.

3.1.4. EDIFÍCIO DA CANTINA, CRECHE E BALNEÁRIO

O projeto inicial previa já a implantação de um bloco autónomo a sul, que designava como Bloco em Estudo. A implantação prevista foi alterada pelo projeto que veio a ser apresentado um ano mais tarde, em 1946, para a construção deste bloco, embora tenha sido mantida a localização, alinhada com o Bloco Poente do conjunto. Foi projetado e construído um edifício retangular, com dois pisos, com a dimensão maior igual à largura do Bloco Poente e com cerca de 20 metros de largura, destinado fundamentalmente a instalações sociais do pessoal.

Foi definida uma entrada central, com escada de ligação dos dois pisos. No rés do chão, de um dos lados, dispôs-se um Armazém e uma Garagem; do outro lado, vestiários, separados por género, e um compartimento para guarda de bicicletas. No andar, de um dos lados, o Refeitório dos Operários, a Cozinha e a Despensa; do outro lado, o Refeitório dos Empregados, a Creche, uma sala de Amamentação e um Consultório, existindo ainda dois sanitários mínimos.

3.2. AMPLIAÇÕES POSTERIORES

3.2.1. CORPO CONSTRUÍDO EM 1964-1965

Em 12 de dezembro de 1964 foi instruído o processo n.º 3908/ 1964, do qual resultou a emissão da licença de construção n.º 116, de 23 de fevereiro de 1965, para a construção de um corpo fabril com dois pisos, acoplado à fachada voltada ao rio do Bloco Nascente, destinando-se o seu piso térreo a arrumos e o andar a análises.

3.2.2. AMPLIAÇÕES REALIZADAS EM 1965

3.2.2.1. EDIFÍCIO DESTINADO A ARMAZÉM DE TECIDOS.

Em 20 de maio de 1965, foi apresentado pedido de licenciamento, que constituiu o processo n.º 1506/ 1965, do qual resultou a emissão da licença n.º 447/ 1965, para “a construção de um corpo de edifício destinado a Armazém de tecidos”. Este edifício veio a ocupar a quase totalidade do pátio descoberto, então existente na zona média do Bloco Nascente, desenvolvendo-se em três pisos de armazém ligados por um elevador e uma escada e um piso superior em vão de cobertura, com uma arrecadação e um reservatório de água.

3.2.2.2. AMPLIAÇÃO DO CORPO DA TECELAGEM.

Em 8 de setembro de 1965, foi apresentado pedido de licenciamento para ampliação da área de tecelagem, correspondendo à ampliação da Bloco Poente para norte, em 64 metros de extensão, com a mesma largura do corpo inicial. Este pedido constituiu o processo n.º 2921/ 1965, do qual resultou a emissão da licença de construção n.º 479/ 1965.

3.2.3. AMPLIAÇÃO REALIZADA EM 1967

Em 21 de abril de 1967 foi instruído o processo n.º 1564/1967, do qual resultou a licença de construção n.º 501/67, para ampliação do corpo de anexos que existia a norte do Bloco Nascente. Essa ampliação correspondia a arrecadações para móveis e utensílios fora de uso; madeiras; garagem e alpendre.

3.2.4. AMPLIAÇÕES REALIZADAS ENTRE OS ANOS DE 1971 E DE 1973.

3.2.4.1. Em 30 de abril de 1971, foi apresentado um projeto para uma ampliação significativa nas áreas do conjunto industrial junto ao arruamento, que acabou por só ser executado parcialmente em obra. Do projeto, que constituiu o processo n.º 624/ 1971, resultou a emissão da licença de construção n.º 312/ 1971.

3.2.4.1.1. Consta deste projeto a ocupação de toda a área entre o Bloco Poente e o Edifício da Cantina, Creche e Balneário (este, entretanto profundamente alterado no interior, tendo sido eliminada a creche), com um corpo de dois pisos, que se estendia até ao alinhamento de 5 metros de recuo relativamente à Rua da Lionesa. O rés do chão era ocupado com áreas de armazém; o andar era ocupado com funções administrativas e atividades especializadas de desenho, amostras, etc. Esta parte do projeto não foi executada em obra.

3.2.4.1.2. O projeto previa também a construção de uma nave entre a Rua da Lionesa e o Bloco Poente, em toda a sua extensão de cerca de 144 metros, tendo como finalidade a ampliação da área de tecelagem da fábrica. Esta parte da ampliação prevista no projeto foi executada, mas numa extensão de 104 metros a partir do primeiro limite norte do Bloco Poente.

Esta nave, com a largura aproximada de 20 metros, aproximou o conjunto construído até junto da Rua da Lionesa, deixando somente uma faixa livre de 5 metros de largura, entre o muro de vedação frontal e a fachada poente da fábrica.

3.2.4.2. Posteriormente, em 22 de outubro de 1971, foi apresentado novo pedido de ampliação, em aditamento à licença emitida, estendendo, em cerca de 64 metros para norte, a ampliação da licença n.º 312/ 1971, constituindo uma nova nave paralela à ampliação realizada em 1965 (com a licença de construção n.º 479/ 1965). Esta ampliação foi realizada em obra.

3.2.4.3. Em 25 de novembro de 1971, foi instruído o processo n.º 1692/ 1971 para a construção de um corpo destinado a Armazém de Drogas, junto ao corpo construído ao abrigo da licença de construção n.º 116, de 23/02/1965 (processo n.º 3908/ 1964), tendo resultado a emissão da licença de construção n.º 103/C/72, de 13 de abril.

No mesmo processo n.º 1692/ 1971, foi apresentado, em 2 de janeiro de 1973, requerimento para a construção de um corpo a sul de todo o conjunto industrial, com carácter provisório, destinado a garagem para abrigar os carros da Fábrica, tendo sido emitida a licença de construção n.º 85/C/73.

3.2.4.4. Em 7 de julho de 1972, constituindo o processo n.º 903/1972, foi apresentado pedido para uma importante ampliação do Bloco Poente (setor da Tecelagem) para norte, aumentando a extensão do complexo industrial ao longo do arruamento que o servia, tendo para tal sido emitida a licença de construção n.º 247/C/72, de 3/10/1972.

3.2.5. AMPLIAÇÕES REALIZADAS ENTRE OS ANOS DE 1978 E DE 1980.

3.2.5.1. Em 28 de novembro de 1978, foi apresentado um projeto de ampliação no topo sul do complexo, a sul do corpo destinado a Armazém de Drogas, na área voltada ao Rio Leça, constituindo o processo n.º 714/78, para construção de um corpo destinado a armazenamento de corantes e de gravuras em níquel e para produção em fotogravura, tendo para tal sido emitida a licença de construção n.º 180/ 1980.

3.2.5.2. Junto do mesmo processo n.º 714/78, foi apresentado novo projeto em 23 de junho de 1980, para a realização de uma ampliação para norte, do Bloco Nascente, na área que permanecia livre entre este e o corpo da Casa das Caldeiras. Essa ampliação criou uma área para a preparação de cargas e descargas do sector destinado a tinturaria, tendo para tal sido emitida a licença de construção n.º 223/C/81.

4. CLASSIFICAÇÃO COMO CONJUNTO DE INTERESSE MUNICIPAL E ALTERAÇÕES RECENTES

Não obstante o conjunto inicial, construído nos anos de 1945 e de 1946, corresponder à parte do complexo industrial que consideramos de mais relevante valor patrimonial, não é de desvalorizar o facto do conjunto que hoje apreciamos resultar de sucessivas ampliações e alterações que foram realizadas ao longo de trinta e cinco anos pela empresa, com projetos do mesmo autor, o Arquiteto Agostinho Ferreira de Almeida.

Estas ampliações foram orientadas por critérios pragmáticos de aumento das áreas de laboração, de gestão, de armazenagem e de demais necessidades acessórias. Não introduziram ruturas na conceção arquitetónica do conjunto inicial, mas também não se poderá dizer que originaram procedimentos de renovação efetiva.

O conjunto inicial apresenta uma linguagem modernista, em linha com a formação de Agostinho Ferreira da Silva que é contemporâneo de Arménio Losa (1908-1988), de Viana de Lima (1913- 1991), de Januário Godinho (1910-1990), de Cassiano Barbosa (1911-1998), de Luís Amoroso Lopes (1913-1995).

O conjunto concebido por Agostinho Ferreira da Silva, com a colaboração dos Arquitetos Alfredo Rodrigues e Francisco Augusto Baptista, é de conceção sóbria, assente num traçado seguro e que assumiu a responsabilidade de criar ocupação urbana num contexto que era rural.

Compreendeu a dimensão do seu impacto no lugar em face da sua dimensão física.

Talvez pela sua localização em espaço rural e pela sua dimensão, não tenha o conjunto a artisticidade dos Antigos Armazéns Frigoríficos de Massarelos ou a Fábrica de Conservas Sicma, ambos de Januário Godinho, ou da Fábrica de Conservas Algarve Exportador de António Varela, mas não deixa de ser uma referência importante na arquitetura modernista produzida em Portugal, como a própria presença desta obra na exposição de 1953, de homenagem a José Marques da Silva, demonstra.

As sucessivas ampliações acrescentam corpos de linguagem congêneres ao conjunto inicial. São disso reveladoras as respetivas memórias descritivas dos processos de licenciamento, das quais constam expressões que são repetidas, tais como: “A referida construção será executada dentro do mesmo aspeto arquitetónico existente”; “Procurou-se dar uma feição igual à existente o que forma um conjunto agradável”.

Para além desta importância no quadro da arquitetura portuguesa, é de relevar a importância da empresa “Fábrica de Tecidos de Seda Lionesa, Lda.” na história da atividade industrial no País.

Por último, este conjunto industrial é parte de um processo de construção da identidade de Leça do Balio, sendo também de valorizar dentro de um contexto cultural o seu recente processo de transformação e de reutilização.

As alterações recentemente introduzidas com a reabilitação desta antiga fábrica, conferindo-lhe uma nova utilização como centro empresarial, acarretaram consigo um processo de transformação do conjunto edificado. Este processo incluiu: a demolição de dois corpos do conjunto, um a norte e outro a sul; a substituição de materiais, sendo a mais relevante a substituição verificada nas coberturas; as alterações na compartimentação e articulação dos espaços interiores; os acabamentos e revestimentos interiores e exteriores; o tratamento dos espaços exteriores, com criação de parques de estacionamento. Verificou-se, ainda, a integração no domínio público municipal da faixa livre que existia entre as fachadas poente do conjunto e a Rua da Lionesa, com a eliminação do muro frontal.

Considera-se este processo de transformação corretamente executado e em linha com as características arquitetónicas do edificado preexistente. É o processo necessário para a sobrevivência e continuidade do conjunto.

5. SOBRE O AUTOR

Agostinho Ferreira de Almeida nasceu em Campanhã, em 18 de março de 1913, e faleceu em 22 de janeiro de 1998. Realizou o Curso Superior de Arquitetura na Escola de Belas-Artes do Porto, entre os anos de 1928 e 1946. Foi aluno de José Marques da Silva e terá trabalhado no seu atelier. Antes de concluir o curso e obter o Diploma de Arquiteto, projetou o edifício da “Casa Mãe” da Associação Nun’Álvares, em Campanhã, iniciada em 1935. Em 1946, realiza o CODA (Concurso para Obtenção de Diploma de Arquitecto) com o tema “Uma ampla pousada”, tendo obtido a classificação de 18 valores.

É autor de várias obras na cidade do Porto, onde residia, sendo de assinalar um Bloco de Rendimento na Rua de Antero Quental, 175 e 177, no Porto.

Agostinho Ferreira de Almeida participou, com este edifício na Rua Antero de Quental e com a Fábrica de Tecidos de Seda Lionesa, na Exposição de Homenagem a Marques da Silva, realizada em 1953, por iniciativa da ESBAP (Escola Superior de Belas-Artes do Porto), em conjunto com o ANBA (Academia Nacional de Belas-Artes), o SNA (Sindicato Nacional dos Arquitectos). Esta memorável exposição denominada “Marques da Silva: Exposição conjunta das principais obras do Mestre e de alguns dos seus discípulos”, teve lugar na Escola Superior de Belas-Artes do Porto, em dezembro desse ano.

6. ENQUADRAMENTO HISTÓRICO

Na envolvência do Mosteiro de Santa Maria de Leça do Balio, entre as margens do rio Leça e o ancestral Caminho do Gaio, foi construída em 1945, uma unidade fabril, a Fábrica de Tecidos e Sedas Lionesa, uma empresa têxtil de referência nacional e internacional, que ali laborou até finais do século XX.

Atualmente, neste espaço localiza-se o Centro Empresarial da Lionesa, que revestido de novas valências, continua como um importante marco económico e empresarial, alojando mais de uma centena de empresas e cerca de cinco mil colaboradores. Localizada num local estratégico, usufruindo de excelentes acessos rodoviários (dispõe de rotas de autocarros integradas na rede de transportes públicos que servem a área metropolitana do Porto e da Maia) e proximidade às linhas de caminhos de ferro e ao aeroporto de Pedras Rubras.

Desde sempre que Leça do Balio desempenhou um papel muito importante devido à sua localização. A história desta freguesia teve início no neolítico e é testemunhada pela presença dos monumentos funerários, como o Dólmen de Agrela, erguidos nas proximidades dos povoados. Estas primeiras construções de pedra funcionavam como elementos estruturantes de uma sociedade em construção, marcando a paisagem e sinalizando os locais de sociabilização, uma vez que para além da sua função tumular, desempenhavam funções como locais de culto.

Partindo desta ocupação primária, os registos apontam um outro local povoado e associado a outro tipo de monumento datado de 1500 a.C., a Cista de Recarei, identificada na envolvência da Estação do Araújo. Do século I a. C., é citado o Castro de Recaredi, uma pequena aldeia construída no cimo do monte, onde posteriormente no século XVIII foi edificada a Ermida de S. Sebastião.

No entanto, é durante o período romano que se destaca uma grande evolução destes lugares com a abertura de vias e a construção da Ponte da Pedra e da Ponte da Azenha, Ronfos ou Barreiro, traçados esses perpetuados até à atualidade. Desta época é de salientar um importantíssimo achado, único no concelho, encontrado na Quinta do Alão, que consiste num altar, uma ara, onde se encontra uma inscrição dedicada ao Deus Júpiter.

Todos estes testemunhos sobre a evolução do povoamento se circunscrevem na envolvência do local onde na década dos anos 40 do século XX foi erguida a Fábrica Lionesa.

A conviver paredes meias com ela, destaca-se o Mosteiro de Santa Maria de Leça, fundado aproximadamente no século IX, durante a presúria de Vímara Peres, quando a linha de fronteira se encontrava entre o Minho e o rio Douro.

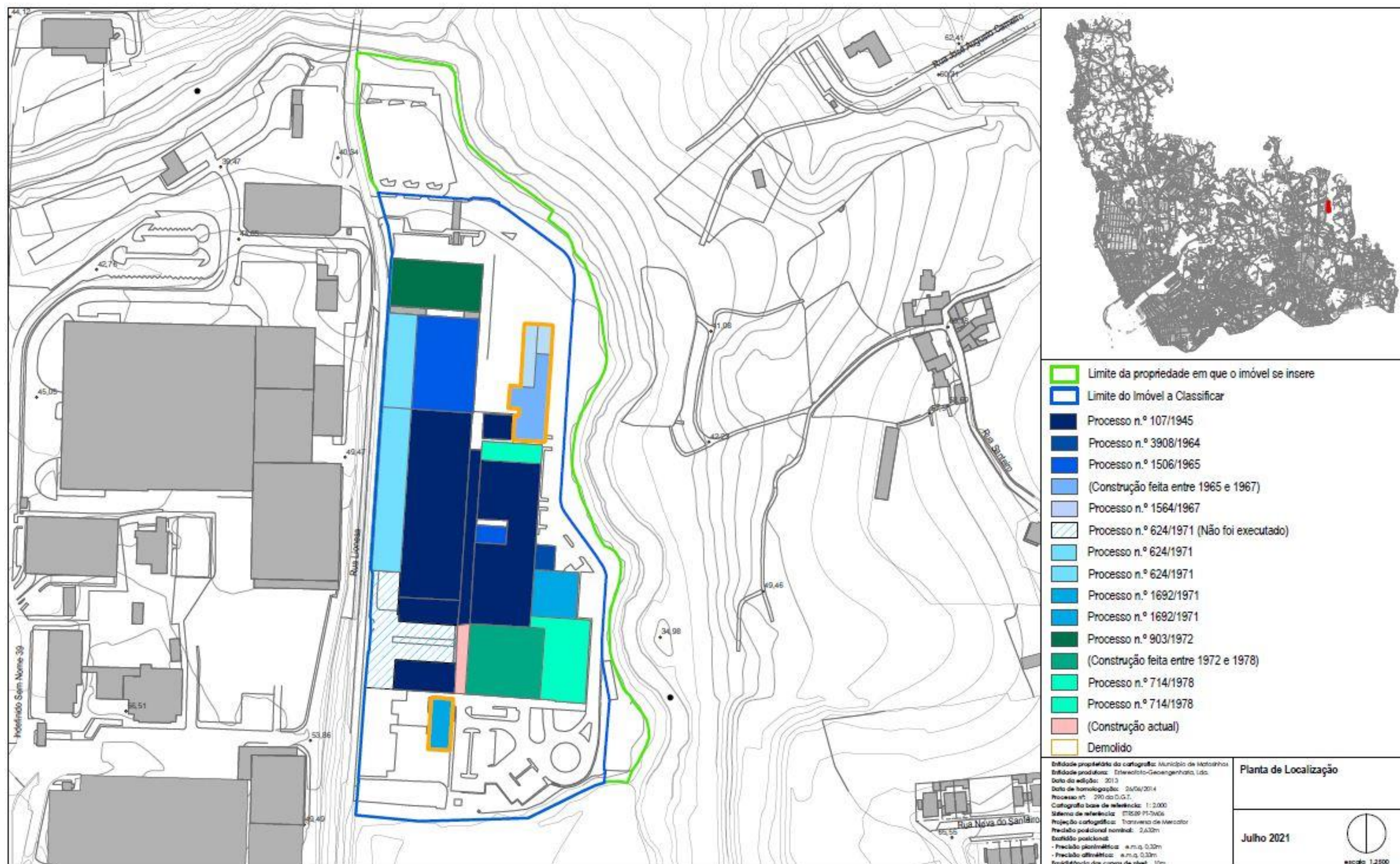
Este espaço conventual, ganha notoriedade quando D. Teresa o doa aos Cavaleiros da Ordem do Hospital, doação essa confirmada mais tarde pelo rei D. Afonso Henriques, tornando-se esta a primeira sede em Portugal desta Ordem internacional. Aqui se hospedaram, reis e rainhas, clérigos e peregrinos até 1834. Muitos foram os acontecimentos históricos que notabilizaram este espaço, que acompanhou a evolução da história, na arte, nas letras e na assistência, uma vez que uma das funções principais desta ordem consistia no apoio aos peregrinos que se deslocavam em direção a Santiago de Compostela, pelo antigo caminho do Gaio, onde no século XXI se continua a oferecer préstimos aos peregrinos.

Como reflexo do contínuo florescimento de Leça do Balio, aqui se implantaram magníficas quintas como a Quinta de Fafiães, uma quinta com capela, que foi mandada erguer por Manuel Barbosa de Albuquerque; a Quinta do Alão, uma quinta com capela, que deve esta designação à família Alão de Moraes. Uma propriedade senhorial que pertenceu à linhagem da família Camelo; a Quinta do Chantre, que deve a sua designação ao cónego da Sé do Porto, Fernando Barbosa de Albuquerque, que sucedeu em 1736, no cargo de chantre da catedral portuense, ao seu tio Manuel Barbosa de Albuquerque (o cargo de chantre designava o cónego do Cabido que era responsável pela execução da música litúrgica, dirigindo o coro e iniciando os salmos adequados a cada celebração). Ambas as quintas com influências do arquiteto Nicolau Nasoni;

Destacam-se ainda na envolvência desta unidade fabril, a vetusta Quinta da Santinha, a Ponte das Varas, sobre o rio Leça, a emblemática Capela do Encontro, uma edificação datada de princípios do século XIX também designada como Capela das Pintas, por se localizar no lugar do mesmo nome. Fica situada nos antigos Passais do Mosteiro de Leça do Balio e na proximidade do caminho que sobe o antigo Monte das Pintas, a partir da Ponte das Varas sobre o rio Leça, para alcançar a antiga estrada de Braga, junto à Ermida de Santana.

Durante a Semana Santa realiza-se aqui a tradicional Procissão do Encontro, com a imagem de Nossa Senhora das Dores, percorrendo a Rua D. Frei Jerónimo de Sousa e Melo até à Capela de Santana, local do encontro com a imagem do Senhor dos Passos, realizando-se aqui o habitual sermão. Neste périplo pelos caminhos que se cruzaram e cruzam até aos nossos dias, salienta-se o Parque Público de Santana, com a sua Ermida edificada no lugar do Santeiro, no local conhecido como o Monte da Sant'Ana ou da Fontoura. Esta capela está rodeada por um vasto parque arborizado, onde se realizam as feiras anuais que tornaram este local, ao longo de séculos, um ponto de encontro e reunião dos habitantes de toda a região da Maia e do Porto. Neste sítio decorrem, desde há séculos, além de um grande mercado semanal, as três grandes feiras anuais, que são muito concorridas e já referidas nas Memórias Paroquiais de 1758: no dia 19 de março, a Feira de S. José, especializada em sementes, ferramentas e alfaias agrícolas; a Feira de Sant'Ana, a 26 de julho, famosa pela quantidade de gado que aqui se transacionava; e no primeiro domingo de outubro, a Feira de S. Miguel, também conhecida como a "Feira das Nozes".

Era também no Parque Público de Santana, situado na periferia de uma das vias romanas já referidas, que durante a Idade Média se vestiam de peregrinos, muitos dos quais se albergavam no alpendre da Ermida de Santana. Por último, este lugar alberga um outro monumento erguido em 1940, um marco histórico grafado, o Padrão dos Centenários, mais um como tantos outros erguidos em vilas e cidades do nosso País, sinalizando a Formação do Reino de Portugal em 1140, a Restauração da Independência em 1640, e por último a data de 1940 representativa do Estado Novo.



Cruzeiro e Zimbório do Araújo

Cruzeiro de finais do século XVI ou inícios do século XVII, coberto por zimbório em forma de pirâmide triangular. As faces do zimbório são decoradas com rosetas e inscrições, com tubos de descarga de águas pluviais em forma de pequenos canhões. Localiza-se na bifurcação da antiga estrada do Porto a Barcelos e Ponte de Lima, onde se bifurcavam os caminhos que seguiam pela ponte romano-medieval de Ronfes e pela ponte renascentista de Moreira. Apresenta uma inscrição pontualmente tapada por argamassa de cimento, onde é possível ler-se "... ARAUJUS...". Edificado próximo da Ermida de S. Pedro de Real ou do Araújo, referida nas Memórias Paroquiais de 1758 no lugar do Araújo, junto à estrada que vai para Viana, ou seja, uma estrada real que assenta no traçado de um velho caminho romano, a karraria antiqua, cujo alinhamento pode corresponder à actual Rua D. Frei Manuel de Almeida Vasconcelos e que prosseguia pela Rua Sousa Prata em direção à Ponte Romana/Medieval de Ronfos, Barreiro ou Azenha.

No século XVI, foi aberta a Estrada dos 9 irmãos, partindo deste lugar do Araújo em direção à Ponte de Moreira, também construída nesse século.

BIBLIOGRAFIA

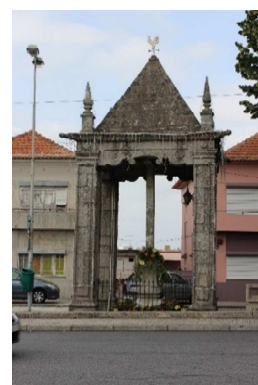
FELGUEIRAS, Guilherme (1958) Monografia de Matosinhos, p. 802

PIRES, Maria da Conceição (2012) Tese de Mestrado apresentada à FLUP – Contributos para o estudo do povoamento do concelho de Matosinhos da Pré-História ao século VIII.

PIRES, Conceição (2018) Matosinhos do Paleolítico ao século X.

FARIA, Godinho (1899) Monografia do Concelho de Bouças

MATESINUS IV (2000) Edição da Camara Municipal de Matosinhos



Cruzeiro do Padrão da Légua

O cruzeiro do Padrão da Légua está implantado na confluência da Rua do Senhor com a Rua de Recarei, estes arruamentos assentam em traçados viários secundários que remontam ao período romano e medieval, correspondendo ao traçado da karraria antiga e à estrada veteris, ou seja, estradas que ligavam ao norte de Portugal. O cruzeiro marcava a separação da estrada que seguia para Barcelos e Ponte de Lima, sendo o principal percurso usado pelos peregrinos quando se dirigiram para Santiago. Um dos indicadores desta antiguidade está relacionado com o topónimo Padrão da Légua, alusivo à existência de um marco miliário entretanto desaparecido. O cruzeiro, continua um local de culto, apresenta uma cronologia do século XVII, apresentando uma imagem esculpida com a representação do Bom Jesus.

Cod. Inv. – xx | N° Carto.

Designação: Cruzeiro do Padrão da Légua

Lugar: Rua do Senhor/Rua de Recarei Freguesia: Custóias Concelho: Matosinhos

C.M.P. 1:25.000 folha n.º: 110

Coordenadas Geográficas (Datum WGS84):

Latitude: 41° 11' 36.11" N

Longitude: 8° 38' 02.50" W

Altitude: 100 m

Tipo de Sítio: Cruzeiro

Cronologia: Moderno

Estado de Conservação: Bom

**Ponte de Moreira**

As estradas antigas como a Karraria Antíqua e a via Vetera, eram caminhos romanos de relativa importância. Ambas serviam as numerosas vilas da região litoral e ambas ficavam na raiz e sob a proteção dos vários castros que defendiam outrora o território entre o Leça e Ave.

Desta via, a Karraria Antíqua, que vinda do Porto em direção à Maia e no Largo do Araújo prosseguia para Moreira, em direção à Ponte da Azenha, foi aberta no século XVI uma via designada como a estrada dos Nove Irmãos entre os limites de Leça do Balio e da Maia atravessando o rio Leça na Ponte de Moreira. Esta ponte apresenta dois arcos

de volta perfeita, tem um tabuleiro retilíneo ladeado de guardas e com talhamares a montante. Numa prospeção ao local foi possível identificar na base de um dos arcos e no intradorso uma sigla.

Nas proximidades deste caminho, muito próximo da ponte, é referida uma necrópole romana.

Carlos Alberto Ferreira de Almeida refere que esta estrada assenta num caminho romano.

Cod. Inv. – 1120 | N° Carto. 20

Designação: Ponte de Moreira

Lugar: Ponte de Moreira Freguesia: Leça do Balio Concelho: Matosinhos

C.M.P. 1:25.000 folha n.º: 110

Coordenadas Geográficas (Datum WGS84):

Latitude: 41° 14' 08,98" N Longitude: 8° 38' 49,60" W Altitude: 60 m

Tipo de sítio: ponte

Cronologia: medieval

Estado de Conservação: razoável

CNS: 3785

Acessos: Partindo do Cruzeiro do Araújo e prosseguindo pela Rua do Custió em direção à Ponte.

BIBLIOGRAFIA

SANTOS, Joaquim Neves dos (1959) – A Torre de Linhares Na Época Romana, Edição do Autor, p. 67.

PIRES, Conceição (2006) – Joaquim Neves dos Santos o amor pelo Passado, Matosinhos, Edição Edium Editores, p. 56.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira (1968) – Vias Medievais Entre o Douro e o Minho, Porto, FLUP, p. 168-169.

ALMEIDA, Carlos Alberto Brochado (1979) – A Rede Viária do Conventus Bracaraugustanos, in “Minia”, 2ª série, N.º. 3, ASPA, Braga.

ALMEIDA, Carlos Alberto Brochado de (1980) – Via Veteris. Antiga Via Romana?, Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular”. In “Revista de Guimarães”, Vol. III, Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, p. 40-41.

FREITAS, Eugénio Andrea da Cunha e (2001) – Vila do Conde, 2. História e Património. Vila do Conde: Câmara Municipal de Vila do Conde.

PIRES, Maria da Conceição (2012) Tese de Mestrado apresentada à FLUP – Contributos para o estudo do povoamento do concelho de Matosinhos da Pré-História ao século VIII.

Ponte de Ronfos / de Barreiro / da Azenha

Descrição: “... tem aponte chamada de Barrejos que fica entre aquela freguesia, e esta de Lessa, e he de cantaria, etem dous arcos, ou olhais, ehe ella ramo de estradas Reais, que he aque vaj para Bragua, eaque vaj para Vjana...”.

Memórias Paroquiais de 1758



Ponte de Ronfos

Ponte de Ronfos, sobre o rio Leça, no término da Rua Sousa Prata, entre o limite da freguesia de Leça do Balio e o concelho da Maia.

Ferreira de Almeida, em 1968, cita o traçado de uma via romana de cariz secundário a cruzar o rio Leça na Ponte da Azenha. É esta via que estará na base da Karraria antiqua referida na documentação medieval. Conforme os documentos, a Estrada Porto - Barcelos, vindo do Porto, por S. João da Foz em direção à ponte do Ave, passava no Padrão da Légua, junto ao cruzeiro de contra-reforma de 1625. Os registos indicam duas estradas, uma designada como “carraria antiqua” e a outra por “via vetera”. Ambas seguiam para norte com várias ramificações. A carraria “... em Gondivai, ela parece estar referida em documento de 1099”. Esta via servia de base à ponte da Azenha, “... e desde muito cedo deixa-nos a certeza de ter sido uma via romana...”. A ponte, formada por dois arcos de volta perfeita, de pouca altura, com dois talhamares a montante, apresenta num dos arcos cinco aduelas almofadadas à romana.

Verificam-se algumas remodelações posteriores testemunhadas com a presença de algumas pedras sigladas.

Segundo Brochado de Almeida, num artigo publicado em 1980 sobre caminhos antigos, cita para além de documentos medievais de 1112, uma karraria antiqua, a ponte da Azenha, “...formada por três arcos de volta inteira, com talhamares semi-destruídos, com 20 m de comprimento por 4 m de largo, foi reconstruída por mais de uma vez. Possui no 1º arco do lado norte, 5 pedras almofadadas, e enquanto duas delas podem levantar algumas suspeitas, as demais são bastante fiéis à técnica romana. Todas estão incorporadas no arco, servindo uma de chave. Três, apesar de picadas, não conseguem esconder o seu anterior aproveitamento. Apesar dos restos de almofadado, a ponte apresenta algumas dúvidas quanto à filiação romana. Os dois arcos do lado sul, além de transformados, são omissos à técnica da engenharia romana. Resta-nos o arco norte e respectivo pilar. As pedras almofadadas colocadas no lado leste do arco, não temos grandes dúvidas em as considerar como restos de almofadado romano. Por outro lado, há no pilar que sustenta o primeiro e segundo arco a contar do norte, algumas pedras bem talhadas e que pelo seu formato e disposição, lembram a técnica testa/peito muito usual na pontística romana...”. Segundo os mesmos investigadores, integra, desde os tempos medievais, os caminhos de peregrinação a Santiago de Compostela.

No âmbito do projeto de Requalificação da Ponte de Ronfos, cujos trabalhos de sondagens arqueológicas e registos decorreram entre 30 de Agosto e 13 de Setembro de 2004, os resultados obtidos revelam-se um forte contributo para o estudo desta estrutura inserida numa rede viária com cerca de dois mil anos. Estrutura em cantaria de granito, com tabuleiro rectilíneo. As dimensões reveladas neste trabalho são coincidentes com as referidas por Brochado de Almeida (comp. 18,70m e larg. 3,95m). Ainda relativo ao tabuleiro da ponte, permitiu identificar dois lajeados em granito que poderão corresponder a duas fases distintas de circulação em períodos diferentes, como também foi levantada a hipótese ter tido outrora o tabuleiro em rampa, não se excluindo a hipótese de ter tido um tabuleiro em cavalete.

Relativamente no que diz respeito às fases construtivas, os resultados apresentam na primeira fase identificada que esta se enquadra na tipologia mediévica, apesar de ter recorrido a material lítico da época romana. Nas aduelas do

CLASSIFICAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL

arco 3, identificaram-se sete exemplares de pedras almofadadas. O alçado a montante revelou quatro exemplares, no alçado jusante três, apresentando-se duas sigladas. Segundo as notas finais do relatório a “... presença do almofadado na estrutura poderá ser um indicativo da origem romana da ponte dos Ronfos, ainda que desse período apenas restem estes exemplares reaproveitados numa reconstrução posterior...”.

Verifica-se outras fases construtivas relativamente no arco 1, relacionada com os materiais e também com a construção dos encontros a Norte e a Sul. Um outro elemento a testar esta evidência é a presença reduzida de siglas.

Relativamente ao levantamento das siglas são evidentes seis tipos diferentes; quatro do tipo alfabético e duas de tipo cruciforme conforme referidos na tabela. Nesta apresentamos o registo final dos resultados obtidos, o tipo de siglas e a sua distribuição por arcos, verificando-se que a maior percentagem se insere no arco 2 e 3. De salientar que nestes arcos duas aduelas se encontram sigladas nas duas faces. Regista-se também nestes arcos os tipos A1, P e cruciforme 1, e distribuem-se, regra geral, por todo o intradorso dos arcos.

Siglas Tipo	Arco 1	Arco 2	Arco 3	Total
A1	-	25	23	48
A2	-	1		1
P	-	15	22	37
L	-	1	-	-
Cruciforme 1	3	28	19	50
Cruciforme 2	4	-	-	4
Total	7	70	64	141

Tabela 1 –Distribuição dos diferentes tipos de siglas pelos três arcos da ponte

A ponte apresenta uma tipologia medieval independentemente das transformações posteriores. Contrariamente ao citado por Carlos Alberto Ferreira de Almeida, a mesma apresenta três arcos, como referido anteriormente por Brochado de Almeida. O terceiro arco terá sido um acrescento posterior com a intenção de nivelar o pavimento. Os elementos com conotação romana foram registados durante a intervenção, aumentando o número de pedras de cinco para sete. O grande contributo são de facto as siglas, as quais eram utilizadas pelos operários, pedreiros, na Idade Média, para marcar a obra feita. A estas podem-se atribuir outras funções como marca simbólica e também marcações relacionadas com os diferentes elementos da estrutura. Identificaram-se também diferentes fases de construção e de reconstruções.

BIBLIOGRAFIA

- FELGUEIRAS, Guilherme (1958) – Monografia de Matosinhos, Matosinhos: C.M. Matosinhos, p. 808.
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira (1968) – Vias Medievais Entre o Douro e o Minho, Porto, FLUP, p. 168-169.
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira (1969) – Romanização das Terras da Maia, Col. Maia, Edição da Câmara Municipal da Maia, p. 18-19.
- ALMEIDA, Carlos Alberto Brochado de (1980) – Via Veteris. Antiga Via Romana?, Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular”. In “Revista de Guimarães”, Vol. III, Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, p. 160-161.
- FONSECA, Vitor e TEXEIRA, Ricardo (2004) – Intervenção Arqueológica Ponte de Ronfos – RNF 04 – Matosinhos, Relatório Final, Empresa de Arqueologia e Património Ricardo Teixeira & Vitor Fonseca – Arqueologia Lda, p. 7-31.
- PIRES, Maria da Conceição (2012) Tese de Mestrado apresentada à FLUP – Contributos para o estudo do povoamento do concelho de Matosinhos da Pré-História ao século VIII.

**Ponte da Pedra**

Localizada nos limites das atuais freguesias de S. Mamede de Infesta e Leça do Balio, é formada por um tabuleiro retilíneo e é apoiada num arco de volta perfeita. Possui 4 metros de largura e 45 metros de comprimento com guardas em granito.

A construção de uma ponte obedecia a uma técnica romana muito cuidada com o objetivo de obter maior solidez, mas era também uma obra grandiosa integrada na política de administração imperial. A Ponte da Pedra é um exemplar vivo da presença romana em terras de Matosinhos. A sua construção remonta ao século II d. C., e fazia parte de política pacifista do Império Romano, pois estaria integrada na antiga via romana que ligava Cale a Bracara Augusta, capital administrativa do Norte de Portugal. Atualmente esta ponte é o resultado de numerosas reparações e reconstruções, porém, é referida em diferentes testemunhos medievais, tal como consta do documento do ano 1013, na *Portugaliae Monumento Historica*, na doação feita por D. Unisco Mendes, do mosteiro de Leça do Balio “...começa essa varzea desde o regato, e passa junto da casa Lalina, e continua de comprido até ao regato que corre de Villar de Maniulfo, e a outra várzea que começa do outro regato maior de Maniulfo, e vae acabar na Ponte da Pedra de Leça...etc”.

CLASSIFICAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL

Segundo Carlos Alberto Ferreira de Almeida, a ponte, no seu estado atual, é cronologicamente datada do período medieval, mas tem fundamentos romanos, pois na sua estrutura vêem-se muitas pedras almofadadas, tipo de aparelho característico da arquitetura romana.

Na Idade Média, era vulgarmente designada por “ponte petrina”.

Cod. Inv. – 1116 | N° Carto. 16

Designação: Ponte da Pedra

Lugar: Rua Godinho de Faria/Rua da Ponte da Pedra

Freguesia: Leça do Balio Concelho: Matosinhos

C.M.P. 1:25.000 folha n.º: 110

Coordenadas Geográficas (Datum WGS84):

Latitude: 41° 12' 19.19" N Longitude: 8° 36' 52.64" W Altitude: 50 m

Tipo de sítio: Ponte

Cronologia: Romana/Medieval

Estado de Conservação: razoável

Acesso: Rua da Ponte e Rua Godinho Faria

CNS:3795 – ponte

BIBLIOGRAFIA

FELGUEIRAS, Guilherme (1958) – Monografia de Matosinhos, Matosinhos: C.M. Matosinhos, p. 100.

AZEVEDO, Padre Agostinho (1939) – A Terra da Maia - Subsídios para a sua monografia, vol. I, Ed. da Câmara Municipal da Maia, p. 120.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira (1969) – Romanização das Terras da Maia, Col. Maia, Edição da Câmara Municipal da Maia, p. 113.

PMH, DC, doc. XVII.

Achivo Pitoresco, (1863) – Semanario Illustrado, Volume VI, Proprietários Editores, Castro Irmão e Editores e Cª, p. 353.

SANTOS, Joaquim Neves dos (1959) – A Torre de Linhares Na Época Romana, Edição do Autor, p. 49.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira (1969) – Romanização das Terras da Maia, Col. Maia, Edição da Câmara Municipal da Maia, p. 123.

PIRES, Maria da Conceição (2012) Tese de Mestrado apresentada à FLUP – Contributos para o estudo do povoamento do concelho de Matosinhos da Pré-História ao século VIII.



PROPOSTA DE CLASSIFICAÇÃO COMO CONJUNTO DE INTERESSE MUNICIPAL

Lugar do Araújo

As Memórias Paroquiais de 1758 referem que o Lugar de Araújo se divide em aldeias tais como: Araújo, Costiô, Monte, Outeiro, Aldeia, Gestal e Pombal.

Neste lugar passava um caminho romano que vinha do Porto, designado como Karraria Antiqua, e se dirigia para a Ponte de Ronfos e prosseguia em direção a Viana do Castelo, hoje correspondente aos traçados da rua D. Frei Manuel de Almeida Vasconcelos e da Rua Sousa Prata. Designados também como Estrada Real e Caminhos de Peregrinação a Santiago.

No século XVI, foi aberta a Estrada dos 9 irmãos, que partia do Largo do Araújo, prosseguia por Custiô, passava nas Alminhas de Custiô e transpunha o rio Leça pela Ponte de Moreira, construída no século XVI. A partir desta data é um dos caminhos de peregrinação a Santiago.

Na envolvente do cruzeiro foi identificado, numa das habitações um sarcófago, que foi inventariado e registado na Carta Arqueológica Cod. Inv. – 1138 | Nº Carto. 38.

Segundo a proprietária da casa, Maria Alves Santos, ali terá vivido um dos bispos do Porto, por esse motivo a casa também é conhecida como do Bispo ou do Taco.

O Largo do Araújo é um ponto importante de centralidade urbana.

Talvez mesmo o último com essas características antes de se chegar à Maia.

Em redor da Igreja e do Cruzeiro/ Zimbório, que se localizam no “centro” do Largo, estão algumas das mais ricas construções deste conjunto, com características acentuadamente urbanas e desenho cuidado. Casas de habitação que com a Igreja e o Cruzeiro definem o centro do Lugar, tanto na sua aceção religiosa como cívica.

Além destas casas, que delimitam o espaço público, outras há, mais afastadas e sem tanto relevo na definição desta centralidade, que confirmam que é aqui que está o centro da terra...

No Araújo a estrutura estradal da Rua do Araújo dilui-se, a estrada passa a rua, e estas construções, de acento decididamente urbano, marcam muito claramente essa interrupção, e constituem um marco geograficamente importante para a leitura deste extenso e diverso canal que liga o Porto ao norte.

Por detrás destas casas desenhadas para estarem no centro do lugar (ou que por assim serem, convocaram o centro para esta localização...), casas com uma dignidade e um porte compatíveis com a sua posição central, esgueiram-se (literalmente) uns caminhos rurais que as vão ligar a uns conjuntos agrícolas de natureza rústica e funcional.

Se as casas mais ricas estão à face da estrada, marcando o centro da vida local, pelo contrário esses conjuntos agrícolas vão-se desenvolvendo de forma totalmente orgânica ao longo desses caminhos e em lugar das implantações regulares e ortogonais daquelas, apresentam-se com formas tortuosas ao longo dessas sinuosas veredas, por onde é suposto que continuem a escoar-se os produtos que se extraem das terras que estão ainda em exploração, por detrás dessas casas e por detrás desses caminhos.

CLASSIFICAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL

Pese embora este conjunto mais antigo tenha sido rodeado por novas urbanizações, de desenho muito mais regular e contemporâneo, urbanizações onde pontuam edifícios de escalas mais proeminentes, a verdade é que a centralidade do Araújo se manteve intocada e sem concorrência.

Pelo contrário, as novas construções, que se foram desenvolvendo, em linha ou por anéis, tanto ao longo da estrada como ao longo dessas veredas de traçado rústico, sem uma estrutura urbana clara e hierarquizada, vieram até a reforçar essa centralidade.

BIBLIOGRAFIA

FLGUEIRAS, Guilherme (1958) Monografia de Matosinhos, p. 802

PIRES, Maria da Conceição (2012) Tese de Mestrado apresentada à FLUP – Contributos para o estudo do povoamento do concelho de Matosinhos da Pré-História ao século VIII.

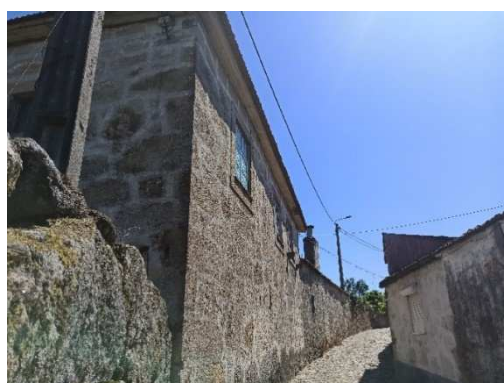
PIRES, Conceição (2018) Matosinhos do Paleolítico ao século X.

FARIA, Godinho (1899) Monografia do Concelho de Bouças

MATESINUS IV (2000) Edição da Câmara Municipal de Matosinhos



CLASSIFICAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL



Lugar do Santeiro

Lugar do Santeiro, ou Monte do Santeiro, ou Monte da Santana

O Lugar de Santeiro é referido no século XIII, nas inquirições de 1258, designado como Sonteiros, e é formado por dois casais.

As Memórias Paroquiais de 1758 fazem referência ao relevo da freguesia de Leça do Balio dizendo que era formado por: “está esta freguesia situada parte em valle, e parte em Montes... os montes são os de Araújo, e Santeiro, e Padram da Legoa.” O mesmo documento cita que a Ermida dedicada a Sant’Ana foi edificada ao pé do Lugar de Santeiro, designado na atualidade como Monte da Santana ou Fontoura. Concluimos que esta denominação como Monte da Santana, se atribuiu pelo facto de ali ter sido erguida a Ermida no século XVIII. Contudo o lugar do Santeiro compreende uma área considerável que se estendia até às margens do rio Leça, aos passais do Mosteiro, próximos da antiga Ponte de Padieira das Varas, referida também no século XVIII. Dentro deste lugar foram registadas a Casa de Lavoura da Santinha, cuja casa mãe mantém uma inscrição de 1733. Na Travessa do Santeiro é referida a Casa de Lavoura, conhecida localmente como a Quinta do Mesquita. No final da Rua do Santeiro, a Casa de Lavoura de Catarino Santeiro, tem uma inscrição de 1711.

Na envolvência do monte identificamos ainda um conjunto de sobreiros e uma bouça conhecida localmente como a bouça do Tomé que confronta com a Rua Dom Frei Pedro de Mesquita, antiga viela alargada e empedrada no século XX. Esta artéria que liga atualmente à Ponte da Pedra, substitui o velho caminho já em desuso de acesso ao Monte da Santana e talvez à Ponte, uma vez que a Rua Dr. Frei Jerónimo de Sousa e Melo é um arruamento recente.

Para além do seu valor arquitetónico e simbólico, o local integra uma área com potencialidades arqueológicas, uma vez que até ao século XIX, os espaços sagrados, como igrejas e ermidas eram utilizados como locais de enterramento. Por essa razão, existem fortes probabilidades de se encontrarem vestígios osteológicos. : Ermida de Santana com Cod. Inv. – 1121 | N° Carto. 21 e a Capela das Pintas ou do Encontro e achados de superfície com o Cod. Inv. – 1127 | N° Carto. 27, razão pela qual foram registadas no PDM e na Carta Arqueológica.

Santeiro:

Aquilo que propomos que fique defendido sob o estatuto de Conjunto a que chamamos Santeiro é apenas uma muito pequena parte desta vasta área a que nos referimos na nota histórica, que ainda hoje mantém uma predominante de exploração agrícola.

Escolhemos este perímetro pois entendemos que encerra um grupo de construções que além de manterem alguma unidade, têm um desafogo e uma funcionalidade urbanística coerente com o sítio onde foram implantadas. Trata-se maioritariamente de casas rurais, rodeadas, na sua proximidade, por solo agrícola com escala, que ainda hoje se mantém em exploração.

Estão agrupadas na margem direita do Leça, muito perto dos limites norte do concelho e junto às fronteiras com a Maia. Fazem parte de uma “bolsa verde” que acompanha o curso do rio, encaixada entre a zona industrial da Via

Norte (Espido) e a expansão urbanística mais recente do Catassol, que a sul termina no Parque das Varas, já na envolvente do Mosteiro de Leça do Balio, tudo a norte do IP4.

São terrenos que, fazendo parte do festo desenhado pelo Leça, são muito importantes para o enquadramento paisagístico do Mosteiro e relevantes para a leitura da sua proeminente silhueta.

Poderíamos inscrever as construções deste conjunto em três níveis:

- Num primeiro nível, as construções que chegaram até hoje muito alteradas, mas em que as alterações de que foram vítimas são reversíveis, pese embora terem sido suficientes para lhes retirar quase todo o seu interesse estilístico e arquitetónico. Têm paredes forradas a azulejos ou pintadas a cores berrantes, persianas metidas à força e sem critério nos seus vãos ou ainda cantarias escondidas por rebocos. Resultaram, depois de todo um esforço por nós incompreendido, em espécimes muito mais urbanos do que era suposto que fossem. Mantêm, contudo, depois de tudo isso, o seu porte e a sua organicidade.

- Num segundo nível, teremos as construções que mantêm ainda algumas marcas do desenho originário, com grandes extensões de paramentos de pedra à vista, telhados com beiradas salientes, e até arcos e portas carrais, através dos quais se pode ainda ver a estrutura morfológica interior- o pátio, a eira, os aidos, o sequeiro, o espigueiro, e depois a cortinha - e que são construções que estão no limite da sua capacidade de “sobrevivência”. Algumas delas foram tão severamente intervencionadas, no seu interior, que já não é muito legível qual função cabe a cada uma das partes no conjunto agrícola. É perfeitamente possível travar a sua amputação e recuperar todas as suas qualidades, sobretudo no que à matéria de enquadramento e de definição do espaço público diz respeito. Estas construções que, com os seus longos muros, se “estiram” na margem do caminho, têm, na nossa perspetiva muito interesse para a manutenção da memória, sobretudo agrícola, deste lugar.

- Num terceiro nível, temos os casos das construções de desenho muito mais elaborado e sofisticado, até, que pese embora terem uma marca rural muito acentuada são espécimes únicos. Não há adereços que as tenham desfigurado, foram intervencionadas e conservadas com todo o respeito pelo desenho originário e pelos métodos construtivos e pelos materiais utilizados na sua fundação e chegaram até nós como exemplos notáveis de sobriedade e equilíbrio.

BIBLIOGRAFIA

Bibliografia Consultada

FELGUEIRAS, Guilherme (1958) Monografia de Matosinhos, p. 802

GODINHO Faria (1899) Monografia do Concelho de Bouças, p. 791

PIRES, Maria da Conceição (2012) Tese de Mestrado apresentada à FLUP – Contributos para o estudo do povoamento do concelho de Matosinhos da Pré-História ao século VIII.

DIAS, Maria Piedade, SOUSA, Dulce Fonseca, Inventário do Património Arquitectónico Religioso do Concelho de Matosinhos, 1997.

Carta Arqueológica de Matosinhos (2016).

PIRES, Conceição, (2018) Matosinhos, da Pré-História ao século X.

CLASSIFICAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL



Monte da Fontoura / Campo de Santana**ENQUADRAMENTO HISTÓRICO**

O Lugar de Santeiro é referido no século XIII, nas inquirições de 1258, como Sonteiros, e é formado por dois casais. As Memórias Paroquiais de 1758 fazem referência ao relevo da freguesia de Leça do Balio, dizendo que era formado por: “está esta freguesia situada parte em valle, e parte em Montes... os montes são os de Araújo, e Santeiro, e Padram da Legoa.” O mesmo documento cita que a Ermida dedicada a Sant’Ana foi edificada ao pé do Lugar de Santeiro, designado na atualidade como Monte da Santana ou Fontoura. Concluimos que esta denominação como Monte da Santana, se atribuiu pelo facto de ali ter sido erguida a Ermida no século XVIII. Contudo o lugar do Santeiro compreende uma área considerável que se estendia até às margens do rio Leça, aos passais do Mosteiro, próximos da antiga Ponte de Padieira das Varas, referida também no século XVIII. Dentro deste lugar foram registadas a Casa de Lavoura da Santinha, cuja casa mãe mantém uma inscrição de 1733. Na Travessa do Santeiro é referida a Casa de Lavoura, conhecida localmente como a Quinta do Mesquita. No final da Rua do Santeiro, a Casa de Lavoura de Catarino Santeiro, tem uma inscrição de 1711.

No século II d.C. passava na base deste monte a estrada romana - Olisipo Bracara Augusta. Desta via maior saía um caminho secundário que ligava ao Castro de Recarei. No período Medieval este caminho correspondia a um dos acessos à Villa de Recaredi e mais tarde ao Mosteiro de Leça do Balio, sendo considerado um dos caminhos reais e caminhos de Peregrinação.

Na envolvência do monte identificamos ainda um conjunto de sobreiros e uma bouça conhecida localmente como a bouça do Tomé que confronta com a Rua Dom Frei Pedro de Mesquita, antiga viela alargada e empedrada no século XX. Esta artéria que liga atualmente à Ponte da Pedra, substitui o velho caminho já em desuso de acesso ao Monte da Santana e talvez à Ponte, uma vez que a Rua Dr. Frei Jerónimo de Sousa e Melo é um arruamento recente.

Para além do seu valor arquitetónico e simbólico, o local integra uma área com potencialidades arqueológicas, uma vez que até ao século XIX, os espaços sagrados, como igrejas e ermidas eram utilizados como locais de enterramento. Por essa razão, existem fortes probabilidades de se encontrarem vestígios osteológicos.

Ermida de Santana com Cod. Inv. – 1121 | Nº Carto. 21 e a Capela das Pintas ou do Encontro e achados de superfície com o Cod. Inv. – 1127 | Nº Carto. 27, razão pela qual foram registadas no PDM e na Carta Arqueológica.

A Feira de Santana e o próprio topónimo Santana tem origem na capela e romaria de Santana. Reconhecido o lugar como Souto de Santana - sendo souto por definição um espaço arborizado - começou por ser um local de romaria, desta nascendo a feira, conforme entendimento consensual.

Regista-se em 1845 a ocorrência no Souto de Santana, de uma feira semanal já então muito antiga. Vitório Falcão tornou-a nesse ano trissemanal, periodicidade que manteve até 1849, tornando-se mais tarde quinzenal. A partir de 1869, por iniciativa do presidente Manuel António da Silva, para benefício dos boucenses e maiatos, mas

envolvendo também as gentes do Porto e de Gondomar, a feira passou a ser semanal, realizando-se às sextas-feiras.

Para além desta feira semanal, continuou a realizar-se a feira anual de Sant'Ana, em julho, com carácter de feira-romaria, que também ficou conhecida como “feira das nozes”.

No local realiza-se também anualmente, a 19 de março, a feira de São José, de características comerciais e não de romaria, conhecida também pela “feira das sementes”. Há registo em 1889 da sua ocorrência como feira anual de cereais e alfaiais agrícolas.

Para além das feiras referidas, realizou-se no local a feira anual de S. Miguel, no primeiro domingo de outubro, mas de fundação mais tardia, no primeiro quartel do século XX.

O recinto da feira, também mencionado como parque da Fontoura, com pouco menos de cinco hectares, é de relevante interesse ambiental, referindo a Monografia de Matosinhos, de Guilherme Felgueiras, em 1958, “pequeno outeiro de Santana...transformado presentemente num amplo e arborizado recinto, circundando a capelinha onde se rende o culto à Padroeira”.

A capela é do século XVIII, mas encontra-se muito prejudicada por intervenções recentes.

O recinto está organizado como espaço de feira, com alinhamentos para as respetivas instalações individuais, participando nessa organização um grande número de plátanos aos quais se juntam pontualmente, sobreiros, carvalhos e oliveiras.

O recinto da Feira de Santana é um espaço importante na memória coletiva, ultrapassando os limites do concelho como referência, já que faz parte da história de um mundo rural não muito distante no tempo, envolvendo Matosinhos, Maia, a cidade do Porto e outras terras mais distantes.

Guilherme Felgueiras refere a propósito da feira de S. José: “ Não faltam as charruas de S. Romão de Coronado; as pás do forno, varapaus, agulhadas, fueiros, sôgas e escadas vindimeiras, de Braga; a reluzente cutelaria de Guimarães; provenientes de Famalicão, os cestos grosseiros, os “erguedores” para limpar o cereal e os chapéus de palha...; de Oliveira de Azeméis, as típicas gamelas de pau; do Porto, os tamancos e as peneiras; de Vila do Conde, a lã de ovelha, em rama, ou já trabalhada, em coturnos grosseiros. São às centenas, os ancinhos, as gadanhas, as sertãs, caçoilas e panelas em ferro fundido, as candeias e lanternas em folha e os jugos rendilhados como filigranas, e até as vassouras de giesta, com que se varrem as eiras.”



Lugar de Recarei de Cima

Este Lugar foi “construído”, e naturalmente muito marcado, por uma estrada romana/medieval, a KARRARIA ANTIQUA, que partia da Porta do Olival como estrada antiga.

Esta estrada tinha o mesmo percurso da Via Véteris até ao cruzamento do Padrão da Légua. Daqui ela seguiria por Recarei, entrando mais à frente na atual Rua Vilarinho de Freires, passando pela Rua Dom Frei Álvaro Pinho, que corta a Rua Frei Lopo Pereira de Lima, a qual pensamos que teria ligação com a Rua de Vilarinho de Freires.

Prosseguia então pela Rua D. Frei Lopo Pereira de Lima, continuando até à zona da estação de comboio do Araújo, onde está novamente cortada, e daí ligaria à Rua Dom Frei Manuel de Almeida de Vasconcelos, que prossegue até entrar na Rua Sousa Prata (antiga estrada de Barreiros), galgando o rio Leça na Ponte de Barreiros/Azenha/Ronfos, em direção à Maia, onde ainda é visível o troço do traçado desta estrada.

Esta estrada é também um dos caminhos de Santiago.

Não obstante este lugar fazer parte da História, que nem todos conhecem e que pouco se consegue ler no que até nós chegou, o Lugar de Recarei de Cima tem hoje as características de uma “ilha” de casas agrícolas enclausurada entre vias, restabelecimentos, caminhos de ferro, passagens inferiores, pontões e lacetes de autoestrada que, curiosamente, ao mesmo tempo que o condenaram a este estatuto, consagraram e enfatizaram a sua unidade morfológica e urbanística.

Trata-se de um conjunto sobranceiro de construções ao qual foram amputados os terrenos de cultivo que lhe davam sentido e justificação funcional.

Não obstante esta sorte que lhes reservou o destino, não obstante aquilo que lhes trouxe (ou levou...) o tempo e o desenvolvimento, estas construções persistem em se manter inalteradas e agarradas umas às outras e ao caminho, que ao mesmo tempo que as une, as atravessa, indiferentes à sua sina....

São majestosas casas agrícolas que se debruçam sobre altos muros, que súbita e inesperadamente interrompem, para sobre eles elevar paredes ou telhados, umas vezes tão rústicos como eles, outras vezes mais requintados, com vãos adaptados às funções que abrigam.

Muros sinuosos alternando com fachadas sinuosas, aqui, caiadas, não disfarçando o rude aparelho e as toscas juntas, ali, rebocadas, e enriquecidas por lambris mais estilizados.

Os telhados destas construções tanto se debruçam sobre o caminho de uma forma espontânea e funcional, como rematam cornijas em granito aparelhado.

Quando espreitamos para detrás desses muros vemos pátios enxameados de construções de diferentes tamanhos que em tempos abrigaram os animais, as alfaías e as culturas e o bulício agrícola dos ciclos da terra e que agora presumimos que estejam reduzidas a funções de menor azáfama, mas igualmente cheias de significado e de interesse patrimonial.

A nossa proposta de classificação deste Lugar tem a ver exatamente com isso.

A natureza destas construções e a sua forma vai muito para além das suas funções estritas, o ligante que as une, sem as unificar, é muito forte e elas estão preparadas para serem uma memória viva, mas não musealizada, daquilo que foi a história da agricultura neste concelho. Estas casas têm uma personalidade própria e uma altivez que lhes

CLASSIFICAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL

vai permitir, julgamos nós, sobreviver com dignidade, e acolher funções mais consentâneas com a contemporaneidade que se instalou já na vizinhança.

Serão exemplos tenazes de como é possível defender da ruína e da destruição construções que de algum modo foram esvaziadas da sua função, total ou parcialmente, mas que continuam prontas para acolher muitas outras funções que não atentem contra a sua invejável personalidade morfológica.



GUIFÕES

Proposta de Classificação como Monumento de Interesse Municipal

Casa de Passos Manuel

Proposta de Classificação como Conjunto de Interesse Municipal

Conjunto em Monte Castelo

Conjunto em Monte de Xisto

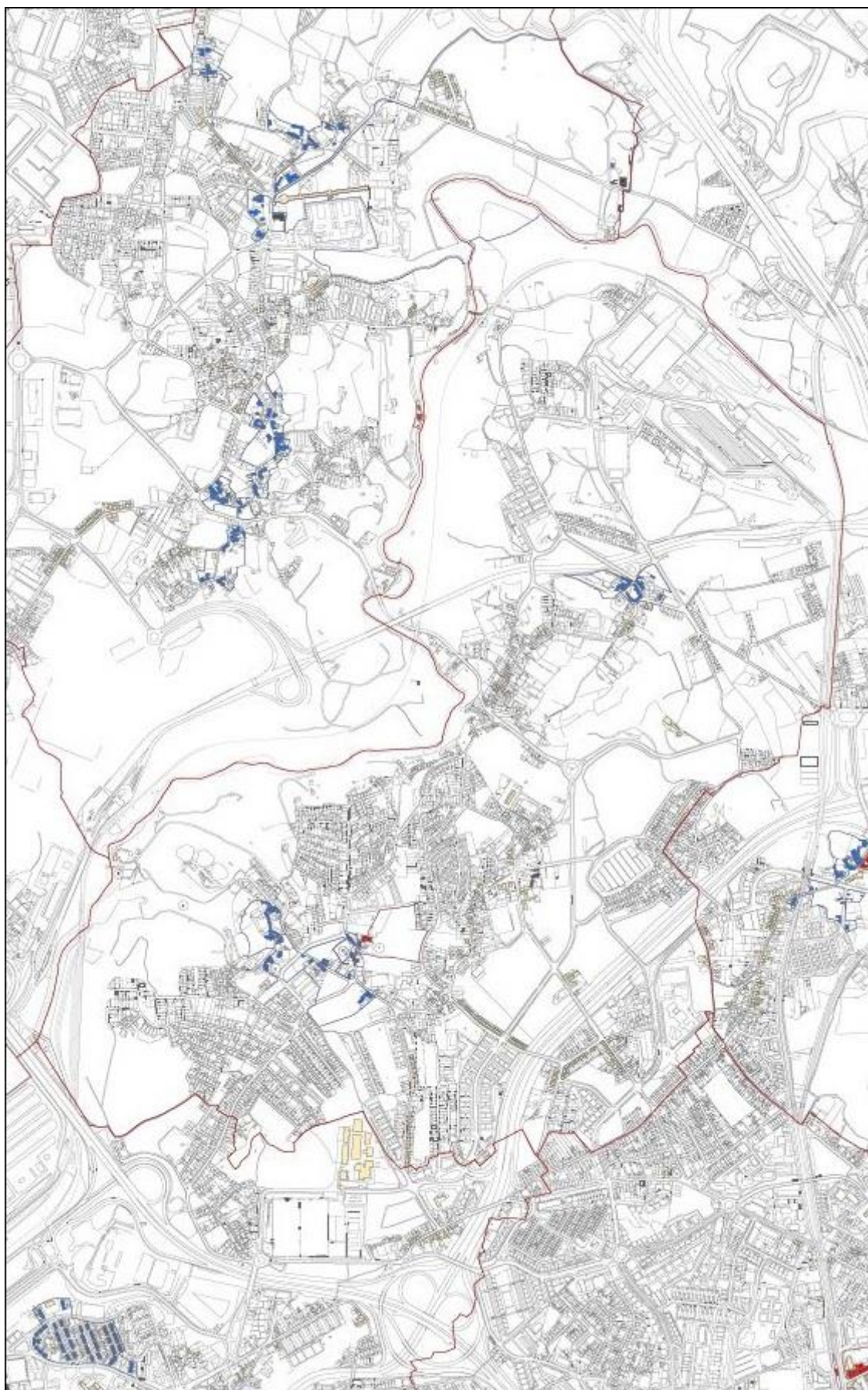
Lugar de Gatões

Classificação de âmbito Nacional

Castro do Monte Castelo de Guifões – Imóvel de Interesse Público

Ponte de Guifões – Imóvel de Interesse Público

Ponte do Carro – Imóvel de Interesse Concelhio



PROPOSTA DE CLASSIFICAÇÃO COMO MONUMENTO DE INTERESSE MUNICIPAL

Casa de Passos Manuel

As propriedades rústicas que a família Passos tinha em Guifões, eram constituídas por dois casais agrícolas, um em Guifões e outro em Gatões, que na época formavam o grande centro. Pertenciam a Manuel da Silva Passos e sua esposa Antónia Maria Silva, que na altura do nascimento de Manuel e José, já habitavam esta quinta agrícola. Mais tarde, coube por herança a Manuel da Silva Passos; daí conhecida como a casa de Passos Manuel. Manuel da Silva Passos, foi uma das personalidades, mais nobres, da política liberal portuguesa da primeira metade do século XIX.



PROPOSTA DE CLASSIFICAÇÃO COMO CONJUNTO DE INTERESSE MUNICIPAL

Conjunto em Monte Castêlo e Conjunto em Monte de Xisto

Castro do Monte Castêlo ou de Guifões, classificado como Imóvel de Interesse Público através do Dec. N.º 516/71, DG 274 de 22 Novembro de 1971, tendo sido definida em 1991 a sua área de proteção, publicada no Plano Diretor Municipal. Registado ainda com Cod. Nacional de Sítio nº 779 e na Carta Arqueológica Cod. Inv. – 1130

A ocupação do Monte Castêlo remonta, de acordo com os achados arqueológicos à Idade do Bronze, sendo intensamente povoado entre a Idade do Ferro e o período alti-Medieval.

Através da documentação de Joaquim Neves dos Santos aferimos que a única entrada facilmente acessível para o oppidum era defendida pelos Castelinhos, havendo um pouco a Leste a Torrinha, junto da embocadura da antiquíssima estrada castreja do Marról.

Referido intensamente na documentação Medieval, uma vez que aqui se instalou durante séculos a centralidade do actual concelho, tendo na base deste povoado/castro um porto fluvial.

Na documentação Medieval é referida a existência de uma estrutura castelar, cuja aldeia medieval se desenvolveu em torno dela. Nas inquirições de 1258 foram registados na vila de Guifões 25 casais e 2 quintãs, sendo que 8 casais e as duas quintãs são da freira Ausenda Eanes, referindo ainda que "...uma parte desta quintã fica junto ao Castro, na estrada pública pela qual o gado costuma sair para o monte que se chama Castro..."¹. Esta estrada a que o documento se refere, corresponde à actual Rua do Monte Castelo, única entrada para o Castro. O mesmo documento faz referência à Ponte de Guifões pela qual se fazia a travessia para as freguesias de Santa Cruz do Bispo e Leça da Palmeira.

Monte Xisto ou Monte Cisto

Os vários topónimos perpetuados até à atualidade de Monte Cisto ou Monte da Terra, são indicadores da presença de Monumentos Megalíticos, como os registou Ana Bettencourt, numa investigação que realizou para a exposição sobre "O rio da Memória-Arqueologia do Território da Bacia do Leça, patente na Câmara de Matosinhos em 2009.2. Pelos registos, admite-se a hipótese de o lugar ter sido ocupado durante o Neolítico.

Guifões é uma parte de Matosinhos que tem curiosamente uma posição de destaque paisagístico sobre o rio Leça, na sua margem esquerda e já muito próximo da foz.

Enquanto o rio serpenteia a cota baixa, as colinas de Guifões dispõem-se como um dédalo debruçado sobre o rio. Vão girando com ele, acompanhando-o desde o Porto de Leixões até ao norte, e perdem o rio de vista quando ele desaparece nessa direção. Todos sabemos que nestas cumeadas, que curvam com o rio, está enterrada muita da história de Matosinhos, como aliás atrás é referido.

E não é uma história qualquer. É uma história muito antiga, fundadora, através da qual podemos perceber quão importante e central foi este lugar, pese embora não sejam hoje legíveis os seus vestígios. Mas estamos certos de que estão lá. Todos os relatos o confirmam. Estes 2 conjuntos cuja classificação é proposta, são aquilo que acima do solo restou dessa história e que até por isso, mas não só, entendemos que deve ser preservado.

É aqui muito evidente como a ocupação construída desde sempre se adaptou à topografia do terreno. Os Paus, o Monte Castelo e o Monte do Xisto estruturam-se em torno da espinha dorsal desse tortuoso dédalo, e descem até ao meio da encosta como se as construções não pudessem perder o rio de vista...Não obstante estas cumeadas estarem pejadas de construções de edificação recente, é possível perceber que esta estrutura radial se organiza a partir de um ponto que liga essas pequenas colinas ao centro da freguesia e à Igreja. É nessa rótula que podemos encontrar o que sobrou das construções ligadas à exploração agrícola, pequenos e sobrantes conjuntos de construções proeminentes que definiam, antes da ocupação recente, o centro desta terra, como o foi há muito e muito tempo.

Como muitas outras construções desta natureza espalhadas pelo concelho, também muitas destas estão, aqui e agora, reduzidas na sua funcionalidade e na sua escala. Mantêm, contudo grande parte do seu carácter.

As vias adaptaram-se ao longo dos anos à sua implantação, como antes estas construções se haviam adaptado ao seu traçado. Algumas mantiveram-se relativamente resistentes até aos dias de hoje, umas mais inalteradas e robustas do que outras. Outras porém, soçobraram totalmente e são hoje esqueletos desabitados.

É muito curioso ver como nalguns casos condicionaram a ocupação dos terrenos mais próximos, onde as suas fachadas curvilíneas e tortuosas foram até imitadas pelas construções mais recentes.

Salvo alguns casos mais excecionais, como atrás referenciada a casa onde viveu Passos Manuel, implantada no centro geográfico deste dédalo, estas construções são imponentes, mas não são sofisticadas. Vê-se que foram mais montadas do que desenhadas, pedra sobre pedra, parede sobre muro, telhado sobre parede, num suave serpentear, erguidas com muito custo, em pedra rude, sem aparelho. São construções que seguiram os limites das propriedades com toda a fidelidade, e que se adaptavam naturalmente à sua geometria improvável. Algumas delas conseguiram manter inocupados os terrenos em seu redor que continuam a dar-lhes sustento e a justificar a sua funcionalidade. São contudo redutos sobrantes e acossados que gostaríamos de com este processo de classificação defender da destruição.

BIBLIOGRAFIA

BETTENCOURT, Ana, (2010) – “O Rio da Memória – Arqueologia no Território do Leça”, capítulo II – Comunidades Pré-Históricas da Bacia do Leça, Ed. da Câmara Municipal de Matosinhos.

SANTOS, Joaquim Neves dos (1959) – A Torre de Linhares Na Época Romana, Edição do Autor, p. 51-52.

PIRES, Conceição (2006) – Joaquim Neves dos Santos o amor pelo Passado, Matosinhos, Edição Edium Editores, p. 53.

PIRES, Maria da Conceição (2012) Tese de Mestrado apresentada à FLUP – Contributos para o estudo do povoamento do concelho de Matosinhos da Pré-História ao século VIII

JORGE, Vítor Oliveira (1982) – Megalitismo do Norte de Portugal: o distrito do Porto. Os monumentos e a sua problemática no contexto europeu, 2 vols, Dissertação de Doutoramento apresentada à FLUP, Porto, p. 494.

Matosinhos em Textos Medievais (1978) Prefácio de António J. Gomes, Matosinhos: Biblioteca Municipal de Matosinhos,

VARELA, José Manuel Varela (2010) – “O Rio da Memória – Arqueologia do Território do Leça”, Cap. III – Proto-História No Vale do Leça e Cap.

IV – A Romanização do Vale do Leça, Matosinhos: Edição da Câmara Municipal de Matosinhos, p. 111.

CLASSIFICAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL

MORAIS, Rui (2007) – A via atlântica e o contributo de Gadir nas campanhas romanas na fachada Noroeste da Península., p. 117-118.

SILVA, Armando Coelho Ferreira da e MOREIRA, Álvaro de Brito (2010) – “O Rio da Memória – Arqueologia do Território do Leça”, Cap. IV – A Romanização do Vale do Leça e Cap. III – Proto-História no Vale do Leça, Matosinhos: Edição da Câmara Municipal de Matosinhos, p.126.

FELGUEIRAS, Guilherme (1958) – Monografia de Matosinhos, Matosinhos: C.M. Matosinhos

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira (1978), Castelologia Medieval de Entre-Douro-E-Minho, p. 24 à 27-37. Matosinhos em Textos Medievais: (1978) até D. Afonso III, Matosinhos.

MATESINUS IV, Revista de Arqueologia e Património de Matosinhos, 2 000, Edição da Câmara Municipal de Matosinhos, p. 452

LAGO, Isabel, (2000), Revista de Arqueologia, História e Património de Matosinhos. nº 4Matosinhos, Câmara Municipal, p.45

PIRES, Maria da Conceição (2012) Tese de Mestrado apresentada à FLUP – Contributos para o estudo do povoamento do concelho de Matosinhos da Pré-História ao século VIII



CLASSIFICAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL



Lugar de Gatões

Cod. Inv. – 1135 | N° Carto. 35

Designação: Capela dos Anjos

Lugar: Rua / Travessa da Ponte do Carro/ Freguesia: Guifões

Concelho: Matosinhos

C.M.P. 1:25.000 folha n.º: 110

Coordenadas Geográficas (Datum WGS84):

Latitude: 41° 12' 28.96" N

Longitude: 8° 39' 41.87" W

Altitude: 64 m

Tipo de Sítio: Capela

Cronologia: Moderno

Estado de Conservação: razoável

Acessos: Rua de Gatões / Rua da Lomba e Travessa da Ponte do Carro

De acordo com os registos medievais, Guifões e Gatões são dois lugares antiquíssimos e eram também os mais representativos da atual freguesia.

Segundo Carmo Serén, o antropónimo Gatões, está associado a um dos senhores que possuía domínios nestas terras. Gatão era irmão do rei leonês Ordonho I, do século IX.4

A Capela dos Anjos foi edificada no lugar de Gatões no ano de 1755, segundo as inquirições realizadas em 1758. O Cura Ambrozio da Sylva, respondeu a este inquérito para a freguesia de Guifões, fazendo referência a esta capela, registando que a mesma foi mandada construir por um dos lavradores da aldeia de Gatoens e dedicada a Nossa Senhora dos Anjos, realizando-se a 15 de Agosto as suas festividades.

Localmente é conhecida como a casa da Colónia, inserida numa das malhas mais antigas de Gatões entre a Rua e a Travessa da Ponte do Carro, nos limites das freguesias de Guifões e Santa Cruz do Bispo.

Os vestígios exteriores desta estrutura religiosa ainda permanecem visíveis na atualidade.

Este espaço religioso foi considerado como uma área com potencialidades arqueológicas, uma vez que até ao século XIX, os espaços sagrados, como igrejas e ermidas eram utilizados como locais de enterramento. Por essa razão, existem fortes probabilidades de se encontrarem vestígios osteológicos.

O Lugar de Gatões inserindo-se no alto de uma colina é o último ponto de chegada para quem vem desde Guifões e quer entrar na freguesia de Santa Cruz do Bispo através da Rua da Ponte do Carro.

A morfologia do lugar, bem como as construções que nele se inserem, deixam transparecer na sua grande maioria, o estatuto de uma burguesia rural que as habitavam, pois, para além do seu desenho mais cuidado, assim como da grandiosidade das mesmas, é o próprio granito aparelhado que impera na paisagem circundante.

Olhando para este lugar percebe-se que o seu crescimento foi feito de forma radial, sendo esse núcleo o que é denominado atualmente como a casa da Colónia.

Este lugar teve a sua subsistência agrícola no cultivo do milho graúdo, do trigo, do centeio e na vinha sendo que grande parte destas quintas e casas agrícolas ainda apresentam como ponto em comum, a partir dos seus portais de fachada, o acesso a um quinteiro interior onde o milho era seco e mais tarde descamisado ou desfolhado, orlado pelos armazéns, anexos ou cortes onde era guardada a produção agrícola, as alfaias e os animais.

Este lugar preserva quase incólume a sua identidade rural e agrícola, que gostaríamos de com este processo de classificação defender da destruição.

BIBLIOGRAFIA

SANTOS, Joaquim Neves dos, (1956) – Guifões Notas Arqueológicas, Históricas e Etnográficas, Vol. 2, Edição do Autor, p. 198 4 SERÉN, Maria do Carmo, (1997) A Monografia de Guifões, p.26.

FELGUEIRAS, Guilherme (1958) – Monografia de Matosinhos, Matosinhos: C.M. Matosinhos, p. 828.



Guifões

CLASSIFICAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL



